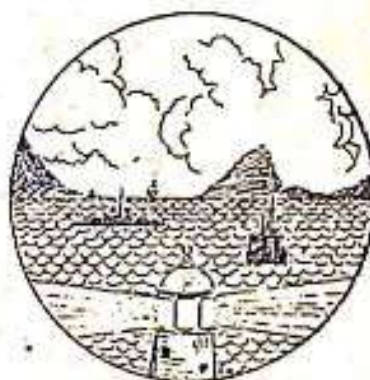


MINISTÉRIO DA MARINHA
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

SUBSÍDIOS
PARA A
HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

EXTRATOS
DO ARQUIVO DO
ALMIRANTE TAMANDARÉ



VOLUME VIII.

IMPRENSA NAVAL
RIO DE JANEIRO
1950

GOVÊNO. FEDERAL

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 1948, era o Ministério da Marinha possuidor, como o é quanto a todos os seus servidores através dos tempos, da documentação essencial, pertinente à carreira e às atividades do seu grande patrono, o almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré.

Em dezembro do ano citado, entrava o Ministério da Marinha na posse de numerosos documentos e objetos do almirante, os quais se achavam em poder do venerando Sr. Léon Victor Louis Robichez, viuvo da Exma. Sra. D. Luiza Marques Lisboa, neta do glorioso Marquês.

Aqueles documentos e objetos, detidamente examinados e avaliados por uma comissão especial, nomeada pelo Exmo. Sr. almirante de esquadra Sylvio de Noronha, Ministro da Marinha, foram recolhidos, após o respectivo processo de aquisição, ao Serviço de Documentação da Marinha, publicando a *Revista Marítima Bra-*

sileira (jan.º, fev.º e março de 1949) a relação correspondente, além de alguns esclarecimentos acessórios.

A tão preciosos elementos, reunidos no círculo da família Marques Lisboa pelo Sr. Léon Robichez, durante vários anos, e transferidos ao Ministério da Marinha, graças ao desejo daquela ilustre família e ao empenho e solicitude do Sr. almirante Sylvio de Noronha, juntou-se a breve trecho outro abundante conjunto de documentos, igualmente precioso, que se achara por muitos anos em poder da Exma. Sra. D. Maria Eufrásia Marques Lisboa, transferido, ao falecimento desta filha do almirante Tamandaré, à Sra. D. Sofia Monteiro de Barros, que conservou em seu poder aqueles valiosos papéis, até que, encontrando pessoa de sua confiança, o Sr. Dr. Jósio de Salles, passou-os às mãos dêste cavalheiro, recomendando-lhe encaminhá-los à instituição mais autorizada para conservá-los, guardá-los e dêles extrair o maior proveito.

Jósio de Salles desincumbiu-se louvável e exatamente do encargo, depois de examinar os numerosos papéis de que se tornara depositário, associando nesse tra-

balho o Sr. Dr. Raul Lima. Ambos estudiosos, patriotas e aplaudidos intelectuais, dedicaram aos documentos aludidos o maior interêsse, dos quais Raul Lima organizou um inventário. Embora sumário, "êsse inventário dava idéia da importância dos documentos, capazes de trazer nova contribuição para o aperfeiçoamento dos estudos biográficos do Marquês de Tamandaré e da própria história da gloriosa Armada Nacional", segundo o conceito de Jósio de Salles, na realidade justo.

Semelhante acervo de documentos, felizmente conservado por mãos zelosas, fiéis e amigas, durante mais de meio século, a contar de quando deixou de existir o grande Patrono da Marinha Nacional, foi entregue ao seu eminente Ministro pelo Sr. Dr. Jósio de Salles, como doação aos arquivos do Ministério.

A solicitude administrativa e o sentimento cívico do Sr. almirante Sylvio de Noronha, reputando inapreciável a doação e congratulando-se com o doador, determinaram a entrega ao Serviço de Documentação da Marinha de todo o rico material oriundo da aquisição ao

Sr. Léon Robichez e da doação do Sr. Jósio de Salles, cumprindo-se tôdas as formalidades necessárias.

O Serviço de Documentação da Marinha, enriquecido sobremaneira com tão valioso e abundante cabedal, procedeu ao seu inventário, dispondo-o metòdicamente. Quanto ao número considerável de papéis, deu-se-lhe também arranjo compatível com a sua riqueza e valor histórico, determinando o Sr. almirante Sylvio de Noronha que se fizesse obra perdurável e artística de encadernação, à altura do renome do glorioso almirante Tamandaré.

Dezeseis volumes de dimensões diversas, caprichosamente constituídos e trabalhados, contêm tôdas as peças dos arquivos provenientes do Sr. Léon Robichez e do Dr. Jósio de Salles, em consequência das ordens expedidas pelo Sr. Ministro.

Disposto assim o belo manancial, procedeu em seguida o Serviço de Documentação à extração de cópias para uso ulterior do mesmo Serviço e de quem quer que neste compareça para consultas.

Não se deteve o Sr. almirante Sylvio de Noronha nas providências referidas, resolvendo que, desde logo, fôsem publicados extratos do arquivo constituído, para publicação imediata e sucessiva, em mais de um tomo dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*.

Em cumprimento, assim, das determinações recebidas, o Serviço de Documentação da Marinha apresenta este volume VIII dos *Subsídios*, contendo exclusivamente extratos do arquivo do almirante Tamandaré, a que temos aludido, além de outras peças que ao mesmo se articulam e estreitamente interessam.

Assentámos a norma de trasladar os documentos na ortografia atual, dispondo-os sem nenhuma modificação, salvo retoques, e conservando-os em toda a sua integridade.

Dídio Iratim Afonso da Costa

Contra-Almirante Rf., Diretor



I

O BERÇO DE TAMANDARÉ

O glorioso almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha de Guerra do Brasil, era filho legítimo de Francisco Marques Lisboa e de D. Eufrásia Joaquina de Azevedo-Lima.

Dos seus assentamentos, existentes no Arquivo da Marinha, consta que era natural do Rio Grande do Sul, isto é, da Província do mesmo nome. (A terra natal, inscrita nos livros-mestres do pessoal dos quadros da Armada, referia-se a Província, no regime monárquico, e refere-se a Estado, no republicano).

Esse primeiro tópico da longa e brilhante fé-de-ofício fôra feita "conforme certidão que apresentou", ao ingressar na Armada o grande servidor da pátria. Até agora, não pudemos ver esse documento, que teria sido necessariamente recolhido ao Arquivo da Marinha. É possível que esteja entranhado num dos 16.000 volumes remetidos por aquele Arquivo ao Arquivo Nacional.

Por um documento, dado em Lisboa a 20 de julho de 1804, existente no segundo Arquivo citado (Coleção 64, livro 31, fls. 94, 94v, 95 e 95v, copiado por R.M.), reproduzido na *Revista Marítima Brasileira* de novembro-dezembro de 1936, verifica-se que fôra concedida ao pai do almirante Tamandaré, Francisco Marques Lisboa, a propriedade do "Ofício de Patrão Mor do Pôrto do Rio Grande de S. Pedro do Sul que já se achava servindo por Carta passada pelo Vice-Rei daquele Estado".

Esta é uma passagem daquele documento ou Carta do Príncipe-Regente D. João:

".....

E constando-me igualmente do merecimento e inteligência, e mais circunstâncias que concorrem na pessoa do dito Francisco Marques Lisboa: Hei por

bem fazer-lhe mercê da propriedade do dito officio de Patrão-Mor do Porto do Rio Grande de S. Pedro do Sul, como mera serventia vitalícia, enquanto eu não mandar o contrário, podendo usar o uniforme de segundo tenente da Armada Real enquanto a servir, e com a qual vencerá o ordenado, prós e percalços que diretamente lhe pertencerem, e gozará dos privilégios e isenções que como tal lhe competirem, com declaração que se Eu Fôr Servido extinguir o dito officio lhe não ficará por isso obrigada a Minha Fazenda satisfação alguma. Pelo que, etc.

.....”

Havia alguns anos que o segundo tenente Patrão Mor Francisco Marques Lisboa se achava no exercício do cargo em que fôra provido no Rio Grande do Sul, ao nascer o seu filho Joaquim, futuro e grande herói nacional, a 13 de dezembro de 1807.

Havia documentação decisiva de que o almirante Tamandaré nascera na Província do Rio Grande do Sul. Não acontecia o mesmo quanto ao lugar do seu nascimento.

Durante e depois da guerra do Paraguai, publicaram-se vários ensaios biográficos do almirante, dando-o como nascido na vila de S. José do Norte. Mais tarde, outros trabalhos biográficos indicaram a vila, hoje cidade do Rio Grande do Sul, como a terra natal daquele grande marinheiro, a maior individualidade histórica da Marinha de Guerra.

Escreveram que o almirante Tamandaré nascera na vila de S. José do Norte: Salvador Furtado de Mendonça Drumond e Vítor Dias, autores, com o padre Antônio Álvares Guedes Vaz, da obra *Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e Paraguai* (1866); autores de diversos artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro e na *Revista Marítima Brasileira*; *Jornal do Comércio* e outros periódicos; Gustavo Barroso, no seu livro *Tamandaré, o Nelson Brasileiro* (1939); Gastão Penalva, em *Tamandaré* (para aspirantes), editado em 1942; Dídio Costa, no seu sintético trabalho *Tamandaré*, publicado em dezembro de 1942. Neste trabalho, entretanto, o autor registrou que alguns escreveram e escreviam ter sido a vila, hoje cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o berço do herói, apoiados em documentação por ele ignorada.

Entre esses escritores, podemos citar o ilustre historiador riograndense Alfredo Ferreira Rodrigues, no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* (ano de 1900, pág. 156, “Crônica de 1897”), conforme citação de Abeillard Barreto, distinto Presidente

da "Biblioteca Rio-Grandense"; Edgar Fontoura, em artigo no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, igualmente citado por Abeillard Barreto; e almirante Henrique Boiteux, em *Nossos Almirantes*, autor êste que não alude à fonte a que recorrera.

Há, na Marinha de Guerra, a tradição arraigada de que o almirante Tamandaré, nascera em S. José do Norte, onde, a diversos oficiais de Marinha, ainda vivos, pessoas do lugar mostraram, e parece que a outros ainda mostram, a casa ou o sítio em que veio a êste mundo o egrégio brasileiro.

Do exposto, verifica-se controvérsia em tórno da terra natal do grande almirante. A publicação do meu sintético trabalho biográfico *Tamandaré*, largamente distribuído, teve a fortuna de provocar o pronunciamento da "Biblioteca Rio-Grandense", pelo seu culto Presidente, Sr. Abeillard Barreto.

Esse nobre compatriota examinou a passagem do livro relativa ao lugar de nascimento do almirante e ofereceu-me gentilmente elementos que eu desconhecia, como, de resto, muito poucos conhecem por aqui, especialmente na Marinha de Guerra.

Os elementos extraídos por certidão dos livros de atas da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande e por mim agora conhecidos, graças à iniciativa daquele patricio, apresentam-se como dois documentos de grande importância, concorrendo para a afirmação do nome exato do lugar do nascimento do almirante Tamandaré.

Em fins de 1883, o Imperador D. Pedro II enfermara. Ao restabelecer-se, a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, por via telegráfica, congratulou-se com Sua Majestade pelo feliz acontecimento. Aquela Câmara, em resposta, recebeu um despacho teleográfico nestes termos (livro n.º 19 de atas da Câmara, 1883 a 1885):

"Sua Majestade o Imperador agradece à Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul a felicitação que em nome dos seus Municípios e pelo restabelecimento de sua saúde acaba de lhe dirigir pelo intermédio do Camarista de Semana Visconde de Tamandaré, e êste, como rio-grandense, prevalece-se da oportunidade para saudar a Câmara Municipal do lugar de seu nascimento".

De posse dêsse despacho, a Câmara Municipal "resolveu que se declarasse em ata que recebeu com especial agrado a comunicação telegráfica do Exmo. Sr. almirante Visconde de Tamandaré, tratando do restabelecimento da saúde de S. M. Imperial". Resolveu mais

a Câmara "oficiar ao mesmo Exmo. Sr., congratulando-se com a cidade do Rio Grande por ter sido o berço de tão distinto brasileiro".

Eis, em seguida, cópia do ofício que a Câmara redigiu e enviou ao almirante, então Visconde de Tamandaré, extraída da certidão que, por obséquio do Sr. Abeillard Barreto, nos veio às mãos:

"Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, 17 de janeiro de 1884.

Ilmo. e Exmo. Sr.

"A Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul recebeu, com especial agrado, a saudação que V. Ex.^a se dignou dirigir-lhe, em telegrama de 12 do corrente, e como Camarista de Semana de Sua Majestade o Imperador, e resolveu, em sessão de ontem, agradecer a V. Ex.^a tão significativa prova de apreço.

"É verdade que a província do Rio Grande conta muitos filhos ilustres e beneméritos; mas também é verdade que entre tantos varões, que são a glória da pátria, nenhum tem conquistado uma reputação tão incontestável em sua pureza, como esplendorosa em seus feitos militares; — e pois, a Câmara Municipal do lugar que foi o berço de V. Ex.^a pede à Divina Providência que prolongue a preciosa existência de tão preclaro Brasileiro, a quem Deus Guarde.

"Ilustríssimo e Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré, Digníssimo Almirante da Armada Nacional Imperial, Conselheiro de Guerra, Ajudante de Campo de S. M. o Imperador,

"(Assinados) — Dr. Custódio Vieira de Castro, Presidente; João da Costa Goulart, Vice-Presidente; André Alves Leite de Oliveira Salgado, Teófilo Azevedo, Frederico da Silva Póvoas, José Francisco de Castro".

Juntando, muito agradecido ao ilustre Sr. Abeillard Barreto, peças tão preciosas ao que já tenho escrito e divulgado sobre a figura do grande brasileiro almirante Marquês de Tamandaré, ofereço-as, ao mesmo passo, aos meus colegas e aos estudiosos da história pátria, os quais as apreciarão em todos os aspectos do seu significado documental.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1943.

Didio Iratim Afonso da Costa
Capitão de Mar e Guerra



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

RECONHECIDA DE "UTILIDADE PÚBLICA" PELO DEC. 3.776, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1911

CIDADE DO RIO GRANDE — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

— 7958 —

Rio Grande, 12 de fevereiro de 1943.

Exmo. Sr. Almirante Aristides Guilhem,

M. D. Ministro de Estado dos Negócios da Marinha,

Rio de Janeiro.

A "Biblioteca Rio-Grandense", entidade cultural quasi centenária, inclui em seu programa de atividades e defesa do patrimônio histórico do país e, mais particularmente, como é óbvio, da cidade em que está sediada.

Entre as glórias locais, como das mais elevadas, conta o Rio Grande com a de ter sido o berço do inclito almirante Tamandaré, patrono ilustre de nossa Marinha de Guerra, cujo reerguimento se vem processando justamente sob a invocação de tão valioso patrono e direção profícua de V. Excia.

Embora divulgados já, há alguns anos, os documentos apensos, não têm admitido alguns escritores seja esta cidade o lugar de nascimento do herói, antes preferindo dá-lo como natural de S. José do Norte. Entre êsses historiadores perfila-se o ilustre Comte. Dídio Iratim Afonso da Costa, que acaba de publicar um interessante trabalho biográfico sobre Joaquim Marques Lisboa, no qual reproduz a errônea informação, tantas vezes já combatida.

No propósito de dar a êsse Ministério uma prova cabal de que Tamandaré aqui nasceu, a "Biblioteca Rio-Grandense" dirigiu-se, há dias, à Prefeitura dêste município, em ofício de que juntamos cópia, solicitando lhe fôsse dada certidão autêntica da correspondência trocada, em 1884, entre o então Visconde e a Câmara Municipal desta cidade, pela qual demonstrado fica o acêrto de nossa proposição.

E é, pois, com o pedido de mandar anexá-la à fé-de-ofício do brilhante marinheiro, que nos permitimos encaminhar a V. Excia. tôda essa documentação, certos de que estamos, assim, cumprindo uma parte do programa que incumbe a esta instituição.

Rogando-lhe o obséquio de mandar acusar-nos o seu recebimento, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Excia. as expressões de nossa maior admiração e subido aprêço,

pela "Biblioteca Rio-Grandense"

(a) *Abeillard Barreto*
Presidente



Rio Grande, 1.º de fevereiro de 1943.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

Nesta Cidade.

Não é de hoje que se afirma ter o ínclito almirante Tamandaré nascido na fronteira cidade de São José do Norte. Não de hoje é, tampouco, que reivindica esta cidade a glória de ter sido berço do bravo Marquês. Haja vista, por exemplo, o brilhante trabalho que fez o ilustre Sr. Edgar Fontoura publicar, há anos atrás, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, mostrando ter sido aqui, justamente no local em que hoje existe uma placa de bronze memorativa, onde viu a luz Joaquim Marques Lisboa, aos treze dias do mês de dezembro de 1807.

Entretanto, perseveraram muitos escritores em atribuir a São José do Norte tão grande honra. Agora mesmo, *verbi-gratia*, o ilustrado comandante Dídio Iratim Afonso da Costa, que já serviu por algum tempo nesta cidade com brilho e valor, acaba de entregar à publicidade um interessante trabalho biográfico, intitulado *Tamandaré — Almirante Joaquim Marques Lisboa*.

Nada se poderia opôr à excelente resenha que faz da vida de seu biografado, se, às págs. 13 e 14, não houvesse o seguinte trecho, que nos permitimos reproduzir:

"Recordemos, a largos traços, a história do grande almirante:

1807 — Dezembro, 13 — *Nasce em S. José do Norte, Rio Grande do Sul*. Filho legítimo de Francisco Marques Lisboa e de D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima.

Dos assentamentos do almirante Tamandaré (*Anais do Arquivo da Marinha*, pág. 365, ano de 1927), consta: "Filho legítimo de Francisco Marques Lisboa e de D. Eufrosina Joaquina de Azevedo Lima, natural do Rio Grande do Sul, nasceu em 13 de dezembro de 1807, conforme certidão que apresentou".

Durante e depois da guerra do Paraguai, publicaram-se várias notas biográficas do almirante, dando-o como nascido na vila de S. José do Norte, Província do Rio Grande do Sul. Não consta que esses dados houvessem sido impugnados pelo almirante ou por outrem. Por ocasião de sua morte, deu-o a maioria da imprensa do Rio de Janeiro como nascido na vila citada, o que se pode verificar no suplemento à *Revista Marítima Brasileira*, março de 1897, sob o título *Necrologia do Almirante Marquês de Tamanderé*.

Alguns escrevem, entretanto, *apoiados não sabemos em que documentação*, que o almirante nasceu na vila, hoje cidade S. Pedro do Rio Grande do Sul. Nessa cidade, no local em que teria nascido o herói, isto é, na casa que aí ora existe, foi colocada uma placa de bronze". (Os grifos são todos nossos).

Antes de mais nada, sabem todos quanto têm lidado com a história do Rio Grande do Sul, quão fácil tem sido, pela igualdade dos nomes, confundir esta cidade com o Estádio ou, mais remotamente, com a Província e até com a Capitania. Este, a nosso ver, um dos casos mais típicos, em que ao hermeneuta é dado escolher entre o "todo" ou a "parte". Com efeito, diz a certidão, "que apresentou", ser o almirante "natural do Rio Grande do Sul". Preferiu o autor, no caso, o "todo", esquecendo-se, entretanto, que essa certidão não se referiria certamente sinão à "parte", pois, ao que nos consta, nenhum atestado de pessoa nascida em Santos, àquela época, proclamaria ser ela natural de São Paulo.

Dentro de nosso ponto de vista e sem nos querermos alongar no estudo, é a própria certidão que nos dá a primeira prova, e mais cabal, do engano que o ilustre comandante Didio Costa encampou, argumentando até a *contrario sensu*.

Depois de testemunho de tal importância, outros há, porém, que o corroboram. É o autor mesmo quem diz, p. ex., que "por ocasião de sua morte, deu-o a *maioria* (simplesmente a maioria, apenas) da imprensa do Rio de Janeiro como nascido na vila citada", donde se conclui, forçosamente, que o caso já era controvertido. Entretanto, interessante teria sido compulsar outras fontes, mesmo de imprensa, todavia mais aptas ao fornecimento de informes fidedignos. Temos aqui à mão, entre outros testemunhos valiosos, o do probo e erudito Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, indubitavelmente o maior conhecedor do passado desta cidade e um dos mais conspícuos historiadores de nosso Estado. Diz ele, no seu *Almanque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* (ano de 1900, pág. 156, *Crônica de 1897*), ao fazer o necrológio de Tamandaré, ter o bravo marinheiro nascido "a 13 de dezembro de 1807, na cidade do Rio Grande".

Outras publicações, é certo, também o deram então como natural desta cidade, corroborando o que anteriormente já alguns autores haviam avançado a respeito, não nos constando também que “êsses dados houvessem sido impugnados, pelo almirante ou por outrem”. É que, necessariamente, a coisa por si se explica. Tamandaré, nada ególatra e não gostando de falar de si, encarava a minúcia como de segundo plano. E, historicamente, os assentamentos de sua fé-de-ofício, tirados à vista da certidão que apresentou, já lhe pareciam suficientes para pôr os pontos nos ii!

Cabe, todavia, ainda aqui, um reparo, e este por si só *tranchant*. Diz o ilustre Comte. Dídio Costa que o almirante nunca impugnou êsses dados. Efetivamente, não o terá feito. Mas, nem por isto depoimento menos seguro, insofismável, indiscutível, a servir de contraprova de sua certidão de batismo, nos terá legado. E quem o possui, nos arquivos, é justamente essa Prefeitura, pois no livro de “Atas da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande”, ano de 1884, 4.^a sessão ordinária, de 16 de janeiro, está transcrito no expediente um telegrama recebido do então Visconde de Tamandaré, por meio do qual diz ele *prevaler-se da oportunidade para saudar a Câmara Municipal DO LUGAR DO SEU NASCIMENTO*.

A fim de proporcionar ao digno historiador patricio, que é o Comte. Dídio Costa, o ensejo de retificar em futuras edições de seu magnífico trabalho este pequeno senão, permitimo-nos solicitar a V. Excia. mande fornecer a esta Biblioteca, com firmas devidamente reconhecidas, duas certidões autênticas dos trechos da aludida ata que dizem respeito ao assunto (inclusive a resposta da Câmara Municipal), a fim de que, com cópia do presente ofício, sejam encaminhadas — uma, ao brilhante oficial de nossa Armada, e outra, ao titular da pasta da Marinha, Exmo. Sr. almirante Aristides Guilhem, com o pedido para que sejam feitas as devidas anotações na fé-de-ofício de Tamandaré.

Na certeza de merecer de V. Excia. um favorável acolhimento, reiteramos as expressões de nossa mais elevada consideração,

pela “Biblioteca Rio-Grandense”,

(a) *Abcillard Barreto*
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

CERTIDÃO

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho do senhor doutor Prefeito Municipal, proferido, a um (1) do corrente, no processo número oitocentos e sessenta e seis (866) da mesma data, que a folhas oitenta e quatro verso (84v.) do Livro número dezenove (19) de Registro de Atas da Câmara Municipal, relativo ao período de treze (13) de janeiro de mil oitocentos e oitenta e três (1883) até vinte e cinco (25) de abril de mil oitocentos e oitenta e cinco (1885), lê-se entre as alíneas sexta (6.^a) e vigésima sétima (27.^a), inclusive, o trecho do teor seguinte: "O Senhor Presidente apresentou o seguinte telegrama que recebera do Camarista de Semana de S. M. Imperial, o Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré, respondendo ao que esta Camara ao mesmo dirigira a 12 do corrente. / "Á Camara Municipal da cidade do Rio Grande. Sua Magestade o Imperador agradece á Camara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, a felicitação que em nome de seus Municipes e pelo restabelecimento de sua saude acaba de receber, digo de lhe dirigir pelo intermedio do Camarista de Semana Visconde de Tamandaré, e este, como rio-grandense, prevalece-se da oportunidade para saudar a Camara Municipal do lugar de seu nascimento". / A Camara resolveo que se declarasse em acta que recebeu com especial agrado a comunicação telegraphica do Exmo. Sr. Almirante Visconde de Tamandaré, — tratando do restabelecimento da saude de S. M. Imperial; e officiar ao mesmo Exmo. Sr. congratulando-se com a cidade do Rio Grande, por ter sido o berço de tão distincto brasileiro". E nada mais se continha no aludido trecho da Ata da 4.^a sessão ordinária da Câmara Municipal, lavrada em dezesseis de janeiro de mil oitocentos e oitenta e quatro (1884), a folhas oitenta e quatro e oitenta e cinco do livro anteriormente citado, e que aqui bem e fielmente vai transcrito. Eu, Mario Rodrigues de Carvalho, 3.^o Escriurário da Prefeitura Municipal de Rio Grande, lotado na Diretoria de Administração, que o certifiquei em quatro de fevereiro de mil novecentos e quarenta e três. (a) *Mario Rodrigues de Carvalho*. Eu, Yedda Pêgas, 3.^a Escriurária da Prefeitura Muni-

cipal de Rio Grande, lotada na Diretoria de Administração, o conferi e confirmo. (a) *Yedda Pêgas*.

Diretoria de Administração. Visto, 4/II/1943.

(a) *Ary F. de Azevedo*
p. Diretor

(Carimbo da Prefeitura Municipal do Rio Grande do Sul).



GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA — Em 23-2-1943

À Divisão de História do E.M.A.

Para conhecimento e dizer a respeito.

(a) *Henrique Aristides Guilhem*



N.º 4 — (EM-4) — ESTADO-MAIOR DA ARMADA,
em 26-2-1943

Do: Chefe da EM-4.

Ao: Exmo. Sr. Ministro da Marinha.

1 — Tomando conhecimento do ofício de 12 de fevereiro cadente, do Sr. Abeillard Barreto, Presidente da Biblioteca Rio-Grandense, com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, dirigido ao Exmo. Sr. Almirante Ministro da Marinha, tenho a honra, em cumprimento ao despacho de S. Ex.^a, de dizer a respeito, depois de examinadas a cópia de uma exposição que o signatário do citado ofício dirigiu, a 1.º de fevereiro, ao Sr. Prefeito Municipal da localidade, e duas certidões, uma de um telegrama do almirante Visconde de Tamandaré à Câmara Municipal e outra de outro telegrama dessa Câmara ao mesmo almirante (janeiro de 1884).

2 — Pela primeira certidão, a de uma passagem do livro n.º 19 de atas da Câmara (1883 a 1885), verifica-se que essa corporação, em nome dos munícipes, felicitara ao Sr. D. Pedro II, quando este se restabelecia de uma enfermidade. Em resposta a tal manifestação,

o Sr. Visconde de Tamandaré telegrafou à mesma Câmara nestes termos:

"Sua Majestade o Imperador agradece à Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul a felicitação que em nome dos seus Municípios e pelo restabelecimento de sua saúde acaba de lhe dirigir pelo intermédio do Camarista de Semana Visconde de Tamandaré, e este, como rio-grandense, prevalece-se da oportunidade para saudar a Câmara Municipal do lugar de seu nascimento".

Foi declarado em ata, como se vê pela certidão, que a Câmara recebeu com especial agrado o telegrama do Visconde de Tamandaré e resolveu officiar-lhe, congratulando-se com a cidade do Rio Grande por ter sido o berço de tão distinto brasileiro.

3 — Pela segunda certidão, verificamos o texto do officio então expedido pela Câmara ao Visconde:

"Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul, 17 de janeiro de 1884.

Ilmo. e Exmo. Sr.

"A Câmara Municipal da cidade do Rio Grande do Sul recebeu, com especial agrado, a saudação que V. Ex.^a se dignou dirigir-lhe, em telegrama de 12 do corrente, e como Camarista de Semana de Sua Majestade o Imperador, e resolveu, em sessão de ontem, agradecer a V. Ex.^a tão significativa prova de apreço.

"É verdade que a província do Rio Grande conta muitos filhos ilustres e beneméritos; mas também é verdade que entre tantos varões, que são a glória da pátria, nenhum tem conquistado uma reputação tão incontrastável em sua pureza, como esplendorosa em seus feitos militares; — e pois, a Câmara Municipal do lugar que foi o berço de V. Ex.^a pede à Divina Providência que prolongue a preciosa existência de tão preclaro Brasileiro, a quem Deus Guarde.

"Ilustríssimo e Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré, Digníssimo Almirante da Armada Nacional Imperial, Conselheiro de Guerra, Ajudante de Campo de S. M. o Imperador.

"(Assinados) — Dr. Custódio Vieira de Castro, Presidente; João da Costa Goulart, Vice-Presidente; André Alves Leite de Oliveira Salgado, Teófilo Azevedo, Frederico da Silva Póvoas, José Francisco de Castro".

4 — Infere-se, desde logo, a grande importância das peças transcritas, tanto mais quanto o lugar do nascimento do egrégio patrono da Marinha Nacional deve ser definitivamente conhecido.

5 — O Sr. Presidente da Biblioteca Rio-Grandense se dirigiu a S. Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha em consequência da recente

publicação do livro *Tamandaré*, em cujas páginas, embora esteja registrado que "alguns escrevem" que o almirante nascera "na vila, hoje cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul", apoiados em documentação ignorada pelo autor e certamente de divulgação muito limitada, conserva a antiga versão, não em caráter definitivo, como o demonstra o texto, de que o grande brasileiro nascera em S. José do Norte, fundando-se no que passa a expor.

a) É tradição antiga e arraigada na Marinha de Guerra que o almirante Tamandaré nascera em S. José do Norte. Muitos oficiais de marinha, indo ali, naturais da localidade lhes mostravam o sítio do berço do almirante. É bem possível que ainda o mostrem.

b) Nenhuma fonte escrita dos arquivos do Ministério da Marinha, de tantas compulsadas, faz menção da cidade do Rio Grande do Sul, tampouco de São José do Norte. Os livros-mestres registram *Rio Grande do Sul*, conforme as regras de escrituração a que se subordinam, isto é, nome de *Província* no tempo do Império e de *Estado* desde 1889.

Encontram-se nos livros de matrícula da Academia Imperial dos Guardas-Marinha, depois Academia da Marinha, Escola de Marinha e finalmente Escola Naval, dados sobre filiação, idade e lugar de nascimento dos matriculados. Sobre o almirante Tamandaré, nada achámos, a não ser que faltara às aulas 61 vezes durante o ano, com causa justificada (Conferência realizada a 30 de outubro de 1824) e que por ordem do Imperador fôra mandado embarcar, na qualidade de Voluntário que era, a bordo da nau *Pedro I* (30 de julho de 1824).

c) É nas fontes impressas que encontramos, além da representada pela tradição na Marinha de Guerra, a informação de que o grande marinheiro nascera em S. José do Norte.

Em 1866, por exemplo, foi editada no Rio de Janeiro (Tipografia Perseverança, rua do Hospício n.º 81), uma obra sob o título *Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e Paraguai, desde 1844*. É uma obra de luxo para o tempo, com excelentes retratos litográficos (de A. Sisson) do Imperador, do Conde d'Eu, do Duque de Saxe, do almirante Visconde de Tamandaré, Barões do Herval e Amazonas, e de mais dezesseite figuras históricas. Consta dessa obra que o almirante Tamandaré nascera em S. José do Norte.

Outras biografias, que seria ocioso citar, de autores diversos, repetem essa informação ou informam que o almirante nascera no Rio Grande do Sul (Província).

Quando o almirante Tamandaré faleceu, deram-no os jornais do Rio de Janeiro, uns como nascido em S. José do Norte e outros na Província do Rio Grande do Sul. No *Diário Oficial da União*, de sexta-feira, 26 de março de 1897, página 1396, terceira coluna — *Obituário* — dia 21, lê-se: "Congestão pulmonar — o rio-grandense do sul almirante Joaquim Marques Lisboa, 89 anos, viúvo, residente e falecido à rua Marquês de S. Vicente n.º 75". Foi, a respeito do

grande falecido, a nota publicada, a única, no *Diário Oficial*, além dos elogios que lhe fizeram o Senador Quintino Bocaiuva e o Deputado Belisário de Sousa no Congresso Nacional.

De 1866 a 1884, divulgou-se livremente que S. José do Norte fôra o berço de Tamandaré, não havendo notícia de que tão errada informação sofresse embargos. Só no último dos anos citados, a moléstia ocasional do Imperador deu aso a que o almirante se manifestasse pela forma acima descrita. Parece-nos que a divulgação dos textos das mensagens trocadas entre a Câmara da cidade do Rio Grande e o glorioso Visconde se fêz muito limitada, pelo menos a princípio, fora das fronteiras do Rio Grande do Sul e nos círculos da Marinha de Guerra até agora.

d) A obra *Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e Paraguai*, que dá S. José do Norte como berço do almirante Tamandaré, teve como autores o Dr. Salvador Furtado de Mendonça Drumond, Vítor Dias e Padre Antônio Álvares Guedes Vaz, consoante informação do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881 (Benjamin Franklin Ramiz Galvão).

O Padre Antônio Álvares Guedes Vaz, um dos apontados colaboradores da obra, estampou no *Jornal do Comércio* de 7 de setembro de 1876, esta declaração: "Sendo-me atribuída exclusivamente a paternidade desta obra, julgo do meu imprescindível dever declarar o seguinte: a idéia é minha, e unicamente meus foram os dispêndios para a publicação. Pondo, porém, isto de parte, somos três os autores: os senhores Salvador de Mendonça, Vítor Dias e eu".

O padre era Português de nascimento, imigrado no Brasil por motivos políticos. Salvador de Mendonça era um nome feito e aplaudido, autor de numerosas obras de fino quilate, agraciado com a comenda da Ordem da Rosa, exercendo mais tarde os cargos de Cônsul do Brasil em Nova-York e Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe em Washington e Londres. Vítor Dias se recomendava por vários trabalhos, entre os quais diversas considerações sobre material de guerra fornecido pela firma Sir W. Armstrong Mitchell & Comp. (1833).

A obra desses escritores teria merecido, sem dúvida, como fonte subsidiária para a história das duas campanhas e das figuras que nelas se notabilizaram, a maior consideração dos estudiosos. Talvez fôsse ele o maior e o mais considerado livro divulgador do nascimento em São José do Norte do almirante Tamandaré, levando outros escritores a repeti-lo, certos de que o faziam com exatidão, em virtude da respeitabilidade daquela fonte impressa e largamente divulgada, sem reparo ou contestação de quem quer que fôsse. A contestação indireta e fortuita, mas respeitável, só apareceu em 1884, através das mensagens entre a Câmara Municipal do Rio Grande e o Paço Imperial, divulgando-se lentamente, ao que sabemos. É de notar que, nos círculos da Marinha, havia, em verdade, uma notícia vaga do fato, à qual não se dava, como a tôdas as coisas vagas, maior atenção.

e) Como não pode fazer-se história sem documentos, o autor da recente e resumida biografia do almirante Tamandaré, (págs. 18 e 19), deu notícia do que realmente se passava quanto à localidade do seu berço. Registrou S. José

do Norte, em consequência do acima exposto, mas indicou a fonte oficial, a do Ministério da Marinha, em que só se encontra o nome da Província. Registrou, finalmente, que alguns autores escreveram que o lugar do nascimento do egrégio brasileiro fôra a "vila, hoje cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul" — apoiados em documentação que o autor declarou lisamente não saber qual era, não obstante ter andado à cata de elementos que o esclarecessem relativamente àquela versão.

O fato não é de estranhar, pois a difusão dos estudos históricos, o intercâmbio entre os centros culturais, no Brasil, ainda são insuficientes ou precários.

Entre os escritores que registam ser a cidade do Rio Grande do Sul a localidade do nascimento do almirante Tamandaré, está o almirante Henrique Boiteux, em *Os Nossos Almirantes*, 1921, 4.º volume. Não ocorreu ao autor, entretanto, destruir, mediante a documentação em que se abeberara, a versão de S. José do Norte, tão largamente espalhada.

6 — O distinto patricio Sr. Abeillard Barreto, Presidente da "Biblioteca Rio-Grandense", na exposição, anexa por cópia, que dirigiu ao Sr. Prefeito Municipal da cidade do Rio Grande, fêz diversas considerações, umas que honram o autor de *Tamandaré*, outras judiciosas e algumas infundadas.

As considerações infundadas do preclaro Sr. Abeillard giram em torno do nome "Rio Grande do Sul", o qual deveria ser atribuído à vila depois cidade, e não à Província. Desde que se afirme ao ilustre patricio que os livros mestres, nos quais se encontram os assentamentos dos oficiais da Armada Brasileira, de todos os tempos, dão única e expressamente, como regra de escrituração, os nomes das Províncias e dos Estados, nunca das localidades natais, que se acham escrituradas nos livros da antiga Academia de Marinha e Escola Naval, concluirá êle com o autor de *Tamandaré* que o nome Rio Grande do Sul, registrado no livro do Ministério da Marinha era e é por êste Ministério tido como nome da Província e não da Vila.

7 — Como quer que seja, concluindo o exposto, a contribuição ora enviada pela "Biblioteca Rio-Grandense", constante dos documentos anexos, merece tôda a deferência e os agradecimentos do Ministério da Marinha, tanto mais quanto só agora foram vistas pela *Divisão de História Marítima* peças tão valiosas e indispensáveis à biografia definitiva do grande Patrono da Armada Nacional.

(a) *Didio Iratim Afonso da Costa*
Capitão de Mar e Guerra, Chefe da EM-4



GABINETE DO MINISTRO DA MARINHA — Em 3-3-1943

À Divisão de História do E.M.A.

Para arquivar nessa Divisão.

(a) *Henrique Aristides Guilhem*



Rio de Janeiro, 3 de março de 1943.

Ilmo. Sr. Abeillard Barreto,

D. Presidente da Biblioteca Rio-Grandense.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do seu ofício de 12 de fevereiro do corrente ano, assim como da documentação que o acompanhou, um e outra relativos a um ponto da biografia do almirante Marquês de Tamandaré — o que se refere ao lugar exato do seu nascimento — a respeito do qual ainda não chegaram os historiadores a perfeito acôrdo.

Agradecendo a contribuição que, para elucidação do assunto, nos acaba de prestar a Biblioteca Rio-Grandense, junto envio a V. S. a informação que a respeito do mesmo me foi prestada pelo capitão de mar e guerra Dídio Iratim Afonso da Costa, Chefe da Divisão de História Marítima do Brasil e autor do livro — *Tamandaré*.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V. S. os protestos da minha distinta consideração.

(a) *Henrique Aristides Guilhem*

Ministro da Marinha



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

RECONHECIDA DE "UTILIDADE PÚBLICA" PELO DEC. 3.776, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1919

CIDADE DO RIO GRANDE — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

— 7958 —

Rio Grande, 27 de abril de 1943.

Exmo. Sr. Almirante Henrique Aristides Guilhem,

M. D. Ministro de Estado dos Negócios da Marinha,

Rio de Janeiro.

Foi com a maior satisfação que recebeu a "Biblioteca Rio-Grandense" a atenciosa missiva de V. Excia., datada de 3 de março

último, com referência ao ofício que lhe havíamos expedido em 12 de fevereiro também do corrente ano.

E essa satisfação ainda maior se tornou, ao nos chegarem hoje às mãos diversos exemplares do folheto publicado pelo honrado e ilustre historiador Comte. Didio Iratim Afonso da Costa, divulgando os documentos que tivemos a honra de encaminhar a V. Excia.

Esta atitude do consagrado escritor, atualmente no desempenho da Chefia de Divisão de História Marítima do Brasil, sobre ter sido inteligente e eficaz, demonstra uma probidade incomum, que desejo tanto mais evidenciar pela espontaneidade com que foi assumida.

E é congratulando-me com V. Excia., por ter a seu lado, como auxiliar prestimoso, o insigne patricio, que desejo expressar a V. Excia. os protestos reiterados da minha maior admiração e apreço, bem como os da mais elevada consideração,

pela "Biblioteca Rio-Grandense"

(a) *Abeillard Barreto*

Presidente



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Fundada em 15 de agosto de 1846

CURSOS NOTURNOS GRATUITOS

SEDE: CIDADE DO RIO GRANDE - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
RECONHECIDA DE "UTILIDADE PÚBLICA" PELO DEC. 3.776, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1919

Rio Grande, 26 de abril de 1944.

Prezado e ilustre patricio Comte. Didio Costa,

Corroborando a documentação que já tive o prazer de lhe enviar, quanto ao lugar de nascimento do Marquês de Tamandaré, junto agora novo depoimento de Alfredo Ferreira Rodrigues, constante de carta que escreveu ao Sr. Antônio da Cunha Barbosa, antigo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que, pelos termos da correspondência, era pessoa das relações da família daquele titular.

Conhecendo, como conheci, a honestidade do Sr. Alfredo Rodrigues, até nas minúcias históricas de somenos, tenho como valiosíssima a informação, coincidente com tantas outras já mencionadas.

Precisamente no local a que o extinto historiador se refere é que foi posta a placa memorativa do nascimento de Marques Lisboa, cujos

descendentes, por certo, é que solicitaram tal investigação, necessariamente por saberem ser ele aqui nascido e não em São José do Norte.

A prova circunstancial assim oferecida, desejaria que o ilustre patricio anexasse, por cópia, aos documentos que tive a honra de endereçar ao Sr. almirante Aristides Guilhem, m. d. Ministro da Marinha, para o arquivo de tal Secretaria.

Com muita satisfação receberei quaisquer ordens de V. S., a quem apresento, aproveitando o ensejo, os protestos do mais elevado apreço e grande admiração,

pela "Biblioteca Rio-Grandense"

(a) *Abeillard Barreto*

Presidente



Rio Grande, 20 de junho de 1897

Illmo. Sr. Dr. Antonio da Cunha Barbosa

Rio de Janeiro

Meu caro am.º

Há poucos dias pude saber ao certo onde ficava a casa em que nasceu o almirante Tamandaré e apresso-me em communicar-lhe o resultado de minhas pesquisas.

A casa do patrão-mor Francisco Marques Lisboa fazia a esquina das actuaes ruas Francisco Marques e Marechal Floriano, exactamente em frente ao sobrado onde está hoje o Banco Inglez. Nesse tempo a rua formava ali um becco, que ainda existia em 1839. Mais tarde a rua foi alargada e a casa demolida para esse fim.

Será favor comunicar essas informações á familia do ilustre almirante.

Disponha aqui, no que lhe puder ser util, do amigo que o espera breve.

(a) *Alfredo F. Rodrigues*

Do Montenegro ainda não tive cartas.

Carimbo da Biblioteca Rio-Grandense.

(Arquiva Alfredo Ferreira Rodrigues — Copiador n.º 1 — 1896/1898).

Confere com o original.

(a) *Abeillard Barreto*



SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1944.

Prezado e ilustre patricio Dr. Abeillard Barreto,

DD. Presidente da Biblioteca Rio-Grandense.

Atenciosas saudações.

Tenho o prazer de acusar o recebimento da sua missiva de 26 de abril, acompanhada de uma cópia da carta que o saudoso e ilustre Dr. Alfredo Ferreira Rodrigues escreveu ao Dr. Antônio da Cunha Barbosa, a 20 de junho de 1897, relativamente ao local da casa em que nasceu o almirante Tamandaré.

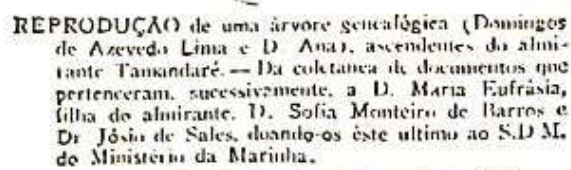
Muito grato pela remessa do precioso subsídio, cumpre-me dar-lhe a informação de que foi anexado aos documentos remetidos ao Sr. almirante Ministro da Marinha e arquivados no Serviço que dirijo.

Queira o nobre patricio aceitar protestos de perfeita estima e distinta consideração do

At.^o Ad.^{or} Ob.^{mo}

(a) *Dídio Iratim Afonso da Costa*
Capitão de Mar e Guerra, Diretor





Digitizado com CamScanner

II

FAMÍLIA MARQUES LISBOA

Francisco Marques Lisboa, Patrão-mor da Barra do Rio Grande do Sul.

C. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima.

Filhos:

- 1 — Maria Eufrásia Marques Lisboa
C. José Antônio Lisboa.
- 2 — Coronel Manoel Marques Lisboa.
- 3 — Francisco Marques Lisboa.
- 4 — Francisca Marques Lisboa
C. A. Damásio.
- 5 — Bárbara Marques Lisboa
C. Isidoro de Oliveira.
- 6 — General Henrique Marques Lisboa
C. Francisca de Assis.
- 7 — Eufrásia Marques Lisboa
C. José Marc Ewbank.
- 8 — Joana Marques Lisboa
C. Constantino Barbosa.
- 9 — José Marques Lisboa
C. Joana Marques de Sousa.
- 10 — Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré
C. Maria Eufrásia Lisboa.
- 11 — Major Vicente Marques Lisboa
C. Leocádia de Lima.
- 12 — Maria Joaquina (solteira).



Dos 12 filhos de Francisco Marques Lisboa existem descendentes dos seguintes:

- 1.º — D. Maria Eufrásia Marques Lisboa,
casada com o Conselheiro José Antônio Lisboa.

Filhos:

Miguel Maria Lisboa (B. de Japurá);

Maria Eufrásia Lisboa (casou c/ Tamandaré),
sobrinha de Tamandaré e outros que não deixaram descendentes.

- 2.º — General Henrique Marques Lisboa,
casado c/ D. Francisca Ferreira.

Tiveram 9 filhos, dos quais 7 morreram em naufrágio nas costas do Rio Grande do Sul.

Carlota Marques Lisboa casou c/ William T. Wright,
família Buarque de Macedo;

Maria do Carmo M. Lisboa casou c/ Dr. João Martins da Silva Coutinho,
família Martins Costa.

- 3.º — D. Francisca Marques Lisboa,
casada c/ José Ant.º Damásio.

1 filho (?).

- 4.º — D. Eufrásia Marques Lisboa,
casada c/ José March Ewbank.

Filhos:

Eufrásia March Ewbank, casada c/ Belchior Corrêa da Câmara;

Elisa March Ewbank e Fr.^{ca} March Ewbank;

Thomas March Ewbank, casado c/ Eufrásia Marques Lisboa, filha do Major Vicente Marques Lisboa;

Helena, José e E (?) March Ewbank.

- 5.^o — D. Joana Marques Lisboa,
casada c/ Constantino Ferreira Barbosa.
Filho:
José Joaquim Ferreira Barbosa, casado c/ Adelaide Me-
nezes de Mello Palhares.
Joana casou c/ Thomas Burnes.
- 6.^o — Conselheiro José Marques Lisboa,
casado c/ Joana Marques de Sousa.
Filhos e filhas casaram na Europa,
uma c/ o Marquês de Acapulco,
" c/ o Sr. Burdeau,
" c/ o banqueiro Laski (existem descendentes na
Inglaterra).
- 7.^o — Major Vicente Marques Lisboa,
casado c/ D. Leocádia de Lima.
- 8.^o — Joaquim Marques Lisboa,
casado c/ Maria Eufrásia Lisboa.



JOAQUIM M. LISBOA (TAMANDARÉ) — MARIA EUFRÁSIA LISBOA

Joaquim † — 45 dias.
Joaquim † — solteiro.
Francisco de Borja — casado c/ Henriqueta Coelho.
Maria Isabel † — solteira.
Maria Eufrásia † — solteira.
Francisca — casada c/ José Meireles †
Emília † — Raul † — Eurico †, todos
falecidos.

Dos filhos de Tamandaré, somente *Francisco de Borja* deixou
descendentes, a saber:

Joaquim Marques Lisboa — solteiro.

Henrique Marques Lisboa — casado c/ Alice Eiras

filhos: Otávio, médico (viúvo), filhos: Lúcio Otávio
Raul

Flávio, médico, casado c/ Palmira Couto

filhos: Sonia
Mariza
Sérgio
Nélson

Gilberto, casado c/ M. Adele M. Lisboa Robichez
filho: Vítor

Nair, casada c/ Roberto Freitas
filhos: Elsa
Eduardo

Heloisa, casada c/ Fernando Conde.

Paulo (falecido), casado c/ Amália

filha: Maria Isar.

Maria Luzia Marques Lisboa, casada c/ Léon Robichez

filhos: Irma, casada c/ Dr. Hedel Godois
Luzia

filhos: Luiz Robichez Sanchez
Gui Robichez Sanchez

Henriette

filhas: Liliane Robichez Ramos
Gilda Robichez Ramos

Marie Adele, casada c/ Gilberto M. Lisboa
filho: Victor

Maria Francisco, casada c/ Vanderlique Penna

filhos: Carlos
Jorge
Eduardo

Marguerite Marie, casada c/ André Cassinelli

filhos: Gilbert
Francis
Robert

Joseph Gaston Léon, solteiro.



Dos descendentes diretos do almirante Tamandaré só existem os filhos, netos e bisnetos do tenente *Francisco Marques de Lisboa*, filho do almirante.

Joaquim (solteiro).

Henrique	{	Otávio	} têm filhos
		Flávio	
		Gilberto	
		Nair	
		Heloisa	

Paulo (falecido) Maria Isar.

Maria Luzia (falecida — casada c/ Léon Robichez)	{	Irma	{	Aspirante Luiz Ro-
		Luzia		bichez Sanchez
				Gui René Robichez
				Sanchez
		Henriette	{	Liliane R. Ramos
				Gilda R. Ramos
				Maria Odete ...
		M. Francisca ...	{	Carlos
				Jorge
				Eduardo
		Margarida Maria	{	Gilberto
				Francis
				Robert
		Joseph		

Na linha colateral, vários irmãos e cunhados de Tamandaré deixaram descendentes:

General Henrique Marques Lisboa
 José Antônio Lisboa
 José March Ewbank
 José Marques Lisboa
 Constantino Barbosa
 Major Vicente Marques Lisboa.



ALMIRANTE JOAQUIM MARQUES LISBOA
(MARQUÊS DE TAMANDARÉ)

Filho de Francisco Marques Lisboa e de D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima, nasceu na cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, em 13-12-1807.

Voluntário, 4-3-1823. — 2.º tenente em comissão, 2-12-1825. — 2.º tenente efetivo, 22-1-1826. — Primeiro tenente, 12-10-1827. — Capitão-tenente, 22-10-1836. — Capitão de fragata, 15-5-1840. — Capitão de mar e guerra graduado, 14-3-1847. — Capitão de mar e guerra efetivo, 14-3-1849. — Chefe de Divisão, 3-3-1852. — Chefe de Esquadra, 2-12-1854. — Vice-almirante, 2-12-1856. — ALMIRANTE, 21-1-1867. — Reformado, 20-1-1890.

Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, 18-7-1841.

Oficial da Imperial Ordem da Rosa, 25-3-1846.

Comendador da Ordem da Torre e Espada, 5-5-1849.

Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, 11-3-1849.

Veador de S. M. a Imperatriz, 14-3-1855.

Conselheiro de Guerra, 1860.

Grã-Cruz da Imperial Ordem de Francisco José, 26-11-1860.

Comendador da Ordem de S. Bento de Aviz, 18-11-1861.

Ajudante de Campo do Imperador, 25-1-1862.

Barão com Grandeza, 14-3-1860.

Visconde, 18-2-1864.

Conde, 13-12-1887.

MARQUÊS, 16-5-1888.

Faleceu no Rio de Janeiro, 20-3-1897.



CÓPIA DA RELAÇÃO DAS CONDECORAÇÕES PERTENCENTES AO ALMIRANTE REFORMADO *MARQUÊS DE TAMANDARÉ*, ESCRITA POR SUA FILHA D. MARIA EUFRÁSIA MARQUES LISBOA, COM DATA DE 5 DE ABRIL DE 1897.

(O ALMIRANTE FALECEU EM 20 DE MARÇO DE 1897)

Grão Dignitário da Rosa (Colar).

Dignitário do Cruzeiro.

Grão Cruz de Aviz.

Grão Cruz Austríaca Francisco José.

Grão Cruz da Rosa.

Comenda da Rosa.

Comenda de S. Bento de Aviz.

Comenda do Cruzeiro.

Comenda da Torre e Espada (Portuguesa).

Comenda Austríaca Francisco José.

Medalha Oval da Guerra de Independência.

Medalha Cruz (17-9-1824).

Medalha Campanha do Uruguai.

Medalha Rendição de Uruguiana.

Medalha (bronze) Bravura Militar da Guerra do Paraguai.

Medalha Argentina.

Medalha Oriental (deve estar no Quartel General).

Medalha com laço de brilhantes das Senhoras de Montevidéu
(desapareceu, só ficando o estojo com as armas Orientais).

Passador de Ouro com o algarismo 3.

Cordões de Ajudante de Campo.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1897.

Cronômetro de Ouro oferecido pelo Govêrno Inglês.

Medalha de Ouro ofrecida pela *Liverpool Shipwreck Human Society*, ambas com dedicatórias, e a medalha acompanhada de um oficio de *Lord Mayor de Liverpool* (Salvamento de 160 vidas do incêndio do *Ocean Monarch*).

Espada de Ouro com dedicatória.

Quadro (por di Martino), representando o salvamento da nau *Vasco da Gama*.

Chave de Camarista.

2 espadins.

2 pistolas.



DOCUMENTO SÔBRE O PAI DO ALMIRANTE TAMANDARÉ

"CARTA DE CONFIRMAÇÃO A FRANCISCO MARQUES LISBÔA
DA PROPRIEDADE DO OFFICIO DO PATRÃO MÓR DO PORTO DO RIO
GRANDE DE S. PEDRO.

Dom João p.^a Graça de Deos Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d'aquem, e d'alem, Mar em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &. Faço saber aos que esta minha Carta virem que reprezentando-Me *Francisco Marques Lisbôa*, pelo Meu Concelho do Almirantado, ao qual comete a Nomeação Provimto de Patroens Móres das Ribeiras de todos os Portos, pertencentes á Minha Real Corôa, fosse servido provello no Lugar de Patrão Mór do Porto do Rio Grande de S. Pedro do Sul que já se achava servindo por Carta passada pelo Vice Rei da quelle Estado: E constando-Me igualmente do merecimento, entelligencia, e mais circunstancias, que concorrem na pessoa do ditto *Francisco Marques Lisbôa*: Hey por bem fazer-lhe Mercê da Propriedade do ditto Officio de Patrão Mór do Porto do Rio Grande de S. Pedro do Sul como mera Serventia Vitalicia, em quanto eu não mandar o contrario, podendo uzar do Uniforme de Segundo Tenente da Minha Armada Real em quanto o servir, e com a qual vencerá o Ordenado próes e precalços que directamente lhe pertencerem, e gozará dos Privilegios, e izenções, que como tal lhe com-

petirem, com declaração que se Eu For Servido extinguir o ditto Officio lhe não ficará por isso obrigado á Minha Fazenda a satisfação alguma Pelo que: Mando ao Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil o deixe servir de baixo da mesma posse, e juramento, que já lhe foi dado e do Governo do Rio Grande de S. Pedro do Sul, Intendente da Marinha, do ditto Porto, Ministros, e mais pessoas aquem o conhecimento desta Pertencer o tenham, e conheção por tal Patrão Mór. E pagou de Novos Direitos cincoenta mil reis que se carregarão do Tezoureiro delles a fls. 197 do L.^o 36 da sua receita, como constou por conhecimento enforma Registrada a fls. 222, do L.^o 69 do Registo Geral. E para firmeza de tudo lhe Mandeí passar esta Carta, que se cumprirá inteiramente como nella se contem sendo passada pela Minha Chancelaria Mór da Côrte e Reyno. O Principe Regente Nosso Senhor o Mandou pelos Concelheiros do Almirantado abaixo assinados, ambos do seu Concelho. *Eugenio Diogo da Costa Lima* a fez. Dada em Lisbôa aos vinte de Julho de mil oito centos e quatro. *Antonio Pires Alvares de Miranda* a fez escrever — *Antonio Januario do Valle* — *Pedro de Mendonça de Moura*. — Por Despacho do Concelho do Almirantado de treze de Julho de mil oito centos e quatro — Registrado nesta Secretaria do Concelho do Almirantado no L.^o competente a fls. 29, e pagou de feitio mil e oito centos reis. Lisbôa vinte quatro de Julho de mil oito centos e quatro — *Eugenio Diogo da Costa Lima* — Pagou Mil reis de Sello. Lisbôa trez de Agosto de mil oito centos e quatro. — *Oliveira* — Nesta Secretaria do Registo Geral das Mercez fica Registrada esta Carta. Lisbôa onze de Agosto de mil oito centos e quatro *Estevão de Moraes Sarmiento, e Oliveira* — *Diogo Ignacio de Pina Manique* Pg. duzentos reis, e de Avaliação dez mil reis; e aos Officiaes dois mil e cincoenta reis. Lisbôa dezoito de Agosto de mil oitocentos e quatro. — *D. Miguel José da Camara Maldonado*. Registrada na Chancelaria Mór da Côrte, e Reyno no L.^o dos Officios, e Mercez a fls. 34. Lisbôa dezoito de Agosto de mil oito centos e quatro — *Matheos Rodrigues Vianna* Cumpra-se como S.A.R. manda e Registese nas partes que tocar. Rio dois de Março de mil oito centos e cinco — *Dom Fernando José de Portugal*". .

(Arquivo Nacional — Coleção 64 — Livro 31 — Fls. 94, 94v, 95 e 95v).

Cop.^{da} por R. M.



BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

RECONHECIDA DE "UTILIDADE PÚBLICA" PELO DEC. 3.776, DE 1.º DE OUTUBRO DE 1919
CIDADE DO RIO GRANDE — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Rio Grande, 2 de dezembro de 1944.

Exmo. Sr. Almirante Aristides Guilhem,

M. D. Ministro de Estado dos Negócios da Marinha,

Rio de Janeiro.

Em ofício de 12 de fevereiro de 1943, a que respondeu seu amavel obsequio de 3 de março do mesmo ano, teve esta "Biblioteca Rio-Grandense" a satisfação de remeter a V. Excia. uma prova de que foi esta a cidade que serviu de berço ao glorioso almirante Tamandaré.

Perseverando no mesmo propósito de oferecer a V. Excia. o mais amplo e completo documentário a respeito, obtivemos agora, nessa capital, na Matriz de Nossa Senhora da Glória, a certidão de casamento do então capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa com D. Maria Eufrásia Lisboa, no qual assentamento fica evidenciado ser o primeiro "natural e batizado na Matriz da cidade do Rio Grande de S. Pedro do Sul".

Pudessem ainda restar dúvidas quanto à legitimidade da declaração do próprio Tamandaré, constante do telegrama enviado à Câmara Municipal "de sua terra natal", esta certidão ora aqui junta vem pôr definitiva e irretorquível solução ao caso, afirmando o Rio Grande como berço do ilustre marinheiro.

Como de outra feita, termino por solicitar a V. Excia. a divulgação do documento em qualquer das publicações dêsse Ministério, todas elas de elevado cunho, ao mesmo tempo em que solicito seja ele conservado junto à fé-de-ofício do digno patrono da Marinha de Guerra Brasileira.

É-me grato, com o ensejo, apresentar a V. Excia. os protestos reiterados de nossa mais elevada consideração,

pela "Biblioteca Rio-Grandense"

(a) *Abeillard Barreto*

Presidente





Viscondessa de Tamandaré

†1.º de agosto de 1869

MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

PRAÇA DUQUE DE CAXIAS — RIO DE JANEIRO

Certifico que a fls. 81 v.º do Livro 1.º de assentamentos de Casamentos desta Paróquia, encontra-se o seguinte:

CAP. TEN. JOAQUIM MARQUES LISBOA

com

D. MARIA EUFRÁSIA LISBOA

Aos quinze de outubro de mil oitocentos e cinquenta e três, nesta Matriz da Glória, dando busca no arquivo desta Igreja, encontrei uma Provisão de Casamento concedida pelo Ilmo. Vigário Capitular *Scde Vacante*, Mons. Francisco Correia Vidigal e nela a certidão do teor seguinte: — “Certifico que, em observancia da licença supra, recebi em matrimonio, na forma do Concilio Tridentino e Constituição do Bispado, os contraentes, digo, uma certidão em que consta que, aos dezenove de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e oito, o Revmo. Conego Pedro Bandeira de Gouvêa, em virtude da Provisão retro e de licença do Reverendo Vigario Manoel da Piedade Vallongo de Lacerda, assistiu ao Santo Sacramento do Matrimonio, que com palavras de presente, contrairam os nubentes Capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa e D. Maria Eufrasia Lisboa, ele filho leg. de Francisco Marques Lisboa e D. Eufrasia Joaquina de Azevedo Lisboa, natural e batizado na Matriz da cidade do Rio Grande de S. Pedro do Sul e ela filha leg. do Conselheiro José Antonio Lisboa e de D. Maria Eufrasia Lisboa, natural e batizada na freguezia de S. José desta Corte; foram testemunhas Francisco Marques Lisboa e José Antonio Lisboa, que assinaram com o Reverendo Ministro na Provisão de Casamento arquivada nesta Igreja; do que fiz este assento por autorização de s. excia. revdma., arquivada nesta Igreja”.

O Coadjutor — *P.º Francisco Martins do Monte.*

Nada mais se continha no dito assentamento que fielmente fiz copiar do original a que me reporto.

Ita in fide Parochi

Matriz de Nossa Senhora da Glória, 17 de novembro de 1944.

(a) *P.º Jorge O'Grady de Paiva*

Coadjutor



AUTÓGRAFO DE JOAQUIM MARQUES LISBOA



Livre de Registro de ofícios de 1851 - 1852 da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro.

Número de registro no Arquivo da Marinha: 4962.



NOTAS OFERECIDAS POR LÉON ROBICHEZ

Na cidade de S. Pedro, Província do Rio Grande do Sul, na rua Francisco Marques, nasceu Joaquim Marques Lisboa, a 13 de dezembro de 1807.

Seus pais foram o capitão Francisco Marques Lisboa e D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima e Alarcão.

O capitão Francisco Marques Lisboa, seu irmão Antônio Marques de Oliveira, seus primos Venâncio José Lisboa, Carvalho Rocha, e o tio Serra vieram de Portugal convidados por outro primo, o capitão José Antônio Ribeiro.

Lê-se na biografia do Conselheiro José Antônio Lisboa, apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo Sr. Conselheiro Barão de Cairú, em 5 de dezembro de 1851 (da Revista trimestral do Instituto H., tomo XV, n.º 5):

"O Cons. José Antônio Lisboa era filho legítimo do capitão José Antônio Ribeiro, que tendo perdido todos os seus bens pelo terremoto de 1.º de novembro de 1755, em Lisboa, passou-se para o Brasil e dedicou-se ao comércio, em que adquiriu fortuna, etc."

O capitão José Antonio Ribeiro veio para o Brasil com sua esposa D. Bárbara da Conceição Ribeiro, um cunhado sacerdote e uma cunhada que quis ser freira, fez votos no Convento de Nossa Senhora

d'Ajuda que se fundou aqui no Rio de Janeiro e chegou a ser Abadessa dêsse Convento.

No Rio de Janeiro ficaram quase todos os parentes vindos de Portugal. Os irmãos, capitão Francisco Marques Lisboa e Antônio Marques de Oliveira, estabeleceram-se na então vila de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Eram ambos filhos de Luiz Marques de Oliveira e de D. Teresa Ribeiro Fidalgo.

Por Decreto de 25 de março de 1808, foram declarados Francisco Laranja, Patrão-Mor do Arsenal Real da Marinha; Joaquim da Costa Pôrto, Pilôto-Mor da Barra do Pôrto do Rio de Janeiro e *Francisco Marques Lisboa*, Patrão-Mor Vitalício do Pôrto do Rio Grande do Sul.

O Decreto e Alvarás que autorizaram as declarações acima são os seguintes: 1.º para Criar o lugar de Pilôto-Prático da Barra do Pôrto do Rio de Janeiro.

2.º *Decreto* — “ Havendo-Me representado Francisco Marques Lisboa, Patrão Mor do Porto do Rio Grande de S. Pedro do Sul, que sendo frequentes as perdas, que experimentavam as embarcações tanto na entrada como na sahida d'aquella Barra, do que resultou grande damno ao Commercio, se offerecera a prestar á sua custa todos os soccorros necessarios para se evitar as referidas perdas, obrigando-se a ter sempre promptas uma catraia e uma lancha com a competente tripulação e os appparelhos necessários para acudir ás embarcações, o que com effeito poz em pratica, mostrando a experiencia a grande utilidade, que d'aqui resultará ao commercio, pedindo-me por esse motivo o Privilegio vitalicio e privativo para que elle somente servisse de Pratico do referido Porto, e tendo consideração ao referido, e á informação que a este respeito deu o respectivo Governador, Hei por bem fazer-lhe mercê do lugar vitalicio de Patrão Mór do Porto do Rio Grande de S. Pedro do Sul com privilegio exclusivo de servir de unico Pratico do mesmo Porto, com a obrigação de conservar á sua custa o Estabelecimento, que se acha em pratica, e sendo obrigados os proprietarios das embarcações a pagar-lhe por cada uma dellas dez mil reis de entrada, e outra igual quantia de sahida.

“ O Conselho do Almirantado o tenha assim entendido, e nesta conformidade lhe mande passar os Despachos necessários. Palacio de Queluz em quatorze de Agosto de mil oitocentos e quatro. — Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor — Registrado a fl. 240 — Cumpra-se 29 de Agosto de 1807. — Com humra rubrica do Conselheiro Vice Presidente.

Pago 400 reis de sello.

Rio 23 de Outubro de 1807

Alvares Nog.^{va}

Na Impressão Regia.

NOTA ESCRITA POR TAMANDARÉ
(ARQUIVO DO MESMO)

"A 13 de dezembro de 1807, nasci na cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em cuja Catedral recebi os Santos Óleos, pois fui batizado ao nascer por apresentar perigo de vida. Foram meus padrinho e madrinha de batismo o tenente general Manoel Marques de Souza e sua espôsa D. Joaquina de Azevedo Lima (mãe de sua mãe).

Vindo com minha família para o Rio de Janeiro, aqui chegámos em janeiro de 1813". (Foram morar na chácara da Praça da Glória n.º 2 que seu pai fizera construir (Largo do Machado).

Entrou para um colégio na rua do Lavradio. Ao Diretor Sr. Carvalho fazia os maiores elogios. Muito o impressionaram os constantes esforços empregados pelo Sr Carvalho na educação dos seus alunos. Graças à perseverança dêsses esforços conseguiu êle que os meninos se tornassem corteses. Entre outras coisas contava que logo que os alunos ouviam os passos do Sr. Carvalho levantavam-se e silenciosos ficavam nos seus lugares. Apenas entrava o bondoso professor, todos em côro o saudavam dizendo: "Muito bons dias, Sr. Carvalho". Êle, tirando o gorro, cumprimentava respondendo: "Muito bons dias, meus senhores". A saudação e principalmente o "meus senhores" encantavam os pequeninos que tinham na maior parte de 7 a 9 anos de idade.

Entre todos seus condicípulos, era seu predileto José Pereira Rêgo, que foi o notável médico Barão do Lavradio.

Diz P. de Leri Santos (*Contemporâneos do Brasil*, n.º 2, 1876): "Desde a infância, Marques Lisboa denunciava um porvir grandioso que o aguardava: nos brinquedos da idade de inocência patenteava-se-lhe a vocação para homem do mar.

Chegando ao Rio de Janeiro, foram as Procissões seu primeiro entusiasmo. Pertencendo a uma família que não escondia seus sentimentos religiosos, foi logo convidado, bem como seu primo-irmão, João Soares de Paiva (foi Comendador e salientou-se em diversos cargos, mórmente no de Tesoureiro da Alfândega do Rio de Janeiro).

As duas irmãs, D. Bernardina de Lima Soares de Paiva e D. Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima Marques Lisboa, ufanas, preparavam os filhos ainda de idade de servirem de anjos. Em pouco tempo, tornaram-se os dois primos figuras indispensáveis. Eram fortes, andavam com desembaraço e não cansavam.

Alguns meses antes da morte do almirante, na chácara da Gávea, os dois primos, recordando os anos da sua existência, que sabiam estar prestes a findar, conversaram animadamente a respeito daquele tempo. Das suas ascensões e escorregadelas pela pedreira da hoje "Casa de Saúde de S. Sebastião" que o capitão Francisco Marques Lisboa estava então construindo. Das fogueiras de Santo Antônio, S. João e S. Pedro e das Procissões.

"Te lembras, Joaquim, quanto apreciávamos os cartuchos de amêndoas. Tínhamos notado que os maiores e mais bonitos eram sempre para nós. Como achávamos bonita a imagem da Virgem com as joias dadas por tia Eufrásia, tua mãe! Como eu ficava envergonhado, João, por me fazerem as moças festas, e me quererem tôdas beijar".

O guarda-livros do Comendador Soares de Paiva, levava João pela mão; um dos principais empregados do capitão Marques Lisboa segurava a mão de Joaquim.

(Escrito por Tamandaré) "Completando minha educação primária, escolhi seguir a vida marítima, preferindo meu pai que eu me dedicasse à mercantil, pelo desgosto que sentia da morte de meu irmão Francisco, ao serviço da Marinha Inglesa. Faleceu vitimado pela peste em Jafa, a bordo de uma fragata em que estava como guardamarinha".

Continuou Joaquim seus estudos, a todos preferindo o das matemáticas. Matriculou-se na Escola de Inglês do Padre Trilby. Aí conheceu e logo afeiçou-se a Francisco Manoel Barroso, mais idoso que êle dois anos. A casa em que lecionava o Padre Trilby é hoje propriedade e residência de Francisco Barroso.

"Meu pai me ensinou então os rudimentos de navegação até poder fazer o ponto estimado; e com êste preparatório embarquei como Praticante de Pilôto na escuna *Eufrásia*, de sua propriedade, e com êle fiz viagem para o Rio Grande do Sul". "Tinha então 13 anos de idade. Fui praticando desde logo a obrigação, e marcar ponto de partida; observar latitude, marcar ponto, medir linha de barca e com ela o andar do navio; vigiando quarto com o capitão da escuna". "A viagem correu regularmente bem e nos quatorze dias que decorreram, meu pai e o capitão julgaram que eu desempenhara bem o meu trabalho e aplicação à manobra".

"Após quatro meses de estadia para descarregar e carregar, tornamos a sair para o Rio de Janeiro, ficando meu pai no Rio Grande".

“A viagem correu sem novidade, com ventos variáveis e calmos nos oito primeiros dias até o paralelo do cabo de Santa Marta. O capitão caiu então enfêrmo com uma forte bronquite. O vento tornou-se para o quadrante NE e variantes por uns dez dias”. “A direção da navegação ficou a meu cargo, e a manobra à do contra-mestre que era mui hábil homem do mar”. “No dia da chegada ao pôrto o capitão que sempre revia o ponto estimado que eu lhe apresentava, achando-se melhor levantou-se, e disse que se o ponto estava certo, devíamos ter a ilha Redonda à proa, o que duas horas depois vimos realizado a ilha através da neblina a 8 milhas de distância”. “Fui então muito felicitado por êle e pelo contra-mestre e no dia seguinte pelo sócio de meu pai, o muito respeitado negociante Tomé Ribeiro de Faria”.

Contava Tamandaré que os lances mais importantes de sua vida, não o impressionaram mais do que êste. Só compreendeu que grande responsabilidade assumira, êle tão criança, quando o capitão lhe disse: Se seu ponto está certo a Redonda está à proa. Tinha desempenhado aquilo de que o incumbiram com o maior escrupulo e atenção. Desejava tanto agradar a seu pai! Desejava tanto provar que tinha jeito para vida do mar! Com o óculo de alcance principiou a correr o horizonte. No fim de duas horas ficou radiante. Louvado Deus! Nem a bombordo nem a estibordo! Bem à proa estava a Redonda.

O Sr. Tomé Ribeiro de Faria, ufano pelo que acabava de praticar o filho de seu amigo e sócio, levou-o à Praça do Comércio, e aos mais importantes negociantes apresentou o jovem capitão, que completara 14 anos de idade. Muito elogiaram a criança e procuraram convencê-la de que devia ir completar seus estudos na Metrópole e entrar para a Marinha Real. Joaquim declarou que não queria deixar o Brasil. Não puderam convencê-lo.



ORIGEM DO TÍTULO “TAMANDARÉ”

Quando o Imperador foi em 1859 visitar as províncias do norte, a divisão naval que o transportava era comandada pelo Chefe de Esquadra Joaquim Marques Lisboa.

No regresso ao Rio de Janeiro, fundeou a divisão no pôrto de Tamandaré, em Pernambuco. Aí pediu licença Marques Lisboa ao Imperador para trazer em um dos navios os restos mortais de seu

irmão Manuel Marques Lisboa Pitanga, que se achavam enterrados no cemitério de Tamandaré, a fim de depositá-los no túmulo da família, no Cajú. Quis o Imperador saber como tinha falecido naquela pequena vila um irmão do Chefe de Esquadra Lisboa, e referiu-lhe este que Manuel Marques Lisboa Pitanga, depois de combater como voluntário na guerra da independência, aderira à revolução de 1824, que pretendia fundar a Confederação do Equador. Aí em Tamandaré comandava ele uma força revolucionária que foi atacada e vencida por outra do governo, depois de renhido combate, em que Pitanga praticara atos de heroísmo, preferindo deixar-se matar, do que a entregar-se.

Ouvida essa revelação, ordenou o Imperador que a trasladação dos restos de Pitanga a bordo do navio que os devia levar fôsse feita com tôdas as honras devidas a um militar valente e pundonoroso, por ilegítima que fôsse a causa que defendia.

Mais tarde, quando o Imperador quis distinguir o Chefe de Esquadra Marques Lisboa com um título, o ministro Pais Barreto propôs um título do Rio Grande do Sul, província da qual era oriundo aquele militar. Mas o Imperador atalhou-o dizendo que queria que ele fôsse *Barão de Tamandaré*, em recordação da gloriosa morte daquele irmão.

E assim sucede de que o título *Marquês de Tamandaré* tem uma origem republicana.

Henri Raffard



JOAQUIM MARQUES LISBOA
ALMIRANTE MARQUÊS DE TAMANDARÉ

Data do nascimento: 13 de dezembro de 1807.

Local de nascimento: Cidade de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Falecimento: às 17.30 hs. do dia 20 de março de 1897 (colapso cardíaco).

Local do falecimento: Rio de Janeiro (D. F.), à rua Marquês de São Vicente n.º 75 — Gávea.

Sepultamento: O féretro saiu da residência do extinto às 17.00 hs. do dia 21 para o cemitério de São Francisco Xavier, cujos portões foram transpostos às 19.00 hs., com um acompanhamento de cerca de 50 carros.

Local, no cemitério, em que foi sepultado: Carneiro n.º 2 833, do primeiro quadro — jazigo da respectiva família.

(Vêr noticiário de seu falecimento no *Jornal do Brasil* e *Jornal do Comércio*, dos dias 21 e 22 de março de 1897).



COMO O JORNAL DO BRASIL NOTICIOU A MORTE DO ALMIRANTE TAMANDARÉ, A 21 E A 22 DE MARÇO DE 1897.

Está de luto a Marinha Nacional!

Está de luto a Pátria!

Expirou ontem, às 5 horas da tarde, em sua residência à rua Marquês de S. Vicente, Gávea, Joaquim Marques Lisboa, almirante reformado da Armada Nacional, Marquês de Tamandaré.

Marinheiro da Independência, marinheiro no Império, marinheiro ainda na República, e sua história é a história da Marinha Brasileira.

Pode-se dizer que êle compartilhou sempre de tôdas as glórias que sôbre os mares conquistaram as nossas armas; que o seu coração sentiu tôdas as emoções que abalaram as almas da maruja denodada ao fumo das batalhas e que ouviu os hinos de tôdas as vitórias que fizeram tremular resplendente e altivo o pavilhão nacional.

E se o orgulho pode alentar os espíritos superiores, se o amor próprio é sentimento que abata os espíritos fortes e intrépidos dos heróis, Tamandaré teria motivos para deixar se arrebatado por êles, pois foi daqueles que tiveram a justa satisfação de se verem consagrados nas bênçãos da pátria e que se sentem imortais em vida.

O seu nome já se havia tornado uma legenda. A Marinha Nacional olhava-o como um marco glorioso de suas tradições; e da auréola de suas cãs fizera o farol que a condiziria às conquistas grandiosas do futuro.

As esquadras estrangeiras guardavam respeitosa as narrativas de seus feitos e a memória do seu valor, como um estalão que se poderia aferir por todos grandes timoneiros audazes que têm afrontado as fúrias oceânicas e desfraldado as velas enfunadas no caminho das glórias imperecíveis. E a prova disso a deu, há pouco, a formosa

frota argentina que ancorou em nosso pôrto e que foi logo à modesta morada do velho almirante levar-lhe as suas entusiásticas saudações.

Para a Pátria, porém, a morte de mais êste grande filho não é um simples acidente lutuoso, é um verdadeiro acontecimento nacional.

Tamandaré, para ela, acaba de ter a trasladação para posteridade, porque na história êle já vive em nossos triunfos, na apoteose de todos os heroísmos e de tôdas as bravuras que fizeram da nossa marinhagem a primeira da América do Sul. É o seu nome, eternizado na proa de um dos nossos mais belos cruzadores, há de continuar a levar, orgulhosa e vencedora, a nossa bandeira a tôdas as plagas em que fôr preciso vingar a honra nacional, ou fazer cintilar os esplendores da civilização e da grandeza imorredoura de nossa Pátria.

(21 de março de 1897)

Nasceu o almirante Tamandaré na então província do Rio Grande do Sul, em 13 de dezembro de 1807, contando agora perto de 90 anos.

Assentou praça na Armada, como voluntário, a 4 de março de 1823.

Foi promovido a 2.º tenente graduado a 2 de dezembro de 1825, obtendo a efetividade do mesmo pôsto em 22 de janeiro do ano imediato.

A 12 de outubro de 1827, conquistou o pôsto de 1.º tenente e a 22 de outubro de 1836 o de capitão-tenente.

A capitão de fragata foi promovido em 2 de dezembro de 1839, e a capitão de mar e guerra graduado, em março de 1847. Conseguiu a efetividade do mesmo pôsto a 14 de março de 1849.

Foi promovido a Chefe de Divisão, em 3 de março de 1852, e a Chefe de Esquadra, em 2 de dezembro de 1854.

No mesmo dia e mês do ano de 1854, obteve a patente de vice-almirante e a de almirante, em 21 de dezembro de 1867.

O Governo Provisório, tendo promulgado o decreto da reforma compulsória dos oficiais do Exército e Armada, excetuou das suas disposições o benemérito oficial e mandou considerá-lo em atividade, como almirante extraordinário, durante tôda a vida.

O Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada convidará hoje os oficiais de Marinha e classes anexas a tomarem luto por oito dias.

Pelo mesmo espaço de tempo serão suspensas as retretas e ensaios das bandas de música dos corpos da Armada.

O almirante Marquês de Tamandaré faleceu, como dissemos, às 5 horas da tarde, vítima de uma síncope cardíaca.

O finado deixou testamento, que foi aberto pelo Dr. J. Calheiros, juiz da 7.^a pretoria.

São seus testamenteiros: 1.^o, sua filha a Exma. Sra. D. Maria Eufrásia Marques Lisboa; 2.^o, o conde Diniz Cordeiro, tendo determinado, antes de morrer, que fôsse a referida sua filha a herdeira da terça.

Os desejos do finado foram os seguintes: 1.^o, ser carregado seu corpo por marinheiros, tanto para o carro como dêste para a sepultura; 2.^o, que o seu caixão fôsse coberto com a bandeira que êle defendera até vê-la vitoriosa.

Sua Exma. filha pediu-nos que declarássemos que o Marquês de Tamandaré dispensara as honras militares em sucessivos pedidos que êle fizera em vida.

À hora em que vímos o legendário almirante (9½ da noite), estava o seu cadáver colocado em uma cama portátil, no meio do salão.

Parecia dormir, tal era a expressão da sua fisionomia.

Rodeavam-no sua família desolada e diversos amigos.

O pároco da Gávea rezava e o Conde Diniz Cordeiro preparava não só os papéis relativos ao testamento, como outros deixados pelo almirante.

O atestado de óbito foi passado pelo Dr. Celso dos Reis.

O entêrro sairá hoje, às 4½ da tarde, da casa n.^o 75 da rua Marquês de S. Vicente para o cemitério de S. Francisco Xavier.

Às 7 horas da noite de ontem transpunha o portão do cemitério de S. Francisco Xavier o côche fúnebre que conduzia o cadáver de Joaquim Marques Lisboa, almirante e Marquês de Tamandaré.

Acompanhavam o côche cerca de quarenta carros, conduzindo amigos e admiradores do bravo e patriótico almirante.

Os restos mortais do respeitável marinheiro foram sepultados no carneiro n.º 2 833 do primeiro quadro, onde existe o jazigo da respectiva família.

O préstito fúnebre saiu da casa da residência do finado, à rua Marquês de S. Vicente, na Gávea, às 5 horas da tarde.

Entre as pessoas que levaram a última homenagem ao morto, notamos os Srs:

Capitão Neiva de Figueiredo, representando o Sr. Presidente da República; Ministros da Guerra e da Marinha e ajudante general do Exército, acompanhados de seus ajudantes de ordens; capitão-tenente Gomes Pereira, representando o chefe do Estado-Maior-General da Armada; inspetor do Arsenal de Marinha desta capital, acompanhado de seu ajudante de ordens; almirante Jaceguai; sub-chefe do Estado-Maior-General da Armada; capitães-tenentes Bacelar e Ludgero Mota, representando o Clube Naval.

Além de outras grinaldas, que cobriam o caixão, existia uma riquíssima, oferecida pela Escola Naval.

Ao baixar o corpo à sepultura falaram os Srs. almirantes Jaceguai e Inácio da Fonseca.



ALMIRANTE TAMANDARÉ

Admiradores do valente almirante Tamandaré, que acaba de finar-se resolveram instituir uma corporação beneficente que se propõe a perpetuar o nome dêsse velho e legendário marinheiro, glória da Armada e da Pátria brasileira, denominando-a "Associação Beneficente Almirante Tamandaré".

As adesões contam-se já em grande número, tal o respeito e simpatia que possuía o inolvidável servidor da Pátria em tôdas as classes sociais.

A diretoria do Clube Familiar da Piedade, reunida em sessão de ante-ontem, ao saber da notícia do falecimento do bravo almirante Tamandaré, resolveu lançar em ata um voto de profundo pesar pela sentida perda que sofreu a nação, e hastear a meio pau o pavilhão social.

(22 de março)



“ORDEM DO DIA N.º 62, DE 22 DE MARÇO DE 1897,
DO QUARTEL GENERAL DA MARINHA

Falecimento.

Com verdadeira mágua, comunico à Armada Nacional o passamento do ínclito almirante Joaquim Marques Lisboa, ilustre ancião que, pelos seus elevados dotes morais, pelo seu acrisolado patriotismo e pela relevância dos seus serviços, tornou-se credor da veneração dos brasileiros e soube inscrever com traços indeléveis o seu glorioso nome nas mais fulgentes páginas da história pátria.

A Marinha Nacional lamenta profundamente a perda de tão benemérito Chefe, verdadeiro atleta, sôbre quem selaram-se as portas da morte, mas cuja memória há de perdurar como um incitamento às mais nobres ações, como símbolo de suas glórias, e eu, que me ufano de haver sido seu discípulo, convido, de ordem do Sr. Ministro da Marinha, todos os meus camaradas a tomarem luto por 8 dias, em testemunho do pesar que nos vai n'alma.

(a) *Julio Cezar de Noronha*
Chefe do Estado-Maior General”

(Cópia extraída das Ordens do Dia do Q. G. da Marinha — 1897 -- página 195).

Serviço de Documentação da Marinha, 18 de agosto de 1949.



ALMIRANTE REFORMADO

Marquez de Tamandaré



O 2º tenente honorario Joaquim Marques Lisboa, Izabel Marques Lisboa, Maria Eufrazia Marques Lisboa, Francisca Marques Lisboa Meirelles (ausente), José Pedro de Souza Meirelles, Emilia Lisboa Meirelles (ausente), Raul Lisboa Meirelles (ausente), Eurico Lisboa Meirelles (ausente), Joaquim Marques Lisboa Sobrinho, Henrique Marques Lisboa, Maria Luiza Marques Lisboa, Maria Marques Lisboa, Paulo Marques Lisboa, baroneza de Japurá (ausente), seus filhos e netos, Bernardina Bello Lisboa, seus filhos, enteados e netos, Helena March Ewbank, Carlota Lisboa Wight (ausentes) e seus filhos, Francisca Coutinho Buarque de Macedo, Manoel Buarque de Macedo, Fernando Lisboa Coutinho, Joaquina Lisboa Laski (ausente) e seus filhos, Mathilde Lisboa Bourdeau (ausente) e seus filhos, Maria Marques Lisboa (ausente), Augusta de Siqueira (ausente), Antonio de Siqueira (ausente), Antonio Marques Barboza, Eufrazia Lisboa Ewbank (ausente), e seus filhos, Guilhermina Lisboa Schimidt e seus filhos, Vicente Marques Lisboa e seus filhos, Dr. Henrique Marques Lisboa e seus filhos, Maria Eufrazia Lima Campos, contra-almirante reformado Jeronymo Pereira de Lima Campos, Maria Joaquina da Camara Coutinho, Dolores Ewbank da Camara, Joanna Barbosa Burbs, Marianna Barbosa da Silva, Delfim Moreira da Silva; filhos, genro, netos, cunhados e sobrinhos do almirante reformado MARQUEZ DE TAMANDARÉ, convidam a seus parentes e amigos, á armada, ao exercito, a assistirem ás missas, que pelo repouso eterno de sua alma se hão de celebrar, amanhã, sexta-feira, 26 do corrente, ás 9 horas, na capella do Sagrado Coração de Jesus, em Botafogo.

III

VOLUNTÁRIO JOAQUIM MARQUES LISBOA

ALMIRANTE TAMANDARÉ

Ilmo. Exmo. Sr.

Em consequência das ordens do Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz da Cunha Moreira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, é V. M.^{cê} nomeado para embarcar na qualidade de Voluntário, vencendo somente a ração, a bordo da fragata *Niterói* que comanda o capitão de fragata João Taylor, a quem V. M.^{cê} se apresentará, ficando na inteligência que deverá exercitar a bordo todas as práticas, e serviços pertencentes a piloto, e marinheiro, e que para entrar em oficial de Patente na Marinha Imperial, deve o seu comandante informar bem do seu comportamento, inteligência e conduta.

Deus Guarde a V. M.^{cê}

Quartel General da Marinha em 4 de março de 1823.

(a) *João Justiniano Gomes da Silva*
Ajudante de Ordens

Sr. Joaquim Marques Lisboa.

Registe-se, e façam-se os assentos necessários.
Intendência da Marinha do Rio de Janeiro, aos 5 de
março de 1823.

(a)

Fica feito o assentamento no 1.^o livro, f. 56.
Rio, 2 de abril de 1823.

(a) *Leite*

Registado a fls. 32 do L.^o 3.^o de assentamentos.
Contadoria de Marinha, em 7 de março de 1823.

(a)

Not. são assentamento a fl. 27v.^o do L.^o 2.^o. Con-
tadoria de Marinha, em 7 de março de 1823.

(a)

L.^o no L.^o 1.^o de S.^o dos oficiais a fls. 9.
Bordo da fragata *Niterói*, 7 de março de 1823.

(a) *Drumond*



SÔBRE VOLUNTÁRIO

Por uma Lei datada de 1.º de abril de 1796, teve a Academia novos Estatutos, nos quais foram as matérias do curso divididas pelos três anos da maneira seguinte:

- 1.º ano — Aritmética, geometria, trigonometria e aparêlho.
- 2.º ano — Princípios de álgebra até as equações do 2.º grau inclusive; primeiras aplicações delas à aritmética; geometria, secções cônicas; mecânica com a sua aplicação imediata ao aparêlho e à manobra; desenho de marinha e rudimentos sôbre construção dos navios.
- 3.º ano — Trigonometria esférica; navegação teórica e prática; rudimentos de tática naval; continuação do desenho; rudimentos de artilharia e exercício de fogo; tática militar e artilharia prática.

Para o ensino de tais matérias havia, pelos mesmos Estatutos, três lentes de matemáticas e dois substitutos; um lente de artilharia; um mestre de aparelho e outro de construção naval prática e desenho; e para admissão à matrícula exigia-se apenas regras de aritmética e versão da língua francesa.

Da legislação que fica citada se vê ou se deduz que criada a Academia de Marinha eram nela admitidos, como alunos, indivíduos de tôdas as classes da sociedade e só para admissão à Companhia de Guardas-Marinha ou à classe de Aspirantes, era que se exigia a posse de certo privilégio de nascimento; e o Alvará de 20 de maio de 1796, autorizando que fôsssem admitidos nos navios da Marinha Real os discípulos da Academia sob a denominação de *Voluntários da Real Academia de Marinha*; a resolução de 6 de junho de 1798, providenciando para que não fôsssem admitidos nos mesmos navios, como voluntários, os que não se mostrassem aprovados nos exercícios práticos do Observatório, e a de 17 de outubro do mesmo ano, mandando admitir, como aspirantes a pilôtos, trinta e um dos alunos aprovados no 1.º ano do respectivo curso, confirmam êste ju'zo.

Tendo o Decreto de 14 de julho de 1788 estatuído que, daquela data por diante, ninguém seria admitido a guarda-marinha sem ter sido aspirante, exigindo para esta praça certo privilégio, e determinando o de 8 de janeiro de 1800 que as nomeações de guardas-

Ilmo. Exmo. Sen.

Em consequencia das ordens de S. M. e Ex. S. M.
Luiz da Cunha e Mello, Ministro e Secretario de
Estado dos Negocios da Marinha, de 26 de
março de 1823 para embarcar na qualidade de Voluntario
vincendo somente a ração, a bordo da Fragata Niteroi,
que Comanda o Cap. de Fragata José Siqueira,
aquem M. M. se apresentará, ficando as intelligencias
que de ora se executar a bordo todas as praticas e serviços per-
tencentes a Piloto, e marinheiro, e que para entrar em
officio de Piloto na Marinha Imperial, deu o seu
assentimento e condução.

D. G. a D. M. a Duas
tel. Garra da Marinha em 11 de Março de 1823

José Feliciano Gomes de S. A.
Ass. do orden

José Feliciano Gomes de S. A.
Ass. do orden

1823

(Luz)

Sen. St. del. dos Offs
ap. 2
Bordo da Fragata Niteroi
1 de M. de 1823
Thomson

Receito. 10. Efetas 10 or de Agosto
 de 1922 do Antunes de
 Moura e da Srta de Moura
 no 1000 de 1922

Cham

Receito de 1922 do 1000 de 1922
 do 1000 de 1922

Receito de 1922 do 1000 de 1922

Receito de 1922 do 1000 de 1922
 do 1000 de 1922

Receito de 1922 do 1000 de 1922

Receito de 1922 do 1000 de 1922
 do 1000 de 1922

marinha fôsem dadas, em vez de no fim do 1.º ano, como estabelecia o Estatuto de 1796, no fim do curso; e dispondo os de 13 de novembro do mesmo ano, e de 24 de janeiro seguinte, que ninguém fôsse admitido à praça de guarda-marinha sem ter o fôro de fidalgo, ou ser filho de capitão de mar e guerra, chefe de divisão, coronel ou brigadeiro, conclui-se que os alunos dividiam-se em duas classes: — aspirantes a guardas-marinha e voluntários da Real Academia de Marinha — ou — nobres e plebeus, fidalgos e peões!

Pôsto, porém, que predominassem naqueles tempos os prejuízos de raça ou os privilégios de família ou de nascimento, o que, só por si, nunca pôde ser considerado pelo bom senso dos povos um título de merecimento, o talento e a aplicação constituíam também um título para a admissão à Companhia dos Guardas-Marinha, por isso que o Decreto de 14 de dezembro de 1782 abria uma exceção para admitir a ela os alunos que nos exames mostrassem mais aplicação e *habilitade*, vocábulo êste alí empregado como sinônimo de talento.

Os Decretos citados, porém, de 13 de novembro de 1800 e de 24 de janeiro seguinte, com as suas disposições imperativas, revogaram a parte do de 14 de dezembro de 1782, que abria aquela exceção.

Tais Decretos parece-nos que tiveram por fim: o primeiro, declarando que ninguém fôsse admitido a guarda-marinha sem ter o fôro de fidalgo, reagir contra as idéias da revolução francesa — a igualdade dos homens perante as leis, o govêrno dos povos pelos povos —; e o segundo, abrindo exceção àquela regra para os filhos dos militares das graduações que menciona, lisonjear a classe de que êstes faziam parte, porque nessa classe fundava o regime absoluto a esperança de sua estabilidade senão de sua perpetuidade.

Do *Esbôço Histórico da Academia de Marinha* (1873) de Augusto Zacarias da Fonseca e Costa. Páginas 13 a 15.



Do Livro de Matrículas da Academia Imperial dos Guardas-Marinha, na Conferência realizada no dia 30 de outubro de 1824, consta ter sido inabilitado *por faltas*, o VOLUNTÁRIO d'A.N. — JOAQUIM MARQUES LISBOA, que faltou durante o ano 61 vezes "com causa", isto é com causa justificada.

A seu respeito nada mais existe como aluno da Academia, a não ser o seguinte aviso transcrito no Livro de Registro de Ordem da mesma Academia:

“Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, participar ao Chefe de Divisão, Comandante da Companhia dos Guardas-Marinha, para sua inteligência, que o voluntário JOAQUIM MARQUES LISBOA fôra nomeado para embarcar na presente Expedição, a bordo da nau *Pedro I.* Paço, em 30 de julho de 1824.

(a) *Francisco Villela Barboza*”



Joaquim Marques Lisboa, que faz o requerimento junto é perfeitamente capaz de desempenhar todos os deveres de Voluntário, tem servido debaixo de meu comando doze meses, e durante êsse tempo mostrou sempre a maior aptidão e zêlo para o serviço da Marinha, e posso recomendá-lo com tôda a segurança como um jovem oficial digno de contemplação, e que promete para o futuro fazer honra à Marinha dêste Império — Rio de Janeiro aos 26 de janeiro de 1824.

(a) *John Taylor*, Comandante

Rubricado:

Cochrane e Maranhão



Senhor

Diz Joaquim Marques Lisboa, que tendo-se oferecido em 1823 para servir como Voluntário na Armada Nacional Imperial Dignou-se Vossa Majestade Imperial Deferir a sua súplica, ordenando-lhe que se apresentasse a João Taylor, para servir a bordo da fragata, que então comandava, com a promessa de o promover a oficial de patente logo que o mesmo comandante informasse bem do seu aproveitamento, inteligência e conduta, como é constante pela sua inclusa nomeação.

Tendo o sup.^{te} servido tanto debaixo das ordens do 1.^o almirante, como do dito comandante Taylor com a maior aptidão e zêlo, como bem comprova a atestação adjunta, que dos mesmos obtivera, desembarcou nesta Côrte, por Ordem Superior, quando se desarmou a

fragata *Niterói*, a cujo bordo se achava; e, movido pelos mais ardentes desejos de habilitar-se devidamente para prestar maiores serviços ao Estado, requereu, e obteve imediatamente licença para matricular-se no 1.º ano de Matemática, e no Aparêlho da Academia Nacional e Imperial dos Guardas-Marinha cujas aulas frequentou sempre com a maior assiduidade e constante aplicação (como consta da atestação anexa do respectivo Diretor) até que, à requisição do 1.º almirante, recebeu ordem de embarcar a bordo da nau *D. Pedro I*: não lhe sendo por isso possível completar o dito 1.º ano, por cujo motivo se acha ainda com a mesma graduação de voluntário, apesar de não ter deixado depois da sua nomeação de empregar-se efetivamente no serviço de V. M. Imperial, de ter dado repetidas e decisivas provas de poder servir dignamente como oficial.

À vista do exposto, Augusto Senhor, recorre pois o sup.^{te} à inexgotável bondade, e magnificência de V. M. Imperial para que haja por bem promovê-lo ao pôsto de 2.º tenente, em atenção aos serviços que tem tido a felicidade de prestar, e às honrosas atestações, de que é portador, e sôbre tudo visto achar-se nas circunstâncias para isso exigidas pela sua mencionada nomeação: por tanto

P. à Vossa Majestade Imperial
se digne atender benignamente a
sua súplica.

E. R. M.^e

Como Procurador

José Marques Lisboa



Em 29 de julho

Ilmo. e Exmo. Sr.

O voluntário Joaquim Marques Lisboa tendo-me pedido embarcar na nau *Pedro I* rogo a V. Excia. que haja de lhe conceder permissão de assim fazer.

Deus Garde V. Excia.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1824.

(a) *Cochrane e Maranhão*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Francisco Villela Barbosa



Sua Excia. Lord Cochrane, Marquês
do Maranhão, Primeiro Almirante
e Comandante em Chefe das Forças
Navais do Império, etc., etc., etc.

Atesto que o voluntário Joaquim Marques Lisboa desde que serviu debaixo das minhas ordens tem-se comportado muito a minha satisfação, mostrando habilidade, e cumprindo com os seus deveres em tôdas as ocasiões.

Dado a bordo da fragata *Piranga*, em 4 de abril de 1825.

(a) *Cochrane e Maranhão*

Rubricado:

W.^m Jackson
Sec.^o



Em 1825 foi nomeado 2.^o tenente de comissão e poucos meses depois, a 15 de fevereiro de 1826, promovido a 2.^o tenente efetivo da Armada o Voluntário Joaquim Marques Lisboa.

Este official que ainda hoje, 1882, é uma das maiores glórias da Armada Brasileira; que é o Bravo Almirante Visconde de Tamandaré, Ajudante de Campo de Sua Majestade o Imperador D. Pedro Segundo, merece que a história consigne integralmente o que se passou para a sua primeira promoção, e qual o juízo que já naquele tempo os Superiores faziam da capacidade de tão distinto Voluntário da Armada.

Em 27 de julho de 1824, o primeiro almirante, Lord Cochrane, oficiou ao Ministro da Marinha pedindo permissão para que fôsse nomeado para embarcar a bordo da nau *Pedro I*, conforme lhe pedira, o Voluntário Joaquim Marques Lisboa.

Foi permitido o embarque, e o Ministro por essa ocasião fêz sentir ao Almirante a necessidade de não se admitir pessoa alguma, como voluntário, que não tivesse os estudos da Academia de Marinha.

O primeiro almirante, entendeu que devia responder ao Ministro sobre tal exigência, e o fêz pela seguinte forma:

“Fui honrado do Ofício de V. Ex.^a participando-me a vontade de Sua Majestade Imperial que não se admita pessoa alguma como

voluntário na Armada Imperial, que não tenha os estudos da Academia, e que Guardas-Marinha não tendo os estudos não se podem promover à graduação de Officiais, cujas ordens hei de obedecer, como é do meu dever; porém seja-me permitido propor à consideração de V. Ex.^a, como Ministro da Marinha, para que como Conselheiro de Sua Majestade Imperial sugira à consideração Imperial a impossibilidade de achar Officiais Inferiores assim qualificados, tanto como a dificuldade de se formarem marinheiros.

“Deveras, se não houvessem Officiais senão os que já estudaram em qualquer Academia, eu também ficaria excluído, e não creio que haja um só Oficial inglês ao serviço de Sua Majestade Imperial que fôsse assim educado.

“Permita em dar a minha opinião, que a melhor Academia da Marinha é um Navio de Guerra, um respeitável e hábil Lente, aonde se combina a teoria com a prática que aí se devem explicar. — *Cochrane Maranhão*”.

Teotônio Meirelles da Silva — *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira* — Vol. II, pág. 88 a 90.



Ilmo. e Exmo. Sr.

Já tive a honra de falar a V. Excia. a favor do voluntário Joaquim Marques Lisboa, o qual soube adquirir a estima do 1.^o almirante, a minha, e a de todos os seus superiores. O zelo, coragem, e aptidão, que este jovem oficial brasileiro mostrou no serviço da Marinha foi visto por todos com prazer, e admiração; e posso assegurar a V. Excia., debaixo da minha palavra de honra, que quando desembarcou da fragata *Niterói*, em consequência da sua grande, e constante aplicação, elle se achava habilitado suficientemente para conduzir uma embarcação a qualquer parte do mundo. Os meus cronômetros estavam-lhe entregues.

Resta-me pois, Exmo. Sr., suplicar a V. Excia., visto achar-se o dito voluntário ausente, embarcado a bordo da nau *D. Pedro I*, se digne atender benignamente à sua súplica: o que solicito com o único fito de ver premiado um oficial de verdadeiro merecimento, e que, como já disse na atestação que lhe passei, promete para o futuro fazer honra à Marinha dêste Império.

Tendo-se V. Excia. dignado fazer o Sr Diogo Taylor segundo tenente de comissão a bordo da fragata *Niterói*, e havendo êste official servido cinco anos como guarda-marinha, na Armada Britânica, e tendo-se já granjeado pelo seu comportamento, e inteligência a estima do seu comandante, o Sr. Northon, o qual não cessa de o abonar o mais que é possível, vou rogar a V. Excia. haja por bem, à vista o referido, promovê-lo à efetividade do seu pôsto, não sendo êste Despacho, como julgo, incompatível com a Justiça, que preside a tôdas as deliberações de V. Excia.

Tenho a honra de ser com mais profundo respeito, e acatamento

De V. Excia.

(a) *João Taylor*

Ilmo. e Exmo. Sr.

Francisco Villela Barbosa

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1825.



Recebi os Documentos, a que se refere o presente Requerimento.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1825.

(a) *José Marques Lisboa*

Passe do que constar. Secretaria da
Comp.^a e Academia N. e I. dos Guar-
das-Marinha, 22 de setembro de 1825.

Brito

Ilmo. Sr.

Diz Joaquim Marques Lisboa, voluntário da Armada Nacional e Imperial, atualmente embarcado a bordo da nau *D. Pedro I*, que se lhe faz preciso obter certidão do tempo que frequentou os estudos acadêmicos desta Côrte; qual foi a sua conduta e aproveitamento durante êsse tempo, e porque motivo enfim deixou o sup.^{te} de os seguir: portanto

P. a Vossa Senhoria se digne mandar
passar a referida certidão.

E. R. M.^e

Como Procurador

José Marques Lisboa

Em observância do despacho retro certifico que a f. 123v. do livro de matrículas dos alunos da Academia N. e I dos Guardas-Marinha, consta que o sup.^{te} foi matriculado no 1.^o ano matemático, e no aparêlho, em virtude do despacho do Sr. Com.^{te} e Diretor da dita Academia, de 4 de março de 1824; cujas aulas frequentou sem nota alguma, até o dia 29 de julho; por isso que por Portaria de 30 dito foi mandado embarcar a bordo da nau *Pedro I*. E por ser verdade o referido passei, e assinei a presente. Secretaria da Companhia e Academia Nacional, e Imperial dos Guardas-Marinha, em 22 de setembro de 1825.

(a) *João Henriques de Paiva*
Secretário



TAMANDARÉ

(DOIS EPISÓDIOS INÉDITOS DA SUA VIDA)

RELATO DE PESSOA DA FAMÍLIA

“Já foi escrito que “desde a infância, Marques Lisboa denunciava o porvir glorioso que o aguardava: nos brinquedos da idade da inocência patenteava-se-lhe a vocação para homem do mar”.

Assim, nestas ligeiras e despretenciosas linhas, daremos aos nossos leitores a narração rigorosamente autêntica, porque ouvida, por pessoa da sua família, do próprio TAMANDARÉ, e a que nos reportaremos o mais fielmente possível — de dois ligeiros e banais episódios da sua vida, e que, melhor assim, marcam nitidamente a personalidade em formação dêsse que foi um dos maiores nomes da História Naval da nossa Pátria.

JOAQUIM MARQUES LISBOA — que seria, no futuro, o almirante Marquês de Tamandaré, e cujo nome conquistaria tantos louros e glórias, nos mais importantes feitos da história da nossa heróica Marinha de Guerra, nasceu em São Pedro do Rio Grande do Sul, aos 13 de dezembro de 1807.

Completando sua educação primária, Joaquim resolveu seguir a vida marítima, embora seu pai preferisse a do comércio. Este sofria grande desgosto pela morte de seu filho Francisco, em Jafa, a bordo de uma fragata inglesa, onde servia como guarda-marinha. Desde muito cedo, o futuro almirante demonstrou a sua predileção pelos

estudos, preferindo entre todos o de matemáticas. Na escola de Inglês do padre Trilby, conheceu FRANCISCO MANOEL BARROSO, mais idoso que êle dois anos, a quem se afeiçoou desde logo. Bom proveito ambos tiveram dos ensinamentos do Rev.^o Trilby e em breve manejavam com perfeição a língua inglesa. Quando foram obrigados à separação, mais tarde, por circunstâncias fortuitas, na sua extensa correspondência usavam êsse idioma.

Muito jovem ainda, menino mesmo, aprendeu Marques Lisboa os rudimentos da ciência de navegação. Ensinou-lh'os o seu próprio pai, então já convencido da verdadeira vocação do filho e vislumbrando o glorioso futuro que lhe era destinado. Um dos episódios ocorreu quando da primeira viagem feita por Joaquim, aos treze anos de idade, como praticante de piloto da escuna *Eufrásia*, propriedade de seu pai, em viagem ao Rio Grande do Sul.

Contava TAMANDARÉ, a respeito dessa viagem, que após quatro meses de estadia naquela Província, para descarregar e carregar, saíram de torna-viagem para o Rio de Janeiro, lá ficando o seu pai. Tudo correu sem novidades nos oito primeiros dias, com ventos variáveis e calmos, até o paralelo do Cabo de Santa Marta. Por essa altura, cai doente o capitão da escuna, violentamente atacado de bronquite. A cargo de Tamandaré, então, fica a direção da navegação e do contra-mestre, habilíssimo lobo do mar, a da manobra.

Diariamente, TAMANDARÉ apresentava a posição do barco — estimada por êle próprio — ao capitão, que, no dia da chegada ao pôrto de destino, sentindo-se melhor, resolveu levantar e ir certificar a exatidão dos cálculos do jovem praticante. Nessa ocasião disse-lhe “que se êle estava certo, deveriam ter a ilha Redonda à proa”. Instantes depois TAMANDARÉ percorria o horizonte através das posantes lentes de um óculo de alcance. Ao cabo de duas horas, oito milhas distante, por entre a neblina, nem a bombordo nem a estibordo: bem à proa, avistava-se a ilha Redonda...

Já muito mais tarde, contava TAMANDARÉ que mesmo os lances mais importantes da sua vida não o impressionaram mais que êste. Tanto desejava êle provar ao seu pai que tinha realmente jeito para homem do mar.

Outro episódio interessante, ocorrido já na adolescência do futuro almirante, passou-se com o então Ministro da Marinha, Francisco Vilela Barbosa.

Tendo MARQUES LISBOA 16 anos de idade, apresentou-se ao Ministro solicitando a necessária permissão para deixar a Academia e embarcar, visto ter sido requisitado pelo almirante Cochrane. Retrucou-lhe o Ministro, que, como então a maioria das altas patentes nacionais da nossa Marinha de Guerra, apesar do justo reconhecimento que faziam à valiosa cooperação prestada pelos brilhantes elementos da Marinha Britânica a ela incorporados — tinha ligeira animosidade contra êles: “Dê parte de doente!...” Medindo instantaneamente a situação, fingindo-se admiradíssimo, fitou-o Joaquim e respondeu sem vacilações: “V. Ex.^a quer experimentar-me? Como posso dar parte de doente se estou de perfeita saúde?...” Secamente, tornou o Ministro: “Tão moço e já tão prosa! Pois olhe! enquanto andar com êsse INGLÊS não será promovido!...” Triste, mas de cabeça erguida, respondeu-lhe firmemente MARQUES LISBOA: “Vou cumprir com o meu dever. V. Ex.^a fará o que entender”.

E retirando-se com tôdas as formalidades, ao fazer a última continência junto à porta, percebeu que os olhos do Ministro não se tinham desviado dêle um só instante. E que êsse olhar não era severo ou de reprovação...

Nêsse mesmo momento, fora, no pátio do Ministério, uma corneta dava vigorosamente um toque de continência... Singular coincidência...”



IV

GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

REPRODUÇÃO DE UM MANUSCRITO DE TAMANDARÉ

A fragata *Niterói*, em que embarquei por mostra de armamento, em 4 de março de 1823, saiu para o bloqueio da Bahia no dia 13 de abril; dez dias depois, reuniu-se à esquadra sob o comando de Lord Cochrane, assistindo ao combate com a esquadra portuguesa em 4 de maio.

1823 Retirando-se a força portuguesa da Bahia em 2 de julho, a *Niterói* seguiu-a até a foz do Tejo, tendo no trajeto capturado várias embarcações. Dali regressando, chegámos a este pôrto, em fins de dezembro.

1824 Em janeiro de 1824, desembarquei para frequentar a Academia da Marinha, cuja frequência cessou a 31 de julho, por ter embarcado na nau *Pedro I* que, a 2 de agosto de 1824, seguiu com a esquadra sob o mando de Lord Cochrane para Pernambuco, a fim de debelar a Confederação do Equador ali proclamada, e em parte agitando outras Províncias do Norte. Cumprida a comissão, regressámos a este pôrto a 2 de dezembro de 1825.

GUERRA CONTRA A REPÚBLICA ARGENTINA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1825 A 8 DE OUTUBRO DE 1828

Embarcado na fragata *Paula*, que levava a declaração de guerra, cheguei a Montevidéu em meados de dezembro, e a 2 de janeiro de 1826 passei para a barca *Leal Paulistana*, em que assisti ao combate com a esquadra argentina em 8 de fevereiro. Em princípio de maio, passei para a fragata *Niterói* e nela

assisti aos combates de 23 e 25 de maio, 11 de junho, 29 e 30 de julho, tudo de 1826. Passei a comandar a escuna *Constança*, que, fazendo parte da primeira expedição à Patagônia, 1827 foi ali aprisionada no dia 7 de março de 1827, com os mais vasos de guerra que estavam desguarnecidos, bem como suas guarnições que tinham desembarcado e estavam a grande distância.

A 16 de agosto, prisioneiros e embarcados no brigue *Ana*, que nos devia conduzir para o Rio Salado, *sublevámo-nos*, tomando posse do navio e nêle nos dirigimos para Montevidéu, aonde chegando continuámos a servir na esquadra.

N. B. — O tempo que estivemos prisioneiros foi-nos contado como se estivéssemos em ativo serviço, pois que o malôgro da expedição foi devido sòmente à má direção dada pelo Senhor Chefe. Eu fui até promovido a primeiro tenente, por ter, em 12 de outubro de 1827, na escuna do meu comando, salvo a perto de trezentas praças embarcadas na corveta *Duquesa de Goiaz* que naufragou à entrada do Rio Negro.

Em Montevidéu embarquei na corveta *Maceió* que com os brigues *Caboclo* e *Independência ou Morte*, sob o comando em chefe do capitão de fragata Guilherme Eyre, partiu para a segunda malograda expedição da Patagônia, pois tendo naufragado a corveta e completamente se desfeito o brigue *Independência ou Morte*, o chefe mandou passar para o *Caboclo* suas guarnições e nele fomos para Montevidéu, a continuar a servir, cabendo-me embarcar como oficial na fragata *Príncipe Imperial*. Desta passei a comandar a escuna *Bela Maria* que apresou o patacho *Argentino*, a 8 de fevereiro, anteriormente nosso sob a denominação de *Dona Januária*, o qual foi prisioneiro dos argentinos depois de abandonado no combate do Juncal em 8 de fevereiro de 1827.

N. B. — A parte do almirante Barão do Rio da Prata, comunicando êsse combate e aprisionamento, dá tôda a glória à escuna *Bela Maria*, mas não menciona o nome de seu comandante. Pelos assentamentos, porém, do Quartel General da Marinha, se vê ter sido eu o comandante; e disto se me passou certidão.

Regressando a Montevideu, tomei o comando da escuna *Rio da Prata*, em que tive ativa parte na tomada da corveta argentina *General Dorrego*.

- 1828 Com a terminação da guerra em 8 de outubro de 1828, a esquadra começou a retirar-se para o Brasil.

PACIFICAÇÃO DAS PROVÍNCIAS DO NORTE, DE 1831 A 1841

- 1831 Em 7 de setembro de 1831, rebelou-se a guarnição militar de Pernambuco (que fizera parte da que aqui efetuara a revolução de 7 de abril do mesmo ano) e entregou-se por dois dias ao deboche e saque às casas de comércio e particulares; renderam-se no terceiro dia, batidos pela nossa força naval, da qual fazia parte a escuna do meu comando, e população, depois de porfiado combate. Coube-me comboiar... transportes que conduziram parte de tais rebeldes para aqui e daqui para Fernando de Noronha.

- 1832 Em abril de 1832, sublevaram-se os Milicianos e parte do povo em Pernambuco, induzidos pelo coronel Martins que proclamava o regresso de D. Pedro I, e por dois dias procuraram vencer a situação. Batidos porém por nossa força naval, tendo a principal parte a escuna do meu comando, por gente que veio das povoações vizinhas, e pouca força militar existente, tiveram de submeter-se às autoridades; tendo grande número dêles se evadido logo que os abandonou o coronel Martins que fugiu da cidade. Muitos dos revoltosos fugiram da cidade para o interior e províncias limítrofes, procurando abrigar-se próximo do litoral que lhes proporcionava maior número de meios de vida. À minha escuna coube ser empregada em vigiá-los em contínuos cruzeiros e visitas aos portos da costa.

Tendo o presidente do Ceará (T. Albuquerque) partido para o interior contra o perseguido coronel Pinto Madeira, fui destacado para o porto de Fortaleza para ali manter a ordem; e ali estive quatro meses, regressando para Pernambuco a fim de estacionar na Barra Grande e proteger as povoações próximas contra depredações que fazia o caudilho Vicente de Paula.

Adoentado pelo contínuo serviço ativo prestado em lugares insalubres, obtive exoneração do comando e regressêi a este

pôrto, com escala pela Bahia, onde, de cama no Arsenal de Marinha, estive exposto ao bombardeio que fazia o forte São Marcelo, guarnecido pelos sicários do famoso Barata. Depois dêles aprisionados, continuei minha viagem para êste pôrto, aonde cuidei de restabelecer minha saúde.

- Por ocasião de mostra de armamento da fragata *Bahiana*, embarquei nela como oficial, passando dela a comandar o brigue
- 1834 *Cacique*, em 1834, empregado em cruzeiros contra os contrabandistas de escravos. O país continuou a sentir motins mais ou menos graves em todo o seu litoral e nossa força naval teve de prestar efetivo serviço em cruzeiros e visitas a diferentes
- 1835 pontos até que, em 1835, rebentaram quase ao mesmo tempo as revoluções do Rio Grande do Sul e do Pará com o assassinato do presidente Lobo, comandante d'armas Santiago e o da força naval Guilherme Inglis.

Com a força naval que em julho partiu para o Pará sob o comando do vice-almirante João Taylor e presidência do general Manuel Jorge Rodrigues, fui eu para o Pará tomar o comando do brigue *Cacique*. À nossa força naval coube atacar fortemente os sequases de Vinagre e Eduardo Angelim na vigorosa agressão com que por nove dias investiram contra a capital da província. O *Cacique* teve grande parte nesse serviço, e quando abandonada a cidade por nossas forças, coube-lhe transportar para Marajó e Cametá mais de mil e duzentas pessoas. Sendo Cametá o ponto mais importante da legalidade, pela aglomeração do povo que para ali havia afluído, foi o brigue *Cacique* ali estacionar para sua defesa.

- Permaneci ali por espaço de 20 meses, dirigindo expedições contra os rebeldes. Tendo sido gravemente acometido de febres intermitentes e perniciosas, os médicos declararam-me incapaz de continuar a servir, pelo que fui mandado retirar-me para aqui me tratar. No paquete *Brasília*, que de Pernambuco nos conduzia a êste pôrto, entrámos à noite no pôrto da Bahia,
- 1837 sem saber ter ali ocorrido a revolta de novembro de 1837, declarando-se a República sob a presidência do famigerado Sabino. Pela manhã foi o paquete apresado, dando-se liberdade aos passageiros para residir aonde lhes conviesse. Três dias depois tomei posse de uma canhoneira fortemente armada.

1844 Em 1844 fui comandar a Estação do Centro, estacionada em Maceió. *Aí cedendo à vontade do presidente da Província, Caetano Maria Lopes Gama, tomei o comando de uma pequena força de linha e dirigi-me para o interior da Província, em perseguição do caudilho Vicente de Paula (Vicente Tavares da Silva Coutinho), hostilizando-o continuamente por espaço de um mês.*

1849 Em 1849, comandando o vapor *Afonso*, cheguei a Pernambuco no dia 1.º de fevereiro e logo tomei o comando da força da cidade (digo força naval). No dia 2, sendo a cidade atacada pelos rebeldes ao mando de Pedro Ivo, desembarquei e assumindo o comando de toda a força da cidade, batemos o inimigo que, à tarde, completamente destruído, debandou para o interior.

Depois desta data, só conto como serviço de guerra o que prestei como comandante em chefe da nossa força naval contra o Estado Oriental e o Paraguai.

P. S. — A guerra do Paraguai começou pelo ataque de
1864 Paissandú em 18 de dezembro de 1864. Eu me retirei dois
1867 anos depois, chegando a este porto a 21 de janeiro de 1867.

A falta de aprestamentos, oitenta e três anos de idade, prolongada enfermidade e a antiguidade em que ocorreram os fatos acima citados podem ter dado lugar a algum engano nas datas dos acontecimentos acima mencionados; porém, isto pode ser verificado recorrendo-se às comunicações oficiais de então.



OCORRÊNCIAS NO MARANHÃO E NO PARÁ

N. 1 120

From the Junta

28 July 1823

copied +

Ilmo. e Exmo Sr.

São horas da tarde, e agora mesmo foi que a Junta Provisória do Governo Civil da Província recebeu do Escrivão da

com mais de sessenta praças de guarnição e levei-a para o interior, entregando-a à disposição do Presidente Barreto Pedroso, que em vista do mau estar de minha saúde permitiu que eu me recolhesse a esta cidade, onde cheguei em fim de 1838. Continuando fortemente a resistência dos revoltosos na Bahia, parti para lá a 21 de fevereiro de 1838, na corveta *Regeneração*, sob o comando do capitão de fragata José Joaquim Raposo, e lá chegámos no princípio de março. A 16, desembarquei com trezentas praças de marinhagem que, reunidas às mais praças da Marinha e às do Exército, sob o mando do general Calado, atacaram e tomaram o forte de S. Pedro. A 18 dêsse mês, comandando essas mesmas praças e sob as ordens do brigadeiro José Joaquim Coelho, marchei em perseguição do sagaz Cândido Higino até que êste, impossibilitado de poder lutar por mais tempo, dispersou tôda a gente que o seguiu até 17 léguas da cidade da Cachoeira. De volta à Bahia, tomei o comando da corveta *16 de Março*, em que transportei para êste pôrto quinhentos dos rebeldes capturados.

18 DE SETEMBRO DE 1838 A JUNHO DE 1841

O Maranhão teve de sofrer grave comoção semelhante às que sofreram as mais Províncias que tenho mencionado. Ali o caudilho Raimundo Gomes, espécie de Vicente de Paula, das Alagoas, sublevou a plebe do interior, atacando as povoações desprevenidas de fôrça, procurando aumentar a sua para derribar o govêrno. A 9 de agosto, fui nomeado para ali comandar a fôrça naval e sob a presidência do conselheiro Manoel Felizardo de Souza e coronel Luiz Alves de Lima, exerci êsse comando até maio de 1841. A Fôrça Naval operou nesse período desde Caxias, Codó, Itapemirim, Icatú, Muritiba, Baía do Tubarão, Mearim, Viana e Turiaçu no Maranhão; e em Piauí, na Tutoia, Canavieira e Amarração.

De regresso a êste pôrto, parti em outubro de 1841 para o Rio da Prata na corveta *2 de Julho*, como comandante da nossa fôrça naval ali estacionada, regressando a êste pôrto em fim de 1842.

Em 1843, fui para o Rio da Prata como comandante da corveta *Bertioga* e ali demorei-me até o fim do ano.

Camãra desta cidade a certidão do auto que fêz lavrar em Câmara Geral, depois le proclamar-se a Independência política da Província e, adesão ao Império, e Governo do Senhor Dom Pedro I, a qual transmitimos a V. Exa. para que de tudo seja informado oficialmente: Este ato, que começou às 11,00 horas da manhã, e terminou depois do meio dia com a maior tranquilidade, ordem, e regosijo público, subiria o grau da sua expectação, se todo o Congresso se não penalizasse com a enfermidade, e ausência de V. Exa., mas a esperança em que estamos todos de que V. Exa. passará já esta noite neste Palácio, foi motivo de satisfação transcendente.

Deus Guarde a V. Exa. Maranhão, Palácio do Governo em 28 de julho de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr. Almirante *Lord Cochrane*.

(a) *F. R. Joaquim Bispo*, Presidente
Sebastião Gomes da Silva Belford
Felipe de Barros Vasconcelos
João Francisco Leal
Antônio Roiz dos Santos
Caetano José de Souza

CÓPIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE AGOSTO DE 1823

Abriu-se a sessão às oito horas da noite, e tendo sido convocado um Conselho pela Exma. Junta Provisória, composta do Exmo. Governador das Armas, Senado da Câmara, e tôdas as mais Autoridades Civas, Eclesiásticas, e Militares, e de muitos Cidadãos probos, em consequência de ter recebido a mesma Exma. Junta um officio do Ilmo. e Exmo. Lord Cochrane, Chefe das Fôrças Navais do Rio de Janeiro, assim como também um Manifesto do bloqueio dêste Pôrto, e um officio original da Exma. Junta Provisória do Maranhão, exigindo o referido Lord em Nome de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Primeiro, Imperador do Brasil, que esta Província do Grão Pará aderisse ao Sistema Geral do Império Brasiense, os quais Documentos sendo lidos pelo Secretário da Exma. Junta, assim como também o Periódico em que se achava transcrita tôda a correspondência relativa à Independência Política proclamada em Maranhão, propôs o Exmo. Sr. Bispo Presidente da Junta ao Conselho, que o objeto para que tinha sido convocado era decidir-se qual o Sistema que esta Província devia adotar nas atuais circunstâncias, e expondo as suas reflexões de que a utilidade, e tranquilidade desta Província exigia que se aderisse ao Sistema do Rio de Janeiro como único meio mais eficaz para a salvar dos horrores da anarquia, foi êste parecer seguido por um grande número de Membros que opinaram no mesmo

sentido, e passando-se à Votação, se decidiu unanimemente que se reconhecesse a Independência Política do Brasil debaixo das Ordens de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Primeiro, a excepção do Exmo. Governador das Armas que declarou somente anuía a esta medida se se verificasse a existência, e qualidade das Fôrças do bloqueio, e propondo o Exmo. Sr. Bispo Presidente esta indicação ao Conselho, se decidiu geralmente a excepção de oito Membros que se proclamasse a dita Independência sem indagação alguma das referidas Fôrças; finalmente pediu o referido Governador das Armas que se lhe admittisse o seu voto em separado, decidiu-se que sim o qual irá aqui transcrito: E para tudo constar se mandou lavrar a presente que todos os Membros do Conselho comigo assinaram. *Giraldo José de Abreu*, Membro e Secretário da Exma. Junta que o escrevi — *Romualdo Bispo do Pará*, Presidente — *José Maria de Moura* — O Marechal *Manoel Marques* — *Giraldo José de Abreu*, Secretário — *Joaquim Corrêa da Gama e Paiva* — *Joaquim Antônio da Silva* — *Theodósio Constantino de Chermont* — *João Batista Ledo* — *José Thomás Nabuco de Araujo*, Juiz da Alfândega e Procurador interino da Real Corôa e Fazenda — *Manoel de Freitas Dantas*, Escrivão Deputado — *Manoel José Cardoso*, Presidente do Senado — *Martinho de Souza e Cunha*, Vereador — *Antônio Pereira Lima*, Vereador — *João Antônio Lopes*, Vereador — *Marcelo Antônio Fernandes* — *Bernardino José Carneiro da Silva Reys*, Procurador — *José Caetano Ribeiro da C.^a*, Escrivão da Câmara — O Cônego *José D'Ornellas de Souza Monteiro* — O Cônego *André Fernandes de Souza* — O Coronel *João Pereira Villaça* — O Major *Francisco Marques d'Elvas Portugal* — O Major *Francisco José Ribeiro* — O Capitão *Ignácio Pereira* — O Sargento-Mor do 1.^o de Milícias *Jerônimo de Faria Gayo* — O Major *Domingos José da Silva* — *Joaquim Francisco Danin*, Comandante da Cavalaria Cívica — *Camílio José de Campos*, Comandante da Artilharia Voluntária — *Joaquim Epifânio da Cunha José Lopes dos Santos Valadin*, Capitão da Armada digo Capitão de Mar e Guerra, e Comandante da Fragata — *Pedro José Corrêa*, 1.^o Tenente Comandante — *Antônio Joaquim de Barros e Vasconcelos*, Coronel Governador Militar de Marajó — *Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo*, Ouvidor da Comarca — *João Inácio de Oliveira Cavallero*, Juiz Substituto — Coronel *João de Araujo Rozo* — Coronel de Milícias *José d'Araujo Rozo* — O Tenente Coronel *João da Fonceca Freitas* — Coronel *Antônio Bernardo Cardoso* — O Capitão de Milícias *José Vasques da Cunha* — *Fernando José da Silva* — *Domingos José Antunes* — *Ambrósio Henriques da Silva Pombo* — *Afonso de Pinho de Castilho* — O Tenente Coronel *Luiz Antônio Gonçalves* — *Manoel Caetano Prestes* — *João Felipe Pimenta* — O Alferes *Romão Roiz da Silva* — *Francisco Gonçalves Lima*.

CÓPIA DO PARECER DO EXMO. GOVERNADOR DAS ARMAS

Voto do encarregado do Govêrno das Armas do Pará na Sessão de 11 do corrente às tantas horas da noite.

O Infra escrito sendo informado pela Exma. Junta Provisória do conteúdo de um officio que ontem recebera do Ilmo. e Exmo. Almirante Lord Cochrane

Comandante das Forças Navais de S. Maj.^e o Imperador do Brasil, e de outros papéis, que acompanharam o referido officio, e que chegaram a este porto em o brigue *Infante D. Sebastião*, e ao mesmo tempo tendo em vista a deliberação, que todas as Autoridades Civis, e Militares, Municipais, e Deputações dos Corpos do Comércio, e Agricultura tomaram em o dia 5 do corrente votando unanimemente todos, que se conservasse a administração Pública no pé em que se achava até se receberem as Ordens de S. Maj.^e Fidelíssima El-Rei o Senhor Dom João Sexto sobre os destinos do Pará. Vendo que mudanças extraordinárias no Sistema Governativo podem comprometer a Província, e as Autoridades, que a regem quando semelhantes mudanças não tem profundamente urgentes e demonstradas causas, e refletindo que simples aparição de um navio de guerra que se anuncia Parlamentário de uma Esquadra, não é a mesma Esquadra.

Vota que se expeça immediatamente uma embarcação com officios ao Exmo. Almirante Cochrane em que se lhe faça ver a deliberação que tomaram no dia 5 do corrente as Autoridades deste País de esperarem as Ordens de S. Majestade as quais é de supôr conciliem os interesses do mesmo Augusto Senhor com os de sua Majestade Imperial; e que à vista da resposta do mesmo Exmo. Almirante depois de informado do Estado Político da Província, e dos acontecimentos havidos em Portugal em junho Pretérito, e verificado por este modo a existência da Esquadra nas águas do Pará a Assembléia deliberasse o que mais conforme parecer ao bem geral da Província; com referência ao estado melindroso em que se acham os Povos, e aos efeitos que diversidade devem produzir nos Espíritos, e presença da dita Esquadra, e a mensagem dirigida à Exma. Junta pelo Ilmo. e Exmo. Almirante: Sendo de tal parecer o infra escrito declara que em circunstâncias tão melindrosas, quais aquelas em que presentemente se acha o Pará, elle só tem em vista evitar effusão de sangue, salvar sua representação, e honra, e habilitar-se para responder pela sua conduta a Sua Majestade Fidelíssima que por sua Carta Régia o Colocou no lugar que até este momento ocupa. Pará, 11 de agosto de 1823. — *José Maria de Moura*.

Está conforme.

O 2.^o Of.^{al} *Manoel Ramos de Carvalho*.



Ilmo. e Exmo. Sr.

Sendo inexplicável o Prazer que causou nesta Capital os officios de V. Exa. da data de 9 do corrente, temos a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. a cópia da Ata que resultou do Conselho a que immediatamente se procedeu: Dela verá V. Exa. o unânime consenso das Autoridades, e Cidadãos de que se compunha o mesmo Conselho.

Em consequência desta deliberação pode V. Exa. avançar a sua Esquadra até este Porto, onde teremos a satisfação de receber de

V. Exa. as Instruções convenientes para a nossa direção, significando já antecipadamente a V. Exa. o gosto que terá este Povo se V. Exa. se Dignar assistir aos vivas, e Aclamações a Sua Majestade Imperial: Entretanto seguramos a V. Exa. que tudo aqui está em sossêgo, esperamos que continui, especialmente com a estimável Presença de V. Exa.

Reverte incluso o ofício original da Junta de Maranhão.

Deus Guarde a V. Exa. Pará, no Palácio do Govêrno em 12 de agôsto de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr. Almirante *Lord Cochrane*.

(a) *Romualdo B.º do Pará*, Presidente
Giraldo José d'Abreu, Secretário
Joaquim Corrêa da Gama e Paiva
Joaquim Antônio da Silva
Theodosio Constantino de Chermont
João Baptista Ledo



Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo-se decidido em Conselho Geral celebrar no dia de ontem que se proclamasse a Independência Política do Império BRASILIENSE, como se manifesta da Ata do mesmo Conselho, supõem-se ter cessado o bloqueio dêste pôrto que V. Exa. anunciou no seu Manifesto da data de 9 do corrente: Em consequência rogamos a V. Exa. queira passar as suas Ordens para se levantar o referido bloqueio, a fim de que não paralistem as relações comerciais.

Deus Guarde a V. Exa. Pará, no Palácio do Govêrno em 12 de agôsto de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr. Almirante *Lord Cochrane*.

(a) *Romualdo B.º do Pará*, Presidente
Giraldo José d'Abreu, Secretário
Joaquim Corrêa da Gama e Paiva
Joaquim Antônio da Silva
Theodosio Constantino de Chermont
João Baptista Ledo



VIAGEM DA FRAGATA "NITERÓI"

"RELAÇÃO NÁUTICO-MILITAR DA VIAGEM DA FRAGATA DO IMPÉRIO DO BRASIL, A NITERÓI, A CARGO DO CAPITÃO DE MAR E GUERRA JOÃO TAYLOR, COMANDANTE; SENDO OFICIAL IMEDIATO O CAPITÃO DE FRAGATA LUIZ BARROSO PEREIRA. — COMPREENDENDO O PERÍODO DE SUA SAÍDA DO MORRO DE S. PAULO, EM 2 DE JULHO, ATÉ 9 DE NOVEMBRO, DIA EM QUE AFERROU NO PÔRTO DA BAHIA, 1823.

"A Esquadra brasileira, que com inesperada fortuna, e como por evidente proteção da Providência, largou do Rio de Janeiro debaixo do comando do ilustre e bravo 1.^o almirante Lord Cochrane, Marquês do Maranhão, para libertar a Bahia da opressão e tirania dos satélites da facção revolucionária das Côrtes de Portugal, não tinha podido preencher o seu fim por concussão de fatais circunstâncias: ocorreram outras que fizeram estacionar parte das embarcações dentro do morro de S. Paulo, e bem que eram corolários das primeiras:

"Eis a razão porque a fragata *Niterói* se achava separada da nau *Pedro I*, e não gozava da gloriosa tarefa de bloquear a Bahia: o seu comandante porém com os oficiais e marinhagem inglesa teve a fortuna de acompanhar S. Ex. o Sr. Marquês do Maranhão nas suas operações a bordo da nau, ficando a fragata com o resto da guarnição brasileira:

"Assim bem que inocentemente o oficial imediato padeceu imersão no serviço militar durante aquela época da campanha, todavia não deixou de lhe tocar sobejo trabalho, e de atendível consideração.

"Apurados porém os inimigos, e conhecendo que o desastre militar era inevitável obstinando-se na sua louca e criminosa defesa, decidiram evacuar; apesar porém de todos os estratagemas, seus intentos e projetos não escaparam nem podiam surpreender a penetração e

agudo talento do 1.º almirante; e sem dúvida com tal receio eles promoveram antecipar a evacuação, antes da época decretada: e todavia assim mesmo dando à vela no dia 2 de julho não conseguiram iludir o almirante brasileiro, mas desgrazadamente não estava ao alcance de S. Ex. criar recursos do nada, nem fazer efetivas suas sábias providências no meio de insuperáveis obstáculos.

“Neste conceito e estado de coisas apareceu no morro o comandante da *Niterói* com os seus oficiais ingleses e marinhagem, e além de chegar inopinadamente no dia 1.º trazia ordem terminante para dar à vela no seguinte dia 2 de julho.

“Considerado o estado da fragata, a escassez dos meios, pode bem avaliar-se quais dificuldades se venceriam, qual trabalho, e enérgica atividade era necessariamente correspondente para cumprir a ordem, mas sobrava a disciplina, *o amor da glória e o patriotismo*: assim bem que falta de muitos artigos a fragata estava fora no dia apontado; seria injusto negar os louvores merecidos a tãda a guarnição, naquela época *com maioridade de Brasileiros*.

“Reunida a pequena esquadra no dia 3, e não se compondo senão da nau *Pedro I*, fragatas *Niterói* e *Real Carolina*, corveta *D. Maria da Glória*, e bergantim *Andrade*, velejou em alcance do inimigo tendo todos os comandantes recebido suas instruções e ordens particulares acêrca de seus destinos e operações; ignora-se quais fôsem, mas pelo resultado, pelo modo de navegar do Navio General, se pode sem erro concluir que S. Ex. queria operar sôbre si, para não ser constrangido a aceitar um combate que não lhe conviesse em atenção aos interêsses do Brasil naquele entonces: confiando no demais na perícia, coragem e honra dos oficiais que tinham a seu cargo *embarcações de guerra*, deixando-os por isso manobrar a seu arbítrio e vontade: soprando vento favorável, perto das cinco horas da tarde apareceu em vista o comboio inimigo navegando ao Nordeste, não com fôrça de vela para se conservar reunido, cautela que não lhe valeu, pois em breve teve sinistra separação.

“Uma noite escura, chuvosa e de tempestade veio após de um dia aprazível, foi favorável ao inimigo que conseguiu roubar-nos o rumo, mas foi ao mesmo tempo para eles gravemente prejudicial por não poderem conservar-se reunidos; o mesmo aconteceu à esquadra brasileira, porém em razão de obrarem e navegarem cada um comandante sem preceito de comboio por tais serem suas instruções.

"Assim no seguinte dia só estavam em vista a *Real Carolina* e *Maria da Glória*, e mesmo em distância tal, contudo que se viu fazer fogo sôbre embarcações inimigas separadas do comboio e tomá-las.

"Indeciso o comandante a que rumo lhe demoraria o almirante e o inimigo, e achando-se próximo da costa pairou bordejando até a meia noite.

"Fez-se na volta de Lesnordeste a uma hora da madrugada, e não tardou muito que se não vissem luzes, que se supuseram ser do comboio lusitano, demorando ao Nornordeste; e ao amanhecer com efeito se divisaram grande número de velas: de tarde claramente se distinguiu sua força e qualidade; a nau, duas fragatas, três corvetas, um bergantim, nove galeras e uma sumaca, todavia na distância não se podia afirmar com moral certeza, o que no dia seguinte se verificou pelo registo da sumaca *S. José Triunfo*, que se remeteu para o Rio com officios: do seu mestre constou serem as mesmas embarcações de guerra acima referidas, supondo-se já tomados os transportes que faltavam, ou ao menos extraviados; constou mais serem as ordens das Côrtes que parte das embarcações e tropa passassem ao Maranhão:

"Esta circunstância se possível é, dobrou o cuidado do comandante, e seu zêlo para não desamparar o inimigo, conservá-lo sempre em susto e cuidado pelo temor dos vasos do Império do Brasil, observando seus movimentos, por cujo motivo na tarde do mesmo dia se aproximou o mais possível, e era sem dúvida uma cena bem extraordinária vêr uma pequena fragata navegar a rumo de caça de uma força tão superior, e esta conservar-se em indolente permanência, quando o comandante da *Nitêrói*, montado dias inteiros sôbre a verga do velacho parecia escarnecer do seu poder; aliás lhe restava o pesar e a tôda a guarnição de não se oferecer oportuna ocasião de os hostilizar, e provar-lhe a *boa disposição da importuna embarcação brasileira*, que felizmente para êles se achava só.

"Atendendo ao informe do mestre da sumaca, mesmo não sendo certo, era de razão, e como tal julgou o comandante acertado ir ao Maranhão, logo que a esquadra inimiga se fizesse na volta da Europa, mas enquanto isto não tinha execução quis o comandante a todo o risco tentar algum golpe atrevido, mesmo que não tivesse muito fruto.

"Achava-se a fragata na latitude de nove para dez graus, dia 7, entrou de noite no comboio que navegava em linha, passou a tiro de fuzil, da vanguarda, e correndo para a retaguarda sempre a distância

de fogo despejou tôda a banda de estibordo sôbre o último navio, que depois se soube ser o *S. Gualter*.

“Há neste passo coisas raras a notar; não ser caçada a fragata passando tão perto da nau; o arrôjo do comandante, o denodo da guarnição, a certeza e silêncio das manobras, e a recíproca confiança, rivalizando a guarnição com o comandante, êste no seu denodo e temeridade, aquela na firmeza e alegre obediência em satisfazer as ordens; pois apesar de ser feliz não se deve escurecer o risco e perigo, nem negar o louvor a tenção e motivo de fazer *brilhar a glória da Marinha Brasileira*.

“Não podia deixar de causar na alma do comandante, a mais grata sensação o vêr dar uma tão primorosa banda no meio das trevas sem o mais leve borborinho: a não ser louca temeridade o comandante tentaria cortar a linha, e no momento de surpresa despejaria uma banda pela pôpa de uma das fragatas ou mesmo saudaria a nau, pois segundo confessou, por vezes o investiu veemente tentação, sufocada porém pela responsabilidade de uma embarcação do Estado a êle entregue com plena confiança.

“Navegou a fragata sempre em caça de observação até que na tarde de 10 de julho achando-se já na latitude de seis para cinco graus pareceu quase certo que o inimigo seguia para Portugal: em virtude do que passou o comandante a pôr em execução o seu projeto de ir à altura do Maranhão: moveu o maior dissabor ao comandante receber neste tempo parte de achar-se bem ferido o mastro grande, rendido e arruinado o mastro da mezena, isto além de todo o pano da fragata se achar sumamente diáfano e dilacerado, pois do Rio saiu com êle velho, parecia fazer impraticável a briosa derrota, que se projetava: com atividade se cuidou em remediar a avaria e cerrando os olhos a sustos e receios proceder na carreira já encetada com tão felizes auspícios.

“Correu-se pois com vento forte pelo canal de S. Roque não sem paciente cuidado dos seus perigosos baixos, em atenção à extraordinária corrente que se encontrou, e ao tempo ser tempestuoso; tudo superou a fortuna do Brasil.

“Na tarde de 11 encontramos uma sumaca prêsa da *Maria da Glória*, o tempo não permitiu ir a bordo, mas passando à fala duas vezes o comandante preveniu o jovem e inexperiente oficial que a comandava, da sua perigosa posição, pois bordejava para tomar Pernambuco, o que sendo impossível, lhe fez dizer demandasse o Ceará,

como no seguinte dia se não a avistasse, pungente receio existe da sua sorte, talvez bem funesta.

“Com feliz viagem se avistou o Ceará na tarde de 12, e ansioso o comandante de enviar embarcação à terra, tanto para tomar lingua, quanto para espalhar a grata notícia da salvação da Bahia quando aliás o embaraçava o receio da demora, e de outras não pensadas ocorrências um venturoso acaso deparou sobre a costa um cúter que vinha de Pernambuco; fez-se vir a bordo o mestre, bem que com custo, pois nos tomava por lusitanos. Sem a menor demora o comandante escrevendo ao Governo uma civil carta remeteu para ser derramada pelas Províncias a seguinte Proclamação:

— “Valerosos habitantes das Províncias do Norte do Brasil.

— “Livre da tirania exulta já a malfadada Bahia agora feliz por ser lançada nos braços do melhor dos Soberanos: Os vis e cruéis opressores constrangidos pelo valeroso Exército brasileiro, e pela denodada Esquadra a cargo do benemérito 1.º almirante Lord Cochrane pisam em fuga sobre o Oceano: é porém doloroso que vão carregados de despojos, bem como vão carregados de crimes e de maldições.

— “Nem os Vasos Sagrados, nem as Santas Relíquias escaparam à sua sacrílega avareza! Deve contudo, consolar-nos que o valeroso almirante vai em seu alcance: a fragata *Niterói* debaixo de meu comando tem a mesma comissão; é de esperar haja ocasião de os hostilizar o mais possível.

— “À honra e glória de tal empresa eu sou bem feliz de ajuntar o prazer de levar ao vosso conhecimento tão aprazível nova: Sucesso que imediatamente decide da sorte do Brasil. Tudo se deve primeiro à Providência, e depois aos desvelos sábios e augustas medidas do Nosso Adorado Imperador.

— “Em breve do Amazonas ao Prata só retumbarão os venturosos e gloriosos vivas — Ao primeiro Imperador do Brasil Pedro o Grande.

— “Bordo da fragata *Niterói*, a vela, à vista do Ceará, 12 de julho de 1823.
— João Taylor, capitão de fragata, comandante”.

“Deve-se fazer a justiça que não foi vaidade ou orgulho que deu nascimento à anterior peça, mas sim a íntima convicção de que seria útil aos interesses do Império, devendo o público relevar o aparecer sem o cunho da eloquência digna do objeto, e por ser obra de um momento. Bordejava o cúter para tomar o Ceará, e já a fragata demandava o Maranhão com força de vela, embelezada a guarnição em seus futuros destinos.

“Preenchida a altura do Maranhão com navegação próxima da costa conservou-se a fragata cruzando sem que aparecesse vela alguma

até o dia 14; era portanto certo que vistas as circunstâncias do tempo e vento favorável, ou as embarcações que eram destinadas para o Maranhão já estavam dentro, ou tinham tomado diferente destino, e portanto se fazia inútil a demora e prejudicial quanto ao alcance do inimigo; deitou-se a caminho para cortar a linha quanto antes: com efeito na noite seguinte pela vez primeira sulcou o Oceano do Norte *uma embarcação de guerra do Império*, salvo, se a nau *Pedro I* não o praticou algum dia antes.

“Se o coração de todo o bom brasileiro não pode deixar de palpitante com alegre sensibilidade ao reflexionar em tal passo, julgue-se do que deviam sentir os que a bordo da fragata iam com intrepidez *buscar o inimigo à Região das Ursas*, não deixando contudo de sofrer máguia e saudade ao vêr mergulhar o Augusto Cruzeiro.

“Com ventos prósperos em veloz carreira seguia a fragata sem que ocorresse novidade, quando no dia 21 falou-se a um bergantim, navegando de Pernambuco para Gibraltar deu notícia de terem entrado naquele pôrto vários transportes apresados pela nau *Pedro I*; e no dia 24 a uma galera da mesma nação, que deu a espantosa notícia da contra-revolução em Portugal, e de terem sido derribadas as Côrtes pelo Partido Realista anti-constitucional.

“No dia 7 de agosto porém, estando em vista uma grande embarcação, e tendo sido reconhecido o pavilhão português julgou-se seria *um dia de glória para a “Niterói”* batendo uma fragata lusitana, e era tal a confiança do comandante, que não duvidava da vitória, e mais de que esta seria declarada sem longo combate; falou à guarnição não para a encorajar, era supérfluo, *vendo os semblantes e a disposição*, mas sim para lhe fazer entender que não seria contente se o combate em dez minutos não estivesse finalizado, protestando de sua parte por a fragata a beijar os laises da inimiga: quanto ao demais o entregava à honra e *coragem da sua valerosa guarnição*: é de crer não se equivocasse, mas a fortuna deparou em vez de fragata o transporte *Grão Pará*.

“Eram as ordens passadas às baterias só fazer três tiros para intimar arriassem a bandeira, e se rendessem: quis porém a fatalidade que louca temeridade e pouca perícia sem nenhuma prudência levasse o comandante da tropa do transporte ao delírio de querer bater-se: ao aproximar-se foram vistos soldados a postos, retificando as pontarias, e tendo outros prontos para a taifa.

“Sendo do dever de um oficial em comando poupar a efusão de sangue, não sacrificar a de seus súditos para minorar a perda do inimigo, e enfim decidir a ação o mais pronto possível, o comandante levado de tais reflexões, apesar que repugnasse a seu generoso coração, imediatamente alterou as ordens, e em minutos de intervalo foi *arriada a bandeira inglesa que estava içada*, para tremular a brasileira: ainda bem não tocava o penol, quando choveu sobre o inimigo uma banda clara de bala raza; saudável medida; aterrados nem um só tiro dispararam: foram bem felizes de ter poucos mortos, devido isto ao desprezo ou pouco interesse que os artilheiros tomaram contra um mercante, bem que tivesse montadas e prontas oito peças por banda, era débil competidor para o seu orgulho.

“Perplexo se achou o comandante sobre o destino que daria à tal prêsa, carregada de duzentos e setenta soldados e grande número de passageiros, sobre a latitude de quase 31 graus Norte: a fragata não podia prescindir dos poucos mantimentos que tinha a bordo e menos de água: o transporte não tinha os suficientes para regressar ao Brasil: e nem era conveniente despir a fragata de gente para o guarnecer, quando ia buscar combates sobre a costa de Portugal.

“Assim mandou arrojear ao mar tôda a sua artilharia, tomou-lhe a pólvora, e todo o armamento, fez que todos assinassem termo de prisioneiros de guerra, e como tais não poderiam tomar armas contra o Brasil durante a presente guerra: isto concluído os despediu.

“Deve acreditar-se que êste era o melhor arbítrio, e o mais próprio das circunstâncias; seguindo na mesma derrota registrou-se no dia 11 uma galera francesa vindo da Índia para a Europa: não comunicou novidade de consequência.

“Achando-se a fragata próxima à altura das Ilhas, e não havendo aguada para que se pudesse demorar sobre a costa, pareceu acertado refrescar, e fazer água na ilha das Flôres, onde ela aportou no dia 19 do mesmo mês; conservou-se sempre sobre vela *e com a bandeira inglesa*, a fim de evitar contestações desagradáveis, bem que tendo ali chegado já de ofício a certeza da queda das Côrtes, e liberdade de El-Rei S. M. F. é muito de supor não houvesse implicância, mesmo que se içasse a bandeira brasileira: todavia não se deixou aparecer *sinão a porção da guarnição inglesa*; houve recíproca hospitalidade, sem a menor diplomacia; e superando mil dificuldades conseguiu-se progredir na derrota para Portugal a 24.

“Logo ao separar-se da ilha a fragata, se registrou um bergantim inglês, que nada disse de que se deva fazer menção: era da tenção do comandante tocar no Faial onde deviam ter arribado muitas embarcações inimigas, mas não dando o vento, cedeu-se a esta má fortuna; correu-se quase no paralelo la Roca como derrota mais óbvia a encontrar embarcações que o deviam demandar.

“A 26 deu-se caça e tomou-se o iate *Alegre*, que apesar de não ser de valor, o comandante aproveitou para remeter para o Rio ofícios dirigidos a S. Ex. o Sr. Marquês do Maranhão e ao Ministério, cujos conduziu um oficial; correndo para a costa na manhã de 29 e aparecendo à vista duas embarcações, uma pela proa e outra pela pôpa, decidiu-se a caça pela primeira; a calma porém não consentiu aproximar-se a fragata, *que tendo bandeira inglesa*, o navio caçado içou bandeira inimiga: não estando a atmosfera clara não se pôde bem conhecer a qualidade da embarcação, sendo certo ser muito grande, quase ao sol posto deu tôdas as idéias de ser a nau *D. João VI*: logo por conseguinte devia ser fragata a que navegava pela nossa pôpa.

“Então se multiplicou a vigilância do comandante na sua navegação noturna, sendo o vento variável não valeu a falsa derrota, pois de noite em bordo oposto vinha também a nau cortar o caminho da fragata, e tão próxima que foi preciso arribar para dar passagem a tão superior competidor, sendo esta fragata mui débil para disputar o passo: tão próxima que evidentemente se conheceu o tombadilho e as baterias, apesar disso não se deixou de procurar a Roca, e assim ao manhecer viu-se a nau velejada e a fragata atravessada; motivou alguma desconfiança, e por isso se paralizou a tomada do iate *Correio de S. Miguel*, que logo depois se efetuou mesmo tendo em vista os inimigos; foi enviado para o Rio, pois não aparecendo prêsas de valor não se queria desgostar a tripulação desprezando as que a sorte apresentava: e havendo-se ao mesmo passo registrado o bergantim inglês *Elisabeth*, que ia para Gibraltar, a rogos do comandante, e com sacrifício de quarenta pesos por cada um em metal ou mantimentos, recebeu o capitão 25 prisioneiros: dois dias depois igualmente se apresou o iate *Esperança*, que foi dirigido para o Rio: ao mesmo passo se registrou uma galera inglesa que não deu novidade.

“Foram consecutivamente apresados os iates *Vigilante* e *Bom Sucesso*, e o bergantim *União*, êstes dois foram destruídos, o último queimado, e o penúltimo metido a pique, depois de se aproveitar o possível, o primeiro foi guarnecido e velejou para o Rio, bem como a

8 a galera *Prazeres* e *Alegria* vinda do Pará: é bem singular que ao mesmo passo que se guarnecia a galera e se metia a pique o iate aparescesse em vista e se aproximasse parte da esquadra inimiga, composta de três corvetas e duas charruas: assim tendo já feito duas prêsas em vista da nau e fragata *Pérola* que a êsse tempo corriam para Lisboa, o mesmo se repetiu com geral contentamento da tripulação à vista das referidas embarcações: pode julgar-se dos sentimentos do comandante e officialidade brasileira vendo assim tremular e escarnecer do poder dos lusitanos o pavilhão brasileiro guardado por uma fragata de pouca fôrça. *Sem risco de adulação se pode acreditar que com tal guarnição se poderia tentar alguma coisa contra o inimigo*, e o comandante não estando alheio de tal projeto esperava ir inopinadamente sôbre êle na seguinte noite julgando de presente o dever proteger a prêsa, pois que o inimigo só appareceu pela meia tarde; estávamos em distância de o caçar antes de poder entrar no Tejo.

“Um acontecimento imprevisto e singular fez desvanecer tal idéia; era noite escura, dá-se parte de embarcação próxima por sotavento, não custou chegar a postos a guarnição, pois dormiu nessa noite junto das peças inclusivamente o comandante da bateria do convés; sobe à tôlda o comandante e julgando ser embarcação das que iam na retaguarda das corvetas manda meter o leme de encontro, em três minutos estávamos a tiro de pistola da nau *D. João VI*; três vezes nos falou com arrogância em claro português, e outras tantas o silêncio foi a única resposta, falou em inglês, então o comandante respondeu *fragata britânica comandante F.*, indo com amura contrária ao momento se apartou: loucura seria idear combate, mas a não ser a consideração de que na sua retaguarda viria a fragata que dias antes se achava na sua conserva, é muito natural que virando a fragata de bordo a fôsse saudar pela pôpa com uma banda, como se desejava fazer no dia 7 do mês anterior; por instantes se esperava encontrar a fragata, e como cumpria intrêpidamente se achava pronta para ação; vã esperança, a *Pérola* se achava junto de Lisboa, como depois nos constou.

“Nada tardou que não apparecesse outra embarcação, que se pensou ser o bergantim *Audas*, e com a maior presteza se caçou, infelizmente era estrangeiro amigo: virou-se para demandar a Roca, apesar de termos moral certeza que ao mesmo rumo corria o inimigo em fôrças tão superiores: de caminho apresou-se o iate *S. José*, e de tarde avistamos o Cabo.

"*Podria talvez sem aumentar o perigo ir mostrar-se o augusto pavilhão estrelado às fortalezas do Tejo, mas isso não daria lugar a que pudessemos continuar o curso por muito tempo; assim na distância de vinte e quatro milhas viramos.*

"Eis para a glória do novo Imperador uma pequena fragata à vista do promontório illusório escolho da liberdade brasileira, arrostando as bandeiras da opressão e tirania e fazendo tremular o nacional e imperial pavilhão: tal empresa com tanta presteza efetuada não podia deixar de sensibilizar todos os honrados brasileiros e aterrar os opressores; e será sempre digno honroso e glorioso laurel para o primeiro oficial brasileiro que cooperou e para o comandante que o executou. Graças sejam dadas ao Imperador em tudo Primeiro — Pedro o Grande.

"Pairando se conservou a fragata, assim apresou o iate *Providência*, e a galera *Nova Amazona*, recém-saída de Lisboa. Prêsas que ambas foram logo para o Rio: contava-se 10 de setembro, estava preenchida a comissão da fragata, pois pelo capitão da *Amazona* com certeza constava ter entrado no Tejo o resto da Esquadra, cuja segurança queria o comandante trazer à Côrte; aberto o Prego de S. Ex. o Sr. 1.º almirante, parece que era concebido em ordens terminantes de regressar ao Rio imediatamente; iam-se encurtando os bastimentos, achava-se o pano da fragata o mais arruinado possível, havia em Portugal mudança política e ministerial relativamente ao Brasil: assim tôdas estas considerações e razões imperiosamente decretavam que a fragata regressasse para o Austral Hemisfério: neste suposto tendo registrado nm bergantim inglês que ia para Faro, nêle se deitaram vários prisioneiros, e sem demora no dia seguinte 11 se aproximou a fragata do Norte de Lisboa para lançar em terra o resto: cumpre advertir que na altura de Lisboa se registraram várias embarcações amigas e neutrais, e que se deixou seguir para o seu destino um triste iate português, em razão de ser todo o seu carregamento de propriedade inglesa, e navegava para a Irlanda.

"Com a maior fortuna no seguimento da costa apresou de tarde o iate *Paquete de Setúbal*, meteu-se-lhe água e mantimentos a bordo e nêle se lançaram à noite os prisioneiros para seguirem para a sua Pátria no dia 12, assinando um termo análogo ao que prestaram os oficiais a bordo do *Grão Pará*: êste iate fez dêle doação o comandante a dois mestres prisioneiros, e deu ordem que entrassem na Figueira;

a um deles entregou o comandante a seguinte carta de ofício, cuja julgou acertado dirigir ao Ministério.

— “Ilm. e Exm. Sr. — Os meus sentimentos, o decôro e delicadeza de um oficial honrado, que pelo amor da glória abraçou e jurou defender a causa sagrada do Brasil, a bem posta opinião da brava e generosa navegação brasileira que tão primorosamente e tão gloriolosamente proclamou a sua Independência, debaixo dos auspícios de um herói seu Augusto Imperador; fazem que eu tome a pena para produzir a V. Ex. os justos motivos e irrefragáveis razões que me têm levado a obrar hostilmente contra a Nação Portuguesa, vítima de seu delírio em acreditar demagogos carbonários. Deve V. Ex. porém fazer-me a honra de se persuadir quanto pesa a meu coração vêr ateadada uma guerra tão supérflua e prejudicial a Portugal, e tão contrária aos Filiais e Paternais Sentimentos de tão Altos e Augustos Soberanos.

— “Abrindo mão de entrar em axiomas políticos, ou questões de direito público, que não me pertencem, e são supérfluas, logo que à luz pública appareceu, e à face do mundo o generoso e brioso Manifesto de Sua Majestade Imperial, me limito a ponderar a V. Ex. o seguinte: primeiro, o mesmo manifesto a formal declaração de guerra, com os fundamentos que a motivaram, cujo seria sem efeito no caso das Côrtes revolucionárias se não obstinarem o seu louco e bárbaro sistema, ou a Nação não corresse alucinada após de uma ideal soberania sobre o Brasil; em segundo lugar o infame comportamento de parte das tropas lusitanas na Bahia, mesmo quando foram constrangidas a evacuar a cidade, bárbara obstinação de seus chefes, e as instruções que receberam para no Maranhão ir prosseguir na guerra de vandalagem, caso evacuassem a cidade que dominavam, procurando sempre semear nas nossas felizes regiões o veneno do sistema carbonário e opressor, tanto para adulterar a religião dos incautos brasileiros, quanto para entusiasmar ingratos europeus.

— “Finalmente o vêr Sua Majestade Fidelíssima conservar o título vão e injusto de Reino Unido, e não dar-se nos despachos das embarcações que seguem viagem para o Brasil a gloriosa categoria que merece e possui, isso com desdouro da Nação Brasileira e seu Augusto Soberano.

“À vista de claras reflexões não encontro a menor dúvida de qual devesse ser o meu comportamento, dever e conduta, tendo a honra de comandar um vaso de guerra da Armada do Império: e tendo preenchido as militares e guerreiras funções inerentes a tal comando, posso sem vaidade aplaudir-me da maneira humana e generosa com que tratei e fiz tratar os prisioneiros, bem que neste ponto eu terei a satisfação que V. Ex. será inteirado pela voz pública, e por eles pessoalmente, dando uma clara prova que a Nação Brasileira segue na presente guerra por violência, e não por vingança ou rancor apesar de ter altos queixumes.

— “Certo porém na alta e augusta magnanimidade de Sua Majestade Imperial, tenho até com sacrifícios e despesas feito regressar para sua pátria os prisioneiros constantes da inclusa relação, obrigando-se sem violência todavia pela sua palavra de honra de não servirem hostilmente, nem tomarem armas

contra o Brasil e sua Independência, durante a presente guerra e assinando termo as pessoas qualificadas, por si, e pelos seus súditos os que comandavam; neste estado eu considero como prisioneiros de guerra, que podem só ser riscados desta qualidade, ou havendo troca ou feita a Paz, e para tal fim é que se remete a V. Ex. a relação acima referida.

— “Tenho tôda a honra e prazer em oferecer a V. Ex. os meus respeitos, com sinceros votos por uma pronta e feliz Paz.

— “Deus Guarde a V. Ex. muitos anos.

— “Bordo da fragata *Niterói*, à vela, 18 milhas da Roca, aos 12 de setembro de 1823.

— “Ilm. e Exm. Sr. Ministro e Secretário de Estado das Relações Exteriores. — *João Taylor*, capitão de fragata e comandante”.

“Ao passo que o iate navegou para a costa, a fragata se fez na volta da Madeira, contava-se 12 de setembro, foi neste dia que a *Niterói*, começou a sua viagem de regresso para o Brasil.

“Não tardou muito que não apresasse o iate *Santo Antônio Triunfo* que foi remetido para o Rio, e logo depois a escuna *Emília*, que depois de se lhe tirar o que convinha à fragata recebeu os prisioneiros do *S. José*, e se deixou seguir o seu destino: no mesmo dia 15 quando se deixou a escuna tomou-se o iate *Harmonia*, cujo igualmente se não guarneceu e se deixou por não convir despir mais a fragata de tripulação, necessária para algum encontro, se não provável ao menos possível: ia a fragata na volta dos Açores quando se fizeram estas últimas prêsas, tendo o comandante variado de projeto, por querer ainda de caminho hostilizar o comércio português; constando porém pelos indivíduos das mesmas prêsas todos contestes que na estação das Ilhas nada havia já, resolveu o comandante outra vez demandar diretamente o Brasil, estando já, em longitude 15 graus a Oeste de Greenwich: próspero vento nos favorecia, e com rapidez nos aproximávamos das Canárias quando na latitude de 28 graus se apre-sou o bergantim *S. Manuel Augusto*, que guarnecido seguiu imediatamente para o Rio em vez de ir para Pernambuco sua direta descarga: continuava a viagem com felicidade, porém temendo-se o contratempo da larga viagem e que a escassez d'água viesse aumentar os males da guarnição já falta de diferentes artigos de bastimento pareceu acertado arribar à ilha de S. Nicoláu, o que se praticou, preferindo este pôrto levado o comandante dos exagerados informes roteiros: achamos o contrário do que se esperava; mau ancoradouro, um país aflito há dois anos com a praga da fome, em razão da sêca, uns habitantes

por assim dizer meio selvagens: todavia fomos tratados com tãda a hospitalidade, nem houve dissonância por ser vaso de guerra do Brasil, por terem aí aportado as novas ocorrências do sistema político de Portugal em os públicos papéis.

“É contudo impossível descrever o trabalho insano que custaram doze tonéis d'água que sòmente pudemos conseguir, tal era a exasperada sêca das fontes do país!

“Estávamos a 7 de outubro, dia aprasado para darmos à vela, dia que ia sendo bem fatal à *Niterói*: importuno e violento Sueste soprava há dias, neste porém se declarou terrível, tanto que fazendo diligência para suspender foi impraticável executar-se, e sendo arriscada e temerária a demora por ser provável variar o vento, e não ser então possível salvar a fragata, foi forçoso picar a amarra, o que se efetuou sem demora.

“Ainda bem não estávamos livre do cuidado penoso de montar as Ilhas, correndo já com as gávias nos últimos e gata ferrada, quando de improviso em mar descontrado a fragata vem arremessada de guinada para bombordo, ao mesmo passo um terrível furacão a toma e a arroja sôbre o costado de estibordo: não levava vela de estai de proa, por não haver a bordo, achava-se suprida por uma mui pequena tomada a uña escuna: o traquete ia carregado a barlavento por pouco antes se ter rasgado: assim não era fácil obedecer ao govêrno, mesmo que se pudesse dar água ao leme; a muita água que sorveu pelas portas da bateria, ainda que bem fechadas não causou sustos, pois de antemão se achavam já condenadas as escotilhas, com xadrezes e encerrados pregados: assim nada havia a receiar, sinão o pior, era de ser a fragata tragada pelo mar, pois apesar de mui valente era impraticável poder-se resistir ao mar, que a golfadas entrava por cima da borda.

“Neste conflito não é para estranhar que o pavor, os sentimentos religiosos e o natural instinto de olhar a morte com horror, apoucasse a coragem de parte da tripulação mas é por isso mesmo mais apreciável a intrepidez de alguns Ingêleses Brasileiros, dignos de todo o elogio: não queria o comandante lançar mão dos extremos recursos se não na última crise, mas parecendo a fragata querer esquecer-se adormecida, à voz do comandante caem machados sôbre a enxárcia da mezena, e em um momento é precipitado no mar o mastro, na sua queda faz em pedaços e desmonta a roda do leme, mas já se tinha prevenido prudentemente, tendo talhas em baixo, o que valeu para

governar até que novamente se montou a roda, mesmo assim quebrada: não foi necessário sinão cortar os cabos principais, à força de mar, e a velocidade da fragata fez o resto estalando até alguns fuzis da abatucadura de estibordo.

“Enquanto a rascada se não desenvolveu, fomos obrigados a capear; todo o pano rasgado e despedaçado se espalhou pelo oceano; havendo a carga do porão sido arrojada a estibordo pelo rápido e forte embate, foi necessário precipitar ao mar a artilharia da tólda do mesmo lado, para de algum modo manejar o equilíbrio da fragata na sua flutuação.

“Assim ressurgiu a *Niterói*, e não quis a Providência roubá-la ao serviço do Império, não podendo governar com o velacho, única vela que nos ficou. Assim pretendia vingar a injúria recebida o gênio de Portugal, mas triunfou o grande gênio protetor do Brasil.

“Doze horas afrontada correu a fragata, mas propícia aluvião de chuva rebatia a fúria dos mares: foi socegando a tempestade, e com o comêço de bonança se foi remediando a avaria; bem feliz de não ter contrário vento até altura de 7 graus Norte e 26 graus de longitude, a cujo tempo se contavam 16 de outubro: nesse dia depois de tomar uma sumaca que de Cabo Verde ia para o Maranhão, com generosidade a deixamos por ser mui natural estar já aquela província unida à causa do Império, e por não ser de propriedade positivamente européia: dias antes se tinha falado a dois bergantins estrangeiros, um seguia para o Rio, e outro para Buenos Aires: ao dissabor do acontecimento ocorrido à fragata veio ajuntar-se a falta de vento nesta ocasião, tanto que sòmente no dia 28 pudemos outra vez sulcar o Oceano Antártico, e já na longitude de 30 graus e meio Oeste de Greenwich; parecia que as Nereidas do Sul se recusavam a receber-nos: ou escramentados os gênios do Brasil dos males aportados pelas embarcações vindas do Tejo, receavam receber uma filha sua: Mas não; tinha razão; a *Niterói* tinha preenchido seus deveres mas não tinha feito assás pela glória do Brasil: creia-se faltou-lhe a fortuna da boa ocasião.

“Vencida se duvidava se seria a costa, temível ocorrência; pois nem havia água nem víveres para fazer a conquista bordejando; propícia brisa porém no dia 31 nos livrou de susto e com alegria se determinou aportar à *Báhia*: não foi o vento tão favorável como se devia esperar em tal monção, e portanto o que no princípio era arribada de prudência foi ao fim de necessidade urgente.

“Enfim com dificuldade aferrou a fragata no desejado pôrto a 9 de novembro, não tendo mais que dois dias d'água e um resto de mau legume, nada mais, nem lenha havia; tudo porém com satisfação se esqueceu encontrando um país de hospitalidade, um ativo e benéfico Intendente; um Governo liberal e generoso, e além das esperanças concebidas vai a fragata regenerada brilhantemente e digna de aparecer na Côrte Imperial.

“Eis a tosca narração fruto de rude talento de um guarda-marinha brasileiro, feita porém com singelo coração e pura verdade, com a mesma pode proclamar ao mundo os fieis, verdadeiros e patrióticos sentimentos que naquele existem pelo Brasil e pelo seu mui alta e Augusto Imperador”.

Escrita pelo capitão-tenente *Luiz Barroso Pereira*, Immediato da fragata.

Ver *História Naval Brasileira*, de Teotônio Meireles e *Revista Marítima Brasileira* — Ano I — N.º 1 — 1881.



RELAÇÃO dos oficiais da guarnição da fragata *Niterói* que nela seguiram a Esquadra Portuguesa desde a Bahia de Todos os Santos até a foz do Tejo.

A saber:

- 1 — Comandante o capitão de fragata João Taylor
- 2 — Capitão-tenente Luiz Barroso Pereira
- 3 — Primeiro tenente Chester
- 4 — " " Justino Xavier de Castro
- 5 — Segundo tenente Augusto Venceslau da Silva Lisboa
- 6 — " " James Watson
- 7 — " " Wallace
- 8 — " " João Pinto Drumond
- 9 — Guarda-marinha Pedro Maria de Souto Maior
- 10 — Voluntário Joaquim Marques Lisboa
- 11 — Pilôto
- 12 — "
- 13 — Comissário Barbosa (Mineiro)
Escrivão João Pinto Drumond
Praticante de pilôto Jacinto Barbosa (Mineiro)
Cirurgião Vaz
- 13 — Segundo tenente da Brigada Naval Rosa
- 14 — Capelão Frei Joaquim de Santa Margarida

EXPEDIÇÃO À PATAGÔNIA

Quanto à expedição à Patagônia eis o que sei, por ter, infelizmente, feito parte dela.

A 23 de fevereiro de 1827, pelas 4 horas da tarde, saiu de Maldonado a expedição assim composta: corveta *Duquesa de Goiaz*, de 18 peças (8 de calibre, 12 colubrinhas de ferro, 10 caronadas de 24); comandante, o 1.º tenente Carlos Watson, com 160 praças de guarnição e 300 de passagem, pertencentes à fragata *Piranga* e a outros navios da esquadra; corveta *Itaparica*, da mesma fôrça e lotação, comandante o capitão-tenente Guilherme Eyre; brigue-escuna *Escudera*, com uma peça de bronze calibre 18, em rodízio, e 4 caronadas do mesmo calibre, comandante o 1.º tenente Luiz Clemente Ponthier, 80 praças; escuna *Constança*, com uma peça de bronze, calibre 18, em rodízio e 2 caronadas de 6, 50 praças de guarnição, comandante o 2.º tenente Joaquim Marques Lisboa.

Tôda esta fôrça era comandada pelo capitão de fragata James Sheperd que ia a bordo da *Duquesa de Goiaz*.

A 27, avistámos terra da Patagônia pela baía de S. Blás. Ordenou Sheperd que a *Duquesa* se transformasse em brigue-barca, para que fôsse, na barra do Rio Negro, para onde seguíamos, tomada pelo navio de guerra inimigo *Congresso*, devendo a *Itaparica* içar então o sinal de prêsa para passar pela galera *Conceição de Oliveira*, que havia sido apresada e recolhida naquela baía, e os demais navios a bandeira e flâmula de Buenos Aires.

A 28, estávamos à barra; bordejávamos, preparados como acima ficou dito, até à hora da preamar, que foi pela 1 hora da tarde, pouco mais ou menos. Há na barra do Rio Negro um forte de quatro ou cinco pequenas peças, ao que me parece. Ele arvorou, logo ao avis-

tar-nos, a bandeira argentina, e ficámos certos, pelos aprestos que observámos, de que se não deixava iludir pelo nosso fingimento.

Chegada a hora da preamar, formámos em linha de combate na ordem seguinte: *Escudera*, na frente, com o práctico que levávamos, Tomás Americano, bastante conhecedor do lugar, mas bastante medroso; *Itaparica*, *Duquesa*, *Constança*. O *Escudera* rompeu fogo sobre o forte, o qual foi debilmente correspondido. Levava este navio ordem para içar uma bandeira azul, no caso de encontrar sobre o banco da entrada água bastante para as corvetas. Assim o fazendo, supuseram no forte que a bandeira era preta e significava que se não daria quartel aos vencidos, e deu isto lugar à tibieza com que por parte do inimigo foi disputada a entrada.

O canal que tínhamos de percorrer desde o banco não era a rumo direto. Em um dos ziguezagues encalhou a *Duquesa*. Entretanto, o *Escudera* e *Itaparica* tinham dobrado a ponta do forte e achavam-se já da parte de dentro do rio. Aí deram um desembarque, assaltando o forte, que tomaram sem resistência, desmontaram a artilharia que não chegaram a inutilizar porque tiveram de acudir aos escaleres que, abandonados na praia, caíram nas mãos dos inimigos que já destruíam a alguns. Reembarcaram depois do fogo e recolheram-se a bordo sem perda. A *Itaparica* estava encalhada, e para poder salvar-se, aliviando, lançava ao mar toda bala e metralha e outros objetos de peso, isto, porém, de forma tal, quase na ocasião em que o navio ficou em seco completamente, podendo-se andar à roda, ter-se-ia salvado tudo, passando para bordo da *Escudera*, se houvesse ordem e inteligência e se não reinasse a bordo uma completa anarquia.

A despeito de todos os esforços, não foi possível salvar a *Duquesa*; chegou a ficar em nado, mas de tal forma que, achando-se quase cheia d'água, encalharam-na de novo em outro banco. Às 4 horas da tarde, deu-se princípio a salvar a guarnição para bordo da *Constança*, que fundeava o mais perto possível, sem risco de naufragar. Pouco antes, porém, do escurecer, só os que sabiam nadar é que podiam vencer a distância que havia aos escaleres salvadores. Muitos ingleses de que se compunha quase exclusivamente a guarnição, tanto do navio, como de passagem, embriagados uns, outros empregando-se em saquear a câmara e camarotes, esqueceram sua própria conservação e foram vítimas de seus maus instintos. Outros, levados do brio e pundonor, expunham sua vida para salvar a alheia. Os que não sabiam nadar (eu era um deles), resignados, esperavam

a hora suprema. Chefe, comandante e oficiais, todos tinham abandonado o navio. Ficámos apenas eu, o voluntário João Nepomuceno de Menezes (hoje capitão de mar e guerra reformado) e o comissário (também hoje reformado em capitão de fragata) Francisco Romão Ribeiro. Incitaram-me êstes dois companheiros a que aproveitasse um ou outro mais favorável ensejo de salvação, porquanto êles (que nadavam bem) me ajudariam, acompanhando-me. Estava eu a ponto de ceder. Cavalgado sôbre a trincheira de sotavento, animava os que se lançavam ao mar, quando uma vaga trouxe de encontro ao costado um dos escaleres que estava mais próximo; quase desfalecido encontrei-me, como por milagre de Deus, dentro dêsse escaler com alguns dos náufragos, e os meus dois companheiros, a cujos braços robustos soube depois dever minha salvação. Pouco depois de escurecer, a corveta *Duquesa de Goiaz*, belo navio de 400 toneladas, quase feito de novo no Rio de Janeiro, tendo sido antes o brigue *Baía*, e ainda antes o *General Allen*, em que do Chile vieram para o Brasil Lord Cochrane, e seus aventureiros companheiros (era Sheperd um dêles) estava reduzido a um montão de ruínas espessas pela costa do norte do rio Negro e de envolta com elas os cadáveres de 38 homens, que tantos foram os perecidos neste desgraçado naufrágio...

A *Constança*, logo que principiando o vento a refrescar ia tomando a intensidade de um temporal, não podia mais prestar socôrro algum, estava exposta a perecer inglôriamente com sua guarnição, e a que salvara. Via a corveta *Duquesa* destruir-se irremediavelmente; tinha cumprido seu dever de honra e feito um serviço à humanidade. Urgia tomar-se uma grande resolução, e foi o que se fez, largando a amarra por mão, e velejando com quanta fôrça o vento permitisse para safar da costa.

À noite angustiosa de 28 de fevereiro e todo o dia 1.º de março foram passados fora da vista da terra, que demandámos de novo, e da qual nos aproximámos a dois. Havia a bordo da *Constança* um moço chamado Antônio que fôra peão em uma estância que ficava entre a barra e a povoação del Carmen. Ofereceu para servir-nos de práctico, e com efeito pôs-nos da parte de dentro a salvamento. Mas Sheperd, temendo sorte igual à da *Duquesa*, meteu-se em sua canoa acompanhado de Fita-Costa (Inglês a nosso serviço como 2.º tehente, filho do célebre Hypólito, redator, em Londres, do *Correio Brasiliense*) e foi desembarcar na costa do sul, aonde abandonou a canoa, que o seu capote e óculo foi presa duma partida inimiga.

Tudo estava desanimado, principiando pelo chefe. Ninguém confiava já no bom resultado da empresa: reinava a mais completa desmoralização.

No dia 4, embarcou o chefe na *Constança* e *Escudera* a gente destinada ao desembarque, e com estes dois navios seguiu rio acima, levando em sua companhia Eyre, e deixando quase como abandonada na barra a *Itaparica*, cujo comando dera ao 1.º tenente David Carter, por não poder accitá-lo, visto achar-se ferido, ainda que muito levemente, o 1.º tenente oficial imediato Joaquim Agostinho.

Nesse dia, já quase ao escurecer, falou Sheperd com gente de terra; deu pouco depois, e mais acima, no dia seguinte, um desembarque de que resultou apanharem-se algumas galinhas.

À 6, fomos ficar no lugar em que sofreríamos completa derrota.

Ao entrar do dia 7, isto é, da 1 para as 2 da manhã, deu-se o desembarque definitivo com perto de 600 praças.

(Neste ponto, o documento se acha rasgado, com uma falta de cerca de doze linhas, de um lado e outro da fôlha).

duas ou três espingardas em mau estado e outras tantas espadas, eis o nosso armamento!!! Ponthier tendo ficado no *Escudera* com quase toda a sua guarnição e algum armamento, por que opusera-se à ordem que tivera para deixar-se ficar no estado, sempre melhor, apesar de tudo, a. que reduziram a *Constança*.

Estávamos fundeados em uma volta do rio, o *Escudera* descobria parte do que seguia para cima, e a *Constança* ficava do lado interior; a parte era pouco baixa, e apenas deixava ver a mastreação dos navios que vinham de cima.

Seriam 8 horas da manhã quando fomos atacados pela sumaca *Flor de Maio*, as escunas *Hiquinha* e *Imperatriz*, e um brigue corsário, ao mando do capitão George, companheiro e amigo de Sheperd, com quem servira no Chile. Entre mim e os navios interpunha-se a terra, ao passo que o *Escudera* já lhes descobria os cascos, e sobre eles faziam fogo tão vivo quanto lhe era possível. Por perto de 10 minutos, fui forçado a estar de braços cruzados, porque intentar qualquer manobra na ocasião era impossível, e me colocaria em pior posição...

(Neste ponto, o documento se acha rasgado, com falta de cerca de doze linhas, de um lado e outro da fôlha).

rodízio. Não havia quem nos desse pólvora; estávamos quase abordado, e um covarde pretendia arriar a bandeira; paguei-lhe êste ato com um talho que quase lhe decepou o braço.

Diziam as instruções que Sheperd me deixara escritas, que salvasse o navio a todo o transe, procurando reuni-lo à corveta *Itaparica*. Eis o que pretendi fazer: larguei a amarra por mão, velejei rio abaixo, encalhei; fui abordado e rendido! A fúria do vencedor ia tôda descarregar sôbre mim contra quem se queixara o covarde por mim ferido. Felizmente, estava eu entregue a um homem de honra, o comandante Solert (Franeca) que, inteirado do acontecimento, fêz-me os elogios que a minha ação merecia. Não passaram de três mortos e cinco feridos, de parte a parte, as pêrdas dêste combate.

O almirante Barão do Rio da Prata não encontrou em quem descarregasse o pêso de suas acusações senão sôbre o pobre 2.º tenente, que pouco mais de 18 anos de idade contava então, e cujo comando durou por sete ou oito nefandas horas!!! Êste 2.º tenente, a quem se não atreveram a sujeitar a um Conselho de Guerra, de que sairia coberto de glória, ficou tido por covarde nos *arquivos reservados* da sentença da Marinha. Quase trinta e cinco anos depois, quando cheio de serviços declarados relevantes, pelos quais atingira ao grau de Chefe de Esquadra, cheio de condecorações nacionais e estrangeiras, ocupava o eminente pôsto de Ministro da Marinha, é êle acusado na Câmara dos Deputados, perante o país, e em vista de documentos subrepticiamente da sua secretaria por um ex-empregado desta, como infame e covarde! Quem conheceu J. J. Ignacio em Pernambuco, em 1824, na Bahia em 1838, em Pernambuco, brada cheio de indignação: "mente o indígnio que macula a honra dêste militar"; covarde é o que, abusando da imunidade de Deputado, ousa manchar o seu caráter. O folheto junto trás a defesa de J. J. Ignacio, que pede perdão por ocupar-se tanto de si, e vai já acabar esta narração.

A gente desembarcada, em vez de caminhar junto à praia, inter-nou-se pelo campo. No dia 7 de março de 1827, foi de grande calma e sol ardente, cujo calor foi artificialmente aumentado pelo inimigo com o fogo, que de propósito lançou aos arbustos que pelo mesmo campo haviam. Uma fôrça de cavalaria irregular, não superior a 90 homens, flanqueou a nossa gente. Avançava, descarregava as clavinas e retirava-se. Aos primeiros tiros, Sheperd caiu morto. Tudo perdeu a cabeça até mesmo Eyre, reputado até então o bravo dos bravos. Era o grito quase geral: "rendamo-nos; água, queremos

água". E assim, 600 homens entregaram as armas a menos de 90! O ilustre Barão do Rio da Prata, homem de superior ilustração, de tino administrativo apontado com de primeira ordem, lança a culpa da perda da expedição sobre um subalterno, a quem, quando muito se poderia apenas exigir que se justificasse da perda do seu navio!

São mortos o Barão, Sheperd, Eyre, Watson, Ponthier e Carter; e pois sigamos o princípio — *parce sepultes*; mas, quem não vê quantos erros se cometeram desde a organização até à perda total da expedição? E o primeiro erro foi entregá-la a ingleses, aliás bravos, mais reconhecidos como homens sem a mínima inteligência. Veja-se quantos erros ainda depois praticou Eyre! A segunda foi não mandar tropas de terra acostumadas a marcha.

Esquecia-me contar o fim da história. Vencidas as escunas, dirigiu-se o capitão George contra a corveta. Parlamentou com ela e expôs-lhe a inutilidade da resistência. A *Itaparica* não estava nas circunstâncias de resistir; falta de munições de guerra, que lançara ao mar para salvar-se; com diminuta guarnição, sem comandante, pois tanto valia ser comandada por Carter, fez uma convenção com o inimigo, e rendeu-se. A convenção continha a salvação de *corpos e bens* como condição única.

Quem teve a culpa de tudo isto? Não é preciso grande esforço de imaginação para indicá-lo.

21 de novembro de 1862.



(APONTAMENTOS PARA SEREM EXAMINADOS
PELO SR. VISCONDE DE TAMANDARÉ)

APONTAMENTOS SOBRE A EXPEDIÇÃO À PATAGÔNIA (1.^a)

(SALVO A REDAÇÃO)

Em janeiro, preparou-se a expedição. Duzentos homens da fragata *Piranga* reforçaram as guarnições dos navios escolhidos para a expedição.

O almirante, em 10 de fevereiro, dirigiu-se a Maldonado e daí partiu a expedição.

O almirante partiu de Montevidéu no dia 10 de fevereiro, com as fragatas *Piranga*, *Paula* e *Niterói*, corvetas *Itaparica* e *Duquesa de*

Goias, lugar *Príncipe Imperial* e escuna *Constança*. Chegou a Maldonado no dia 13 de fevereiro, e ali encontraram o brigue-escuna *Escudera*.

No dia 15 de fevereiro, partiram para a Patagônia as corvetas *Itaparica* e *Duquesa de Goias*, o brigue-escuna *Escudera* e a escuna *Constança* (tomei êstes apontamentos do diário escrito pelo Sr. Barão de Melgaço).

Comandantes, guarnição e bôcas de fogo:

Corveta *Duquesa de Goias*, comandante capitão de fragata James Sheperd?

Canhões: 20 bôcas de fogo, guarnição: ?

Corveta *Itaparica*, comandante capitão-tenente G. Eyre; 2 peças de 9, 6 peças de 12, 12 caronadas de 24, total: 20 bôcas de fogo. Guarnição: ?

(Na relação argentina, porém, diz-se que esta corveta tinha 2 peças de 9, 14 de 18 e 6 caronadas de 24. Qual das duas relações está exata?)

Brigue-escuna *Escudera*, comandante 1.º tenente Clemente Ponthier; 1 rodízio de 24, 3 caronadas de 12; guarnição: ?

Escuna *Constança*, comandante 2.º tenente Joaquim Marques Lisboa; 1 peça de rodízio 12 (os Argentinos dizem que a *Constança* tinha 1 rodízio de 18 e 3 caronadas de 12. É exato?). Guarnição: ?

Dizem os Argentinos que morreram 39 pessoas no naufrágio da *Duquesa de Goias*; que, com o fogo dos navios, morreram-nos, dias depois, 13 homens e foram feridos 6.

Eis a nossa perda segundo os Argentinos:

Naufragados mortos: 39 homens. Mortos (pelo fogo do inimigo): capitão de fragata Sheperd; marinheiros e soldados: 12. Total — 52 que pereceram no naufrágio ou em combate. Feridos: 1.º tenente Ponthier e 5 marinheiros e soldados. Total — 6. Prisioneiros: capitão-tenente (Eyre), primeiros-tenentes, 4; segundos tenentes, 10; alferes, 1; guardas-marinha, 2; primeiros pilotos, 4; comissários, 3; escrivães, 3; médicos, 3; total — 31. Marinheiros e tropa, 523. Passados, 66. Total — 620.

Incluindo os 39 que morreram no naufrágio e 13 que morreram no fogo do inimigo, temos 672. Devia, pois, (se êsses algarismos são exatos) compôr-se de 672 homens a guarnição dos 4 vasos.

O inimigo diz que só teve 1 oficial e 3 homens mortos, e 5 oficiais e 8 marinheiros e soldados feridos.

Sua perda teria sido maior?

Sheperd recebeu do almirante, ao partir, as seguintes instruções: apoderar-se por surpresa da bateria do pôrto, depois de destruí-la, retirar-se a salvo, conduzindo ou incendiando as embarcações mercantes e a corveta inimiga *Chacabuco*.

No dia 25 de fevereiro, a escuna *Constança*, que ia mais adiantada, avistou a barra do Rio Negro. Seu comandante içara a bandeira americana (veja-se a carta de Mitre). Na noite do mesmo dia 25, fêz-se ao largo a *Constança* e reuniu-se aos outros navios.

No dia 27, toda a Divisão estava em frente ao Rio Negro. Tentou-se entrar, mas o vento não o permitiu.

Às 9 horas da manhã de 28 de fevereiro, a divisão brasileira começou a forçar a barra.

O comandante do forte del Carmen, coronel Martin Lacarra, havia feito reforçar a bateria no dia anterior com uns 200 homens, dos quais 73 de cavalaria, às ordens do coronel Pereira (Parte Oficial de Martin Lacarra — 20 de março).

A ordem em que navegaram os nossos navios era a seguinte: na frente, o brigue-escuna *Escudera*, depois a corveta *Itaparica*, em seguida a *Duquesa de Goiás*, e na retaguarda a *Constança*.

A bateria rompeu fogo sobre o *Escudera*. Este respondeu com vigor, e às primeiras descargas de metralha matou o oficial argentino Flori e dois soldados de infantaria, ferindo a mais 2. A *Itaparica*, que vinha perto, rompeu também seus fogos contra a bateria. Estes dois navios foram fundear pouco acima da fortificação inimiga. A *Duquesa de Goiás* encalhou também no banco que existe na entrada do rio, e, para protegê-la, a escuna *Constança* deu fundo junto a ela (Pecurário, da *Itaparica*, foi ferido. Quantos feridos tivemos então na passagem?).

O inimigo abandonou a bateria, vendo que os nossos desembarcavam para atacá-los.

O comandante Eyre, com 200 homens (?), desembarcou na tarde de 28 de fevereiro (ou 1.º de março?) e apoderou-se da bateria, que destruiu, queimando as carretas e encravando as peças (quantas eram?). A gente que a guarnecia pôs-se em fuga desordenada em direção ao forte del Carmen e parou no sítio da Laguna Grande.

Dentro do rio, mas em lugar que não era visto pelos nossos navios, tinham os argentinos a corveta de guerra *Chacabuco* (comandante Bysson), os corsários *Oriental Argentino* (comandante P. Don-tant), *Hijo de Maio* (comandante James Harris), *Hijo de Julio* (comandante o 2.º comandante J. Soulin, por enfermidade do 1.º, Bivois), e três prêas armadas, as escunas *Bela Flor*, *Imperatrix* e *Chiquinha*, navios mercantes apresados por êsses corsários.

A *Chacabuco* estava em fabrico. Parte da sua artilharia foi passada para as prêas e parte para o forte del Carmen. No dia 1.º de março, a *Itaparica* também encalhou, e Eyre, para alijá-la, tomou o inexplicável expediente de lançar ao rio tôda a bala e metralha. Nesse dia o coronel Pereira (argentino) veio reconhecer a bateria, mas a sua gente retrogradou em desordem. No dia 2 de março, apareceu uma fôrça pequena de cavalaria... junto à bateria destruída. Deram algumas descargas os nossos e o inimigo retirou-se. Na manhã de 3, aumentou o vento Sul e sobreveio uma terrível tempestade. A *Duquesa de Goias*, o melhor dos navios da expedição, ficou completamente destruída. Morreram afogados 39 homens da sua guarnição; os outros foram salvos pela *Constança*, que, para resistir ao temporal, deixou a foz do rio, fazendo-se ao mar. O último oficial que deixou a *Duquesa de Goias* foi o 2.º tenente Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma.

No dia 4, voltou a *Constança*.

Só podíamos dispôr dessa escuna e do brigue-escuna *Escudera*, porque a corveta *Itaparica* continuava encalhada.

Sheperd, desesperado com tantos contratempos, esperou dois dias, e ignorando que dentro do rio havia fôrças navais inimigas, resolveu desembarcar o maior número de praças que pudesse, armá-las com espingardas e apoderar-se da fortaleza, para capturar depois os navios mercantes.

"No dia 5 pela tarde", diz Ambrósio Mitre, tinham avançado o *Escudera* e a *Coonstança* até um pouco mais abaixo da estância de Rial, ficando a *Itaparica*, ainda encalhada, apesar de ter lançado ao rio todo o lastro. Já se vê que eram mui pequenas as fôrças inimigas no estado de separação em que se achavam".

No dia 6, estavam os argentinos prontos para atacar os nossos navios. O comandante Bysson (da *Chacabuco*) estava a bordo da escuna *Bela Flor*, que havia sido armada com 4 canhões (?). Além

dêsse navio ficaram prontos para atacar-nos a escuna *Imperatriz*, (com um rodízio tirado da *Chacabuco*), ao mando do capitão Harris, a escuna *Chiquinha* (armada com 3 canhões da corveta), ao mando do capitão J. Soulin, e o brigue corsário *Oriental Argentino* (com canhões), comandado pelo capitão Pedro Dontant.

Dizem os Argentinos que os navios que atacaram foram êsses 4, e não 5 como dizem os nossos.

Tôda a infantaria inimiga, reforçada pelos marinheiros disponíveis, encontrou-se na fortaleza del Carmen, situada junto à povoação de Patagones. O ajudante Sebastião Oliveira, com 114 homens de cavalaria, postou-se no lugar denominado Laguna Grande, entre o cêrro da Caballada e o ponto em que estavam fundeados os nossos navios.

Na noite de 6 de março, os navios inimigos, descendo o rio, foram obrigados, pelo vento, a parar na altura do cêrro da Caballada.

Nessa mesma noite, desembarcou Sheperd tôda gente disponível para atacar o forte, ignorando ainda que dentro do rio tinha o inimigo fôrças respeitáveis.

Os documentos argentinos dizem que desembarcaram 330 homens com Sheperd, ficando a bordo da corveta *Itaparica* 119 homens e a bordo do *Escudera* e da *Constança* 118 homens. *Se êstes Algarismos são verdadeiros, e se a bordo do Constança ficaram apenas o 2.º tenente Joaquim José Ignácio e 16 homens, segue-se que a bordo da Itaparica deviam ter ficado 9 oficiais (incluindo pilotos, escrivães e médicos) e 110 soldados e marinheiros, a bordo do Escudera 101 oficiais, marinheiros e soldados, e a bordo do Constança 1 oficial e marinheiros.*

São verdadeiros êstes Algarismos? (isto consta dos documentos argentinos).

É certo que a bordo da *Itaparica* ficaram 9 oficiais e 110 soldados e marinheiros?

É certo que a bordo da *Escudera* ficaram 101 homens entre oficiais, marinheiros e soldados?

E que na *Constança* só ficaram com o futuro Visconde de Inhaúma 16 homens?

Na noite de 6 de março, desembarcaram junto à estância do Rial as nossas fôrças. Às 2 da madrugada de 7 desembarcou, por

ordem de Sheperd, o comandante do *Constança* (futuro Visconde de Tamandaré), passando o comando ao Visconde de Inhaúma, então 2.º tenente. Ficaram a bordo apenas 2 oficiais de fazenda e 13 praças, e essas mesmas por não haver espingardas para as armar. A bordo só ficaram 3 espingardas e 3 espadas velhas. O futuro Visconde de Tamandaré tivera antes uma forte altercação com Eyre, da qual proviera desafiarem-se. Sheperd interveio, dizendo que a pendência devia terminar por uma ação briosa diante do inimigo. O mais bravo teria mais razão.

Pela madrugada rompeu a marcha a nossa coluna, mas seguiu por um "caminho extraviado" (Parte oficial do coronel Lacarra), fazendo uma volta inútil.

A cavalaria de Oliveira esteve cortada, por não ter pressentido o desembarque e marcha dos nossos, mas apenas alguns descobridores deram aviso de ter descoberto pegadas em direção ao povoado, Oliveira correu a rédea solta pelo caminho mais curto. "Sua pressa valeu-lhe", diz Ambrósio Mitre, porque assim pôde conseguir passar a estreita língua de terra que fica junto ao cêrro da Caballada, antes que os brasileiros ocupassem a altura".

Às 6 e meia da manhã, chegou a coluna à planície que fica junto ao cêrro da Caballada, a tiro de canhão do forte. A tropa já vinha fatigadíssima. Uma marcha de 4 léguas, por entre areais e espinhos, a falta d'água e os raios de um sol abrasador tinham extenuado já as nossas tropas".

"Suas armas", diz Ambrósio Mitre, referindo-se à coluna brasileira, "suas armas brilhavam feridas pelos raios do sol: olhávamos para êles sem temor, desde a fortaleza, onde se achava reunida uma força suficiente para resistir aos ataques que nos podiam trazer apenas com suas espingardas: artilharia não traziam. Confesso que, antes dêste movimento, me considerei perdido; apenas vi que tinham desembarcado e considerei que nossos navios estavam prontos para bater os seus, que nos favorecia um suave vento do Oeste para abordá-los, e que a gente desembarcada não podia retirar-se nem reembicar antes de serem batidos o *Escudera* e o *Constança*, cessaram meus temores. Porém, qual não foi a surpresa dos nossos inimigos quando observaram, ao pé do cêrro em que estavam, 4 navios armados, e de uma força imponente!" (4 ou 5?).

Sheperd resolveu logo retirar-se para socorrer os dois navios que deixara desguarnecidos. Era tarde. Não podia mais chegar a tempo.

Os navios argentinos, descendo o rio, atiraram algumas balas sobre a coluna brasileira. Segundo a parte do coronel Lacarra, Sheperd foi morto por uma das balas dos navios; mas segundo a carta de Mitre, esse comandante foi ferido mortalmente por um tiro das guerrilhas inimigas. Mitre diz que uma bala entrou pelo pescoço de Sheperd e saiu pela nuca, e que na mesma ocasião caíram dois marinheiros. Acrescenta que os brasileiros abandonaram esse oficial: "*Sheperd quedó abandonado de los suyos: Este oficial, aun en sus ansias mortales, quiso defender a mordiziones contra uno que se acercó à quitarcela, una memoria que traia en un dedo, y que dicen que estimaba mucho. Pobre!*"

A retirada fêz-se, então, em desordem?

"A horrorosa sede que os devorava" (continua Mitre), "a marcha precipitada, o ardor do sol, o incêndio do campo por sotavento, a poeira, tudo fazia esperar que se rendessem..."

Os 4 navios argentinos, ao mando de Bysson, descendo o rio, vieram sobre o brigue-escuna *Escudera*; mas encalhou o brigue *Oriental Argentino*, de sorte que o *Escudera* sofreu apenas o ataque dos outros 3.

O *Escudera* estava fundeado junto à margem direita do rio. Vendo os navios argentinos Ponthier rompe logo o fogo.

A *Constança*, mais distante, estava fundeada perto da margem esquerda, encoberta por uma ponta de terra.

O *Escudera* resistiu valentemente, começando o combate às 9 horas.

A *Constança*, que apenas tinha 16 homens, coadjuvou, de longe, a brilhante defesa do *Escudera*; apesar de ter o futuro Visconde de Inhaúma recebido ordem de Sheperd, por escrito, para, em caso de agressão, *evitar o combate, e, sendo perseguido, abandonar o porto e tratar de reunir-se à corveta Itaparica*, que ainda estava encalhada a três léguas de distância, rio abaixo.

O rodízio do *Escudera* desmontou-se, e o bravo Ponthier, ferido por uma bala que o atravessa do peito às costas e por outra que vara um braço, teve de render-se.

O futuro visconde de Inhaúma, então, vendo que vinham sobre ele todos os navios inimigos, largou a amarra por mão e fêz-se de

vela para reunir-se à *Itaparica*. A *Constança*, porém, encalhou e foi necessário arriar a bandeira.

Foi então que se renderam os de terra, ao que Mitre chamava-os pobres sedentos. Fizeram-no, sabendo que os navios estavam em poder dos argentinos. Estes haviam incendiado o campo junto ao rio, de sorte que a coluna não podia voltar ao ponto do desembarque. A cavalaria inimiga tomou à garupa os mais cansados, levando-os ao rio para beberem, e guiou os outros por um atalho.

Restava a corveta *Itaparica*.

Bysson meteu guarnição à bordo dos dois navios apresados, e com seis embarcações seguiu contra a corveta.

Bysson, com bandeira parlamentária, intimou
..... que se rendesse, dizendo-lhe que, se resistisse, não lhe daria quartel, porque a resistência seria irracional (quem diz isto é Mitre). Comandava a corveta, na ausência de Eyre, o 1.º tenente Joaquim Agostinho Pecuário. Este oficial pretendeu resistir, e deu a ordem de fogo, mas o seu imediato, 1.º tenente David Carter, e o 2.º tenente Gore Whiteloch Ouseley, completamente embriagados, declararam que a resistência era inútil, recusaram-se a fazer fogo, e a guarnição que havia a bordo apoiou a reclamação desses oficiais. (Quem diz que Pecuário deu a voz de fogo é Mitre: "el oficial mandó hacer fuego con toda su artilleria, pero los picaros de los marineros y los demás oficiales no quisieron obedecerle; y visto esto se dividió la corbeta". O Barão do Rio da Prata, no seu ofício n.º 212, acusa Pecuário, mas segundo as descrições dos argentinos, vê-se que a sua censura é injusta. Falando dos outros oficiais diz: "O Carter embebedou-se (e em que ocasião!). Já se tinha comportado mal em 30 de julho do ano passado (a bordo de que navio estava em 30 de julho?); tem muita força; será bom para carregar..." E, em uma nota que acompanha esse ofício, diz o almirante: — "1.º tenente *David de Carter*. Dizem que se embebedou e nada fez. Era o imediato do Pecuário. — 2.º tenente *Gore Whiteloch Ouseley*. Fez o mesmo que o antecedente. Está arruinado desse e outros vícios. À vista inculca pouca duração..."

Segundo os argentinos, a nossa perda foi, em terra, de um capitão de fragata e cinco marinheiros mortos; a bordo do *Escudera* sete marinheiros mortos, um 1.º tenente ferido e cinco marinheiros feridos.

A perda dos argentinos foi a seguinte:

No dia 28 de fevereiro (na bateria); mortos, o tenente Flori e dois soldados de infantaria; feridos, dois soldados de infantaria (carta de Mitre).

No dia 7 de março:

No rio (atacando o *Escudera*): três marinheiros mortos, quatro oficiais e dois marinheiros feridos; no dia 7 de março, em terra, um soldado morto; um oficial e quatro marinheiros e soldados feridos. (Total: 1 oficial e seis marinheiros e soldados mortos; cinco oficiais e oito marinheiros e soldados feridos).

As partes oficiais do inimigo dizem que 200 marinheiros ingleses tomaram serviço entre os argentinos.

É exato?

Sei que mais tarde sublevaram-se uns 100 dos prisioneiros da Patagônia, que eram conduzidos em um brigue para Buenos Aires. Escaparam da caça que lhes deram duas corvetas, um brigue-escuna e mais dois navios inimigos, e chegaram a Montevideu em 27 de agosto de 1827.

Quais foram os oficiais que assim se salvaram? Sei apenas que o futuro Visconde de Inhaúma foi um deles. Tenho já informações: — Partiram da Patagônia êsses prisioneiros no dia 13 de agosto, a bordo do brigue *Ana*. Revoltaram-se, apoderando-se do navio, escaparam das corvetas *Chacabuco* e *Ituzaingō* (*Itaparica*), do brigue-escuna *Patagones*. (*Escudera*), e de mais dois navios pequenos que lhes deram caça, chegando a Montevideu em 28 de agosto.

Dizem os argentinos que no momento de ser abordada a *Constança*, escapava-se dela uma lancha apinhada de gente. Se a bordo havia só 16 pessoas, deve ser inexato isso.

.Os prisioneiros que se salvaram foram os seguintes:

DE MARINHA:

- Capitão-tenente G. Eyre (da *Itaparica*) (aprisionado em terra)
- 1.º tenente Joaquim Agostinho Pecurário (id.) (na *Itaparica*)
- " " David Carter (") (id.)
- 2.º tenente Isidoro Antônio Nery (?) (?)
- " " Joaquim Marques Lisboa (*Constança*) (em terra)
- (hoje almirante, Visconde de Tamandaré)
- 2.º tenente Joaquim José Ignácio (*Duquesa de Goiás*) (na *Constança*)
- " " Ricardo Hayden (?) (?)
- " " M. Usle (?) (?)
- " " Luiz Francisco da Silva..... (?) (?)
- " " João Nepomuceno de Menezes (?) (?)
- (hoje capitão de mar e guerra reformado)
- 2 pilotos (entre os quais Antônio Lopes de Mesquita que é hoje Chefe de Divisão reformado) (?) (?)
- 2 comissários (entre eles Francisco Romão Ribeiro que é hoje reformado e vive em Lisboa).
- 2 escrivães.
- 1 despenseiro.

ARTILHARIA DE MARINHA:

- 2.º tenente Manoel José da Silva (não vi em que navio servia).
- Paisanos (mestres de embarcações e práticos).
- 7 mestres de embarcações mercantes e práticos.

CAVALARIA:

- | | |
|--|---|
| Capitão Jorge Mazarredo | } Aprisionados pelo corsário <i>Lavalleja</i> . (Vi o ofício do Barão de Vila Bela e a exposição do capitão Mazarredo). |
| " Francisco de Paula Macedo Rangel | |
| " Gabriel da Silva | |
| Tenente Alexandre Machado | |
| " Bento Thomaz da Silva | |
| Alferes João Antônio da Silveira | |
| " Antônio Joaquim Pinheiro | |



VII

MORTE DO COMANDANTE DA FRAGATA "IMPERATRIZ", LUIZ BARROSO PEREIRA

Em abril de 1825, estando ancorada no pôrto de Montevidéu a pequena fragata *Niterói*, comandada pelo capitão de mar e guerra James Norton, foi sua tripulação alvoraçada ouvindo tiros de caça, dados por uma galera pintada tôda de preto, contra uma sumaca brasileira que, como a galera e um brigue-barca, bordejava para ganhar aquele pôrto.

O comandante da fragata estava em terra e, apenas teve notícia dos tiros dados pela galera, que trazia a bandeira francesa desfraldada, dirigiu-se para o seu navio. Estava dentro do pôrto de Montevidéu o brigue *Caboclo*, em fabrico, e logo que dele se ouviu o primeiro tiro de caça, largou uma lancha com o seu comandante, o bravo João Pascoe Grenfell, alguns oficiais e cinquenta praças de guarnição para reforçar a guarnição da *Niterói*, que já acharam de ferro a pique, pano caçado e içado, e só à espera que chegasse a bordo o respectivo comandante para velejar sôbre a galera e brigue-barca, os quais a êste tempo se conheceu terem baterias corridas de artilharia e muita gente de guarnição, e que havendo atingido posição favorável para poder abordar, a *Niterói* virava de bordo com êste intuito, e dirigindo-se para ela, dispararam tôda a sua artilharia, supondo que a superioridade que tinha de número de bôcas de fogo e de calibre causaria tão grande dano à nossa fragata que tornasse facilimo o apossarem-se dela. Nosso fragata respondeu immediatamemente ao fogo inimigo, disparandô sôbre êle sua bateria do convés, guarnecida por 11 caronadas de 32 por banda, e a da tolda e castelo com 5 caronadas

de 24 e duas peças de bronze de calibre 9; e a resposta foi recebida com tal excitação que a galera e o brigue-barca deixaram de querer abordar a *Niterói* e seguiram para leste com amuras por BB, pois o vento estava do norte e fresco.

Ao tempo de disparar suas baterias contra nossa fragata, arriaram aqueles navios as bandeiras argentinas, deixando conhecer que eram a corveta *25 de Maio*, de 34 bôcas de fogo, tendo a insígnia do almirante Brown, e brigue-barca *Congresso*, de 20 bôcas de fogo.

Norton, que chegava a bordo ao tempo em que se disparava a artilharia de sua fragatinha contra o inimigo, velejou sôbre êste que não ousou aceitar combate e que, prevalecendo-se de sua superioridade de marcha, fugiu de nossa fragata, a qual debalde tentou desmastreá-los com seus repetidos tiros de caça, perseguindo-os até a leste da ilha das Flores em que as perdeu de vista.

Regressou nossa fragata ao pôrto de Montevideu e enviou para o Hospital da Marinha os feridos que teve no combate, entre os quais se notava o tenente João da Silva Lisbôa, a quem uma bala deixara sem um pedaço da coxa de uma perna. Os brasileiros saudaram com vivo entusiasmo os bravos que na *Niterói* tinham corrido o almirante argentino em sua corveta e brigue-barca, e nossos adversários naquela luta elogiaram o ardor de Brown em ter iludido nossa esquadra bloqueadora e apresentar-se em frente de Montevideu aonde a presença de seus navios não poderia ser esperada.

Brown, desapontado com o mau resultado de sua empresa, regressou a Buenos Aires para reunir tôda a sua fôrça e tentar de novo atacar a *Niterói*, em seu ancoradouro de Montevideu, contando que o almirante Lobo não podia desamparar o bloqueio que fazia aos portos argentinos no canal que há entre Ponta do Índio e cabeça sueste do Banco de Ortiz. Êste plano teria sido de fácil execução, a não ter sido precedido de um forte temporal que por três dias maltratou muito nossos navios e forçou o almirante a retirar-se com a grande fôrça do bloqueio para reparar em Montevideu. Entre os navios que com o almirante se recolheram a Montevideu, havia a fragata *Imperatriz*, de 48 bôcas de fogo em bateria e 400 praças de guarnição. Esta fragata, pelo seu grande calado d'água, ancorou ao largo do pôrto, tendo a terra à distância de duas amarras à fragata *Doris*, de S. M. Britânica.

Brown, ignorando que a *Niterói* tivesse companheiros, veio afoitamente tentar tomá-la; para isso, aproveitou a ocasião oportuna em que do Canal do Meio transpusesse a Canaleta do Banco de Ortiz, e costeando a riba esquerda do rio, veio, a bordejar, chegar ao pôrto de Montevideu às 11 horas da noite de 10 para 11 de abril. Sabia êle que se achava estacionada em Montevideu a fragata inglesa *Doris*, e como a noite estivesse calma e a lua muito clara, viu êle as duas fragatas na posição a que acima aludimos, pelo que, pronto para abordar, aproximou-se da nossa e perguntou em Inglês que fragata era, ao que lhe responderam que era a fragata inglesa; então dirigiu-se êle para esta que, ao ver os navios argentinos se aproximarem, perguntou-lhes em Inglês que navios eram e intimou-lhes que se afastassem da fragata *Doris* de S. M. Britânica, içando ao mesmo tempo a bandeira inglesa entre duas lanternas.

Brown conheceu então ter sido enganado e voltando com os seus navios para a nossa fragata que viu estar pronta para combate, tendo até a bateria iluminada e tentando abordá-la por ambos os lados, foi repellido pelo fogo incessante de sua artilharia e fuzilaria que do tombadilho nutria um vivíssimo fogo. A de Brown, que teve a parte principal desta emprêsa, foi que mais sofreu, pois ao dirigir-se para abordar tinha o castelo, enxárcias e vêrgas do traquete apinhados de gente de abordagem, que foi em grande parte morta pela metralha de duas caronadas de calibre 42 que serviam de guardas de leme, e pela fuzilaria dos soldados do destacamento que, deitados sobre o tombadilho, faziam incessante fogo enquanto o inimigo não atracou e matando-lhe gente a baioneta quando se efetuou a abordagem. O golpe de gente destinado a abordar a fragata, não podendo pisar logo o navio, saltou no escaler que estava içado na pôpa, e o peso da gente era tal que fêz arrebentar um dos arganéis das talhas e ficar o escaler prêso por um só extremo caindo tôda gente ao mar, onde quase todos pereceram. A gritaria que fêz esta gente caída ao mar junto aos gemidos e gritos de aflição dos feridos e moribundos, pôs em completo desânimo a gente inimiga, e Brown, contrariado com êste segundo revés, tratou de aproveitar o bom vento que tinha para se recolher a Buenos Aires, atônito por ver que não só tinha encontrado uma fragata grande bem tripulada e que herôicamente repeliu o ataque dos sete vasos argentinos que vinham animados da melhor esperança do bom resultado de sua emprêsa, contando não só com a superioridade de sua fôrça como que a iam empregar por surpresa.

Brown teve dupla contrariedade, pois, apenas falhava seu golpe, reconheceu que estava perto de quase toda a força naval que tínhamos no Rio da Prata. Os sinais de noite que fazia o almirante Lobo para a perseguição da esquadra inimiga e as luzes com que se reconhecia este sinal e tigelinhas, indicando a posição dos navios, mostraram a Brown o perigo em que se achava; sua esquadra, porém, estava já velejada, e tinha, além desta vantagem, a de calarem seus navios menos água que a nossa, serem mais velozes e possuírem excelentes prácticos que os conduziam através do Banco Ortiz pelo canaleta pelo qual não podiam navegar nossas corvetas.

Antes de atracar à fragata *Imperatrix*, a corveta inimiga deu-lhe uma banda de bala e metralha, a fim de produzir algum transtôrno que facilitasse melhor os seus intentos e esta banda causou a perda da vida mui importante que havia na nossa fragata, a do comandante dela, que era o então capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, que, ferido por uma bala de metralha sobre o coração, caiu junto à roda do leme. Em tôrno dela, algumas praças exclamaram: "morreu o comandante"! e no mesmo instante os 1.ºs tenentes Joaquim Luiz de Araújo, Luiz Caetano da Silva e Augusto José da Silva o quiseram levantar para o levar para a Câmara; êle, porém, com a maior calma e sangue frio, excusára-se a êsse cuidado naquela conjuntura, dizendo-lhes que supusessem que era o moço das luzes que morria, e que corressem à defesa do navio e não consentissem que aqueles piratas sujassem com seus pés aquela fragata; e em seguida expirou.

1825

A 21 de dezembro, a canhoneira.....
comandada pelo então segundo tenente Antônio Maria da Silva, tendo saído de Martim Garcia, com comunicações para o vice-almirante Lobo, e demandado pela madrugada nossa esquadra que estacionava ao norte dos Quilmes, enganou-os.



VIII

PONTOS DE REUNIÃO, SINAIS, NAVIOS E PROMOÇÃO DE OFICIAIS

RELAÇÃO OU LISTA DOS PONTOS DE REUNIÃO,
LUGARES PARA CRUZAR E PORTOS ONDE SE
DEVERÁ ENTRAR CONFORME OS SINAIS
QUE SE FIZEREM

- 1 — Montevideu.
- 2 — Desde a Ilha das Flores até à Ponte Negra.
- 3 — Pôrto de Maldonado, ou em frente, e a — W — da ilha Goritti.
- 4 — Cinco ou seis milhas ao — S — da ilha dos Lobos, desde dez léguas a — W — dela, até outras tantas — E — conforme as circunstâncias do tempo, ou outras que possam ocorrer.
- 5 — Cabo de S. Maria com diferenças de mais — N — S — e para — E — conforme o tempo, podendo entrar no rio se lhe parecer conveniente.

N. B. As embarcações que cruzarem nos pontos dois, quatro e cinco deverão entregar umas às outras as embarcações brasileiras de comércio que encontrarem; as quais irão sendo comboiadas para — W — até passarem a ilha das Flores, e para — E — até oito ou dez léguas do cabo Sta. Maria.

- 6 — Desde o cabo de S. Antônio até à Ponta das Pedras, bloqueando os rios intermédios, com especialidade o rio Salado.
- 7 — Desde a Ponta das Pedras até à embocadura do canal do — S — e do Meio.
- 8 — Paralelo do pôrto do Rio Grande do Sul até 20 ou 30 léguas da terra para — E —, ou mais, conforme o tempo.

- 9 — Pôrto do Rio Grande do Sul.
- 10 — Paralelo de $27^{\circ}20'$, desde a vista da ilha de Santa Catarina até à distância para — E — que o tempo obrigar.
- 11 — Pôrto da ilha de Santa Catarina.
- 12 — Pôrto de Santos.
- 13 — Paralelo de trinta minutos ao Sul do Rio de Janeiro, desde 4 ou 5 léguas para — W — do seu meridiano ou da ilha Redonda, até 10 ou 12 a — E — do de Cabo Frio.
- 14 — Pôrto da Bahia de Todos os Santos.
- 15 — Paralelos entre $13^{\circ}10'$ ou $15'$ do cabo de Santo Antônio, avistando a terra, e indo para — E — até 20 léguas, conforme o tempo.
- 16 — Paralelos desde 8° até ao do cabo de S. Agostinho, à vista da terra, sempre que o tempo permitir.
- 17 — Pôrto ou enseada de Pernambuco.
- 18 — Paralelo do Rio Negro, que fica em 41° , avistando terra, sempre que o tempo permitir.
- 19 — Paralelo de 42° , avistando, sempre que fôr possível, a ponta dos Lobos que é a do sul da Baía de S. Matias, na Patagônia. N. B. São do sul tôdas as latitudes, de que acima trato.
Bordo da fragata *Piranga*, 18 de outubro de 1826.

(a) *Pinto Guedes*

- 20 — Colônia do Sacramento.
- 21 — Até três milhas distantes do banco Chico para — W —.
- 22 — Enseada de Barragon.
- 23 — Perto das balizas de fora de Buenos Aires.
- 24 — Rio de S. Borombom.
- 25 — Rio Salado.
- 26 — Norte Sul da lagoa da Rocha.



SINAIS FEITOS COM AS BANDEIRAS DA TABOADA
N.º 1, AJUSTANDO-SE-LHE BALÃO OU GLOBO
POR BAIXO

- 1 — Que as corvetas, brgues-escunas, escunas, e canhoneiras se formem em linha de combate a vela, pelas antiguidades dos comandantes em cada uma das classes; compondo a primeira classe das corvetas e brgues, que farão a vanguarda; e a segunda as outras embarcações de pôpa à prôa não excederá um terço da amarra; salvo se, pelo regimento geral, se fizer sinal em contrário. A linha deverá ser paralela à dos inimigos, ainda que não seja à bolina. A vanguarda deve estender-se para a direção do primeiro rumo que se mostrar para formatura da linha.
- 2 — Que a linha ordenada pelo número antecedente se aproxime mais do inimigo.
- 3 — Que a linha ordenada pelo número 1 se forme, ancoradas as embarcações.
- 4 — Que se sigam os inimigos, conservando a ordem da formatura ordenada.
- 5 — Que se sigam os inimigos, avançado os que andam mais, para combater os mais atrasados e obrigá-los a engajarem o combate geral, ou abandonar os que andam menos.
- 6 — Que se protejam as embarcações maltratadas, ou que estão em mais risco.
- 7 — Que vá ver as embarcações inimigas que estão em franquia, e mostre quantas por um numerário.
- 8 — Que vá cruzar ao rumo mostrado até à distância de ver os sinais, vindo antes da noite unir-se à divisão, a não ter ordem, ou se lhe fizer sinal em contrário. Tendo cuidado de dar parte de quando vir pelo menos sinais próprios do Regimento.
- 9 — Que se aproxime mais da terra sem correr perigo.
- 10 — Que se aproxime mais das fragatas.

PARTICIPAÇÕES

- 11 — Que os inimigos estão no poço.
- 12 — Que os inimigos estão fora do poço, mas por dentro das balizas interiores: depois mostrará por um numerário quantas.

- 13 — Que os inimigos estão fora das balizas: mostrará por um numerário quantos.
- 14 — Que os inimigos dão demonstrações de que se querem fazer à vela: mostrará quantas por um numerário.
- 15 — Que os inimigos se fazem à vela: mostre quantas por um numerário.
- 16 — Que os inimigos se fizeram à vela. Se soube quantas embarcações eram, mostrará um numerário; e se souber o rumo que seguiram, ou seguem, também mostrará, depois de conhecido o numerário.
- 17 — Que os inimigos fazem movimentos que parecem querer atacar.

DISTÂNCIAS PARA MOVIMENTOS ORDENADOS, QUER SEJAM PARA
RECONHECIMENTO, QUER PARA FORMAREM LINHA

- 18 — Meia milha na direção do rumo que se mostrar. A direção deve entender a que sai do almirante para o rumo mostrado. Se o almirante quiser maior distância, mostrará por um numerário quantas meias milhas.

DISTÂNCIAS DOS INIMIGOS

- 19 — Que se aproxime até meia milha dos inimigos. Se o almirante quiser maior distância, mostrará por um numerário quantas meias milhas.
- 20 — Idem até alcance de metralha.
- 21 — Idem de pistola.
- 22 — Que na distância à linha determinada, o testa de coluna aumente o seguimento até lhe demorar o almirante ao rumo que se vai mostrar, e os mais forcem de vela para conservarem sempre a linha cerrada. A distância do almirante deve nesse caso contar-se até a direção da linha, e não ao testa, porque essa aumenta.

PARA EMBARCAÇÕES QUE VÃO A RECONHECIMENTOS DOS INIMIGOS

- 23 — Que vá reconhecer aos inimigos até a distância de poderem ser vistos, com óculos; se vir que os inimigos fazem movimentos para atacar, fará o sinal n.º 17.

- 24 — Que vão juntar à embarcação que foi fazer o reconhecimento, retirando-se em união, para fazerem mais forte resistência. Se não mostrar distintivo, eram tôdas as embarcações desde corvetas inclusivamente para baixo.
- 25 — Que se vão unir à embarcação que foi fazer o reconhecimento, para resistirem aos inimigos que vierem atacar, não se retirando se não se fizer o sinal n.º 24.
- 26 — Que se vai mostrar o ponto de reunião para o caso de se separarem as embarcações, ou por causa do tempo, ou por serviço a que seja mandada.
- 27 — Que se vá formar a linha ao norte de Quilmes, na direção do seu meridiano. O primeiro navio, cujo distintivo se mostrar, deverá fazer o centro, e os que se forem mostrando sucesivamente para o Norte; e depois de repetir êste sinal, se mostrarão os que devem postar-se sucessivamente para o sul. Se os lugares estiverem de antemão designados, só se mostrará o sinal dêste n.º.

SINAIS RELATIVOS ÀS BOMBARDEIRAS

- 28 — Que as bombardeiras tomem o seu lugar para poderem lançar bombas onde se lhes ordenou.
- 29 — Que as bombardeiras sejam protegidas pelas embarcações que se indicam.
- 30 — Idem pelas que já se indicaram por ordem.
- 31 — Idem por tôdas as escunas.
- 32 — Idem pelas escunas e canhoneiras.
- 33 — Idem por tôdas as embarcações que não demandarem mais água que o número de pés que se mostrar por um numerário, logo depois de reconhecido êste sinal.
- 34 — Que as bombardeiras comecem a lançar bombas.
- 35 — Que as bombardeiras cessem de lançar bombas.
- 36 — Que continuem a lançar bombas.
- 37 — Que as bombardeiras se retirem para perto de navios que lhes possam dar maior proteção.

SINAIS PARA AS EMBARCAÇÕES QUE DEVEM IR PELA PROA DO ALMIRANTE
SONDANDO E MOSTRANDO A QUANTIDADE E QUALIDADE DE FUNDO

- 38 — Que as embarcações, designadas pela ordem antecipadamente dada, sigam para prumar, mostrar a quantidade e qualidade de fundo, tomando cada uma a direção indicada na mesma ordem.
- 39 — Idem as embarcações cujos distintivos se mostram. Leia-se a ordem junta aos sinais para êste efeito.
- 40 — Idem navegando pelo Norte.
- 41 — Idem, pelo Sul.
- 42 — Idem, pelo Leste.
- 43 — Idem, pelo Oeste.
- 44 — Idem, pelo Nordeste.
- 45 — Idem, pelo Sueste.
- 46 — Idem, pelo Sudoeste.
- 47 — Idem, pelo Noroeste.
- 48 — Que a divisão de Leste vá cruzar entre a Enseñada e o banco Chico.
- 49 — Idem, a Leste do banco Chico.
- 50 — A embarcação designada vá fazer à divisão de Leste o sinal seguinte.
- 51 — Que a divisão de Leste se vá unir à que está defronte de Buenos Aires.
- 52 — As embarcações designadas façam na futura noite a vigia lado do Norte, da forma que lhes parecer; e conforme o tempo, havendo o maior cuidado de não serem surpreendidas nem cortadas. E vendo navio de suspeita, darão um tiro de canhão; sendo porém maior número de navios, darão dois sucessivamente o segundo ao primeiro.
- 53 — Idem, pelo Sul.
- 54 — Idem, pelo Oeste.
- 55 — Idem, para Leste.
- 56 — Que as embarcações designadas por seus distintivos, enquanto se tiver êste sinal içado, sejam as que agora vão formar a divisão de Leste.

- 57 — Que as embarcações designadas vão fazer parte da divisão de Leste.
- 58 — Que a embarcação cujo distintivo se mostrar à divisão de Leste avisar ou fazer sinal à embarcação, cujo distintivo se mostrar depois de reconhecido este sinal, para que vá unir-se ao navio que o fizer.
- 59 — Que a divisão de Leste vá a San Borembom e depois de avistar o pôrto do Salado e fazer o serviço que as circunstâncias em que o achar permitirem; volte para o seu cruzeiro anterior, onde se regulará pelas instruções dadas a este respeito.
- 60 — Que a divisão de Leste vá a Montevideu, dê fundo fora do pôrto, faça avisar o comboio, principalmente as embarcações de mantimentos para a esquadra, e volte ao seu cruzeiro quanto antes. Não permitindo que os escaleres vão à terra enquanto ali estiver; podendo ter comunicações pelos Ganhos ou por outras embarcações de terra.
- N. B. Se acontecer que os mercantes para Colônia não saiam quando o fizerem os de mantimentos para a esquadra, não deverão demorar-se por aqueles.
- 61 — Se as notícias são boas: a bandeira afirmativa indicará que sim, e a negativa ao contrário.
- 62 — Se são desvantagens sobre o inimigo.
- 63 — Se são a favor do inimigo.
- 64 — Se foram sobre navios da esquadra: mostrará a qualidade dos navios pelos sinais próprios do Cap.^o 2.^o da parte 3.^a.



NAVIOS

Peças	Náu	
	Pedro 1. ^o	800
32 convés 36....20 calibre 32...	1 Príncipe Imperial	600 56
	2 Isabel/Constituição	600 64
28 calibre 24....22.....32....	3 Paula	500 50
28.....24....22.....32....	4 Imperatriz	500 50
26.....24....22.....32....	5 Piranga	500 48

24.....12....20.....24....	6	<i>Paraguacú</i>	450	44
24.....18....20.....24....	7	<i>Tétis</i>	450	
12 bronze 24.....20....32 }	7	<i>Tétis</i>	450	
6 bronze 18.....12....24 }	9	<i>Defensora</i>	350	
			4.000	

CORVETAS

4 calibre 12....24.....32....	1	<i>Maria da Glória</i>	250	
2.....12....24.....32....	2	<i>Maria Isabel (Re-</i> <i>generação)</i>	250	
4.....18....24.....24....	3	<i>Carioca</i>	300	28
2 bronze 12....20.....24....	4	<i>Liberal</i>	200	22
.....	5	<i>Juruçuba</i>	250	28
2.....12....20.....24....	6	<i>Itaparica</i>	200	22
2.....12....20.....24....	7	<i>Gentil Americana</i>	200	22
2.....12....20.....24....	8	<i>Duquesa de Goiaz</i>	200	22
2.....12....16.....18....	9	<i>Maceió</i>	150	18
			2.000	

BRIGUES

Ligúri

2.....9....18.....24....	1	<i>Maranhão</i>	120	20
2.....9....18.....24....	2	<i>Pirajá</i>	120	20
2.....9....18.....24....	3	<i>29 de Agosto</i>	120	18
2.....9....16.....18....	4	<i>Caboclo</i>	100	18
2.....9....14.....18....	5	<i>Independência ou Mor-</i> <i>te</i>	100	16
2.....9....14.....18....	6	<i>Niger</i>	100	14
2.....9....14.....18....	7	<i>Constança</i>	100	14
2.....9....8.....12....	8	<i>Rio da Prata</i> ...	100	12
2.....9....8.....12....	9	<i>Real Pedro</i>	80	10

2.....	9....	8.....	12....	10	<i>Real João</i>	80	10
				11	<i>Pampeiro</i>	120	20
				12	<i>15 de Agosto</i>	120	20
				13	<i>Duquesa de Goias</i> ..	120	18
				14	<i>Imperial Pedro</i> ..	120	14
				15	<i>Cacique</i>	120	
							1.620

BRIGUES-ESCUNAS E PATACHOS:

1 —	<i>Januária</i>	70	
2 —	<i>Feliz</i>	70	
3 —	<i>Nove de Janeiro</i>	70	
4 —	<i>Escudera</i>	70	
5 —	<i>Esmênia</i>	70	
6 —	<i>Pande</i>	70	
7 —	<i>Leopoldina</i>	70	
8 —	<i>Pará</i>	70	Comte. La Place
9 —	<i>Atlante</i>	70	
10 —	<i>Dois de Julho</i>	70	

ESCUNAS:

—	<i>Maria Teresa</i>	
—	<i>Sete de Março</i>	
—	<i>Liberdade do Sul</i>	
—	<i>Maria da Glória</i>	
—	<i>Alcântara</i>	
—	<i>Paula</i>	
—	<i>Itaparica</i>	
—	<i>D. Alvaro de Castro</i>	
—	<i>Oriental</i>	
—	<i>Constança</i>	
12 —	<i>Rio da Prata</i>	
13 —	<i>Isabel</i>	
14 —	<i>Bela Maria</i>	
15 —	<i>Primeiro de Dezembro</i>	
	<i>Dois de Dezembro</i>	

16 —	<i>União</i>	
17 —	<i>Conceição</i> . (Thompson)	
18 —	<i>Providência</i>	
19 —	<i>Rios</i>	

BOMBARDEIRAS:

—	<i>Sete de Setembro</i>	
—	<i>Vinte e Nove de Agosto</i>	

CANHONEIRAS:

1 —	<i>Leal Paulistana</i>	90
2 —	<i>Bertioga</i>	90
3 —	<i>C. Triunfo</i>	
4)	4 bicudas	100
5)		
6)		
7)		
8)	6 iates do Rio Grande	200
a)		
13)		

LANCHÕES:

4 —	<i>Atrevido, Saudade</i>	50
	<i>Montevideana</i>	
		660

CHARRUAS:

1 —	<i>Ânimo Grande</i>	
2 —	<i>Harmonia</i>	
1 —	<i>Nau</i>	800
9 —	<i>Fragatas</i>	4.000
9 —	<i>Corvetas</i>	2.000
14 —	<i>Brigues</i>	1.620
10 —	<i>Brigues-escunas</i>	700
20 —	<i>Escunas — a 40 praças</i>	800
	<i>Canhoneiras e lanchas</i>	660
		10.580



Relação dos oficiais ora no Rio da Prata, promovidos pelo Decreto de 12 de outubro de 1827.

Para capitães de mar e guerra:

o capitão de mar e guerra graduado James Norton

o capitão de fragata João Francisco de Oliveira Botas

Para capitão de fragata:

o capitão-tenente Francis Clare

Para capitães-tenentes:

os 1.^{os} tenentes Cipriano José Pires

Filipe Schort

Antônio Pedro de Carvalho.

João Francisco Régis

Jacinto Alves Branco Muniz Barreto

João Batista de Souza

Guilherme James Inglis

Alexandre Guilherme Anderson

José Lamego Costa

Para 1.^{os} tenentes:

o 1.^o tenente de comissão Tomás Craig

os 2.^{os} tenentes José Eduardo Wandenkolk

Antônio Leocádio de Couto

Manoel Francisco da Costa Pereira

Carlos Rose

Isidoro Antônio Nery

Joaquim da Silva Medelles

Joaquim Marques Lisboa

Diogo Ignacio Tavares

Para 2.^{os} tenentes:

os 2.^{os} tenentes de comissão Pedro Ignacio Moroni

Jesuino Lamego Costa

Diogo Cony

William Mac Swing

Cristiano Lourenço Deruza

Ersme Eduardo Erskine
 Joaquim José Aguiar
 Tomás Reed
 Teodore Dessaux
 Manoel Alves da Cunha
 José Antônio Corrêa
 Francisco Xavier d'Alcântara
 Luiz Brown
 Francisco Xavier de Brum.

Extraída da relação da Secretaria d'Estado.

Victor S. Tiago Subrá

Registado a bordo da fragata *Imperatriz*, em 13 de novembro de 1827.

D. I. Tw.....
 2.º tenente

Registado a bordo do *Caboclo*, 13 de novembro de 1827.

Luiz Brown
 2.º tenente

Registado a bordo do brigue *Pirajá*, 13 de novembro de 1827.

Joaquim José d'Oliveira
 2.º tenente

Registado a bordo da barca *Grenfell*, 13 de novembro de 1827.

J. N. de Menezes
 2.º tenente

Registado a bordo do lugar *Príncipe Imperial*, 13 de novembro de 1827.

Alexander Heart
 2.º tenente

Relação dos oficiais promovidos pelo Barão do Rio da Prata, almirante Comandante em Chefe da Esquadra, no dia 12 de outubro de 1827.

Para capitão de fragata:

o capitão-tenente Estevão Carlos Clewley

Para capitães-tenentes:

os 1.^{os} tenentes Ângelo Petra de Bitencour
William January
Victor S. Tiago Subrá
Guilherme Parker
John William

Para 1.^{os} tenentes:

os 2.^{os} tenentes José Ferreira Guimaraens
Ricardo Hayden
João Henrique de Carvalho e Melo
Henrique Linden
Augusto Leverger
José Ignácio de Santa Rita
Antônio Andrada e Silva Pinto
Diogo Artur
Antônio Joaquim da Silva

Para 2.^{os} tenentes:

os 2.^{os} tenentes de comissão João Teixeira Barbosa Leite
Guilherme Somerfield
Moisés Smith
João Alves Carqueja
Manoel Pedro Reis
Antônio Ganzalves Camacho
Alexander Hearth

O guarda-marinha Justo Carlos Conrad Prytz.

Sem prejuízo da antiguidade dos
que a tiveram mais

Barão do Rio da Prata

Registado. Bordo do *Caboclo*, 13 de novembro de 1827.

Luiz Brown

Registada. A bordo da barca *Grenfell*, 13 de novembro de 1827.

I. N. de Menezes

2.^otenente

Registado a bordo do brigue *Pirajá*, 13 de novembro de 1827.

Jaquim José d'Oliveira

2.º tenente

Registada a bordo da escuna *D. Paula*, em 13 de novembro de 1827.

Luiz Manoel S. Payo

Comandante do destacamento

Registada a bordo da escuna *Bela Maria*.

Francisco Pedro d'Araujo

Piloto

Primeiros tenentes

Angelo Petra de Bitencourt	<i>Imperatriz</i>
Jorge Cowan	<i>Carioca</i>
Williams January	<i>Rio da Prata</i>
Victor S. Tiago Subrá	<i>Piranga</i>
Guilherme Parker	<i>Bela Maria</i>
John Williams	<i>Constança</i>
Adriano Henrique Mynsson	<i>Imperatriz</i>
Sabino Antônio da Silva Pacheco	<i>Pirajá</i>
José Tropes Boisson	<i>Imperatriz</i>



IX

COMBATE DE 30 DE JULHO DE 1826

Este combate foi precedido pela surpresa que fêz à nossa esquadra o almirante Brown, às 10 horas da noite de 29; surpresa que nos podia ser fatal, se Brown tivesse tino militar e, aproveitando a confusão em que debandou a maior parte de nossos navios menores, soubesse aproveitar-se dela para aprisionar parte de tais navios, que, de pouca fôrça, maus veleiros e de pequena tripulação, não dificultaria sua rendição, na quase impossibilidade de sér socorrida por nossos navios maiores que procuravam estabelecer linha de combate, buscando maior profundidade para poder manobrar. Poderia também, com seus navios reunidos, como se conservavam, ter destruído mastreação e velame de muitas dessas embarcações, inutilizando-as, incapacitando-as para o hostilizar no combate que se seguiu, o qual êle podia provocar e recusar à vontade, por ter vento favorável para entrar e sair de seu pôrto à vontade.

Em 1825, o nosso 1.º almirante, Lord Cochrane, antes de deixar o pôrto do Maranhão, na fragata *Piranga*, despedindo-se do 1.º tenente João da Silva Lisboa, comandante da escuna *Maria da Glória*, anunciou-lhe a sublevação da Província Cisplatina, proclamando sua independência sob a proteção da República Argentina, que armaria tôda esquadra para sustentar tal revolução. Que a esquadra seria ligeira, apropriada à pouca água do canal e portos do Rio da Prata; que nos daria trabalho e ensejos de nos exercitarmos na arte militar. Que, para comandar suas fôrças navais, Buenos Aires tinha a seu serviço um homem muitíssimo valente e compreendedor, porém que ignorava a arte militar e mesmo não ser bom homem do mar. O almirante Brown provou por seu procedimento, durante os três anos de guerra que sustentámos, quanto era exato o juízo que dêle fazia o nosso 1.º almirante Cochrane.

O almirante Brown nunca saiu das águas do Rio da Prata.

X

COMBATE DE 18 DE JANEIRO DE 1827

A fôrça brasileira, destinada a entrar no Uruguai para resguardar a flotilha comandada pelo capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira, compunha-se das embarcações seguintes:

- 1.^a — Corveta *Maceió* Comandada pelo capitão de fragata Frederico Mariath, que ao mesmo tempo comandava a fôrça.
- 2.^a — Brigue *Caboclo* Comandada pelo capitão-tenente James Inglis.
- 3.^a — Brigue *Rio da Prata* Comandada pelo 1.^o tenente José Lamego Costa.
- 4.^a — Escuna *Dois de Dezembro* Comandada pelo 2.^o tenente José Narciso Brum.
- 5.^a — Escuna *Providência* Comandada pelo 2.^o tenente Antônio Leocádio do Couto.
- 6.^a — Escuna *Real João* Comandada

E mais quatro embarcações, de cujos nomes não me lembro.

N. B. — A corveta *Maceió* tinha 9 bôcas de fogo por banda, sendo 2 colubrinhas de calibre 12 e 7 caronadas de 18.

A escuna *Dois de Dezembro* era armada com 2 colubrinhas de calibre 24, em rodízios.

Destas 10 embracações só a corveta *Maceió* e a escuna *Dois de Dezembro* é que receberam e repeliram vitoriosamente, no dia 18 de janeiro de 1827, o combate das 5 embracações argentinas seguintes:

- 1.^a — Escuna *Sarandy*, a bordo da qual se achava o almirante Brown.
- 2.^a — Barca *Paulistana*, que nos tinha sido tomada em Maldonado.

3.^a — Escuna *Pepa*.

4.^a — Escuna *União*.

5.^a — Brigue *Balcace*.

Duas sumacas armadas e oito canhoneiras a remos, com uma peça de grosso calibre à proa.

Neste combate foi morto o guarda-marinha Tomé, gravemente ferido o 2.^o tenente Oliveira e Figueiredo, contuso o 1.^o tenente João Batista de Souza, mortas e feridas algumas praças da guarnição.

A corveta *Maceió* recebeu as seguintes avarias: diferentes rombos ao lume d'água e na borda; a carangueja e a vela a ré partidas, e beni assim alguns ovens, fuzis e cabos do aparêlho. A primeira caronada de ré da bateria de BB foi desmontada.

Os oficiais da corveta *Maceió* eram:

1.^o tenente João Batista de Souza

2.^o tenente J. W. White

2.^o tenente Joaquim Manoel de Oliveira e Figueiredo

Guarda-marinha Tomé Justiniano Gonçalves

Voluntário Cunha

Voluntário ou praticante Teixeira

Capitão de brigada Tistônio

Cirurgião Queiroga

Comissário, Amorim

Escrivão Gaspar

A formatura da força argentina era pouco mais ou menos a que vai abaixo mencionada.

A corveta *Maceió* estava fundeada e com regeira passada.

A escuna *Dois de Dezembro* conservava-se nas proximidades da pôpa da corveta.

As mais embarcações da força brasileira, não obstante os grandes esforços que fizeram, não foi possível tomar parte nesta ação, porque se achavam em distância de cinco milhas, pouco mais ou menos, rio abaixo, e a água corria à vazante, e apenas havia uma fraquíssima aragem, insuficiente para lhes fazer vencer a velocidade da correnteza, apesar de terem todo o pano largo, e auxiliarem-se com o reboque de tôdas as suas embarcações unidas.


 Flaneta Mucio
 (Assim) 2 de Dezembro.

As camponesas que forjaram por liberdade e justiça
 e hoje, mais gloriosas repulidas com o seu virgo
 e que se despoja de suas bandeiras.

Dea Obany em o bandido do Alimento Brown.

Camponesa
 Camponesa
 Camponesa
 Barão Cantatana
 Esc. Papal
 Prigun Palcaru
 Esc. União
 Lermosa
 Camponesa
 Camponesa

XI

TENTATIVA DE BROWN

1826

Em 26 de outubro de 1826, tendo o almirante argentino Brown resolvido fazer uma excursão pelas costas do Brasil, saiu de Buenos Aires com o *Congresso*, *República* e *Sarandy*, mas os dois primeiros tiveram logo de regressar ao seu ancoradouro, sendo descobertos pela esquadra imperial. Apenas a *Sarandy* conseguiu sair e no cabo de Corrientes reuniu-se à *Chacabuco*.

Sei que o barão do Rio da Prata, com alguns navios (quais seriam?) foi até a altura do Rio de Janeiro, em busca do almirante argentino, e não o encontrando, regressou a Montevideu. Daí destacou uma divisão, sob o comando de João Batista Lourenço da Silva para proteger a barra do Rio de Janeiro.

Desejaria saber quando saiu o nosso almirante do Rio da Prata e quando chegou à barra da Côte, quais os navios que levava e quando chegou, de volta, a Montevideu. Quando partiu Lourenço, quantos e que navios levou, e quando voltou ao Rio da Prata.



XII

COMBATE DE 30 DE AGÔSTO DE 1828 NO SALADO

(Isto deu-se depois da tomada da corveta *Governador Dorrego*. A esquadra, com o almirante barão do Rio da Prata, fundeara no dia 27 de agôsto, na enseada de San Borombon, fora da vista de terra).

30 de agôsto — Às 7½ da manhã, foram avistados dois navios que se dirigiam para o Salado. O almirante mandou que os navios seguintes, sob o comando de Inglis, dessem caça:

Brigue *Caboclo*, comandante James Inglis

" *Constança*, comandante Bourwill J. Js. Wilson

Brigue-escuna *Dois de Julho*, comandante Wm Mac Swing.

Escuna *Rio da Prata*, comandante J. Marques Lisboa.

Depois, fêz sinal à bombardeira *19 de Outubro*, com Aug. Le-verger, para que se fôsse reunir a êsses navios.

Os navios caçados eram o brigue inglês *Lord Eldon* e o brigue-escuna americano *Huzzar*.

Às 10½ da manhã estavam à vista do Salado, e aí foram encalhar debaixo dos fogos da bateria, protegidos também pelos do corsário *Emprêsa* (cinco peças) e de uma canhoneira.

Às 2 horas, os navios brasileiros fundearam a tiro de bala e seus escaleres foram incendiar os dois navios encalhados, travando-se mais de perto o combate entre o brigue-escuna *Dois de Julho*, a bombardeira *19 de Outubro* e a bateria.

Quando os escaleres brasileiros voltaram, partiram de terra outros que apagaram o incêndio; mas os Brasileiros vieram de novo, afugentando os contrários, e queimaram os navios (N. B. — Esta é a versão argentina; mas o almirante Pinto Guedes contestou-a dizendo que foram queimados uma só vez, e que de terra não vieram escaleres para apagar o incêndio).

As 11 da noite, o *Dois de Julho* e *19 de Outubro* reuniram-se ao *Caboclo*.

Perguntas:

Quais os oficiais que comandaram os escaleres brasileiros?

Quais as nossas perdas?



XIII

DIVISÕES DAS EMBARCAÇÕES DA ESQUADRA

PRIMEIRA DIVISÃO

N.^{os}

- 1.^o — Fragata *Piranga*
- 2.^o — Corveta *Isabel Maria*
- 3.^o — Corveta *Bertioga*
- 4.^o — Escuna *Despique Paulistana*
- 5.^o — Escuna *Rio da Prata*
- 6.^o — Escuna *Bela Maria*
- 7.^o — Escuna *União*
- 8.^o — Escuna *1.^o de Dezembro*
- 9.^o — Bombardeira *19 de Outubro*

SEGUNDA DIVISÃO

- 1.^o — Fragata *Niterói*
- 2.^o — Corveta *General Dorrego*
- 3.^o — Brigue *Pirajá*
- 4.^o — Brigue *Caboclo*
- 5.^o — Brigue *Rio da Prata*
- 6.^o — Brigue-Escuna *Jamúria*
- 7.^o — Brigue-escuna *2 de Julho*
- 8.^o — Escuna *Itaparica*
- 9.^o — Brigue-Escuna *Felis*

TERCEIRA DIVISÃO, DENOMINADA TAMBÉM *DE LESTE*

- 1.º — Brigue *Maranhão*
- 2.º — Corveta *Liberal*
- 3.º — Corveta *Carioca*
- 4.º — Brigue *29 de Agosto*
- 5.º — Brigue *Constança*
- 6.º — Brigue *Niger*
- 7.º — Brigue-Escuna *Cisplatino*
- 8.º — Lúgar *Príncipe Imperial*



XIV

OFICIAIS ESTRANGEIROS NA ARMADA

LORD COCHRANE

Por decreto de 21 de março de 1823, foi S. M. I. servido admitir ao serviço dêste Império, vencendo desembarcado 12\$ pesos por ano, calculados a 960 réis cada um (Cr\$ 11.250,00); estando embarcado, além do referido sôlido, mais 6\$ pesos para comedorias (Cr\$ 5.760,00). Em 6 de dezembro de 1823, apresentou Carte Patente, assinada por S. M. I., em vinte e cinco de novembro dêste mesmo ano, pela qual foi promovido ao pôsto de Primeiro Almirante, por Decreto do mesmo Augusto Senhor de 21 de março do sobredito ano. *Cumpra-se* do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Francisco Vilela Barbosa, em data de 4 de dezembro, tudo do sobredito ano, com as vantagens acima mencionadas cujas percebia no Chile. Em virtude da Portaria do Ilmo. e Exmo. Sr. vice-almirante Intendente da Marinha, de 30 de julho de 1824, consta que S. M. Imperial houve por bem, por decreto de 27 de julho de 1824, Portaria da Secretaria de Estado, de 29 do dito, conceder a esta praça o sôlido por inteiro, enquanto estiver ao serviço dêste Império; em caso de não querer continuar nêle, depois de finda a presente guerra da independência, a metade do referido sôlido como pensão, fazendo-se esta extensiva por sua morte à sua mulher. Em virtude da Portaria do Intendente da Marinha, de 23 de janeiro de 1826, consta que por aviso da Secretaria de Estado respectivo, de 20 de dezembro de 1825, houve S. M. I. por bem determinar que se suspenda o pagamento de vencimentos a esta praça, enquanto não vier a esta Côrte dar conta da comissão de que fôra encarregado. Por decreto de 10 de abril de 1827, foi demitida do serviço dêste Império esta praça, constante da Portaria de 27 do mesmo mês. Por aviso de 22 de maio de 1857, se comunicou que nessa data se solicitara do Ministério da Fazenda a expedição

das convenientes ordens a fim de que a John More & Filho, na qualidade de procuradores dêste official, se pague a quantia de 10:781\$492, a que êle tem ainda direito, segundo as informações do contador da Marinha, em officios ns. 527 e 538, de 24 e 30 do mês de abril último, pelos serviços que prestara ao Império no pôsto de Primeiro Almirante.



THOMAZ SACKVILLE CROSBIE

Por decreto de S.M. I., de 21 de março de 1823, foi admittido ao serviço dêste Império, tomando o comando da nau *Pedro 1.º* na data acima. Foi promovido ao pôsto de capitão de mar e guerra por decreto de 12 de outubro de 1823. Em virtude da Portaria do Intendente da Marinha, de 16 de fevereiro de 1826, consta que por decreto de 25 de janeiro do dito ano foi esta praça demittida do serviço.



JAMES SHEPERD

Por decreto de 21 de março de 1823, foi admitido ao serviço dêste Império, na patente de 1.º tenente, para servir a bordo da nau *Pedro 1.º*. Promovido a capitão-tenente em 2 de julho de 1823, devendo contar sua antiguidade de 12 de outubro de 1823. Promovido a capitão de fragata por decreto de 31 de janeiro de 1826. Por nomeação do Exmo. Sr. Marquês do Maranhão, de 25 de setembro de 1824, passou de bordo da nau *Pedro 1.º* para a fragata *Piranga* em 27 de março de 1825. Em virtude de ter sido demittido o comandante desta fragata, passou êsse official a comandá-la em dez de novembro de 1825. Contemplado com o sôlido, maiorias e comedorias de sua patente, e como comandante desde 1 de abril de 1826 por ordem sua. Foi destacado para comandar a expedição que foi à Patagonia em 16 de fevereiro de 1827.

Constou ter falecido em 7 de março de 1827.



ESTEVÃO CARLOS CLEULEY

Por decreto de 21 de março de 1823, foi admitido ao serviço d'êste Império a partir de 1.º tenente, para servir a bordo da nau *Pedro 1.º*. Apresentou carta-patente, assinada por S. M. I.; em data de 16 de agosto de 1824, pela qual houve por bem o mesmo Augusto Senhor admiti-lo no posto de 1.º tenente por decreto de 21 de março de 1823. Por decreto de 9 de agosto de 1824, foi promovido a capitão-tenente efetivo. Por Portaria do Exmo. Sr. vice-almirante Intendente da Marinha, de 27 de outubro de 1825, se apresentou esta praça nesta Côrte no dia 14 do dito mês, vindo de passagem a bordo do Corr.º 2 de *Julho*. Por Portaria do Intendente de Marinha, de 5 de dezembro de 1825, consta que esta praça foi na fragata *Paula* para servir na esquadra do Rio da Prata. Apresentou carta-patente, assinada por S. M. I. em data de 8 de novembro de 1824, pela qual houve por bem o mesmo Augusto Senhor promovê-lo ao posto acima por decreto de 9 de Agosto de 1824.

Promovido a capitão de fragata em 12 de outubro de 1827, pelo Barão do Rio da Prata, e aprovado por S. M. I. Desembarcou por desarmamento da fragata *Piranga* em 23 de março de 1849. Apresentou carta-patente assinada por S. M. I. em data de 17 de dezembro de 1827 pela qual houve por bem o mesmo Augusto Senhor promovê-lo ao posto acima por decreto de 2 de dezembro de 1827.

Por aviso de 8 de junho de 1833, foi nomeado para embarcar na fragata *Baiana*, comunicado por portaria de 10 do dito dito. Apresentou nomeação para o referido embarque em data do aviso acima registrada a fls. 96 v. Vence por armamento de 10 de junho de 1833 e por aviso do Ilm.º e Exm.º Sr. Ministro da Marinha em data de 8 de junho dito. Por aviso do Exmo. Sr. Ministro da Marinha, em data de 24 de julho de 1833, passou a comandar interinamente a praça acima. Recebe o sôldo pelo seu recibo, enquanto estiver neste porto estacionada esta fragata. Pago de maiorias e comedorias de junho de 1833 até novembro dito, na importância de 377,400. Desembarcou por ordem superior em 6 de dezembro de 1833.



FOOR MORGELLE

Por decreto de 19 de julho de 1828, foi admitido ao serviço da Armada Nacional e Imperial no posto de capitão-tenente, tendo já S. M. I., por aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, de 31 de março do dito ano, mandado comunicar a esta praça que atentas às boas informações a seu respeito havidas, anexa à pretensão que tinha de ser admitido ao referido serviço neste mesmo posto pelo que o mesmo Augusto Senhor houve por bem fazer efetiva sua Imperial Promessa, admitindo-o como engajado por tempo indeterminado, percebendo as mesmas vantagens de que gozam os oficiais Nacionais e não prejudicando a antiguidade dos atuais 1.^{os} tenentes da Armada, o que tudo consta da cópia do decreto junto à portaria de 22 de julho de 1828. Por aviso de 16 de agosto de 1828, foi este oficial nomeado para servir na esquadra do Rio da Prata, debaixo das ordens do barão do Rio da Prata, devendo ir de passagem na corveta *Maria Isabel*. Desembarcou por mostra de desarmamento da corveta *Isabel*, sendo da mesma comandante em 28 de novembro de 1829. Por nomeação do Exmo. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, de 21 de abril de 1830, foi nomeado para comandar a corveta *Bertioga*. Por aviso da Secretaria da Marinha de 13 de janeiro de 1831, foi este oficial demitido do serviço da Armada Nacional e Imperial, na conformidade do artigo 4.^o da Carta de Lei de 25 de novembro de 1830 e do decreto de 24 de dezembro dito, comunicado em portaria da Intendência e de 15 de janeiro de 1831. Por aviso de 28 em portaria de 30, tudo de junho de 1831, se comunicou que fôsse recolhido preso para bordo da nau que serve de depósito, para responder a consêlho de guerra. Desembarcou da corveta *Bertioga* em 14 de junho de 1831.



JOSÉ MANUEL MONROY

Por nomeação do capitão de mar e guerra encarregado do expediente do Quartel General da Marinha, José Pereira Pinto, de 4 de outubro de 1832, embarcou para a corveta *Bertioga*, comandada pelo capitão de fragata Jorge Manson. Passou para a fragata *Imperatriz* em 12 de janeiro de 1833. Achando-se novamente na dita fragata, dela passou com guia para a corveta *Regeneração*, devendo ir de passagem no paquete *Januária*.

Passou-se guia em cumprimento ao despacho da Intendência da Marinha de 26 de agosto de 1833, data em que passou para a corveta *Regeneração* em 27 do dito dito. Embarcado na corveta *Regeneração*. Deve à Fazenda pública Rs. 123\$960. Por aviso de 15, em portaria da Secretaria da Marinha de 16 de janeiro de 1834, se participou haver sido naquela demitido este oficial que pertencia à guarnição da dita corveta e fôra pronunciado por crime civil no Juízo de Paz da Vila de Caravelas, na província da Bahia, onde deve ser julgado na forma das leis.



XV

COMBATE DE 27 PARA 28 DE ABRIL DE 1826.

(V. CAP. VII)

Este quadro representa o combate que se travou em a noite de 27 para 28 de abril de 1826, em Montevideu, entre a fragata brasileira *Imperatriz* (54 bôcas de fogo), comandada pelo capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, e os seguintes navios argentinos dirigidos pelo almirante Guilherme Brown: corveta *Vinte Cinco de Maio* (32 peças), barca *Congresso* e brigues *República* e *Independência* (de 16 peças cada um) e escuna *Sarandí* (7 peças). Ao todo 5 embarcações, montando 77 bocas de fogo.

A esquadra imperial era então comandada pelo vice-almirante Rodrigo Lobo e achava-se quasi tôda ancorada em Montevideu. As frâgatas *Imperatriz* e *Niterói*, por demandarem mais água, estavam a grande distância da cidade, assim como a fragata inglesa *Doris*.

O almirante argentino pretendia surpreender e abordar a *Niterói*, que reparava as avarias de um combâte que sustentara no dia 11. Confundiu-a, porém, com a fragata inglesa, e logo que se certificou do seu engano dirigiu-se à *Imperatriz*, fundeada em frente ao Cerro de Montevideu.

Era quasi meia noite quando a esquadra argentina, aproximando-se dessa fragata, rompeu fogo de artilharia e mosquetaria. A êsse tempo já estavam içadas as velas de proa da *Imperatriz*, as gâveas largas, e tudo se achava pronto para largar a amarra sobre boia, porém não foi possível executar essa manobra, porque, às primeiras bandas do inimigo, ficaram todos os cabos de laborar cortados, não só das gâveas, mas de todo o mais pano.

Logo que os argentinos romperam a fogo, travou-se o combate, respondendo a fragata com prontidão e vigor. A esquadra argentina, repelida, teve de retirar-se precipitadamente.

No comêço da ação, foi morto por um estilhaço de metralha o comandante Luiz Barroso Pereira, um dos raros oficiais brasileiros que então serviam na Armada (natural de Diamantina, província de Minas Gerais). A energia com que se houve a guarnição da *Imperatriz* mereceu os mais calorosos aplausos do comandante da *Doris*, John Garden Sainclair.

A *Imperatriz* montava 26 peças de 24, 14 de 12, 12 caronadas de 32 e 2 de 42. Tinha 487 homens de guarnição, dos quais 430 estavam prontos no momento do combate.

Os oficiais que serviam a bordo eram os seguintes:

Capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, comandante

" " " Francisco Rabelo da Gama, imediato

Primeiro tenente Cipriano José Pires

" " Camilo Caetano d'Almeida

Segundos tenentes Joaquim Lúcio de Araújo

" " Francisco Pires de Carvalho

" " Antônio José Lopes da Silva

" " Henrique Lindoro

Guarda-Marinha Diogo Edgton, e mais 2 voluntários

Capitão de Artilharia de Marinha João Maria de Campos

Capitão João Gomes de Melo Tremedal, comandante de 1 destacamento do Exército.

Cirurgiões Manoel Martins Pinheiro e Fernando Alexandre Widigg.

O quadro representa, no centro, a fragata *Imperatriz* repelindo o ataque que lhe é dirigido pelos navios argentinos. À direita vê-se a fragata *Doris*, que, ao aproximar-se o almirante Brown, içou a bandeira Britânica, iluminando-a com um farol. A esquerda, vê-se o Cerro de Montevideu.

(Extraído de vários documentos que possui o Dr. José Maria da Silva Paranhos).



XVI

TOMADA DA CORVETA GENERAL DORREGO

CÓPIA DO OFÍCIO DO ALMIRANTE BARÃO DO RIO DA PRATA, DATADO DE
5 DE SETEMBRO DE 1828, RELATIVO À TOMADA DA CORVETA

General Dorrego

Esta honrada, fiel, e ingênua comunicação de Herrera resolveu-me ir sem demora alguma para defronte de Buenos Aires, ficando a distância de não poderem os inimigos conhecer que eu havia ali chegado, confundindo os navios que levei com os que lá estavam e sem izar insígnia de almirante. Vi-os com disposição de quererem sair de noite, retirei-me com tôdas as embarcações para o canal do meio, e pus atalaias para a parte do oeste. Ao segundo dia vieram as avançadas dizer-me visto ao pôr do sol os mastros da corveta e algumas embarcações mais. Fiz-me a vela com tôdas, com vento pelo NO passei o banco Chico, orcei logo para o Sul persuadido de que, vendo-nos encorados no canal do meio, seguiriam saída segura pelo canal do Sul. Com efeito, às 11½ já os via a barlavento, fiz sinal de inimigos à vista, porém chegando a três braças e um quarto, tendo a fragata em quasi três e meia, virei já no lodo, e os comandantes não os tendo..... viraram. O vento, crescendo, fêz-se muito forte, com êle só podiam os inimigos bordejar, não havia outro rumo a seguir que o de sair do canal. Dei em cheio, arrastando lodo por mais de 30 milhas, a fragata com vento tão forte apenas distava 4½ milhas, não navegava, barrava o fundo do Rio da Prata, ao romper do dia repeti o sinal de força de vela, e algum tempo depois vi um brigue, uma escuna, e a corveta *Mandarini*, a quem

supunham pôsto o nome de *General Dorrego*: às 4 horas da tarde ficou sendo nossa, com 15 peças montadas, 166 praças, mantimentos para 4 meses, sobressalentes de tudo, e armas de mão novas, lindas e boas: custou ao governo de Buenos Aires 230 mil pesos: conservo-a com o nome de *General Dorrego* e dei o comando ao 1.º tenente Augusto Leverger, que é um dos melhores oficiais que tenho na esquadra, e até agora comandou a bombardeira que fica em Montevideo carecida de gurupés e outros consertos. A corveta *Bertioga*, que anda muito bem, foi a primeira que aí chegou e por isso a única que lhe fêz algum fogo; pouco, porque a *Mandarin*, *General Dorrego* logo arriou bandeira, nem podia resistir se não por tenacidade indiscreta, vendo-se cercada por treze embarcações, teve alguns mortos e feridos pelo fogo que a *Bertioga* lhe fêz depois de haver a corveta arriada a bandeira, e que muita vergonha me causou.

A falta de inteligência dos comandantes (aliás valiosos, e homens do mar) e ter esta fragata arrastado lodo por mais de seis horas foi causa de não ficarem todos três, principalmente o da corveta *Bertioga*, a quem pela buzina disse a que rumo iam os inimigos, navegando não obstante, de noite com pouco pano que pela manhã estava perto da fragata que arrastou lodo toda a noite êste, e mais ainda por outros comportamentos depois, como se vê da cópia junta, tirei-lhe o comando e o dei ao capitão-tenente Foord Morgelle.

O brigue vai armado com 18 caronadas de 18 de alcance e 1 rodízio com peças de 18, e outro na proa com peças de 12 e tem 70 praças.

A escuna tem 3 rodízios, 1 na pôpa com caronadas de 18, outro no centro com peças de 18 e outro na proa com peças de 12, e tem 70 praças.

A *Piranga*, minutos antes de arriar a corveta a bandeira, desarvorou do mastro da mezena, que está tão pôdre que se desfaz à mão. Meteram aí os outros três novos, e deixar-lhe aquele a ponto de desfazer-se, é grande descuido do Arsenal. O resultado foi cairem os mastaréis da gata sobre a vêrga grande que partiu; com aquele pêso partiu o da gávea e o mastaréu; pela falta dêste, partiu a vêrga do velacho, que ficou sem o apoio dos braços, e a de joanete de proa que ficou também o mastaréu. Este foi o resultado da economia do mastro da mezena.

Não são objetos que dêem glórias, mas dão gastos. Três expedições tem projetado Buenos Aires. A primeira à Patagônia a unir-se às embarcações que então lá tinham ficado nossas: queimaram-lhe os navios. A segunda ao Rio Grande, saquear no rio Pelotas a riqueza da Província, que por ordem do Visconde da Laguna aí tinha sido depositada em embarcações sem defesa; tomei-lhes as embarcações. A terceira ia atacar o comboio que vinha do Rio de Janeiro, e devia levar mais as que estivessem no Salado: tomei-lhes a corveta, (e é vergonha não ficarem todas três) e cá lhe estou bloqueando o Salado; donde apenas no dia da caça saiu para Buenos Aires uma galera Hamburguesa, que compraram para servir de esquite a Brown.

Pelo termo cuja cópia vai junta, verá V. Excia. que o brigue *Bridget* saiu com pouca carga do Rio de Janeiro para Buenos Aires; e de certo ia comprado pelo govêrno ou com êsse fim, por que partiu daquele pôrto depois da chegada ali dos plenipotenciários.

Também tomei, vindo com o mesmo destino, uma escuna forte e linda, já armada, em que Cochrane tinha ido para o Mediterrâneo; pela tripulação soube que dois brigues se estavam armando em Liverpool para Buenos Aires; montavam 7 peças por banda; mas podiam montar 18.

Acabando como comecei os sucessos com os inimigos, e o autógrafo do Presidente Garcia só para incrédulos poderá deixar de ser prova de que êle é traidor à causa. Já lhe fiz elogio com o meu officio relativo aos soldados que o insufficientíssimo José Manoel de Almeida não queria dar até chegar a *Carioca*; mas agora sei que o Presidente foi tão eficaz para ver se o comprometia; porque tinham quebrado a antiga liga: eu não o sabia então: Boa gente para tais ocasiões, e tais lugares! Queira Deus que eu passe só por ter má língua, e não chegue a ser profeta. Bordo da fragata *Piranga*, na Baía de S. Borombom, 5 de setembro de 1828. Ilmo. e Exmo. Sr. Miguel de Souza Mello e Alvim. (a) *Barão do Rio da Prata*.

P. S. Depois de eu chegar a Montevideu com a corveta *General Dorrego* é que o presidente me comunicou ter recebido por officio de Pedro de Araújo Lima certeza de haver o govêrno de Buenos Aires admitido o art. 2.º dos cinco propostos: parece-me que não pode ser mais clara a má fé do silêncio antes daquele fato.

XVII

SALVAMENTO DE CARGA

TRADUÇÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Buenos Aires, fevereiro 27 de 1830

O infra-escrito Ministro Secretário das Relações Exteriores teve a honra de receber a comunicação que lhe dirigiu o Sr. Cônsul Geral do Brasil juntando por cópia o relato do comandante da goleta de guerra brasileira *Rio da Prata*, que socorreu o bergantim napolitano *Brillante*, encalhado próximo à Atalaia.

O Governador considerou com a maior satisfação êsse ato de generosidade do comandante da goleta, tanto mais recomendado quanto os socorros foram prestados sob tempo borrascoso, e em lugar em que não podia prestá-los sem iminente perigo: por estas considerações ordenou S. E. ao infra-escrito de apresentar ao precitado comandante os agradecimentos mais expressivos, pelo intermédio do Sr. Cônsul, assegurando-lhe que o Governo terá sempre presentes seus bons ofícios e tão distinto e honroso comportamento.

O infra-escrito, depois de cumprir com prazer as ordens de S. E., aproveita esta oportunidade para reiterar ao Sr. Cônsul os protestos de sua particular consideração.

(a) *Tomás Guido*

Ao Sr. Cônsul Geral do Império do Brasil.

NOTA — O comandante da goleta (escuna) *Rio da Prata* era o então 1.º tenente Joaquim Marques Lisboa, futuro Almirante Marquês de Tamandaré. Seu Imediato, o 1.º tenente Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro almirante Barão do Amazonas. Oficiais: Joaquim Sabino da Silva e João Climaco Nunes. Piloto: Joaquim Alves da Silva. Comissário: João Antônio de Anorim. Escrivão: Diego Lemon.



Ilmo. Sr.

Tenho a honra de remeter a V. S.^a o incluso officio que me dirigiu o Ministro das Relações Exteriores desta República, relativo ao auxilio dado por V. S.^a na escuna de guerra do seu comando *Rio da Prata*, para que por elle V. S.^a fique intelligenciado dos sentimentos d'este governo a tal respeito.

Deus Guarde a V. S.^a ms. anos. Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires aos 2 de março de 1830.

(a) *José Agostinho Barbosa Júnior*

Ilmo Sr. Joaquim Marques Lisboa
Comandante da escuna *Rio da Prata*

Sumário de testemunhas feito por este Consulado Geral do Brasil, a requerimento do 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa, comandante da escuna de guerra de S. M. Imperial *Rio da Prata*; sobre o ato da salvação que fizera de parte da carga do brigue Napolitano *Brilhante*, no dia 18 de fevereiro do corrente ano.

1.^a TESTEMUNHA

Francisco Manuel Barroso da Silva, 1.^o tenente da Marinha e segundo comandante da escuna de guerra brasileira *Rio da Prata*, solteiro, natural de Lisboa; e deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para dizer a verdade, disse: que, vindo de Montevideu para esta cidade na escuna acima mencionada, encontrou encalhado ao pé da ponta da Atalaia, no dia 18 de fevereiro, um bergantim, ao qual depois de haver fundeado a escuna, procedeu o declarante, com o seu comandante Joaquim Marques Lisboa, no escalar da escuna examinar e ver se podiam salvar a embarcação. À sua chegada a bordo, acharam a embarcação totalmente abandonada da sua tripulação, não existindo u'a só pessoa a bordo, as escotilhas abertas, as caixas não pareciam pertencer à guarnição, arrombadas, a câmara cheia de água, a qual entrava pela pópa no lugar do leme; vendo que era impossível desencalhar a embarcação, resolveu o comandante da escuna a salvar e procedemos e continuamos passando algumas caixas

para bordo da escuna, quando de terra veio uma lancha com 5 ou 6 homens, os quais disseram que pertenciam àquela embarcação que era o brigue Napolitano *Brilhante* que tinha encalhado no Barico Chico aonde perdera o leme; que vinha depois encalhar na costa do Sul. Pedi-lhes que emprestassem a sua lancha para que assim se salvassem mais cargas para bordo da escuna, visto nosso escaler ser muito pequeno; responderam que não queriam; levando alguns caixões de bordo, voltaram para terra, deixando desta maneira o brigue outra vez abandonado. Ao pôr do sol começou a refrescar o vento do SE, de maneira que, crescendo muito o rio, ficou a escotilha do rancho de proa da embarcação encalhada debaixo d'água; e por esse motivo não se pôde salvar mais carga. À chegada da escuna *Rio da Prata* a Buenos Aires descarregou-se para a Alfândega desta cidade toda a carga salvada segundo o que se encontrou no ato do desembarque. Em fé do que lhe tomei o seu juramento Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral, o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 1.º de julho de 1830.

(aa) *Francisco Manoel Barroso da Silva*
1.º Tenente

José Agostinho Barbosa
Cônsul Geral

2.ª TESTEMUNHA

Joaquim Sabino da Silva, 2.º tenente da Armada Imperial, embarcado a bordo da escuna *Rio da Prata*, solteiro, natural de Lisboa, e deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para dizer a verdade, disse: Que vindo de Montevideu para esta cidade de Buenos Aires, na escuna de guerra brasileira *Rio da Prata*, encontraram no dia 18 de fevereiro do corrente ano, encalhado ao pé da Ponta da Atalaia, um bergantim; que o comandante Joaquim Marques Lisboa mandou dar fundo à escuna ao pé do brigue encalhado e procedeu a bordo com o seu imediato o 1.º tenente Francisco Manoel Barroso da Silva; depois de se haverem demorado algum tempo, voltaram para a escuna, conduzindo no bote alguns caixões que haviam salvado. Continuou o bote a trazer carga para bordo da escuna enquanto o tempo permitiu. Vi que de terra chegou uma lancha com gente a bordo do brigue naufragado e que tinha carregado alguns caixões.

sabe por ouvir dizer ao comandante Lisboa e ao seu imediato Barroso que em sua chegada a bordo do brigue o achara inteiramente abandonado, sem uma só pessoa a bordo, as escotilhas abertas, e que na ocasião em que veio a lancha de terra lhe pediu o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva que emprestassem a sua lancha para poder salvar mais carga e que em se negando depois de haver declarado que pertenciam à embarcação perdida que era o brigue napolitano *Brilhante*. Que este declarante fôra a bordo do dito brigue na última vez que o bote foi buscar carga, para ver se podia salvar mais alguma que achou à sua chegada, o gurupés e escotilhas de proa já debaixo da água e o porão igualmente cheio de água, e que não era possível salvar já mais carga por andarem as pipas boiando no porão. A chegada à cidade de Buenos Aires, descarregou-se para a Alfkndega tudo quanto se encontrou naquele ato, o que declara ser o salvado. Em fé do que lhe tomei o seu juramento. Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil, o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 3 de junho de 1830.

(aa) *José Agostinho Barbosa Júnior*
Cônsul Geral.

Joaquim Sabino da Silva
2.º tenente

3.ª TESTEMUNHA

João Clímaco Nunes, 2.º tenente da Armada Imperial, embarcado a bordo da escuna *Rio da Prata*, solteiro, natural de Lisboa, e defendendo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos, para dizer a verdade, disse: que, embarcado na escuna brasileira *Rio da Prata*, encontraram no dia 18 de fevereiro do corrente ano, encalhado ao pé da Ponta da Atalaia, um bergamin, a bordo do qual procedeu seu comandante Joaquim Marques de Lisboa com o seu imediato Francisco Manoel Barroso da Silva; que depois, quando voltou para bordo da escuna, trazia alguns caixões pertencentes à carga do dito brigue; e sabe por ouvir ao seu comandante e seu imediato que o brigue estava totalmente abandonado, com as escotilhas abertas. Declara mais que a bordo da escuna continuaram durante o dia a carregar caixões de bordo da embarcação perdida para bordo da escuna. Viu vir de terra uma lancha com gente e sabe por ouvir dizer que pertenciam à embarcação perdida, que era o brigue napolitano *Brilhante*; que haviam se recusado de emprestar a sua lancha para conduzir carga para a escuna,

o que se houvesse feito muito mais carga se haveria salvado. Ao anoitecer, principiou a ventar forte de S. E. e no dia seguinte nos fizemos a vela para Buenos Aires, aonde logo que chegamos descarregamos para a Alfândega desta cidade tudo quanto se encontrou no ato do desembarque, o que declarado tomei o seu juramento. Eu José Agostinho Barbosa, Cônsul Geral do Brasil, que o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 4 de junho de 1830.

(aa) José Agostinho Barbosa Júnior
Cônsul Geral

João Clímaco Nunes
2.º tenente

4.ª TESTEMUNHA

Joaquim Alves da Silva, piloto da Marinha Imperial, embarcado a bordo da escuna de guerra *Rio da Prata*, solteiro, natural do Porto, deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para dizer a verdade, disse: que, vindo de Montevideu para esta cidade na sobredita escuna *Rio da Prata*, encontraram, no dia 18 de fevereiro do corrente ano, encalhado ao pé da ponta da Atalaia, um bergantim que êle declarante, com o seu comandante Joaquim Marques Lisboa e o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva, procederam no bote da escuna a examinar o brigue encalhado que acharam totalmente abandonado, sem uma só pessoa a bordo, com as escotilhas abertas e a câmara cheia d'água e que o comandante deu imediatamente ordem para que se.....
..... andou o bote ocupado até ao pôr do sol. Que, pela tarde, veio de terra uma lancha com gente que declararam pertencer ao bergantim que era chamado *Brillante*, com bandeira napolitana; que se lhe pediu a lancha para ajudarem a passar a carga para a escuna ao que se negaram e carregando alguns caixões na dita lancha voltaram para a terra. Declara mais que, se houvessem emprestado a dita lancha, muito mais carga se havia salvado. À sua chegada a Buenos Aires, o comandante desembarcou para a Alfândega toda a carga salvada. Em fé do que lhe tomei o seu juramento. Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil, o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 4 de junho de 1830.

(aa) José Agostinho Barbosa Júnior
Cônsul Geral

Joaquim Alves da Silva
2.º piloto

5.^a TESTEMUNHA

João Antônio de Amorim, comissário da escuna de guerra brasileira *Rio da Prata*, casado, natural de Lisboa, deferindo-lhe o juramento a
verdade, disse: que vindo de Montevideu para esta cidade na dita escuna, encontraram, no dia 18 de fevereiro do corrente ano, uma embarcação encalhada ao pé da Ponta da Atalaia, à qual o seu comandante procedeu com o seu imediato, o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva e o pilôto Joaquim Alves da Silva. Depois que se haviam demorado algum tempo, voltaram para bordo da escuna com alguns caixões que haviam saivado da carga. Sabe por ouvir dizer que a embarcação estava totalmente abandonada com as escotilhas abertas; declara mais que o bote da escuna continuou todo o dia a conduzir carga de bordo do brigue perdido. Pela tarde, viu que uma lancha, vinda de terra, atracou ao sobredito brigue; que disseram os marinheiros que pertenciam àquela embarcação que era o brigue napolitano *Brilhante*; que tendo-se-lhe pedido a sua lancha para passar mais carga para a escuna, se recusaram e voltaram para a terra, levando alguns caixões de vinho. Que à nossa chegada a Buenos Aires, o comandante Joaquim Marques Lisboa desembarcou para a Alfândega desta cidade toda a carga salvada. Em fé do que lhe tomei o seu juramento, Eu José Agostinho Barbosa Júnior
o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 4 de junho de 1830.

(aa) José Agostinho Barbosa Júnior
Cônsul Geral

João Antônio de Amorim
Comissário

6.^a TESTEMUNHA

Diego Lemon, escrivão da escuna de guerra brasileira *Rio da Prata*, viúvo, natural de Londres, deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para declarar a verdade, disse: Que, vindo de Montevideu, embarcado a bordo da predita Escuna *Rio da Prata* para esta cidade, encontraram, no dia 18 de fevereiro do presente ano, uma embarcação encalhada ao pé da Ponta da Atalaia. Que seu comandante o 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa procedeu no seu escaler a bordo da dita embarcação, a qual, por ouvir dizer, soube que era

o bergantim napolitano *Brilhante*. Declara mais que o escalor da escuna andou o resto daquele dia empregado em conduzir carga de bordo da embarcação perdida para bordo da escuna. Que ouviu ao seu comandante Lisboa e ao seu immediato, o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva, que na ocasião em que chegaram a bordo da embarcação encalhado encontraram.....; que as escotilhas estavam abertas e a câmara cheia d'água. Que viu pela tarde vir de terra uma lancha com gente, à qual exigiu o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva que a emprestassem para salvar mais carga e conduzir para bordo da escuna, ao que se recusaram. Ao anoitecer do mencionado 18 de fevereiro, principiou a refrescar o vento do S. E. e o comandante, dizendo que não se podia salvar mais carga, mandou prosseguir nossa viagem para esta cidade, aonde, à nossa chegada, desembarcamos para a Alfândega tudo quanto se havia salvado. Em fé do que lhe tomei o juramento, Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil, que o subscrevi e assinei em Buenos Aires a 4 de junho de 1830.

(aa) *José Agostinho Barbosa Júnior*
Cônsul Geral

Diego Lemon
Escrivão

7.^a TESTEMUNHA

José Alves, mestre da escuna *Rio da Prata*, solteiro, natural de Viana, e deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para, dizer a verdade, disse: Que vindo de Montevideu da sobredita escuna encontraram, no dia 18 de fevereiro do corrente ano, uma embarcação encalhada ao pé da Ponta da Atalaia, a qual soube, por ouvir dizer, que era o brigue napolitano *Brilhante*, a bordo do qual procedeu o seu comandante, o 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa; que elle declarante foi também a bordo da dita embarcação, que achou as escotilhas abertas, a câmara cheia d'água e totalmente abandonada, sem uma só pessoa a bordo. Que o escalor da escuna andou empregado todo o dia em salvar a carga que podia. Que viu vir da terra uma lancha com gente, os quais disseram que pertenciam à dita embarcação, e pedindo-se-lhe que emprestassem a lancha para salvar mais carga, não quiseram, e carregando com alguns

caixões, voltaram para terra. À nossa chegada a esta cidade, descarregámos para a Alfândega toda a carga salvada. Em fé do que lhe tomei o seu juramento, Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil, qué o subscrevi e assinei em Buenos Aires, a 4 de junho de 1830.

(aa) José Agostinho Barbosa Júnior
Cônsul Geral

José Alves
Mestre

S.^a TESTEMUNHA

José Félix dos Santos, Mestre carpinteiro da escuna de guerra brasileira *Rio da Prata*, solteiro, filho do Rio de Janeiro, e deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para dizer a verdade, disse: Que vindo de Montevidéu para esta cidade, embarcado a bordo da sobredita escuna, encontraram, no dia 18 de fevereiro do corrente ano, uma embarcação encalhada ao pé da Ponta da Atalaia, a bordó da qual procedeu logo o seu comandante, o 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa. Que êle declarante foi igualmente a bordo da dita embarcação que acharam totalmente abandonada da sua tripulação, as escotilhas abertas, a câmara cheia d'água. Que o escaler da escuna andou o resto do dia conduzindo para bordo a carga que se pôde salvar. Que de terra veio uma lancha com gente que disseram pertencer àquela embarcação que era o brigue napolitano *Brillante* e pedindo-se-lhe que ajudassem com a sua lancha a salvar mais carga, a isto se recusaram e voltaram para terra, levando alguns caixões. Que ao anoitecer, havendo refrescado muito o vento, o comandante mandou prosseguir a nossa viagem para esta cidade, aonde à nossa chegada descarregámos para a Alfândega tudo quanto se havia

.....
juramento que o subscrevi e assinei, Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires, a 4 de junho de 1830.

(aa) José Agostinho Barbosa Júnior
Cônsul Geral

José Félix dos Santos

9.^a TESTEMUNHA

Manoel Nepomuceno Pereira, cabo de esquadra da brigada da Marinha Imperial, solteiro, natural de Minas Gerais, deferindo-lhe o juramento aos Santos Evangelhos para dizer a verdade, disse: Que vindo de Montevideu para esta cidade, embarcado a bordo da escuna *Rio da Prata*, encontraram, no dia 18 de fevereiro do corrente ano, uma embarcação encalhada ao pé da Ponta da Atalaia, a bordo da qual foi o seu comandante, o 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa, com o seu imediato, o tenente Francisco Manoel Barroso da Silva. Que éle declarante foi igualmente a bordo e encontraram a embarcação totalmente abandonada pela sua tripulação, que o comandante deu imediatamente ordem para se salvar a carga que pudessem, no que.....

.....

da escuna. Que encontraram as escotilhas abertas e a câmara cheia d'água. Que, pela tarde, veio de terra uma lancha com gente que disseram pertencer aquella embarcação, a qual era o brigue napolitano *Brilhante*; que pedindo-se-lhe a sua lancha para ajudarem a salvar mais carga a isto se negaram e carregando alguns caixões voltaram para terra. À nossa chegada a esta cidade desembarcámos tôda a carga salva da para a Alfândega. Em fé do que lhe tomei o seu juramento que subscrevi e assinei, Eu José Agostinho Barbosa Júnior, Cônsul Geral do Brasil em Buenos Aires, a 4 de junho de 1830.

(aa) *José Agostinho Barbosa Júnior*

Cônsul Geral

Manoel Nepomuceno Pereira

Hei por justificado o deduzido no requerimento; dê-se ao justificante para os fins que lhe convenha. Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires, a 8 de junho de 1830.

(a) *José Agostinho Barbosa Júnior*

✶

A Regência Provisória, em nome do Imperador, a quem foi presente o seu offício de 14 dêste mês, aceitando o generoso oferecimento, que Vm.^ê, com os officiais, e mais praças, que pertenceram a escuna *Rio da Prata* fazem do valor da parte da carga do bergantim napolitano *Brilhante*, salva da na dita escuna, e que importa na quantia de

novecentos e sessenta e sete pesos, um real, e quartilho; Manda agradecer êste testemunho do seti patriotismo, prevenindo-os de que ao Ministro da Justiça se incumbe o recebimento e aplicação da mencionada quantia.

Deus guarde a Vincc. Paço em 18 de maio de 1831.

(a) *José Manoel d'Almeida*

N.º 2746

Pg. quarenta N. do Sêlo

R.º 28 de agôsto de 1834.

(a) *Oliveira*

Sr. Joaquim Marques Lisboa



XVII

PARTE EM EMBARCAÇÕES APRESADAS

PETIÇÃO

Senhor:

Diz o capitão de fragata J. M. L. que tendo servido no Rio da Prata durante o tempo da guerra com a República Argentina, desde dezembro de 1825 até outubro de 1828, teve parte em muitas embarcações apresadas tanto à dita República, por inimigas, como às nações neutras, por infração do bloqueio; e como para a todo o tempo o sup.^{te} poder reclamar o pagamento que lhe deve fazer o Govêrno da parte que em tais prêsas tem, seja mister ao sup.^{te} reclamar do Govêrno seu direito antes de que finde o corrente ano: o Sup.^{te} vem submissamente reclamar de V. M. I. que por efeito de sua alta munificência se sirva mandar pagar-lhe a parte como comandante da escuna *Bela Maria*, uma no patacho *Jamúria*, passada em combate, denominando-se então *Oito de Fevereiro*, brigue mercante N. — *S. Miguel Constante*, patacho *Sol Dourado*, sumaca *Protetora*, represadas pela dita escuna, a *Grenfell* e brigue *Constança*, na baía de S. Borombom, tentando entrar o rio Salado. Como comandante da escuna, reclamo a parte que, como comandante em vista, lhe cabe do brigue-escuna inimigo *Felis*, apresado pelo brigue *Caboclo* nas imediações do Cabo de Sto. Antônio. Como comandante da escuna *Rio da Prata*, reclamo a parte que na corveta inimiga *General Dorrego*, destruída em combate pela corveta *Bertioga*, e sôbre a qual o Sup.^{te} também descarregou duas vezes a artilharia e mosquetaria da dita escuna. Como oficial da fragata *Niterói*, barca *Leal Paulistana*, corveta

Maceió; o Sup.^{te} reclama a parte que lhe cabe nas embarcações neutras que tentando violar o bloqueio, foram apresadas por nossa esquadra; e pôsto que não se lembre do nome de tôdas as prêsas que em tais circunstâncias se fizeram e a que tem jus, faz esta reclamação em geral para valer como se mencionasse cada uma delas em particular.



XIX

VIAGENS DA ESCUNA "RIO DA PRATA"

Relação dos dias das entradas e saídas (desde 19 de maio de 1829 até 23 de abril de 1831) da escuna nacional imperial *Rio da Prata*, dos portos em que esteve:

1829	Dias	Saídas	1829	Dias	Entradas
Maio	23	Do Rio de Janeiro	"	23	Em Santos
"	28	De Santos	Junho	6	Em S. Catarina
Junho	25	De S. Catarina	"	18	Em Montevideu
"	18	De Montevideu	"	28	Em Buenos Aires
Julho	23	De Buenos Aires	Julho	25	Em Montevideu
Agosto	4	De Montevideu	Agosto	6	Em Buenos Aires
"	27	De Buenos Aires	"	31	Em Montevideu
Setembro	24	De Montevideu	Setembro	25	Em Buenos Aires
Outubro	8	De Buenos Aires	Outubro	9	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
"	10	De C. ^a do Sacr. ^{to}	"	10	Em Buenos Aires
"	17	De Buenos Aires	"	17	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
"	17	Da C. ^a do Sacr. ^{to}	"	18	Em Montevideu
Novembro	8	De Montevideu	Novembro	10	Em Buenos Aires
"	19	De Buenos Aires	"	21	Em Montevideu
"	30	De Montevideu	Dezembro	2	Em Buenos Aires
Dezembro	14	De Buenos Aires	"	16	Em Montevideu
"	24	De Montevideu	"	25	Em Buenos Aires
1830	Dias		1830	Dias	
Janeiro	4	De Buenos Aires	Janeiro	5	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
"	15	Da C. ^a do Sacr. ^{to}	"	15	Em Buenos Aires
"	22	De Buenos Aires	"	23	Em Montevideu
Fevereiro	16	De Montevideu	Fevereiro	19	Em Buenos Aires

1830	Dias	Saídas	1830	Dias	Entradas
Março	8	De Buenos Aires	Março	9	Em Montevideu
"	31	De Montevideu	Abril	2	Em Buenos Aires
Abril	6	De Buenos Aires	"	6	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
"	12	Da C. ^a do Sacr. ^{to}	"	13	Em Buenos Aires
"	14	De Buenos Aires	"	15	Em Montevideu
"	16	De Montevideu	"	18	Em Buenos Aires
"	21	De Buenos Aires	"	24	Em Montevideu
Maio	25	De Montevideu	Maio	27	Em Buenos Aires
Junho	8	De Buenos Aires	Junho	12	Em Montevideu
Julho	3	De Montevideu	Julho	4	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
"	6	Da C. ^a do Sacr. ^{to}	"	6	Em Buenos Aires
"	10	De Buenos Aires	"	11	Em Montevideu
"	16	De Montevideu	"	21	Em S. Catarina
Agosto	3	De S. Catarina	Agosto	14	Em Montevideu
Setembro	9	De Montevideu	Setembro	10	Fundeadado a encher a aguada na Ponta de Jesus Maria.
"	10	Da Ponta de Jesus Maria andando a vela nos dias 11, 12, 13, 14 e 15, para exercitar a guarnição.	"	16	Em Montevideu
"	25	De Montevideu	"	26	Em Buenos Aires
Outubro	4	De Buenos Aires	Outubro	7	Em Montevideu
"	11	De Montevideu	"	24	Em S. Catarina
Novembro	19	De S. Catarina	Novembro	27	Em Montevideu
Dezembro	26	De Montevideu a encher a aguada.	Dezembro	28	Em Montevideu
1831	Dias		1831	Dias	
Janeiro	4	De Montevideu	Janeiro	5	Em Buenos Aires
"	28	De Buenos Aires	"	29	Em C. ^a do Sacr. ^{to}
Fevereiro	2	Da C. ^a do Sacr. ^{to}	Fevereiro	5	Em Montevideu
"	10	De Montevideu	"	11	Em Buenos Aires
Abril	3	De Buenos Aires	Abril	5	Em Montevideu
"	9	De Montevideu	"	23	No Rio de Janeiro



LOUVOR

Cópia

N.º 28

Ilmo. é Exmo. Sr. — Tendo levado ao conhecimento da Regência, em nome do Imperador, os dois officios datados de 18 do mês próximo findo, em que os capitães-tênente Antônio Pedro de Carvalho e Agnelo Petra de Bittencourt, participam tanto as desordens que aí tiveram lugar desde a noite de 14 até a manhã de 16 do dito mês, como o denodado valor e patriotismo, que os officiaes e guarnições da escuna *Rio da Prata* e o brigue-barca *Pirajá*, ostentaram em tão arriscado lanço, cooperando para o restabelecimento da ordem e pública tranquillidade: há a mesma Regência por bem que V. Excia. louve em seu nome aos referidos officiaes e guarnições pelo brioso comportamento que tiveram e continuaram a ter, como é de esperar de sua reconhecida fidelidade e constante adesão ao govêrno legal.

Deus guarde a V. Excia. Palácio do Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1832. — *Joaquim José Rodrigues Tôrres*. — Sr. Presidente da Província de Pernambuco. Cumpra-se e registre-se. Palácio do Govêrno de Pernambuco, 14 de junho de 1832. — *Pais de Andrade*. — Conforme. *Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo*. Secretário do govêrno.

Está conforme. Bordo do brigue-barca *Vinte e Nove de Agôsto*, em 4 de agôsto de 1832.

(a) *Pedro da Cunha*
Comandante

Nota — O 1.º tenente Joaquim Marques Lisboa comandava então a escuna *Rio da Prata*.

Transcrito a V. S. por cópia o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, no qual a Regência em nome do Imperador Louva os oficiais e guarnições do brigue-barca *Pirajá* e escuna *Rio da Prata*, pelo brioso comportamento que tiveram e continuarão a ter, como é de esperar de sua reconhecida fidelidade, para que recebendo V. S. a grande e bem merecida parte que lhe toca, faça constar a todos os seus subordinados.

Deus Guarde a V. S. Bordo do brigue-barca *Vinte Nove de Agosto*, em 4 de agosto de 1832.

(a) *Pedro da Cunha*
Comandante

Ilmo Sr. Joaquim Marques Lisboa
1.º tenente e comandante



XXI

COMANDANTES E OFICIAIS DE NAVIOS

1825-1826

- Agosto, 13 — Fragata *Thetis* — Frederico Mariath — NB.
Rendeu ao capitão de fragata Matheus Welch, que foi para a fragata *Paraguassú*, comandada pelo capitão de fragata João Batista Lourenço, para, na falta do almirante Rodrigo Pinto Guedes, substituí-lo no comando da esquadra que saía a cruzar em procura da esquadra do Chile.
- Agosto, 14 — Corveta *Liberal* — Comandante, capitão-tenente F. de B. Salema Garção. Oficiais: 1.º tenente Joaquim Agostinho Pecurário, Manoel F. da Costa Pereira, Antônio Conrado Sabino.
Escrivão — Conrado
Cirurgião — Vieira
- Agosto, 15 — *Itaparica* — Comandante, capitão-tenente J. W. da Silva Wandeck. Oficiais: 1.º tenente João Batista de Souza, 2.º tenente Isidoro Antônio Néri, guardamarinha Adolfo Tupper Esteves da Silva.
Comissário — João Pinto Drumond
Escrivão — W. Cassemiro Braga
Cirurgião — Bento José da Silva
- Agosto, 16 — *Maceió* — Comandante, capitão-tenente Antônio J. de Carvalho. Imediato, 1.º tenente Pedro da Cunha. Oficial, 1.º tenente A. Pedro de Carvalho Wilson.
Comissário — João Antônio do Amorim
Escrivão —

Cirurgião — Costa

Capitão de fragata Joaquim de Santana

Guarda-Marinha Henrique M. de M. e Vale.

Agosto, 17 — *Juruçuba*.

Agosto, 19 — Brigue *Maranhão* — Comandante James Anderson.

Agosto, 20 — *Pirajá* — William Carter.

Agosto, 21 — 29 de Agosto — Comandante 1.º tenente Glidam, que faleceu no combate de 23 de março de 1826, sendo substituído pelo 1.º tenente João Evangelista de Araújo Pitada até o combate de 25 de maio de 1826. Substituído pelo 1.º tenente Rafael José de Carvalho, que faleceu no combate de 9, da Ensenada, e foi substituído, interinamente, pelo 2.º tenente Joaquim da Silva Medela e depois pelo capitão-tenente José Joaquim Raposo, e este pelo 1.º tenente José Lamego Costa. Oficiais: 2.º tenente Francisco José Cardoso, Moroni, Guimarães, Jejuino Lamego Costa.

Comissário —

Escrivão — João Batista Ferreira.

Agosto, 22 — *Caboclo* — Comandante, 2.º tenente Francisco Fries de Carvalho, até o combate de 9 de fevereiro de 1826. Depois, por J. P. Greenfell, até 3 de setembro, substituído pelo 1.º tenente James Williams que o foi pelo 1.º tenente Inglis.

Comissário — Marques

Escrivão — Chaves.

Agosto, 23 — *Rio da Prata* — Comandante, 2.º tenente José Lamego Costa.

Agosto, 24 — *Real Pedro* — Frederico Mariath — 2.º tenente Caetano Alves de Souza.

Agosto, 25 — *Real João* — Comandante, 1.º tenente Rafael José de Carvalho — 2.º tenente Rodrigo José Ferreira, João Henrique de Carvalho e Melo.
Comissário — Sabino (1.º oficial).

Agosto, 27 — *Patacho Januária* — Comandante, 1.º tenente Francisco Antônio dos Santos Lopes.

- Agosto, 28 — *Pará* — Comandante, 1.º tenente França.
- Agosto, 29 — *Escuna Maria Teresa* — Comandante, 1.º tenente Mansen, 2.º tenente Vidal, Voluntário Francisco Xavier d'Alcântara, guarda-marinha Francisco Manoel Barroso da Silva.
Escrivão — Areias.
- Agosto, 30 — *Liberdade do Sul* — Comandante, 1.º tenente João Francisco Régis.
- Agosto, 31 — *1.º de Dezembro* — Comandante, 1.º tenente João Evangelista de Araújo Pitada.
Providência — Comandante, 1.º tenente Augusto Wenceslau da Silva Lisboa.
- Setembro, 1 — *Conceição* — Comandante, 2.º tenente.
- Setembro, 2 — *D. Paula* — Comandante, 2.º tenente Manoel Francisco da Costa Pereira.
- Setembro, 3 — *7 de Março* — Comandante, 1.º tenente Francisco de Paulo Osório.
- Setembro, 4 — *D. Alvaro de Castro* — Comandante, capitão-tenente Jacinto Roque de Sena Pereira.
- Setembro, 5 — *Canhoneira Leal Paulistana* — Comandante Antônio Carlos Ferreira — Oficial, 2.º tenente Joaquim Marques Lisboa.
- Setembro, 6 — *Cotunduba* — Comandante, 1.º tenente Pires.
- Setembro, 7 — *Brocoió* — Comandante, alferes Antônio Maximiliano de Castro.



XXII

ATESTADO DE SENA PEREIRA

Pode atestar

PALÁCIO DO RIO DE JANEIRO, EM 20 DE MAIO DE 1831

(a) Almeida

Ilmo. e Exmo. Sr.

Em observância do despacho supra atesto que o suplicante é no meu conceito um dos oficiais da Armada Brasileira que pela sua conduta civil merece grandes elogios e igualmente pela militar, porque nesta em todo o tempo que serviu debaixo de minhas ordens fêz tôdas as eficazes diligências para desempenhar deveres que lhe são inerentes. Sendo verdade que não só serviu sempre sem práctico, mas que até o recusou quando eu lho mandei pelo não precisar; e é no meu conceito um dos melhores oficiais prácticos do Rio da Prata, da entrada do pôrto de Buenos Aires, o que eu pessoalmente reconheci quando por vezes ia a seu bordo e com êle reconheci e sondei aquela entrada e pôrto, Julgo-o por todos os títulos mui digno de tôda a consideração e aproveitamento. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1831.

(a) Jacinto Roque de Sena Pereira
Capitão de mar e guerra

Diz Joaquim Marques Lisboa, 1.º tenente da A.N.I., que êle suplicante precisa, para bem da sua justiça, que o capitão de mar e guerra Jacinto Roque de Sena Pereira ateste qual foi o comportamento civil e militar do suplicante durante o tempo em que, debaixo de suas ordens, serviu no Rio da Prata, commandando a escuna *Rio da Prata*; assim como se é verdade que o suplicante sempre navegou no dito rio sem práctico, e como navegou; e como êle não o possa fazer sem licença de V. Excia. o suplicante

P. a V. Excia. haja de lhã conceder.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1831.

E. R. M.ª

(a) Joaquim Marques Lisboa
1.º tenente



XXIII

PAPÉIS DIVERSOS

1831

PROMOÇÕES DE MILITARES

A Assembléia Geral Legislativa decretou, após a abdicação do Imperador Pedro 1.º, a proibição de promoções na classe militar, com intuito de diminuir a influência e tirar a preponderância da Classe militar na política e direção do govêrno do país. O Exército tinha sido quase de todo extinto, e a Marinha mantinha-se pela necessidade de conservar ativo cruzeiro contra o comércio de escravos para evitar os desacatos dos cruzadores ingleses.



DISPENSA DO COMANDO DA ESCUNA RIO DA PRATA

A Regência, em nome do Imperador, reconhecendo os bons serviços por Vossa Mercê prestados, os atendíveis motivos que alegara em sua representação de 20 do mês findo; há por bem dispensá-lo do comando da escuna *Rio da Prata*, tendo em consequência mandado nomear para substituir no dito comando ao segundo tenente Joaquim Sabino da Silva, o que participo a Vossa Mercê para sua inteligência, prevenindo-o de que nesta mesma data se faz disto comunicação ao Presidente dessa Província.

Deus guarde a Vossa Mercê. Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1833.

(a) *Joaquim José Rodrigues Tôrres*

Sr. Joaquim Marques Lisboa
1.º Tenente da Armada Nacional Imperial.



PROCEDIMENTO PATRIÓTICO

Tenho em mãos o officio que Vm.^{ca} me dirigiu em data de nove do corrente, respondendo ao que lhe dirigi em 7 dêste mês. Ciente de quanto expende, cumpre-me louvar a Vm.^{ca} o patriótico procedimento que, com a sua ficada nesse pôrto, acaba de patentear a prol da causa pública, e o officio que Vm.^{ca} encaminhou ao Exmo. Presidente dessa Província, debaixo de cujas ordens está, como me participa, bem mostra o quanto é capaz de desempenhar a comissão de que está encarregado, remediando aquilo que a autoridade, pela mor distância e afazeres, não pode de momento providenciar. É quanto tenho a dizer a Vm.^{ca} em resposta ao referido officio.

Deus Guarde a Vm.^{ca}.

Quartel do Comando das Armas de Pernambuco, em Água Prêsa, 12 de março de 1833.

(a) *Joaquim José da Silva Santiago*
C. das Ar.

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa,
Comandante da Escuna *Rio da Prata*,
surta em Barra Grande.



OFÍCIO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

Remeto a Vm.^{ca}, para sua intelligência, o Aviso da cópia inclusa, expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, pelo qual a Regência, em nome do Imperador, houve por bem dispensá-lo do comando da escuna *Rio da Prata*, o qual Vm.^{ca} entregará ao 2.º tenente Joaquim Sabino da Silva, para êsse fim nomeado; e que fica a partir para êsse pôrto.

Por essa ocasião não posso deixar de louvar a Vm.^{ca} pelos bons serviços prestados a essa Província, durante o tempo em que nela tem estado; por cujo motivo se torna cada vez mais digno da confiança do governo, e da estima de seus concidadãos.

Deus Guarde a Vm.^{ca} Palácio do Govêrno de Pernambuco, 28 de março de 1833.

(a) *Manoel Zeferino dos Santos*
Testemunho verdadeiro assinado supra.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1834.

(a) *Joaquim Alves de Castro*

Sr. Joaquim Marques Lisboa,
1.^o tenente Comandante da
escuna *Rio da Prata*.



ATESTADO DO INTENDENTE DA MARINHA (PERNAMBUCO)

Atesto, sob minha palavra de honra que, sendo eu Intendente da Marinha da Província de Pernambuco, entrara para dentro do Mosqueiro a escuna de guerra *Rio da Prata*, na manhã do dia 16 de setembro, de 1831, comandada pelo Sr. Joaquim Marques Lisboa, 1.^o tenente da Armada; e logo ao fundear, não só começou a receber presos, como a dar auxílio de armamento e munições de guerra para ajudar a concluir a revolução das tropas da guarnição da cidade, o que de fato se efetuou pelas 3 horas da tarde: nesta crise prestou, além disso, grandes serviços com sua guarda e auxílio, sendo para isso coadjuvado com a maioria dos navios mercantes e tropa de milícias que eu lhes mandei, por ordem do Exmo. Presidente Pinheiro, de quem recebi ordem não só para isso, mas até para enviar para seu bordo e do paquete *Feliz* marinheiros estrangeiros que os seus respectivos cônsules ofereceram ao govêrno, sendo tanto os que estiveram na escuna, como os que estiveram no paquete fornecidos para bordo. Na revolução principiada na noite do dia 14 de abril de 1832, achando-se igualmente essa escuna dentro do pôrto, prestou êste benemérito

oficial os mais relevantes serviços; e, sendo eu incumbido pelo Exmo. Presidente Paes de Andrade de dirigir tôdas operações de Marinha, fiz reforçar a guarnição desta escuna com uma porção de soldados, batendo-se contra os rebeldês, que tinham uma bateria de 6 peças, recebeu um extraordinário dano em seu costado, aparêlho, vergame, e maior parte do carretame, de tal forma que, na manhã do dia 16, não pôde servir a escuna; e passando-se de noite o resto do carretame, que ainda se achava em estado de trabalhar, para bordo de uma barça que estava próxima, arranjando nesta uma trincheira com sacos de algodão, foi que se concluiu o combate, coadjuvado por um brigue mercante, que igualmente estava próximo, para onde mandou o seu imediato com gente e munições, servindo-se da artilharia que aqui se tinha.

Sendo mandada esta escuna para socorrer a Província do Ceará, foi por ordem do govêrno aumentada com mais de dez praças, indo municada de tudo quanto era preciso para desempenhar uma comissão em uma Província onde não ia encontrar recurso algum. Quanto à economia da escuna de seu comando, devo em verdade expender que, durante o tempo que servi naquela província, foi um daqueles comandantes que menos exigências me fêz. Sua conduta tanto civil, como militar, me mereceu tanta consideração que na minha retirada eu, a bem do serviço e tranquilidade, informei ao govêrno da Província, que a estada dêste comandante era a mais interessante, o que sua conduta pública melhor o comprova. Bahia, 1.º de julho de 1834.

(a) *Antônio Pedro de Carvalho*
Capitão-tenente e Intendente de Marinha

Reconheço verdadeira a assinatura supra.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1834.

Em testemunho, sinal de verdade,

(a) *Joaquim José de Castro*



XXIV

PÁGINAS DE F. J. PEREIRA LEAL

CORREÇÕES E AMPLIAÇÕES AO QUE SÔBRE A REVOLUÇÃO QUE ARREBENTOU NA CIDADE DO PARÁ, EM JANEIRO DE 1835, PUBLICOU O CONSELHEIRO JOÃO MANOEL PEREIRA DA SILVA, EM SUA HISTÓRIA DO BRASIL DE 1831 A 1840.

Bahia, 10 de maio de 1879.

Ilm. Exm. Sr.

Quando me decidi a ocupar os meus lazeres com a leitura do livro que o erudito Conselheiro João Manoel Pereira da Silva fez publicar sob o título de *História do Brasil de 1831 a 1840* foram os meus únicos objetos buscar um lenitivo para o meu espírito e recordar-me das, para outros, já quase esquecidas desgraças, que flagelaram o Pará naquela calamitosa época.

Reconhecendo que o livro do notável escritor brasileiro se acha, no que é relativo àquela província, inçado de erros de datas e de verdade histórica, projetei, como V. Ex. sabe, fazer-lhe as correções que me fôsem sugeridas pela minha memória, que tenho a vaidade de ainda crer-me fiel.

Ao encetar, porém, essa bem espinhosa tarefa, observei que essa parte do livro de S. Ex., além de errônea, é omissa na narração de sucessos, que considero de interêsse para a história; que cala os nomes de mui distintos oficiais que com

tanto ardor e entusiasmo se esforçaram pela integridade do Império e pela estabilidade do Trono do nosso Soberano; e que deixa pairar sobre as venerandas cinzas dos beneméritos generais Manoel Jorge Rodrigues e Francisco José de Souza Soares d'Andréa vislumbres de inéritas censuras; então, e sobrepujando o meu acanhamento de escrever para o público, supus que cumpria um patriótico dever alinhavando o incluso impresso que submeto às correções que V. Ex. tiver a bem fazer-lhe, não quanto a sua péssima redação, mas sim quanto à exatidão das datas e dos fatos e quanto aos louvores e vitupérios dados a quem quer que seja.

V. Ex., que comigo marchou para o Pará em 1835; V. Ex., a cujas imediatas ordens por algum tempo tive a glória de servir; V. Ex. que comigo regressou à Corte para restabelecermos as nossas saúdes gravemente alteradas por quase três anos de penosa campanha, de privações e até de misérias; V. Ex., que sempre me tem honrado com infinitas demonstrações de amizade e confiança, é, por sem dúvida, a pessoa mais competente para julgar da verdade da minha desordenada narração e para com a sua franca, sincera e reconhecidamente autorizada opinião, fazer-me conhecer as omissões, os acontecimentos e as datas em que claudicou a minha reminiscência de fatos consumados há mais de quarenta e dois anos.

Se V. Ex., como espero, escutar esta minha súplica, e se dignar indicar-me as correções que devem ser feitas nesta minha obscura mas bem intencionada lucubração, terá na minha dócil obediência mais uma prova da gratidão daquele que se preza e honra ser

De V. Ex.

Ilm. Exm. Sr. almirante Visconde de Tamandaré, Grão Cruz efetivo da Ordem da Rosa, da de S. Bento d'Aviz e da de Francisco José, Dignitário da do Cruzeiro, Comendador da de Tôrre Espada, condecorado com a medalha da Guerra da Independência, Conselheiro de

Guerra, Gentil-Homem e Ajudante de Campo de S. M.
o Imperador do Brasil.

O mais afetuoso e mais dedicado amigo

Felipe José Pereira Leal ()*



CORREÇÕES E AMPLIAÇÕES AO QUE SÔBRE A REVOLUÇÃO QUE ARREBENTOU NA CIDADE DO PARÁ, EM 7 DE JANEIRO DE 1835, PUBLICOU O CONSELHEIRO JOÃO MANOEL PEREIRA DA SILVA, NA SUA HISTÓRIA DO BRASIL DE 1831 A 1840.

Desejoso de encontrar um lenitivo para o meu espírito abatido pela idade e pela doença, e supondo que o poderia achar na comparação da nossa atualidade política com as minhas tristes recordações das mal conhecidas calamidades, que flagelaram a Província do Pará em consequência das funestas Administrações dos Presidentes José Joaquim Machado d'Oliveira e Manoel de Souza Lobo, recorri ao livro que o Conselheiro João Manoel Pereira da Silva fez publicar sob o título de *História do Brasil de 1831 a 1840*.

O laconismo com que S. Ex. menciona a *horrível carnificina* (de que fui testemunha e contra a qual tomei a modesta, mas muito ativa parte que me coube como segundo tenente embarcado na corveta *Sete de Abril*) executada com o consentimento, senão por antecipada autorização do Presidente Machado d'Oliveira e do Comandante das Armas Antônio Correia Seara em 16 de abril de 1833, e sem mais motivo que obstar a posse do Dr. José Mariani e do tenente coronel Inácio Correia de Vasconcelos, nomeados para suceder-lhes; o silêncio

(*) FELIPE JOSÉ PEREIRA LEAL — Distinto diplomata, ex-oficial da Armada Brasileira (de 1827 a 1843, quando capitão-tenente). Secretário de Legação. Encarregado de Negócios nos Estados Unidos. Presidente da Província do Espírito Santo. Ministro do Brasil sucessivamente no Paraguai, Venezuela, Espanha, Itália, Buenos Aires, Perú.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselheiro de S. M. o Imperador D. Pedro II. Veador da Casa Imperial. Dignitário da Ordem da Rosa. Cavaleiro da Ordem de Aviz e da de Cristo. Grande Oficial da Ordem de S. Maurício. Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e Grande Oficial de S. Lázaro de Itália.

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 27 de abril de 1812. Faleceu em Salvador da Baía a 13 de agosto de 1880.

que S. Ex. guarda sôbre importantíssimos detalhes, e as inexatidões com que, por más informações, narra fatos e cita datas anteriores e posteriores à hecatombe de 7 de janeiro de 1835, na qual foram vítimas o Presidente Souza Lobo, o Comandante das Armas tenente coronel José Joaquim da Silva Santiago, o Comandante da Fôrça Naval capitão de fragata James Inglis e dezenas de pessoas: e por fim a censura que faz à memória de um bom servidor do Estado o marechal do Exército Francisco José de Souza Soares d'Andréa, me induziram a tomar a pena e a dar existência a êste quase protesto a fim de que a nossa história possa fazer justiça e não fique adulterada pelas erradas informações que o Conselheiro Pereira da Silva recebeu e fez estampar no seu livro.

Deixando de ocupar-me do que S. Ex. escreveu sôbre a *horrível carnificina* de 16 de abril de 1833, por isso que dela já, veridicamente, tratou o coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, na sua *Corografia Paraense*, permite-me afirmar que o Presidente Souza Lobo chegou ao Pará em outubro de 1833 e não de 1834 como S. Ex., provavelmente por êrro de imprensa, diz a fôlhas 156 do seu livro, por isso que foi nomeado e partiu do Rio de Janeiro logo que o Govêrno Imperial teve conhecimento dos desgraçados sucessos de 16 de abril de 1833.

Esta correção não é insignificante, porque serve para provar (o que aliás é notório) que o Presidente Souza Lobo nos primeiros meses da sua desatinada administração entreteve estreitas relações políticas e de amizade com o Arcipreste João Batista Gonçalves Campos, a quem só pretendeu mandar prêso para o Rio de Janeiro quando teve ciência de que êste influente e ambicioso Padre se achava na fazenda do coronel Felix Antônio Clemente Malcher, no rio Acará, conspirando para sublevar a Província sob o pretexto de que o Presidente Souza Lobo era o chefe da maçonaria da Província, e de que pretendia abolir a Religião Católica.

Para efetuar a prisão do Arcipreste mandou o Presidente Souza Lobo ao rio Acará uma expedição patrocinada pelo brigue de guerra *Cacique*.

As violências e os excessos praticados por esta expedição, que consta haver chegado ao seu destino depois da morte de Gonçalves Campos, são tantas e tais que envergonhariam a civilização do nosso País e fariam perigar a verdade dos fatos, que se contam: para o nosso caso basta saber-se que pelos agentes da primeira autoridade da Província impunemente foi, entre outros, canhoneado, arrazado e

incendiado o mais valioso estabelecimento do rio Acará, (o engenho de Malcher, que não hostilizou a expedição), e que o seu proprietário, não obstante ser Coronel de Milícias, foi, a título de sucessor ou patrono de Gonçalves Campos, carregado de ferros e encerrado nas prisões da Fortaleza da Barra.

O Presidente Souza Lobo, descuidoso, mal informado ou atraído, julgou que com a morte do Arcipreste e prisão de Malcher, havia aniquilado a conjuração que, por conselho e direção do célebre, inteligente e bravo Padre Casemiro, não tardou em proclamar por seus chefes os dois irmãos Francisco e Antônio Vinagre, e os dois irmãos Eduardo e Geraldo Nogueira Angelim.

Foram estes quatro chefes, que em segredo reuniram as forças que na madrugada de 6 para 7 de janeiro de 1835 e sem serem pressentidos atacaram e se apoderaram da capital da Província do Pará.

Na noite de 6 de janeiro o Presidente Souza Lobo, achando-se no teatro, foi ali informado de que uma grande força revolucionária havia desembarcado em um lugar próximo da cidade e que é chamado *Cacoalinho*, propriedade do coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal.

Duvidando da notícia mandou o primeiro tenente da Armada José Eduardo Wandenkolk e o alferes Afonso de Albuquerque Melo (que com ele estava no teatro) que fossem verificar se tal desembarque se efetuara. Estes oficiais ou por não acertarem com o lugar ou por qualquer outro motivo, regressaram ao teatro e declararam ao Presidente que não haviam encontrado força alguma, nem vestígios de desembarque.

Com esta segurança o Presidente Souza Lobo em vez de recolher-se ao Palácio, onde também habitava o Comandante das Armas, foi para uma casa onde ele costumava passar alegremente algumas noites.

Das 3 para as 4 horas da madrugada as forças desembarcadas no *Cacoalinho* entraram na Cidade, divididas em 4 grupos: o 1.º dirigiu-se para o Palácio, então guardado por seis soldados e um cabo de esquadra; os 2.º e 3.º assaltaram e tomaram o quartel em que se achavam alojadas as poucas praças de linha, que existiam na Capital, praças que, depois de assassinado o oficial de Estado Maior, fraternizaram com os assaltantes e lhes entregaram todo o armamento e munições existentes no quartel; e o 4.º invadiu o edifício em que se achava estabelecida a loja maçônica.

Cabe aqui assegurar que toda a pequena tropa de linha que existia na Capital era composta de Paraenses e não de gente de outras Províncias como diz o Sr. Conselheiro a fl. 157 do seu livro.

O Comandante das Armas, que se havia recolhido ao palácio e que ali dormia, foi acordado pela algazarra que faziam os invasores, e sem ter tido tempo para vestir-se, tratou de escapar a fúria dos amotinados passando por cima da parede que fecha o quintal do edifício; desgraçadamente ao saltar para a rua, com a espada na mão, pôs um dos seus pés descalços sobre um fundo de garrafa, e ficou tão maltratado que impossível lhe foi dar mais um passo.

Nesse lugar e nesse estado foi covarde e infamemente assassinado um dos mais distintos oficiais do nosso exército.

O intrépido Comandante da Fôrça Naval capitão de fragata James Inglis, que havia pernoitado em casa de um seu compatriota, o negociante Campbell, querendo ao romper o dia e antes de recolher-se a bordo do seu navio averiguar por si mesmo a causa do ruído e dos tiros que se ouviam, saiu à rua com direção ao palácio, mas ao chegar em frente a casa que habitava o primeiro Barão de Jaguarary, Ambrósio Pombo, encontrou um magote de revoltosos que, conhecendo-o, lhe fêz uma descarga que o deixou caído e atravessado por muitas balas. Dêsse lugar foi transportado em uma rede para casa do seu amigo Campbell, onde às 7 horas da noite expirou um dos mais bravos oficiais que tem vestido a honrosa farda da Marinha Brasileira.

O Presidente Souza Lobo, informado do bárbaro assassinato dos dignos comandantes das Fôrças de Mar e Terra, da morte do oficial que estava de Estado Maior no Quartel das praças de linha, e da maior parte das pessoas inscritas na loja maçônica, passou-se (pelo quintal) da casa em que pernoitara para a do coronel Geraldo José de Abreu em frente ao Palácio.

O coronel Abreu e sua respeitável família pediram, rogaram e até imploraram ao Presidente que ali se conservasse oculto até poder trasladar-se para um navio de guerra; mas Souza Lobo, julgando que o fato de ocultar-se era menos digno da sua posição, e confiando no prestígio da autoridade que revestia, resolveu deixar a casa do coronel Abreu, e imprudente, senão loucamente, se dirigiu para o Palácio, a cuja entrada recebeu uma descarga, que instantaneamente o matou.

A vista do que deixo escrito, e ainda pode ser confirmado por não poucas testemunhas, se conhecerá a inexatidão do que se lê no

final da página 157 e princípio da 158 da publicação do Conselheiro Pereira da Silva.

Os revoltosos capitaneados pelos irmãos Vinagres e Angelins, surpreenderam e tomaram, sem resistência nem combate, a capital do Pará na madrugada de 7 de janeiro de 1835; assassinaram o Presidente, o Comandante das Armas e o da Força Naval e muitas outras pessoas, mas isoladamente: não incendiaram edifício algum, e só, no Palácio, saquearam os quartos que tinham sido ocupados por Souza Lobo e Santiago.

É, porém, certo que praticaram atos de medonha selvageria, sobre os inanimados restos destas suas duas vítimas, e não é menos verdade que *deixaram os seus, despidos, cadáveres expostos ao ludibrio da plebe desenfreada durante vinte e quatro horas, como restos de animais em putrefação, atirados na praça principal, e que os sepultaram depois e juntos na mesma cova.*

Assim subjugados e aterrados os pacíficos habitantes da Capital do Pará, foi o primeiro cuidado dos revoltosos soltar todos os presos que estavam encerrados nas prisões civis e militares, e instituir, com o covarde e muito culpável concurso da Câmara Municipal e das autoridades civis e militares, um fantasma de governo, cuja Presidência foi conefrida ao coronel Felix Antônio Clemente Malcher, e para cujo Comando das Armas foi nomeado Francisco Pedro Vinagre, com a graduação de tenente coronel da Guarda Nacional.

Exige a verdade da história que se não passe em silêncio a falta de energia de José Eduardo Wandenkolk (comandante da escuna *Bela Maria*), de João Pedro dos Santos Lopes (comandante da corveta *Defensora*), de Antônio Lopes Silva (comandante do brigue *Cacique*), de Francisco de Borja Caianesa (comandante da escuna *Mondurucu*), de José Tomás Sabino (comandante do patacho *Independência*), e de Cristiano Lourenço de Souza (comandante da escuna *Guajará*), para deixarem os esconderijos em que se achavam em terra e apresentarem-se com os seus navios como base de uma reação, que muito provavelmente teria sido bem sucedida, se não houvessem preferido submeter-se aos conselhos e influência do mais timorato capitão de mar e guerra Guilherme Cipriano Ribeiro (inspetor do Arsenal de Marinha) para transigirem (como transigiram) com a revolta e assim evitar-se maior derramamento de sangue.

Bem informado esteve o Conselheiro Pereira da Silva quando, a folhas 158 do seu livro, escreveu, que nem dois meses durou a liga do

improvizado comandante das Armas. Vinagre com o intruso Presidente Malcher; pois que reconhecendo êste que àquele tramava a sua queda e que não se contentaria com depô-lo e prendê-lo, no dia 25 de fevereiro evadiu-se da cidade e se asilou a bordo de um dos nossos navios de guerra, cujo comandante (ainda por sugestão e influência do capitão de mar e guerra Guilherme Cipriano) teve a injustificável debilidade de entregá-lo não para ser passado pelas armas (como se diz a fls. 159 do livro do Conselheiro Pereira da Silva), mas sim para ser, como foi atroz e barbaramente sacrificado em Penacova ou Vale de Caens, sôbre o jazigo em que repousavam, ou repousam, os restos mortais das duzentas e cinquenta e seis vítimas da hecatombe da nefanda noite de 21 para 22 de outubro de 1823 a bordo do navio *Diligente*, ou *Palhão*.

O Presidente da Província do Maranhão, Antônio Pedro da Costa Ferreira (depois Senador e Barão de Pindaré), informado por José Eduardo Wandenkolk, que do Pará tinha partido com comunicações para o Governo Imperial, da feroz anarquia que dominava na Capital do Pará e que já se estendia por uma grande parte da Província, para ali mandou a fragata *Imperatriz* comandada pelo capitão-tenente Pedro da Cunha, que não hesitou em contemporizar com Vinagre.

Êste, porém, ou porque temesse uma reação protegida pela Marinha, ou porque a presença da esquadra pusesse peias ao seu selvagem despotismo, ordenou que os navios de guerra deixassem o ancoradouro da Capital e fôssem fundear junto à Ponta do Pinheiro, além da fortaleza da Barra.

O Comandante Pedro da Cunha, que era o mais graduado e então figurava como Chefe da Fôrça Naval, resistiu a semelhante intimação: Vinagre, para ser obedecido, mandou que a fortaleza, chamada *Castelo*, rompesse fogo de artilharia e fuzilaria sôbre os navios de guerra, que responderam com alguns tiros sôbre a fortaleza agressora.

Mais uma vez os conselhos e influência do capitão de mar e guerra Guilherme Cipriano Ribeiro, agora secundado pelo seu genro, o primeiro tenente Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, que havia substituído José Eduardo Wandenkolk no comando da escuna *Bela Maria*, conseguiram que a nossa Marinha abandonasse o pôrto da Capital e fôsse ancorar junto à pequena ilha de Tatuóca.

O Governo Imperial logo que, por via dos Estados Unidos e Lisboa, teve conhecimento dos desgraçadíssimos sucessos de Janeiro

de 1835, nomeou o bravo marechal de campo Manoel Jorge Rodrigues (depois Barão de Taquarí) para Presidente e Comandante das Armas do Pará; e deu-lhe como única força para pacificar e administrar aquela vastíssima Província (de que ainda fazia parte a do Amazonas) por parte da Marinha, sob as ordens do Chefe de Divisão João Taylor, a fragata *Campista* (comandada pelo capitão de fragata Eyre) a corveta *Regeneração* (comandada pelo capitão de fragata José Joaquim Raposo) a escuna *Rio da Prata* (comandada pelo primeiro tenente Antônio Leocádio do Couto) e o patacho *Patagônia* (comandado pelo segundo tenente Benjamin Carneiro de Campos): neste patacho, que servia de paquete iam de passagem o capitão-tenente Luiz Antônio da Silva Beltrão (nomeado inspetor do Arsenal de Marinha), o primeiro tenente Joaquim Marques Lisboa, atual almirante Visconde de Tamandaré (nomeado para comandar o brigue *Cacique*), o primeiro tenente Antônio Firmo Coelho (nomeado para comandar a escuna *Bela Maria* e os segundos tenentes Gabriel Ferreira da Cruz, Carlos Augusto da Rocha Freire, José Maria Rodrigues, Felipe José Pereira Leal e Hermenegildo da Cunha Ribeiro Feijó, nomeados para servir como conviesse ao serviço: e por parte do Exército acompanhavam o general Presidente, a bordo da fragata *Campista*, o capitão Jerônimo de Calazans Rodrigues (filho do Presidente), tenente Braga, os alferes Farias e Ribeiro, um sargento e seis soldados, camaradas destes oficiais.

Em fins do mês de maio e com esta única força chegou o general Manuel Jorge à Província do Maranhão, cujo Presidente Antônio Pedro da Costa Ferreira, por ato espontâneo fêz reunir à aparatosa expedição as cento e dezesete praças, que constituíam o 4.º Batalhão de caçadores sob as ordens do major Junqueira.

Com esta força e com os muito desguarnecidos navios de guerra que encontrou fundeados junto à ilha de *Tatuoca*, em dias do mês de junho se apresentou o general Presidente no pôrto da cidade de Belém.

Francisco Pedro Vinagre, provavelmente iludido pelo imponente aspecto de dez navios de guerra (acompanhados de várias embarcações mercantes) em que supôs existirem muitos soldados, se submeteu e não fêz a menor oposição ao desembarque e posse do novo Presidente.

Havendo, porém, reconhecido que a força legal, recémchegada, era, quanto à Marinha ineficaz e, quanto ao Exército insuficiente para impôr a legítima autoridade a uma população desenfreada, e fascinada

pela falsa crença de que todo o Brasil se achava dominado pela maçonaria, de que a expedição formava parte, começou, com os seus sequazes, a forjar uma nova revolução que os pusesse a coberto dos crimes anteriores e lhes permitisse continuar o seu atroz despotismo.

Denunciada a conspiração, o general Presidente ordenou que fôsem presos os seus chefes; mas infelizmente só foi capturado Francisco Pedro Vinagre, que foi recolhido à praça d'armas da corveta *Defensora*.

Constando que alguns dos chefes conspiradores haviam seguido para o território que se estende da Capital para o oceano, mandou o general Presidente que o brigue *Cacique*, comandado pelo primeiro tenente Marques Lisboa, levando consigo as artilhadas lanchas das fragatas *Imperatriz* (comandada pelo segundo tenente Leal) e *Campista* (comandada pelo guarda-marinha, hoje Chefe de Esquadra, Vitório José Barbosa da Lomba) fôsse estacionar na Ponta do Pinheiro (lugar destinado para a reunião dos revoltosos) e apreender tôdas as embarcações miudas que encontrasse naquele ponto e em todo o litoral até a Vila da Vigia, onde, se dizia, um dos chefes fígitivos recrutava gente para atacar a capital.

Enquanto o bravo comandante Marques Lisboa foi no brigue recorrer a costa da Vila de Cólares, e das baías do Sol e de Santo Antônio e as bôcas dos rios que nelas desagüam, ficaram (nas suas respectivas lanchas) o segundo tenente Leal e o guarda-marinha Lomba encarregados de se apoderarem dos muitos batelões e igarités (grandes canoas com fixo tôlido de palha) e canoas menores que se achavam encalhadas no pôrto da Ponta do Pinheiro; esta ordem, porém, só pôde ser executada, como o foi, sofrendo as lanchas e suas guarnições um muito nutrido fogo de fuzilaria feito do mato e de uma grande casa que ali havia e que até então parecia deserta.

Não podendo o brigue *Cacique*, pelo seu grande calado, chegar ao pôrto da Vila da Vigia, situada bastante dentro de um pequeno rio, foi ali mandado o segundo tenente Leal, que nessa grande povoação só encontrou o Vigário (Padre Bentes), mulheres, crianças e (amon-toados na praça da Matriz, em putrefação e devorados por porcos e cães) noventa e três cadáveres dos infelizes que quatro dias antes tinham sido fuzilados por não terem querido acompanhar o bárbaro recrutador (cujo nome se ignora) que por terra havia seguido para a capital levando mais de setecentos homens armados.

Por esta fidelíssima narração dos horrores que a perversidade e o fanatismo cometeram na Vigia conhecerá o Conselheiro Pereira da Silva que naquela Vila não houve combate nem prisioneiros, como S. Ex. diz a fôlhas 159 e 160 do seu livro, e que os desgraçados ali *passados a fio de espada* eram brasileiros que pacífica e muito legalmente se negaram a acompanhar aquele inumano recrutador.

Na noite de 12 de agosto teve o general Presidente denúncia de que durante todo àquele dia havia desembarcado no célebre *Cacoalinho* e nas Pedreiras uma muito considerável fôrça, vinda das vilas de Abaeté, Conde e Beja, das freguezias de Itapemirim, Mojú e Acará, dos rios Capim, Bojarú e Guajará, de varios portos da ilha de Marajó, e de todos os lugares próximos da capital; fôrça de que era comandante em chefe Antônio Vinagre, que pretextava vir libertar seu irmão Francisco martirizado pelos maçons perseguidores e assassinos dos Católicos.

O Presidente, como bom militar, previu que essa fôrça só poderia com vantagem acometer a Capital, vindo pela estrada chamada de Nazaré, e em consequência mandou colocar as poucas praças do chamado 4.º Batalhão na bôca das ruas que saem no Largo da Pólvora; e desembarcar da Esquadra todos os oficiais e marinheiros dispensáveis, com os quais guarneceu o Palácio, reforçou o Arsenal de Guerra e estabeleceu diversos pontos militares.

Ao clarear o lúgubre dia 13 de agosto (e não 15 de outubro, como diz o Conselheiro Pereira da Silva na pág. 160 da sua publicação) no Campo da Pólvora se travou a luta, de que foi primeira vítima Antônio Vinagre, imediatamente substituído por Eduardo Francisco Nogueira Angelim. O inegável valor dêste novo chefe e dos seus muitos soldados fanatizados pelo mau clero paraense, conseguiu bater a fôrça que se lhe opunha, apoderar-se de todo o bairro chamado *Campinas*, guarnecer o Convento de Santo Antônio, a Igreja de Sant'Ana, o teatro e todos os edifícios que naquele bairro podiam ser convertidos em pontos de defesa e ataque. Além disto fêz ocupar tôdas as casas, que na margem do rio medeiam entre o Convento de Santo Antônio e das Mercês (exclusivamente) em que estava o Arsenal de Guerra e Alfândega.

Para narrar as peripécias da muito encarniçada luta de que foi testemunha e vítima a Capital da Província do Pará, desde a manhã de 13 até a noite de 22 de agosto de 1835, seria necessário escrever

volumosos livros e ter então o privilégio da ubiquidade. Carecendo de conhecimentos para a primeira empresa, e faltando-me documentos e companheiros para consultar, limito-me a referir aqueles fatos em que tomei parte, e os que, segundo minhas recordações, me parecerem dignos de ser consignados pela verdade histórica.

No seu regresso da Vigia coube ao segundo tenente Leal a inolvidável honra de ser destinado para com a guarnição da lancha do seu comando (vinte dois marinheiros do brigue *Cacique*) e cento e trinta paisanos, defender o Arsenal de Guerra, que se não era o ponto mais importante, era o mais perigoso e o mais cobiçado: era o mais perigoso por se achar este edifício na estreita rua do Açougue, cujas casas em frente já estavam possuídas pelos rebeldes, e ser dominado pelas torres da Igreja da Sant'Ana e pelo teatro; e era, provavelmente, o mais cobiçado pelo muito material de guerra acumulado (desde o tempo da conquista de Caiena até à presidência do general Manuel Jorge) naquele estabelecimento, onde no começo da luta (13 de agosto) existiam cerca de cinco mil barris de pólvora (que no Pará não tinha outro depósito), mais de duas mil espingardas, e grandíssima quantidade de chumbo em balas, barra e lençol.

É de justiça, que a história não deixe em absoluto esquecimento os esforços e dedicação com que estes cento e cinquenta e dois bravos, durante nove dias e nove noites de incessantes combates e assaltos, conservaram para a legalidade este ponto, que só, na noite de 22 de agosto, abandonaram por ordem superior e depois de haverem consumido, embarcado e destruído todo o material de guerra ali encerrado.

São dignos de serem comemorados os bons serviços que durante os nove dias de combates prestaram:

A corveta *Regeneração* (de que era comandante o capitão de fragata Raposo e Imediato o segundo tenente José Rodrigues Freire Cardoso) dominando a bateria de Santo Antônio, defendendo o Arsenal de Guerra, e inquietando os revoltosos já donos das casas que, na margem do rio, se estendem do Igarapé das Almas até o Fortim.

A fragata *Campista* e corveta *Defensora* (comandadas a primeira pelo primeiro tenente Antônio Leocádio do Couto e a segunda pelo primeiro tenente João Pedro dos Santos Lopes) destinadas a defenderem as praias entre o Fortim e o Pôrto do Salé, a Ponte de Pedra e o Palácio.

A fragata *Imperatriz* (comandada pelo já referido capitão de fragata Eyre, por ter sido prêso o capitão-tenente Pedro da Cunha), dominando o Castelo e impedindo que os revoltosos se apoderassem da Catedral.

As escunas *Rio da Prata* e *Bela Maria* (comandadas a primeira pelo primeiro tenente Antônio Firmo Coelho e a segunda pelo segundo tenente João José Rodrigues) guardando a costa que vai da Catedral ao Convento do Carmo.

E por fim o brigue *Cacique* (comandado pelo primeiro tenente Marques Lisboa) encarregado de defender o Arsenal de Marinha.

Cabe aqui mencionar que entre a fragata *Campista*, e a corveta *Defensora* se achavam fundeadas uma corveta portuguesa outra inglesa e um brigue francês encarregados da defesa dos seus respectivos consulados nas casas da margem do rio.

Para que se conheça o grandioso desta luta de nove dias e nove noites bastará dizer que todo o chumbo que havia na cidade, (depois de consumidos os dois milhões de cartuchos que estavam a bordo da Esquadra), e o que guarnecia a roda da proa dos nossos navios de guerra, o dos seus escovens e embornais, foi convertido em balas de fuzil; e que êstes navios e os três estrangeiros fizeram para terra mais de vinte e dois mil tiros de artilharia.

A história não deve deixar passar em silêncio o heroísmo com que o comandante do brigue *Cacique*, o primeiro tenente Marques Lisboa, foi (com os segundos tenente José Maria Rodrigues e Hermenegildo da Cunha Ribeiro Feijó) nos seus escaleres e salvou não poucas vidas e a avultada quantia de dinheiro que o capitão-tenente Beltrão (inspetor do Arsenal de Marinha) havia abandonado naquele estabelecimento; e a atividade, energia e pericia com que êste digno oficial por ordem do general Manuel Jorge e do chefe de Divisão João Taylor, dirigiu e efetuou o embarque do mesmo general, dos militares e de mais de doze mil pessoas (homens, mulheres e crianças) na lutuosa noite de 22 de agosto de 1835.

Não deve ficar em esquecimento a morte do capitão Jerônimo de Calazans Rodrigues (digno filho do general Presidente) e do primeiro tenente Murph; os graves ferimentos do capitão de fragata Eyre, e do segundo tenente Antônio Veloso; nem a bravura com que o primeiro tenente Antônio Firmo Coelho, os segundos tenentes João Custódio Doudain, Carlos Augusto da Rocha Freire, Joaquim Salomé Ramos de

Azevedo, João José Rodrigues, Fernando José Possolo, os guardas-marinha José Antônio de Siqueira, Fernando Veiga, Vitorio José Barbosa da Lomba, José Ricardo Coelho de Abreu e Antônio Joaquim Santa Bárbara e outros oficiais da Armada, cujos nomes não recordo, cumpriram o dever de sustentar os pontos que lhe haviam sido confiados em terra.

Pela rapidez com que deveu fazer-se o embarque de tantos milhares de pessoas, e pela escuridão da noite em que foi efetuado, impossível foi congregar os membros de cada família para os destinar aos mesmos navios e cuidar de suas bagagens. Assim foi que só depois de alguns dias puderam os maridos e pais reunirem-se às suas mulheres e filhos, e vice-versa, as mulheres e filhos a seus maridos e pais; tendo todos levado por únicos haveres a roupa com que se embarcaram e cobriam seus corpos.

É menos exato o que se acha publicado na página 161 do livro do Conselheiro Pereira da Silva.

Os revoltosos no dia da sua arrancada (13 de agosto) se apoderaram, como fica dito, do Bairro da Campina, e se durante a luta passaram além da sua primeira ocupação deveram-no a vantagem do seu grande número, à pequena quantidade dos defensores da lei, e às torrentes de sangue derramado por uma e outra parte; o embarque dos legalistas (na noite de 22 de agosto) foi feito com tanto silêncio e em tão boa ordem que só na manhã seguinte conheceram os revoltosos que o Palácio e o resto da cidade estavam abandonados; os canhões encravados foram os que estavam montados no Castelo, únicos que obedeciam ao general-presidente e que só podiam servir para hostilizar a retirada da frota.

Se faltam provas para negar que, depois do abandono da capital os revoltosos (como diz S. Ex.) *trataram de um saque em regra; arrombaram todos os edifícios e casas; do roubo passaram a desacatos às poucas famílias que ainda ali se conservavam; ao espancamento de pessoas indefesas seguiram-se atrozes assassinatos* (fatos que desgraçada mas geralmente se dão nas cidades tomadas de assalto e depois de combate pelos povos mais cultos), a verdade tão pouco encontrará documentos, e testemunhas para confirmar que os revoltosos *incendiaram as propriedades mais notáveis, e que mais de duzentos indivíduos e dobrado número de feridos foram trucidados*, porque não haverá quem possa, com verdade, indicar qual foi a notável proprie-

dade que foi então incendiada: e porque há certeza de que na cidade não ficariam duzentos legalistas, homens e mulheres; e porque os feridos durante os nove dias de combate foram imediatamente depois da sua desgraça trasladados para bordo.

Esta última asserção é plenamente corroborada pelo fato de haverem sido na corveta *Regeneração* transportados para o Maranhão quinhentos dos feridos mais gravemente.

Não é certo que *sôlto Francisco Vinagre se declarou restaurado na autoridade de presidente*, porque depois da sua captura em julho não saiu da sua prisão a bordo da corveta *Defensora*: e se Eduardo Nogueira Angelim subiu à categoria de primeiro chefe dos revoltosos deve a sua elevação à morte de Antonio Vinagre e à sua inegável bravura.

A história seria parcial com Eduardo Angelim se o deixasse para sempre conhecido só pelas qualidades que lhe atribui o livro do Conselheiro Pereira da Silva na página 161, isto é, como um *caudilho coberto de crimes e um dos bergantes mais ousados dos revoltosos*.

Eduardo Angelim antes de comprometer-se na revolução contra o Presidente Souza Lobo era um jovem e pacífico habitante do rio Acará que vivia modesta e honradamente da sua indústria de colher goma elástica, e se nela entrou foi alucinado por seus amigos e fanatizado contra a maçonaria pelo arcipreste Gonçalves Campos e mais padres do Pará, que enquanto se achou no poder não deixou impunes as atrocidades de seus sequazes que não tolerou em suas fileiras um só escravo, e que durante a sua longa prisão e depois de anistiado guardou por muitos anos uma conduta tal que convenceu a todos de que havia voltado a ser o que tinha sido no comêço da sua vida.

A história não deve guardar silêncio e ainda menos perdoar os grandes crimes cometidos por Eduardo Angelim, mas também não deve esquecer-se de que êle nem sempre foi um daqueles monstros que vêm e transitam pelo mundo com a exclusiva missão de flagelar a humanidade.

Ao nascer do sol de 23 de agosto todos os navios de guerra e embarcações mercantes grandes e pequenas, nacionais e estrangeiras, deixaram o pôrto da cidade e se dirigiram à pequena ilha da Tatuoca, carregadas de infelizes que, para se alimentarem, só contavam com a ração que o general Manuel Jorge mandou abonar-lhes.

calcula-se (porque foi impossível saber-se com exatidão o número) em duzentas as pessoas que foram vítimas dêste terrível pânico.

No regresso do brigue *Cacique a Tatuóca* foi o seu digno comandante, o bravo primeiro tenente Marques Lisboa, incumbido de transportar para Cametá cerca de mil pessoas (geralmente velhos, mulheres e crianças) e de estacionar e defender (como depois defendeu nos diversos ataques que lhe fizeram os revoltosos) aquela populosa Vila, conservada para a legalidade pela benéfica influência do enérgico Juiz de Paz, o Padre Prudêncio, que por certo foi e é bem credor de louvores e agradecimentos.

Não desejando o comandante Marques Lisboa conservar em ócio os seus oficiais e guarnição e tendo por conveniente impedir e hostilizar as reuniões que os revoltosos das Vilas de Oeiras, Melgaço e Portel começavam a fazer para poderem atacar *Cametá*, resolveu armar, com artilharia e marinheiros do seu navio, um batelão, cujo comando deu ao segundo tenente Leal, a quem encarregou de com cem homens de desembarque assaltar e destruir as trincheiras já estabelecidas nas embocaduras dos rios Coneticu e Curralinho que desaguam na contra costa de Cametá.

Satisfatoriamente cumprida esta comissão, regressou o batelão a Cametá, onde o seu comandante e guarnição passaram para a escuna *Leal Cametaense*, ali recentemente armada, e que foi encarregada de continuar a comissão dada ao batelão (cujo comando tomou o segundo tenente Feijó) e de auxiliar a já atacada povoação dos Breves em que se achava fortificado o bravo tenente coronel da guarda nacional de Portel, Raymundo Joaquim Pantoja, de cuja família os revoltosos haviam assassinado dezenove pessoas (pai, mãe, irmãos, irmãs, mulher, filhos, cunhados e sobrinhos e cujas propriedades tinham sido por eles destruídas e incendiadas.

Rechçados com grande perda os revoltosos e achando-se muito gravemente ferido o intrépido Pantoja, reconheceram as autoridades de Portel e Melgaço, ali reunidas, que seria impossível sustentar-se aquela tão isolada e tão longínqua fortificação sem o auxílio da Escuna *Leal Cametaense* e dos seus cem homens de desembarque: não podendo, porém, o segundo tenente Leal, pela letra e espírito de suas instruções, aceder a êsse pedido, foi-lhe então requerido pelas mesmas autoridades, por Pantoja e por toda a população, que ao menos os comboiasse até Gurupá. Admitido êste alvitre como o mais acertado

para garantir a vida de mais de mil pessoas (principalmente velhos, mulheres e crianças) trataram os próprios moradores de destruir as suas trincheiras e choupanas e de, com os seus penates e sob a proteção da força, sob o comando do segundo tenente Leal, seguir para Gurupá.

Achando-se o segundo tenente Leal nas águas do grande rio Amazonas, cujos habitantes ainda se conservam pacíficos, mas que não tinham notícia da *Tatuoca* nem de Cametá preteriores ao abandono da capital, julgou da última importância subir até Santarém, onde chegou em fins de dezembro, com o fim de animar os comerciantes das Vilas de Boim, Alter do Chão, Franca, Santarém, Alemquer, Monte-Alegre, Outeiro, Arraiolos, Esposinde, Almeirim, Aveiros, Pôrto de Moz e Gurupá, a descerem para Cametá com as suas mercancias e principalmente mantimentos, muito expostos a serem prêsas dos revoltosos.

Não foi um sonho o conceito do segundo tenente Leal, pois que nos primeiros dias de fevereiro e correndo todos os perigos que era de esperar encontrasse no transcurso do labirinto dos canais do Jaburú e Tagipurú e de tão extenso território inimigo conseguiu ter o prazer de apresentar-se em Cametá acompanhado de setenta e duas grandes canoas, vulgarmente chamadas do Sertão, carregadas com mais de duzentas mil arrobas de comestíveis e mercancias de exportação.

Parece ser esta oportunidade de fazer constar que se as comarcas do Baixo e Alto Amazonas se submeteram sem resistência ao despótico e tirânico domínio dos revoltosos deve a responsabilidade de tão tremenda calamidade recair sobre a pusilanimidade do Dr. Joaquim Rodrigues de Souza, Juiz de Direito e Chefe de Polícia do Baixo Amazonas, que, acreditando pouco legal a autoridade de que se achava revestido, e cujo exequatur do Decreto da sua nomeação havia sido assinado pelo intruso Malcher, bandonou Santarém, e que com a sua retirada animou um célebre facinoroso, chamado Saraiva, a apoderar-se daquela populosa Vila e da de Monte-Alegre, onde, depois de uma mentida capitulação trucidou o capitão Mor Nicolau da Gama Lobo e fez assassinar muitas outras pessoas importantes que sustentavam a legalidade e que tinham influência bastante para fazer respeitá-la em todo o Amazonas, se o Dr. Rodrigues de Souza fôsse um homem do caráter e energia do Padre Prudêncio de Cametá.

Nos primeiros dias de janeiro de 1836 deu-se em Alemquer, onde se achava a escuna *Guajará* para comboiar as embarcações conduzindo

gado para Santarém, o horroroso fato de ao mesmo tempo silenciosamente entrarem os revoltosos no recinto da vila, sublevar-se a guarnição daquele pequeno navio de guerra, assassinar o seu comandante, o segundo tenente Cristiano Lourenço de Souza, o Mestre e o Guardião (cujos cadáveres depois de mutilados lançaram ao rio), desembarcar o canhão rodízio, petrechos bélicos, e parêlho, e incendiar o casco.

Nos últimos dias de fevereiro ou nos primeiros de março foi o segundo tenente Leal, na Escuna *Leal Cametaense*, a Tatuóca para receber do Presidente Manoel Jorge instruções e recursos para uma nova expedição que o digno comandante Marques Lisboa, de acôrdo com o Padre Prudêncio, projetava ao Amazonas, que ainda se ignorava estar dominado pelos revoltosos.

Ao chegar a Tatuóca foi o segundo tenente Leal informado pelo General Presidente de que, havendo poucos dias antes recebido de Pernambuco o reforço (o primeiro que lhe foi mandado mais de seis meses depois do abandono da capital) de uma Brigada, a cuja frente se achava o inteligente e ilustrado, mas pouco destemido, Major Joaquim José Luiz de Souza, de seiscentas praças divididas em dois batalhões de trezentas praças, comandados pelos Majores Francisco Sérgio d'Oliveira e Manoel Muniz Tavares, resolvera aproveitar essa força para atacar os revoltosos e destruir as trincheiras com que eles se tinham fortificado nas vilas de Colares e Salva-Terra, nas margens das baías do Sol e de Santo Antônio e nas Pontas do Pinheiro e de Chapéu-Virado, donde eles faziam noturnas sortidas para hostilizar as pequenas embarcações que saíam ou se dirigiam para a ilha da Tatuóca, que assim conservavam como bloqueada.

Com o batalhão de Sérgio de Oliveira, destinado a operar contra os pontos fortificados nas bahias do Sol e de Santo Antônio e nas pontas do Pinheiro e do Chapéu-Virado, foi o Patacho *Independência*, comandado pelo segundo tenente Gabriel Ferreira da Cruz; e com o batalhão de Muniz Tavares encarregado de desalojar os revoltosos das Vilas de Salva-Terra e Colares e de destruir os entrincheiramentos nelas feitos, foi a escuna *Leal Cametaense*.

Estas comissões, depois de porfiados e cruentos combates, nos quais sobressaíram, além dos comandantes dos batalhões, o capitão João Francisco de Mello, o tenente Noronha e mais que todos, o Alferes Pedro Ivo de Oliveira, ajudante do batalhão de Muniz Tavares foram cumpridas a satisfação do General Presidente que, depois de

presentear o segundo tenente Leal com uma espada, lhe ordenou que regressasse a Cametá para dali seguir para o Amazonas com os recursos e fôrças que deviam ser-lhe subministradas naquela Vila, onde encontrou a notícia de que Santarém, Monte-Alegre, Outeiro, Espo-sende, Almeirim, Aveiros, e Arriolos estavam ocupados pelos revoltosos, e de que o Padre Antônio Sanches de Brito, com grande influência em Óbidos, Tupinabarana, Vila Nova da Rainha e Faro, em consequência da retirada do Juiz de Direito Rodrigues de Souza e da carnificina de Monte Alegre, se havia visto forçado, para evitar incalculável efusão de sangue, e a transigir e a abrir as portas daquelas Vilas aos revoltosos, que assim ficaram donos do Alto e Baixo Amazonas com a exceção das Vilas de Gurupá e Macapá.

Achando-se assim mudadas as circunstâncias do Amazonas, forçoso foi que o segundo tenente Leal voltasse a Tatuóca para receber novas instruções. Havendo, porém, deixado a presidência o heróico Marechal Manuel Jorge Rodrigues, o seu sucessor, o benemérito Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, adiou as operações sobre o Amazonas para melhor oportunidade.

Não bem informado foi o Conselheiro Pereira da Silva quando na página 188 do seu livro escreveu que ao chegar (ao Rio de Janeiro) a notícia de se haver retirado da capital o Marechal Manuel Jorge, fez (o Governo) partir imediatamente, investido da Presidência e do Comando das Armas, o Brigadeiro Soares de Andréa acompanhado de cerca de seiscentos homens de linha, e apoiado em navios de guerra e suas respectivas tripulações. Juntou ainda Andréa, ao passar pela Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará quatrocentos soldados mais, de modo que com fôrça respeitável chegou ao Pará, nos primeiros dias do mês de abril de 1836 e assumiu de pronto a Presidência.

O espaço, de quase oito meses, decorrido entre o abandono da Capital do Pará (23 de agosto de 1835) e a chegada do Presidente Andréa (primeiros dias de abril de 1836) é demasiado longo para, ainda naquela época em que não havia comunicações por vapor, justificar o uso, que S. Excia. fez, do advérbio *imediatamente*: houve portanto censurável negligência em mandar socorrer o punhado de brasileiros que, depois de tão cruentos combates, padeciam privações, fome e outras desgraças e que com entusiasmo expunham suas vidas para que não se perdesse uma das melhores jóias da Corôa do Senhor D. Pedro Segundo.

O General Andréa não saiu do Rio de Janeiro *acompanhado de cerca de seiscentos homens de linha*: os seiscentos homens de linha, de que fez menção o Conselheiro Pereira da Silva, são aqueles que anteriormente marcharam de Pernambuco formando a Brigada sob o Comando do Major Joaquim José Luiz de Souza.

Na véspera da partida do General Andréa abriram-se tôdas as prisões civis e militares do Rio de Janeiro, foram soltos e embarcaram, com alcunha de soldados, todos os criminosos e sentenciados que nelas estavam e que pelo seu estado físico podiam manejar uma espingarda; o mesmo se praticou na Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão (por onde transitou o General Andréa para êsse exclusivo fim) e até em Fernando Noronha foram embarcados os presidiários.

Foi com êstes elementos que se juntaram os *quatrocentos soldados*, que o Conselheiro Pereira da Silva qualifica de *fôrça respeitável*.

Os navios de guerra, que acompanharam o General Andréa, foram o Patacho *Januária* comandado pelo primeiro tenente João Manuel da Costa; o Brigue *Brasileiro* comandado pelo capitão-tenente Agnelo Petra de Bitencourt; o Brigue escuna *Dois de Março*, comandado pelo primeiro tenente Manuel Francisco da Costa Pereira e as Escunas *Fluminense*, *Pelotas*, *Pôrto-Alegre*, e *Rio Grandense*, comandadas a primeira pelo primeiro tenente Francisco de Paula Osório, a segunda pelo primeiro tenente Francisco Ferreira dos Santos, a terceira pelo segundo tenente Manoel José Vieira e a quarta pelo segundo tenente Fernando Lázaro de Lima.

Tôdos êstes navios eram pequenos, mas, pelo seu pouco calado, munto próprios para o serviço a que vinham destinados.

Além dêstes navios de guerra vieram algumas embarcações mercantes, carregados de mantimentos e de petrechos de guerra, que transportaram não só a maior parte dos quatrocentos recrutas da Côrte e das Províncias, como os seguintes Officiais: capitão de fragata Frederico Mariath, nomeado para suceder ao Chefe de Divisão João Taylor, que com o marechal ex-Presidente se retirava para a Côrte na fragata *Campista*; o primeiro tenente Francisco Manuel Barroso da Silva (o herói do glorioso combate do Riachuelo e atualmente Barão do Amazonas); o tenente coronel Domingos Simões da Cunha Bahiano; o capitão de artilharia Francisco Antônio Bitencourt, atual marechal do Exército e conselheiro de guerra; o capitão de cavalaria João Antônio Totta; os tenentes de engenheiros José da Vitória Soares

de Andréa (atual tenente general e conselheiro de guerra) e Albino dos Santos Pereira, o primeiro tenente de artilharia Joaquim Vitorino Cabral e mais alguns outros.

O general Andréa, como bom militar e como conhecedor da topografia dos lugares em que deveu pôr em execução o seu plano, dividiu os quatrocentos recrutas, aos quais reuniu as praças avulsas que curadas haviam regressado do Maranhão, em três corpos, cujos comandos confiou ao major Ferrara e aos Capitães Bitencourt e Totta; e resolveu trasladar o seu Quartel general da muito pequena ilha da Tatuóca para a da Uarapiranga, que está muito mais próximo da Capital.

Para levar a efeito esta resolução, em 17 de abril determinou que a Brigada sob o comando do major Joaquim José Luiz de Souza fôsse explorar a ilha de Uarapiranga e acampar em uma fazenda que indicou, e que o capitão de fragata Mariath fosse reconhecer e fazer estacionar algumas embarcações de guerra nos *furos* (no Pará dá-se o nome de furos aos canais que dão comunicação de um rio a outro, que separam as ilhas dos continentes ou umas das outras) que existem entre esta e a das Onças, ilhas que estão em frente da capital, e *furos* de que os revoltosos se serviam para as suas comunicações com o interior da Província.

Não foi muito feliz o Conselheiro Pereira quando na página 188 do seu livro escreveu:

“A 17 de abril partiu o capitão de mar e guerra João Frederico Mariath, a reconhecer a ilha de Carnapijô, na foz do rio dêste nome, pouco mais para dentro do sítio em que a capital está edificada. Aí avistou um forte levantado pelos rebeldes, que assaltou e destruiu facilmente. De posse da ilha, seguiu para Uarapiranga, e nela estabeleceu um acampamento, a que se recolheram as numerosas famílias que estavam atulhando os navios”.

O capitão de fragata Mariath não foi incumbido de reconhecer a ilha de Carnapijô nem outra qualquer, foi encarregado de colocar as embarcações de guerra nos lugares mais convenientes para impedir que os revoltosos impunemente se utilisassem dos *furos*; não podia por consequência ter assaltado um forte levantado na foz de um rio que não existe, pelo menos naquelas paragens; nem ter estabelecido um acampamento, para nele *recolher as numerosas famílias* que estavam

atulhando os navios de guerra, que as haviam desembarcado na *Tatuóca*, logo que ali chegaram em agosto de 1835.

Ignora-se se o Presidente Andréa escreveu a Eduardo Angelim (porque a Francisco Vinagre, que se achava preso desde julho, por certo o não faria) *aconselhando-o a depor as armas e a reconhecer a sua autoridade*; mas admitindo que o tivesse feito, não seria dando-lhe conselhos, mas sim intimando-lhe que se entregasse sem constrangê-lo a empregar a força.

Si, porém, lhe escreveu, aconselhando ou intimando, é muito provável que Angelim respondesse com altivez e mesmo com insolência.

Enquanto em Uarapiranga se preparavam choupanas para o Quartel General, para depósito de mantimentos e de material de guerra, para abrigo das pessoas e famílias que para esta ilha deviam ser trasladadas da de *Tatuóca*, restituída ao seu serviço telegráfico, ordenou o general Presidente que o *Brigue Brasileiro*, agora comandado pelo primeiro tenente Barroso, escuna *Leal Cametaense* e uma ala do atalhão do major Muniz Tavares, comandada pelo capitão Mello, fossem, sob as ordens do comandante Barroso transitar pela frente das Vilas do *Conde*, *Beja* e *Abaeté* e *bater* e desalojar os revoltosos fortificados na povoação da Freguesia de Igarapé-mirim (pelo conselheiro Pereira da Silva chamada Guaraperim, vila da Província do Espírito Santo), onde existe o antigo e artificial canal por que se comunicam as águas do *Tocantins* com as do rio Mojú, e onde em dias de julho de 1835, o muito ignorante, mas rico proprietário, capitão de milícias Manuel Joaquim Pereira Feio, exerceu barbaridade igual á que naquela mesma época praticou o feroz recrutador da Vigia, isto é, mandou passar pelas armas cêrca de cem indivíduos, que reputou maçons por se terem negado a acompanhar as forças que atacaram a Capital.

Chegados os expedicionários à povoação e estabelecido o seu sítio o comandante Barroso intimou aos revoltosos que lhes concedia três dias para que se rendessem. Eles porém, na véspera do praso marcado, 21 de abril, pela uma hora depois da meia noite se formaram em um quadrado, tendo as mulheres e crianças no centro, e atacaram os sitiadores e, havendo deixado perto de sessenta cadáveres, se introduziram nos matos, onde foram encontrados feridos desesseis indivíduos de ambos os sexos.

Logo depois de partir a expedição destinada a Igarapé-mirim, determinou o general Presidente que o major Luiz de Souza com o batalhão do major Francisco Sergio, seguisse com o patacho *Independência* para a vila de Muaná, na ilha de Marajó, e desalojasse os revoltosos, que naquele ponto abasteciam a cidade com gado.

Esta expedição teve o mais feliz resultado, porque os habitantes e guarnição da vila, apoiados pela força legal e pelos indivíduos que o Brigue *Cacique* havia, oito meses antes, transportado para Arary, conseguiram sem efusão de sangue, depôr e prender os chefes dos revoltosos e constituírem-se em *Defensores da Legalidade*, como êles se intitularam.

Com a sua reconhecida perícia a atividade enquanto em Uarapiranga se disciplinavam e exercitavam os recrutas sob as ordens do major Ferrara e capitães Bitencourt e Tota, ordenou o presidente que a força naval, estabelecesse, a contar de 1.º de maio, um rigoroso bloqueio sobre a Capital.

Em execução desta ordem o capitão de fragata Frederico Mariath mandou que, a uma conveniente distância do litoral e em uma linha que se estendia desde o pôrto das Pedreiras (acima da ilha de Carnapijó) até ao Igarapé (rio) das Almas, fundeassem, na ordem em que são mencionados, o Brigue *Brasileiro*, comandante primeiro tenente Barroso; a Escuna *Leal Canietaense*, comandante o segundo tenente Leal; a escuna *Bela Maria*, comandante o primeiro tenente Oliveira Figueiredo; a Escuna *Rio da Prata*, comandante o chefe do bloqueio o capitão-tenente Petra; o Patacho *Januária*, comandante o primeiro tenente João Manuel da Costa; o Brigue-escuna *Dois de Março*, comandante primeiro tenente Costa Pereira; Escuna *Fluminense*, comandante o primeiro tenente Osório; a Escuna *Porto Alegre*, comandante o primeiro tenente Ferreira dos Santos; a Escuna *Pelotas*, comandante o segundo tenente Vieira, e a Escuna *Rio Grandense*, comandante o segundo tenente Lazaro de Lima.

No dia 10 de maio largou da cidade com direção à Escuna *Rio da Prata*, uma igarité tripulada por oito escravos desarmados e trazendo a seu bordo o famoso revolucionário (famoso por ter tomado parte em tôdas as revoluções desde a época da Independência Nacional) Ignacio Vieira Lima, cunhado e secretário de Eduardo Angelim, de quem trazia, disse êle, muito importantes ofícios para o general presidente. O capitão-tenente Petra, depois de substituir os oito escravos

por doze marinheiros de confiança e armados, consentiu em que Vieira Lima seguisse para *Urapiranga*, de onde no dia seguinte regressou à igarité sem o mesmo Vieira Lima, que espontaneamente preferiu ficar prêso a bordo da corveta *Defensora*.

Desfeita a mudança da tripulação, seguiu a igarité para a cidade sem que os bloqueadores tivessem conhecimento de qual tivesse sido o objeto da missão, e ainda menos do conteúdo dos ofícios levados por Vieira Lima.

É de supor que este fato seja a origem da notícia que dá o conselheiro Pereira da Silva sobre correspondência trocada entre o general Andréa e Angelim e sobre fantasiada capitulação.

Por esta fiel narração dos fatos ocorridos depois da chegada do general Andréa se evidencia que são destituídas de fundamento as notícias, dadas pelo conselheiro Pereira da Silva nas páginas 188 e 189 do seu livro, de haver no dia 10 de maio, desembarcado uma força legal na embocadura do rio *Carnapijó*, e de ter havido negociações para uma capitulação.

Não existe, como já se disse e se repete, Rio Carnapijó, o que há com este nome é uma ilha fronteira à Capital e que pertence ao grupo das que separam a baía de Guajará (em cuja margem austral está situada a Capital do Pará) da de Mauá ou de Marajó, ao norte do dito grupo de ilhas, e uns furos ou canais que dão comunicação às águas das duas baías; impossível era, portanto, que uma força legal pudesse encontrar na embocadura do imaginário rio *um ponto em terra firme de onde pudesse dirigir um fácil ataque à cidade de Belém*.

No dia 13 observaram os bloqueadores que no extenso litoral, que jaz entre as Pedreiras e a Ponta do Castelo, e principalmente nos lugares chamados Pôrto das Pedreiras, do Perí, do Arsenal de Marinha, do Carmo e da Sé, havia um inusitado movimento; e que, pelas cinco horas da tarde e no momento em que estalava uma furiosa e medonha trovada, simultaneamente se desprenderam de todo aquele litoral mais de duas mil embarcações, desde grandes batelões até as mais pequenas canôas, carregadas de gente e velejando divididas em grupos para ganhar as embocaduras do rio Bojarú e dos furos que desaguam na baía de Guajará.

Os navios bloqueadores imediatamente se fizeram a vela para dar caça e hostilizar os fugitivos; mas a violência do vento, a cerração produzida pela copiosíssima chuva e o grande número dos grupos não

por doze marinheiros de confiança e armados, consentiu em que Vieira Lima seguisse para *Urapiranga*, de onde no dia seguinte regressou à igarité sem o mesmo Vieira Lima, que espontaneamente preferiu ficar prêso a bordo da corveta *Defensora*.

Desfeita a mudança da tripulação, seguiu a igarité para a cidade sem que os bloqueadores tivessem conhecimento de qual tivesse sido o objeto da missão, e ainda menos do conteúdo dos ofícios levados por Vieira Lima.

É de supor que este fato seja a origem da notícia que dá o conselheiro Pereira da Silva sobre correspondência trocada entre o general Andréa e Angelim e sobre fantasiada capitulação.

Por esta fiel narração dos fatos ocorridos depois da chegada do general Andréa se evidencia que são destituídas de fundamento as notícias, dadas pelo conselheiro Pereira da Silva nas páginas 188 e 189 do seu livro, de haver no dia 10 de maio, desembarcado uma força legal na embocadura do rio *Carnapijó*, e de ter havido negociações para uma capitulação.

Não existe, como já se disse e se repete, Rio Carnapijó, o que há com este nome é uma ilha fronteira à Capital e que pertence ao grupo das que separam a baía de Guajará (em cuja margem austral está situada a Capital do Pará) da de Mauá ou de Marajó, ao norte do dito grupo de ilhas, e uns furos ou canais que dão comunicação às águas das duas baías; impossível era, portanto, que uma força legal pudesse encontrar na embocadura do imaginário rio *um ponto em terra firme de onde pudesse dirigir um fácil ataque à cidade de Belém*.

No dia 13 observaram os bloqueadores que no extenso litoral, que jaz entre as Pedreiras e a Ponta do Castelo, e principalmente nos lugares chamados Pôrto das Pedreiras, do Perí, do Arsenal de Marinha, do Carmo e da Sé, havia um inusitado movimento; e que, pelas cinco horas da tarde e no momento em que estalava uma furiosa e medonha trovada, simultaneamente se desprenderam de todo aquele litoral mais de duas mil embarcações, desde grandes batelões até as mais pequenas canôas, carregadas de gente e velejando divididas em grupos para ganhar as embocaduras do rio Bojarú e dos furos que desagüam na baía de Guajará.

Os navios bloqueadores imediatamente se fizeram a vela para dar caça e hostilizar os fugitivos; mas a violência do vento, a cerração produzida pela copiosíssima chuva e o grande número dos grupos não

permitiu mais do que metralhá-los e salvar as vidas de alguns dos temerários que ousavam atravessar aquela baía nas muito pequenas canoas que sossobraram pela fúria do vento, ou pela abalroação dos navios bloqueadores, os quais, tendo sobrevivido a noite, regressaram aos seus postos.

O estampido da artilharia, levado pelo vento à *Urapiranga*, fez com que o general Andréa mandasse pôr em armas toda a força ali existente; e com que, no momento de receber, à noite, comunicação do ocorrido ordenasse o imediato embarque da brigada do major Luiz Souza, a qual, reunida a marinhagem disponível e sob as ordens do capitão de fragata Mariath, na manhã do dia 14 desembarcou sem resistência na Capital do Pará.

Nela só foram encontrados os frades franciscanos entre os quais se achava Frei Manoel de Christo Soares, ali detido pelos revoltosos em 13 de agosto e — Capelão da fragata *Imperatriz*), algumas mulheres e duzentos homens armados deixados por Eduardo Angelim para fazer (declararam eles) respeitar o octogenário e já caduco Bispo, seus familiares e caudatários. Dêstes duzentos homens foram, por ordem do Presidente, prêsos, aqueles que se intitulavam oficiais, e incorporados ao batalhão comandado pelo capitão Bitencourt os que eram chamados praças de pret e eram solteiros.

Foi então que se pôde apreciar o sublime horror que inspira à perspectiva de uma cidade de mais de trinta mil habitantes, sem cessar canhoneada durante nove dias e nove noites por duas fragatas, quatro corvêtas (duas estrangeiras), dois brigues (um estrangeiro) e três escunas, e cujas casas e ruas foram, pelo mesmo espaço de tempo, o campo em que se deram os mais porfiados e mais sanguinolentos combates !!!

Os belos sobrados e demais casas das duas primeiras ruas, que bordam o rio (com exceção do Convento das Mercês, no qual se achavam a Alfândega e o Arsenal de Guerra) desde a bateria, de Santo Antônio até o edifício Haver-o-Pezo, de onde os revoltosos hostilizavam a esquadra e todo o serviço no rio, estavam em ruínas, e outros meio demolidos pela artilharia dos navios de guerra: as casas do extenso bairro da Campina, desde o Largo da Pólvora até a Estrada de S. José (que termina formando um dos lados do Largo do Palácio) tinham as suas paredes de separação ou derrubadas ou

perfuradas de modo a facilitar o livre trânsito interior de cada quarteirão sem necessidade de se sair à rua, e uma grande porção delas estava destelhada e em ruínas; as ruas, ainda as mais principais, estavam intransitáveis e cobertas de ervas e arbustos nocivos: as valas, que ladeiam as Estradas de S. José, das Mangaubeiras e todas as outras, estavam entulhadas, exalando miasmas mefíticos que muito prejudicavam a salubridade pública: ao primeiro golpe de vista se reconhecia, que durante os nove meses da sua ocupação, os revoltosos não fizeram a menor reparação nos estragos causados pela luta de agosto, nem tiveram o mínimo cuidado com a conservação e limpeza desta cidade que apresentava, pelo nenhum aceio, o aspecto de uma *maloca* de Mundurucús, e parecia haver sido vítima de um terremoto.

Pela absoluta falta de outros meios e para desinfetar uma cidade em que, até a última hora da ocupação dos revoltosos, reinava a variola, ordenou o Presidente que os presos a bordo da corveta *Defensora*, por falta de cárceres públicos, convertida em pontão, fizeram provisoriamente com os soldados, a fachina das ruas e das valas que ladeiam as estradas.

No dia 15 o general Andréa, acompanhado do seu secretário, Bernardo Joaquim de Mattos, de seu filho o tenente José da Victória Soares de Andréa, do encarregado da Caixa Militar tenente Albino dos Santos Pereira, e do seu ajudante de ordens o Alferes Ernesto Emiliano de Medeiros, e de muitos outros oficiais e pessoas gradas, fez a sua entrada oficial na capital do Pará e mandou publicar a ordem do dia pela qual promoveu o capitão de fragata Frederico Mariath a capitão de mar e guerra, o capitão-tenente Agnelo Petra de Bitencourt a capitão de fragata, o major Joaquim José Luiz de Souza a tenente coronel, o primeiro tenente Francisco Manoel Barroso da Silva a capitão-tenente, e o tenente (Paraense) João Luiz da Gama Castro, (por ter dado uma parte que depois se reconheceu em conselho de guerra falsa) a capitão.

Para poder empregar a força de linha nas diversas expedições que era necessário mandar às povoações e rios mais próximos à capital, sem arriscar a sua segurança e tranquilidade, resolveu o presidente fazer alistar em um corpo, que denominou *Policia*, e cujo comando confiou ao tenente coronel Bahiano, todos os brasileiros que nela residiam e eram idôneos para tomar armas.

Este corpo tinha por dever patrulhar a cidade durante a noite e prestar o serviço que indica o seu nome, serviço que não excluía as suas praças de voluntariamente fizeram parte das expedições mandadas aos lugares em que tivessem propriedades ou interesses.

Ao serviço das patrulhas noturnas estiveram, até serem meses depois dispensados, voluntariamente agregados quase todos os estrangeiros residentes em Belém.

Constando que Eduardo Angelim, acompanhado de sua mulher e família, de seu irmão Geraldo, e de uma escolta de mais de cem homens, se dirigira aos rios Acará ou Mojú, no mesmo dia 15, determinou o Presidente que o capitão-tenente Barroso, no brigue *Brasileiro* e o segundo tenente Leal, na escuna *Leal Cametaense*, fôsem estacionar na confluência dos dois rios, a fim de obstar a que os revoltosos fugitivos e dispersos chegassem a juntar-se com o seu ousado caudilho, e estabelecer na magnífica fazenda de Jaguarari um acampamento, em que pudessem ser recolhidos e defendidos os indivíduos e famílias que temessem violências por parte de Angelim ou dos seus sequazes.

Obedecendo à segunda parte desta determinação e enquanto o capitão-tenente Barroso preparava o acampamento, o segundo tenente Leal, na escuna do seu comando, subiu o rio Mojú até muito além da abandonada povoação da Freguezia e conseguiu convencer os habitantes das suas margens, e os das do seu grande afluente Jambiasú, da seguridade e bom tratamento, que encontrariam no fortificado engenho de Jaguarari, de onde teriam a liberdade de mandar as mulheres e escravos, que Angelim (como já se disse) nunca tolerou nas suas fileiras, agenciar-lhes a alimentação.

Entre as pessoas que se refugiaram no acampamento contava-se a mulher, quatro filhas adultas e mais de vinte escravos do capitão de milícias Pereira Feio, que, penhorado pelo respeito com que era tratada sua família, poucos dias depois veio voluntariamente entregar-se à prisão, como ordenador da carnificina de julho de 1835 em Igarapemirim.

Este muito ignorante e fanatizado oficial de milícias morreu de uma febre maligna na praça d'armas da corveta *Defensora*.

Sabendo o Presidente que só de Marajó podia tirar gado para consumo da Capital, e que Colares, Salva-terra, Vigia, Bragança e Salinas eram os grandes abastecedores de farinha e peixe, para estes

lugares mandou várias e simultâneas expedições, que seriam coroadas dos mais felizes resultados se não fôsse a imprudência ou temeridade do primeiro tenente Luiz Sabino que deixando o navio do seu comando se internou com quatro marinheiros em um mato próximo a Salinas, onde com seus companheiros foi assassinado e seus cadáveres horriavelmente mutilados.

Havendo o general Andréa recebido fundada denúncia de que Eduardo Angelim projetava reunir no rio Acará os seus dispersos asseclas e com êles fazer correrias ou trasladar-se ao Amazonas, onde supunha ter muitos partidários, resolveu que o tenente coronel Luiz de Souza fôsse àquele berço de tôdas as revoltas do Pará levando o batalhão de Muniz Tavares, o capitão Gama Castro com quatrocentos praças de diversos corpos, embarcadas tôdas em várias embarcações subordinadas ao primeiro tenente Oliveira Figueiredo e a escuna *Leal Cametaense*.

Logo que esta expedição, forte de quase, senão de mais, mil praças, passou em 18 de junho a êrma povoação da Freguezia do Acará, o tenente-coronel Luiz Souza ordenou que a escuna *Leal Cametaense*, acompanhada de várias igarités e canoas contendo cem praças de policiais e tropa sob as ordens do intrépido alferes Pedro Ivo, formasse a vanguarda comandada pelo segundo tenente Leal.

Assim se navegou até o dia 22, em cuja tarde ao dobrar-se a ponta de uma das muitas voltas que faz o rio e em um lugar chamado Arumapucu foram avistadas não poucas igarités carregadas de gente, que se supôs serem os moradores da deserta povoação da Freguezia.

O segundo tenente Leal, vendo que aquelas embarcações longe de esperar a expedição que levava, por ordem do chefe, arvorada uma bandeira branca, aceleravam a sua marcha, e conhecendo que os seus comandados eram pouco diligentes em dar caça às igarités avistadas, e que o seu navio não tinha a velocidade necessária para alcançá-las passou-se com Pedro Ivo e seis praças (além dos seis remadores) para o seu escaler que em breve tempo muito se adiantou aos outros caçadores.

Ao dobrar a ponta de uma outra volta do rio e antes de serem novamente avistadas as igarités perseguidas, receber, das duas margens do rio, o escaler uma descarga que empregou duas balas no segundo tenente Leal, quatro nos remadores e praças e muitas no

casco do mesmo escaler, que Leal, por ir ao leme, fez encalhar na margem direita, da qual havia saído o maior número de tiros.

Vendo o segundo tenente Leal que ele (ferido no quadril e braço esquerdo) e mais duas praças não podiam desembarcar, ordenou a Pedro Ivo, que, com os outros dez homens, se internasse no mato e entretivesse escaramuça até chegarem as cem praças das igarités e canoas da vanguarda.

Infelizmente sobreveio a noite e nada se conseguiu.

O tenente-coronel Luiz de Souza, sob o pretexto de evitar a repetição desta ocorrência e de que a pouca água e angustura do rio dificultava a navegação dos batelões sobrecarregados pelo pêso da tropa, determinou que a expedição só proseguisse a sua já muito morosa viagem de dia e levando flanqueados os batelões, em que a tropa deveria pernoitar, pelo batalhão de Muniz Tavares marchando pela margem esquerda e a força de Gama Castro pela direita.

Na manhã do dia 25, e em marcha, ouviram-se alguns tiros de fuzilaria no mato da margem direita e poucos minutos depois se viu que o capitão Gama Castro (em mangas de camisa, sem boné e sem espada) e uma parte dos seus comandados, possuídos de um injustificável pânico, se precipitavam no rio e pediam socorro.

Verificado que não houvera motivo para semelhante procedimento, porque nem vestígios de agressores foram encontrados, foi prêso o capitão Gama Castro, que na capital foi condenado pelo Conselho de Guerra a que foi submetido.

Prevalecendo-se da pouca profundidade e angustura do rio e da penúria, que já se sentia de mantimentos resolveu o tenente-coronel Luiz de Souza, de acôrdo ou por conselho do primeiro tenente Oliveira Figueiredo (porque os demais oficiais desejavam que Muniz Tavares com o seu batalhão se trasladasse para pequenas embarcações e perseguisse as igarités avistadas, nas quais, como declarou uma mulher que descia o rio, se achava Eduardo Angelim, sua família e escolta) regressar a Capital, malogrando tão brilhante expedição.

Os revoltosos de Anajatuba, Ociras, Portel e Melgaço, reforçados por alguns dos fugitivos da Capital, por duas vezes atacaram a Vila de Cametá, que, graças à proverbial bravura do Comandante Marques Lisboa, bem secundado pelo primeiro tenente José Tomás Sabino,

pelos segundos tenentes José Maria Rodrigues e Ribeiro Feijó e pelas guarnições do brigue *Cacique* e da mesma vila, e à energia do Juiz de Paz Padre Prudêncio, foram repelidos com grandes perdas.

Depois destas duas esplêndidas vitórias da legalidade o paralítico Padre Martel, que tinha grande influência em Baião, Oeiras, Portel e Melgaço, e que transportado em uma rede empreendeu e levou a cabo uma expedição, começou a reunir os moradores daquelas povoações e com êles foi afastando os revoltosos das proximidades de Cametá e concentrando-os em Oeiras, onde os bateu, prendendo os que se intitulavam oficiais.

O general-presidente conhecendo que, não obstante a presença de Angelim nas cabeceiras do Acará, o desânimo começava a apoderar-se dos revoltosos, que nas povoações mais próximas da Capital se reuniam os seus pacíficos moradores, e que Cametá, auxiliado por um batalhão de linha, se podia sustentar e concorrer para restauração de Baião, Anajatuba, Oeiras, Portel e Melgaço, julgou que era chegada a oportunidade de ocupar-se da pacificação do Amazonas.

Com êste objeto determinou que as escunas *Rio da Prata*, *Rio-grandense* e *Leal Cametaense*, comandada a primeira pelo capitão de fragata Petra, a segunda pelo segundo tenente Lázaro de Lima e a terceira pelo segundo tenente José Antônio Correia, seguissem para Gurupá comboiando a grande escuna *Carolina* (de que era dono e mestre Francisco Antônio Monteiro Tapajós) e uma porção de grandes canoas e batelões, que, com mercâncias se destinavam para aquela vila, e que o segundo tenente Leal, já convalescente de suas feridas, acompanhasse a expedição para comandar qualquer força que por ventura se pudesse organizar no Amazonas.

Depois de atravessar os *furos* do Jaburú e Tajipurú (muito extensos canais que levam águas do Amazonas ao Tocantins) e depois de bater e destruir a grande fortificação chamada *Espera da Ovelha* e o grande número de trincheiras que os revoltosos haviam estabelecido naquele trajeto, chegou o comboio a Gurupá, onde ainda se conservava a força que com o bravo Pantoja havia abandonado a povoação dos Breves e um crescido número dos legalistas do Amazonas. Com êstes, com os subordinados de Pantoja e com as tripulações e passageiros das embarcações que desejavam subir o grande rio, formou o segundo tenente Leal uma coluna de mais de mil praças, que organizou

em divisões de cem praças, dando a estas divisões um primeiro e um segundo comandantes sem título algum militar.

Com esta respeitável força em dias de setembro transitou a expedição, que tinha visos de uma cidade flutuante, pelas vilas de Almeirim, Exposenda, Aveiros e Arraiolos, onde destruiu as suas abandonadas trincheiras, e foi ancorar na do Outeiro (cujo distrito abunda de gado) para ali deixar Pantoja com duzentas e cinquenta praças, ameaçando Monte Alegre, cujo abordo, pela sua situação central demoraria a viagem para Santarém que por estar colocada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, era o ponto objetivo da expedição.

Na manhã de 4 de outubro ancorou a expedição no porto desta grande vila, que se encontrou guarnecida por oitocentos homens, bem fortificada e tendo nas embocaduras das ruas trincheiras volantes formadas de couro seco com seteiras para as suas espingardas. Pelas 10 horas da manhã se efetuou o desembarque e principiou o assalto das trincheiras, que se estendiam da praça além da Igreja Matriz até a velha e desarmada fortaleza, onde só depois das quatro e meia horas da tarde pôde penetrar o segundo tenente Leal à frente das divisões comandadas pelos bravos Monteiro Tapajós e João Caetano Barreto. Houve que lamentar por parte dos assaltantes a morte de quinze e sessenta e sete feridos, e por parte dos revoltosos cento e quatorze mortos e nenhum ferido, porque durante o combate os internavam no mato, que na retaguarda da vila, estava muito próximo. Este verdadeiro fenômeno bélico só pode ser atribuído à péssima pólvora de que se serviam os revoltosos.

Não houve perseguição dos fugitivos porque os assaltantes depois de mais de seis horas de não interrompido combate estavam exaustos e não pareceu prudente abandonar a povoação para intentar em hora tão avançada a perseguição em um mato só conhecido pelos revoltosos. O resto deste memorável dia foi empregado em varejar as casas (onde só se encontraram algumas mulheres) e em aquartelar as divisões de modo a precaver qualquer surpresa e ataque noturno, e só no dia seguinte se permitiu o desembarque das famílias, que acompanharam a expedição.

Para maior segurança de Santarém, então considerada como a capital do Amazonas e empório do seu comércio, mandou o segundo tenente Leal reconhecer as vilas de Alter do Chão, Franca e Boim

nas margens do rio Tapajós, a de Alemquer assim como os populosos igaripés Caiçara e Curuá nas do Amazonas.

Todos êstes lugares se achavam desertos por se haverem suas guarnições, com os fugitivos de Santarém, retirado para um ponto central e reputado inexpugnável, chamado Quipirainga.

Para aproveitar o desalento dos revoltosos, e logo que a vila de Santarém se encontrou intrincheirada de modo a resistir a qualquer agressão, o segundo tenente Leal conseguiu o consentimento do capitão de fragata Petra para que a escuna *Riograndense*, acompanhando as duas divisões (duzentas praças) em que estavam alistados os habitantes do distrito de Monte Alegre, fôsse comboiar e proteger a força deixada no Outeiro sob as ordens de Pantoja, que devia atacar aquela vila, cuja restauração custou não pouco sangue.

No dia 22 apresentou-se em Santarém, Ambrósio Pedro Aires, que com cem homens armados se havia escapado de Bararuá em batelões, trazendo a grata notícia de que o Padre Sanches de Brito, logo que teve conhecimento da restauração daquela vila, efetuou uma incruenta reação na de Óbidos e prendeu os chefes dos numerosos revoltosos que ali se achavam, e solicitando espingardas e munições com que pudesse armar muitos legalistas que se encontravam ocultos nas selvas do alto Amazonas, e com os quais se propunha fazer excursões contra os revoltosos, donos de tôdas as povoações acima de Óbidos e as dos Rio Negro e Madeira.

A escassez dêstes artigos bélicos fez com que o capitão de fragata Petra não subministrasse a Pedro Aires mais do que seis mil cartuchos e seis barris de pólvora, sob a condição de comboiar e proteger as muitas embarcações de comércio que se achavam em Santarém e desejavam seguir para Óbidos.

O general Andréa, logo que teve conhecimento da restauração de Santarém, ordenou que a escuna *Pelotas*, cuja guarnição reforçou com vinte soldados do Batalhão do Maranhão, sob o comado do capitão Manuel José Ponçadilha (que nunca se distinguiu pelo seu valor) partisse para aquela vila levando duzentas espingardas, cem mil cartuchos e cinquenta barris de pólvora.

O comandante desta escuna, segundo tenente Manuel José Vieira, por uma injustificável negligência, tolerou que sôbre as caixas das armas fôssem postos a granel não poucos alquímicos de sal, pelo que não chegou ao seu destino uma só espingarda sem necessitar consêrto.

Desembarcadas as vinte e uma praças de esforço, e descarregados os artigos bélicos, determinou o capitão de fragata Petra que a escuna *Pelotas* regressasse comboiando vários batelões com o gado de que carecia a capital, não obstante haver o general-presidente mandado o Tenente-coronel Luiz de Souza com uma grande força para pacificar a muito extensa ilha de Marajó, e fazer com que das vilas de Muana, Soures e Chaves, assim como das Fazendas Nacionais se remetesse gado suficiente para as forças de mar e terra e para abasto da capital.

Os revoltosos concentrados em Quipiranga, achando-se sumamente escassos de munições de guerra e conhecendo que a guarnição de Santarém, pela desagregação das duas divisões (duzentas praças) destacadas para Monte Alegre, dos cento e cinquenta homens (pouco mais ou menos) da tripulação das embarcações que seguiram para Óbidos comboiadas por Pedro Aires, dos cem que haviam seguido para a capital nos batelões comboiados pela escuna *Pelotas*, e das duzentas praças alternativa e constantemente empregadas em percorrer os rios, fabricar farinha e trazer gado para consumo de cerca de quatro mil almas (velhos, mulheres e crianças) que residiam dentro da trincheira, se achava reduzida a pouco mais de trezentos defensores, além das guarnições das escunas *Rio da Prata*, *Riograndense* e *Leal Cametaense*, resolveram fazer descer do alto Tapajós seiscentos índios Mundurucús, armados de arco e flechas, reuni-los sob o comando do insigne facinoroso Joaquim de Sant'Ana, seiscentos homens tirados de Quipiranga e armados de machados, terçados e espingardas, para cada uma das quais só traziam três cartuchos e com esta multidão de mil e duzentos homens atacar e retomar Santarém.

No dia 21 de março de 1837 foi o segundo (já então promovido a primeiro) tenente Leal informado por umas mulheres, que com licença tinham ido a Alter do Chão, de que nas margens do Tapajós e um pouco acima de Santarém haviam encontrado um grande número de revoltosos que lhes anunciaram o próximo ataque desta vila.

Para acautelar-se contra uma surpresa determinou o primeiro tenente Leal que o bravo João Caetano Barreto com oitenta homens, por êle escolhidos, saísse à meia noite para explorar o mato da retaguarda da vila e que pelo seu interior marchasse até além da primeira volta dos Tapajós, por cuja margem deveria regressar. Uma copiosíssima chuva obstou a que a exploração principiasse à hora marcada e aconselhou Barreto a inverter a sua marcha.

Partiu, pois, as três horas da madrugada e encontrando o mato transformado em brejo, marchou pela praia até uma olaria além da primeira volta do rio. Vendo nesse estabelecimento um grande número de Mundurucús e revoltosos fez-lhes alguns tiros e regressou pela mesma praia, sendo perseguido até a ponta da citada volta do rio.

Era uma hora da tarde do dia 22 (hora em que os habitantes de Santarém e quiçá de todo o Amazonas, se entregam a sua usual sesta) no momento em que Barreto entrava no quartel de Leal para comunicar-lhe o que tinha visto, ouviu tiros e vozerias nas trincheiras. Julgando que seria o princípio de um assalto para ali correu com os seus oitenta homens, mas vendo os revoltosos da parte de dentro, abrigou-se em algumas casas e fez-lhes frente.

O primeiro tenente Leal, logo que ouviu os primeiros tiros saiu para a rua, mas encontrando-se só e sentindo o combate sem ver os combatentes já dentro das casas, correu a buscar os vinte soldados do 4.º batalhão e com eles se dirigiu ao lugar da batalha, sendo pouco depois, reforçado pela marinhagem que com admirável presteza desembarcou.

Os revoltosos para surpreender, como até certo ponto surpreenderam a guarnição, escolheram a hora em que supuseram encontrá-la sesteandó, e tiveram a ardileza de engatinhar ocultos sob relvas e arbustos que, pelo tempo chuvoso tinham crescido no roçado entre o mato e a trincheira, a que chegaram sem serem sentidos pelas sentinelas dos diversos pontos, as quais só lhes fizeram fogo no momento do assalto; mas não contaram com a providencial resistência que lhes opôs Barreto, resistência que os obrigou a gastarem os três cartuchos de que cada um dos armados de espingarda veio munido.

Depois de ter queimado os seus cartuchos, os revoltosos, ou por que esperassem ser auxiliados pelos Mundurucús, que haviam deixado na borda do mato, donde só arremessaram algumas flexas que raras vezes chegaram às trincheiras, ou porque estivessem dominados por um fanatismo que raíava em frenesi, procuraram obter vitória travando um combate corpo a corpo e servindo-se dos seus machados e ferçados; mas reconhecendo que eram inúteis os seus temerários esforços, resolveram repassar as trincheiras e fugir para o mato, em que já se haviam internado os Mundurucús. Foi na ocasião de galgar as trincheiras e no trajeto dela ao mato que os revoltosos sofreram as maiores perdas.

Na mesma tarde do combate só foi possível saber-se que a guarnição de Santarém havia perdido setenta e dois defensores mortos e deseseis feridos, quase todos vítimas de golpes de machado e terçado e pertencentes às guardas que na ocasião do assalto se achavam nas trincheiras; no dia seguinte, porém, foram contados e convenientemente sepultados duzentos e quarenta e quatro cadáveres (entre os quais foi reconhecido o do chefe, famoso assassino Joaquim de Sant'Ana) e foram caritativamente recolhidos e curados onze feridos dos revoltosos.

É digno de memorar-se que as algibeiras e patronas de todos os revoltosos mortos e feridos estavam cheias de sal, cuja falta, declararam os feridos, tinha os assaltantes em uma desesperação tal que, depois de entrar nas trincheiras, esqueceram todo o perigo da sua situação para só se lembrarem de tomar no armazem do negociante Gamboa todo o que pudessem comer e acondicionar.

Também não deve ficar em esquecimento as maravilhosas agilidade e presença de espírito com que o soldado da Artilharia da Marinha Rezende, posteriormente Tambor da Imperial Guarda de Arqueiros, em um instante salvou a vida do primeiro tenente Leal quando, ia ser acometido por três revoltosos armados de terçados: o herói Rezende, que levava em lugar de espingarda um dos bacamartes da escuna *Rio-grandense*, quase a queima roupa disparou a sua arma empregando as balas com que estava carregada no corpo de um que caiu morto, imediatamente voltou o bacamarte e com a coronha deu na cabeça de outro pancada tão forte que não só o prostou moribundo como quebrou a coronha, e quando o terceiro tentava fugir cravou-lhe na região dos rins um grande punhal, causando-lhe a profunda ferida de que pouco depois expirou.

É de justiça declarar que a guarnição de Santarém na tremenda tarde de 22 de março de 1837 se compôs de heróis; mas a mesma justiça exige que depois dos nomes de João Caetano Barreto e do soldado Rezende sejam comemorados os de Miguel Antônio Pinto Guimarães, hoje Barão de Santarém, e de seu irmão Manuel Antônio Pinto Guimarães, e os dos irmãos João e José Gomes, o de Antônio Raimundo Fernandes, irmão do Cônego Raimundo Antônio Fernandes, Vigário de Santarém e Geral do Baixo Amazonas e o de Antônio Paz de Oliveira pela intrepidez com que levaram ao combate os bravos das Divisões que comandavam.

O general-presidente à vista das comunicações do Padre Sanches de Brito, em quem não depositava muita confiança pelo conhecimento que tinha das suas antigas relações políticas com o falecido arcipreste Gonçalves Campos e por haver uma vez transigido com os atuais revoltosos, mandou que o capitão-tenente Barroso entregasse o comando em chefe das forças em Jaguarari e no rio Acará ao primeiro tenente Costa Pereira, comandante do brigue-escuna *Dois de Março*, que devia estacionar na povoação da freguezia do Acará, visto que em Jaguarari se achava o capitão Melo, e levando no brigue *Brasileiro* mil espingardas e grande porção de cartuchos e pólvora, que subministraria quando e a quem tivesse por conveniente, fôsse a Óbidos para entender-se com o mencionado Padre Sanches e bater, se o julgasse possível, os revoltosos concentrados e fortificados em Quipiranga.

Não obstante o revés que os revoltosos acabavam de sofrer em Santarém, o ataque às fortes e bem construídas trincheiras de Quipiranga, situado no interior, era sôbremaneira perigoso; mas o capitão-tenente Barroso que só durante a execução encontrava dificuldades para cumprir as ordens que recebia, entendeu-se com o Padre Sanches, cujos planos de marcha e ataque aceitou, e depois de reunir, armar e municiar as praças, que foram julgadas necessárias, empreendeu o ataque, conseguiu expulsar os revoltosos e destruir as formidáveis trincheiras que no Pará deviam ser as últimas a oferecer sérios combates.

O general Andréa, que não economizava a presença de seu filho, o tenente de engenheiros José da Vitória Soares d'Andréa, nas mais importantes e mais arriscadas expedições que mandava às povoações mais próximas da capital e a Marajó, não o dispensou de acompanhar o capitão-tenente Barroso na que destinou para atacar as trincheiras de Quipiranga, onde prestou muito bons serviços como engenheiro e como comandante de uma das colunas assaltadoras.

O general-presidente conhecendo que a tranquilidade dos distritos da capital e de Cametá, assim como a de toda a ilha de Marajó, não podia ser transtornada pelos pequenos grupos de revoltosos que dispersos vagavam pelas brenhas, resolveu mandar ao Amazonas, sob o comando do tenente-coronel Luiz de Souza, uma expedição, formada da maior parte da força de linha, que deveria ser distribuída pelas povoações que o chefe julgasse mais convenientes para animar e proteger os legalistas e capturar os caudilhos e os acusados de delitos

comuns. Esta expedição, a mais aparatosa que se organizou na capital, foi muito adequada à ilustração, ainda que pouco à profissão, do tenente-coronel Luiz de Souza, e deve ser considerada muito mais política que militar.

O general Andréa reconhecendo os poucos ou nenhuns serviços que, assegurada a sua autoridade na capital, podiam prestar a fragata *Imperatriz* e a corveta *Regeneração*, escassas de guarnição e que necessitavam de consertos que não podiam ser feitos na Província, determinou que seguissem para a Côrte; a primeira comandada pelo capitão de fragata Raposo, e a segunda pelo capitão de mar e guerra Mariath, que se achava descontente porque o presidente não deixava a seu arbítrio de comandante da Fôrça Naval a escolha dos navios e dos oficiais que empregava nas diversas comissões. Convém observar que o presidente, militar como era, nunca desprestigiou o comandante da Fôrça Naval fazendo directas designações de navios e oficiais, insinuava-os reservadamente a Mariath, para que dêle partissem as nomeações. Para obviar futuras susceptibilidades de um novo comandante da Fôrça Naval foi nomeado o primeiro tenente Costa Pereira ajudante de ordens da presidência para o expediente da Marinha.

Informado o presidente de que a saúde do capitão de fragata Petra, do capitão-tenente Marques Lisboa e do primeiro tenente Leal se achava gravemente prejudicada ofereceu-lhes uma licença, que aceitaram depois de conhecer-se que não podiam ser curados na capital, para restabelecê-la em outra Província ou na Côrte.

Havendo certeza de que Eduardo Angelim, acompanhado de sua família e de seu irmão Geraldo, e já abandonados dos asseclas da sua escolta, se havia acoitado nas selvas do alto Acará, onde era mal querido do chefe da tribo que as domina, ordenou o presidente ao primeiro tenente Costa Pereira, ainda comandante do brigade-escura *Dois de Março*, estacionado na povoação da freguezia do Acará, e ao capitão Melo, comandante da fôrça de Jaguarari, que procurassem saber se o chefe da tribo podia ou queria prendê-los mediante uma recompensa, que só lhe seria dada no caso de apresentá-los todos, física e moralmente ilesos, e responsabilizando-o por quaisquer violência ou malefício contra êles praticados; ou se encontravam um práctico que guiasse uma fôrça até aquelas paragens.

Coube ao capitão Melo a vantagem de haver encontrado um selvagem da tribo do Acará, que, ofendido de que Eduardo Angelim

houvesse deixado impune o assassinato de um próximo parente do seu chefe, por vingança se prestou a guiar o capitão Melo e a força, até a miserável choça (por eles construída), em que residia Eduardo, que se deixou prender sem resistência, e que sem a menor vexação, e antes com benevolência, foi conduzido para a Capital acompanhado de sua família e irmão.

Uma parte da população da Capital, principalmente as mulheres, projetou assassinar Eduardo na ocasião do seu desembarque, mas o general Andréa, que não era homem para tolerar o desenfreamento da plebe, mandou recebê-lo na praia por um batalhão policial, em cujo centro foi conduzido a palácio e, depois de interrogado, reembarcado com destino à Fortaleza da Barra, onde por algum tempo esteve retido em um quarto, incomunicável e com sentinela à vista, mas não acorrentado.

É certo que o general Andréa *não se demorou* (como diz o conselheiro Pereira da Silva na página 190 do seu livro) *em mandou perseguir os rebeldes fugitivos*, porque assim era necessário para não lhes dar tempo a juntar-se e renovar a guerra; mas não é exato *que Vinagre e Angelim apesar de toda a celeridade com que diligenciaram escapar não conseguissem o seu intento*, e ainda menos exato é que *fôssem transportados para bordo de um navio de guerra e acorrentados com ferros nos pés para maior segurança*.

Francisco Vinagre (como se tem dito e é provado pela ausência de seu nome em todos os atos e crimes praticados depois do ataque à capital em 13 de agosto de 1835) foi prêso e remetido para a corveta *Defensora*, por ordem do marechal Manuel Jorge, e por ordem do general Andréa trasladado para a Fortaleza da Barra (com a praça por menagem durante o dia e de noite retido em um quarto com sentinela à vista) quando este presidente, por falta de cárceres em terra, converteu aquele arruinado e desarmado navio de guerra em pontão.

Eduardo Angelim foi capturado como se acaba de lêr: a única diligência que fez para escapar à prisão foi refugiar-se nas quase impenetráveis e vastíssimas selvas do alto Acará, onde andou errante por não poucos meses, onde se alimentava com o palmito que cortava e com a caça que recolhia dos seus *mundéos* (armadilha), porque não sabia servir-se do arco e flechas, e onde só poderia ser encontrado por uma casualidade ou por denúncia.

O general Andréa daria um solene desmentido às suas reconhecidas previdência e sagacidade, se encerrasse com tão ousado chefe no estreito lugar em que existiam, centenas dos seus partidários ainda possuídos pelo fanatismo que os levou a praticar proezas dignas de melhor causa.

As vilas da Vigia e Muaná foram das primeiras restauradas, porque o general Andréa quis com a posse da primeira desembaraçar as noventa milhas de navegação fluvial desde a Capital ao Oceano e que daquele ponto podia ser facilmente interceptada, e ao mesmo tempo abastecer Belém da farinha e peixe salgado que aquele muito populoso e fertilíssimo distrito lhe fornecia; e a segunda para facilitar a exportação do gado de que abunda aquela parte da muito extensa ilha de Marajó, que só foi restaurada quando meses depois foi percorrida até Soures e Chaves pela expedição sob as ordens do tenente-coronel Luiz de Souza: e a vila de Oeiras, assim como as de Portel e Melgaço que lhe ficam próximas, só foi restaurada meses depois pelas forças que em Cametá organizaram o capitão-tenente Marques Lisboa e Padre Prudêncio e que sob o comando do Padre Jacó Martel foram reunidas àquelas com que o bravo Pantoja regressou de Monte Alegre.

Na mesma página 190 diz o conselheiro Pereira da Silva: "A prisão não fez demorar os castigos e mostrou-se o general inexorável contra quantos se provaram participantes cabeças ou cúmplices da rebelião. De sua severidade resultara, por um lado, a extinção do germen de novas convulsões na Província, com o terror dos exemplos de punição que aplicava; por outro lado, porém, procederam acusações contra o caráter de Andréa que se apelidava bárbaro, porque é da índole dos brasileiros a clemência, às vezes exagerada, e o esquecimento e o perdão das injúrias recebidas. Abafada a revolta, queriam indultos e anistia, como se cessara o crime com a derrota".

Para que fôssem aceitos sem objeção os conceitos supra emitidos pelo conselheiro Pereira da Silva, era necessário que S. Ex. manifestasse quais tinham sido os castigos não demorados, e que tivesse declinado os nomes, ao menos, de algumas vítimas desses castigos; e que houvesse citado fatos que fizessem crer que o general Andréa se mostrava inexorável contra quantos se provaram participantes, cabeças ou cúmplices da revolta.

Se o conselheiro se referiu a castigos militares deveu lembrar-se de que a disciplina havia completamente desaparecido do nosso exér-

cito, que de 1831 a 1835 fêz e coadjuvou a tôdas as revoluções feitas no Império; e de que a força às ordens do general Andréa se compunha dos desertores e revoltosos do Pará, dos fragmentos de amotinados batalhões dissolvidos, e dos criminosos e sentenciados, tirados das prisões de tôdas as Províncias e até da ilha de Fernando de Noronha: com tais recordações S. Ex. se compenetraria de que para transformar essas fézes da sociedade brasileira em soldados úteis e subordinados, indispensável foi proceder com todo o rigor das leis militares e não demorar os castigos.

É certo que durante a Presidência do general Andréa um ou mais soldados e um calafate da Armada sofreram o castigo de pena última; mas não é menos certo que essas punições foram legalmente impostas por sentenças de Conselho de Guerra, sentenças que só foram executadas depois de confirmadas, como determina a Lei, pela Junta de Justiça.

Se referiu-se a castigos por delitos políticos ou civis, considerando como castigo não demorado a detenção a bordo de um pontão, algumas correções de polícia e disciplina impostas pelo comandante do pontão, e a delonga na instauração dos processos e dos tribunais que deviam julgar os revoltosos, pouco justo seria; mas ainda assim se o conselheiro houvesse refletido: 1.º que no Pará, nem no Brasil, não se encontram prisões com capacidade suficiente para conter a multidão de pequenos réculos capturados nas numerosas povoações revoltadas e 2.º que tôda a Província do Pará só era um arraial de vencidos e vencedores e que seria absurdo e até inumano fazer dêstes os formadores dos processos e os juizes para julgar aqueles, outra seria a sua opinião porque reconheceria que a detenção no pontão não foi um castigo imposto pelo presidente, que procedeu com acertada política e com filantropia conservando no pontão os acusados de delitos comuns e embarcando para a Côrte aqueles sôbre quem só pesava o crime de terem sido chefes e oficiais em uma revolta em que muitos tomaram parte por ignorância ou fanatismo.

Para justificar esta sua deliberação alegou o general Andréa a absoluta falta de prisões, as grandes despesas com a alimentação de tantos presos e a material impossibilidade de ser, por muito tempo, cumprida a lei, e insinuou a conveniência de serem tais revoltosos empregados como soldados nas Províncias do Sul. Não havendo o Govêrno Imperial atendido à representação e insinuação do general e

devolvendo-lhe os presos, o que podia êle fazer? Conservá-los no pontão ou anistiá-los: em qualquer dêstes casos, sujeitava-se a ser, como foi, vítima das interessadas acusações dos seus demasiado severos críticos e acusadores.

É verdade que o general Andréa deportou alguns brasileiros, que provavelmente não chegaram a doze; mas também é verdade que em uma Província nas circunstâncias em que se achava o Pará pouco depois de restaurada a capital, onde por lei estavam suspensas algumas das garantias individuais, êle não conseguiria extinguir a anarquia se tolerasse que impunemente se fizesse propaganda contra a sua autoridade.

Para que se conheça da imparcialidade e retidão com que procedeu o enérgico general nessa excepcional medida, basta declarar que um dos deportados dentro de breve tempo foi cunhado de seu filho, então já comprometido com a família da noiva.

O conselheiro Pereira da Silva afirmou que o general Andréa *se mostrou inexorável com quantos se provaram participantes, cabeças ou cúmplices da revolta*, por se haver olvidado de que quando êle tomou conta do Governo da Província a autoridade do Presidente só era respeitada e obedecida na Esquadra, nas Fortalezas da Barra e de Macapá, na pequena ilha da Tatuoca e nos entrincheirados recintos das vilas de Cametá e Gurupá; e por não haver atendido a que se êle tivesse sido inexorável com os cabeças e cúmplices, ter-se-ia visto forçado a encarcerar (o que não aconteceu) mais de noventa por cento dos habitantes masculinos do Pará, ainda anexo à Província do Amazonas.

O general Andréa (graças às suas inegáveis atividade, energia e capacidade, e à inteligência e entusiasmo de um grande número dos oficiais que com êle serviam) conquistou o vastíssimo território das, hoje, duas Províncias, usando de tolerância e benevolência para com os inconscientes instrumentos do fanatismo, ambição ou perversidade dos chefes, ainda mesmo secundários e dos maus Padres, e se não ordenou, por escrito, aos comandantes das expedições que não capturassem as infelizes praças de pré ou cúmplices, verbalmente sempre lhes insinuou que, longe de perseguí-los, os deixassem livres para cuidar de seus trabalhos e famílias, e deu-lhes o muito nobre exemplo de mandar pôr em liberdade os soldados da força por Angelim deixada

na capital (13 de maio de 1836) sob o pretexto de servir de guarda ao velho Bispo, e de só conservar presos os intitulados chefes ou oficiais.

Com os caudilhos ou cabeças da revolta, e principalmente com os notórios réus de assassinatos e de todos os outros atrozes delitos comuns, foi o general Andréa, como devia e convinha, severo, *inexorável*, mas (quanto cabe no entendimento humano), imparcial e justo. Foi por este patriótico procedimento, por certo pouco adequado à demasiado clemente índole dos brasileiros tão propensos e fáceis ao esquecimento e ao perdão das injúrias recebidas, e não pelo terror dos exemplos de punição que ele applicava, que o general Andréa conseguiu a extinção do germen de novas convulsões em uma Província, cuja moralidade política e cujos hábitos de obediência e respeito às leis e autoridades haviam sido totalmente destruídos pelas dezoito comoções, que durante quinze longos anos ensanguentaram o seu vastíssimo e ubérrimo solo; e grangeou alguns acusadores que, interessados ou despeitados, e deslembrados das considerações e favores anteriormente d'ele recebidos, e das graves ofensas e crímes pelos revoltosos cometidos contra elles e pessoas de suas famílias, ousaram apelidar de *bárbaro* o nobre carácter de um dos melhores administradores (como podem atestar as Províncias de Santa Catharina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia de que depois foi presidente) e um dos mais beneméritos servidores do Brasil, que deve esquecer e perdoar as faltas e os bem intencionados erros do marechal do exército Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava e tributar gratidão às suas cinzas, ainda hoje muito veneradas pelo velho oficial de marinha que em homenagem à verdade histórica e exclusivamente guiado pela sua memória traçou estas mal alinhavadas linhas que sujeita à censura e correções de que forem merecedoras.

N. B. — Para melhor conhecimento das desgraças que padeceu o Pará desde 1820 até a carnificina de 16 de abril de 1833 se junta a esta narração o que a tal respeito publicou Inácio Acioli de Cerqueira e Silva na sua *Corografia Paraense*.



POST SCRIPTUM

Para maior exatidão histórica se declara que segundo informações obtidas da benevolência de S. Ex. Revma. o Sr. D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, muito digno Arcebispo da Bahia, Metropoli-

tano e Primaz do Império, que no lutuoso ano de 1835 estudava no Seminário da Capital do Pará, o Padre Prudêncio que foi *comandante militar de Cametá e seus distritos chamava* Prudêncio José das Mercês.

Informa mais S. Ex. Revma. que o Padre Marcelino, cujos apelidos não recorda, conquanto parecesse *mulato* não o era; *que com efeito serviu com o chefe revolucionário Eduardo Angelim e que na Capital morreu de varíola.*

Informa também o Exmo. Sr. Arcebispo que o Reverendo Vigário de Portel, que foi comandante militar de Portel, Melgaço e Oeiras, chamava-se Jacó Pestana de Vasconcelos e não Jacó Martel: e que o paralítico Padre citado com este nome era *o Reverendo Bento Mardel, por alcunha Bento Pintado, porque era real e naturalmente pintado, estava na Capela da Soledade no rio Mojú abaixo das Cachoeiras, daí atravessou a mata para o Tocantins em Baião na margem direita do mesmo rio carregado em rede; voltou e fez sua residência na Freguezia do Espírito Santo do rio Mojú.*

Destas informações dadas por S. Ex. Revma. se conclui que o Padre Jacó não é o Padre Martel citado como pacificador de Oeiras, Portel e Melgaço; e que a memória do narrador só cometeu o erro de fazer destes dois Sacerdotes uma só pessoa, a quem atribuiu as pacificações de Baião, Oeiras, Portel e Melgaço; sendo, porém certo que para a pacificação das três últimas vilas muito e mui valiosamente concorreu o bravo tenente-coronel da Guarda Nacional de Portel Raimundo Joaquim Pantoja.



EXTRAÍDO DA COROGRAFIA PARAENSE DE INÁCIO ACIOLI DE CERQUEIRA E SILVA

.....

“A notícia da revolução que em 24 de agosto de 1820 teve lugar na Cidade do Pôrto não tardou a espalhar-se no Pará, e os coronéis João Pereira Vilaça, Francisco José Rodrigues Barata e outros, não tanto levados de filantropia e amor da liberdade, quanto por interesse pessoal, temendo a volta do Conde de Vila Flor, que havia saído com licença para o Rio de Jaeniro, proclamaram no dia 1.º de janeiro de 1821, o sistema constitucional, que Portugal acabava de adotar, demitindo a Junta provisória que existia, e nomeando outra de nove

membros da qual elles fizeram parte; um Govêrno em que influíam Vilaça e Barata, necessariamente acarretaria novos males sôbre a Província, que pelo espirito de novidade sempre sedutor do povo, não duvidou fazer causa comum com a Capital. As províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo, acabavam de dar o primeiro passo para a Independência do Brasil, e a mera conversação sôbre tal sistema produzia persiguições, que cresceram à proporção que o Governador das Armas José Maria de Moura, nomeado depois pelo Govêrno de Lisboa, forçava por extirpar os elementos da tendência natural do Brasil para a sua emancipação.

Tais perseguições fizeram produzir o germen da discórdia, e da rivalidade de nascimento que tantos males tem produzido: em virtude de uma Lei das Côrtes de Portugal tinha-se instalado outra Junta de Govêrno civil, que chocando-se com o governador militar, foi no dia 1.º de março de 1823 deposta, e substituída por outra, bem como a Câmara Municipal que acabava de ser nomeada, atribuindo-se à mesma Junta, pela facção autora de tal revolução, o favonear os interesses do Brasil, quanto ao sistema da independência, asserção esta que não se ajustava com êsse Govêrno, pois que êle nada mais fêz que apoiar as injustiças dos refratários do Brasil, aderindo a tudo quanto elles queriam, não tendo a deposição da Câmara, e a prisão e deportação de alguns de seus membros, que mais reuniam a estima pública, outro princípio senão o satisfazer vinditas particulares, coonestadas com o aparato da salvação pública, princípio êste de que os Governos opressores comumente lançam mão.

Apurado o sofrimento com tantas vexações e violências do Govêrno então existente, deu-se maior impulso ao desenvolvimento da revolução da independência; o regimento de primeira linha denominado de *Macapá*, o esquadrão de cavalaria, e grande parte do regimento de *Extremoz* favoneavam a revolução, porém a falta de execução do plano que se havia para ela ajustado, fêz com que o rompimento do dia 14 de abril de 1823 fôsse infrutífero: o número dos conspiradores era grande, e somente o govêrno ignorava a proximidade da conspiração, que em a noite do dia 13, lhe foi denunciada por dois soldados do regimento de *Extremoz*, seduzidos da promessa de 200\$000 que se havia feito.

O governador das armas imediatamente uniu-se ao aquartelamento do primeiro regimento denominado da cidade, fazendo dali avisô aos mais corpos que dormiam nos seus quartéis. Por uma

ordem do dia estava determinado que não se abrisse de noite o portão dos mesmos quartéis aos oficiais da ronda, sem que a sentinela pelo postigo previamente os reconhecesse; mas a precipitação dessa noite não deu lugar a que se observasse aquela ordem pelo corpo de artilharia, que existia aquartelado no convento de Santo Antônio: quarenta soldados comandados por um oficial, todos do regimento de *Macapá*, uns poucos de cavalaria e alguns páisanos, marcharam para ali debaixo do maior silêncio, e imitando João Batista Balbi a voz do coronel João Pereira Vilaça, que nessa noite era o oficial da ronda superior, sem mais indagação foi aberto o portão, pelo qual entraram todos os conjurados, sendo logo prêso o tenente-coronel comandante José Antônio Nunes e mais oficiais que ali existiam, bem como os soldados nos diversos quartos, dando-se imediatamente o sinal ajustado da tomada, que era o de dois foguetes.

Este sinal transtornou inteiramente o plano da revolução; havia-se assentado que depois da apreensão das peças do parque de artilharia, os partidários da independência marchassem debaixo de todo o silêncio para a Praça das Mercês, e se apoderassem do Trem, ponto importante pelo grande armamento que conservava, e porque ali os edifícios dos quatro lados serviam de defesa, ocupando-se também o forte de S. Pedro Nolasco, que comanda o mar; porém nada disto, nem do mais ajustado se fez: imensos vivas à independência e ao Imperador despertaram a cidade, e o regimento de *Estremos* vergonhosamente traiu a revolução, o que foi bastante para que o capitão Boaventura Ferreira da Silva, que então tomou o comando do seu regimento de *Macapá*, desanimasse a tal ponto, que conservado no largo de S. Antônio, aí foi prêso sem a menor resistência, logo que ao romper do dia tocou-se a rebate no quartel do 1.º regimento, reunindo-se ali grande número de pessoas, que no escuro da madrugada tinham feito causa comum com os da independência.

Com essa força marchou o governador das armas para o largo de S. Antônio, onde já poucas pessoas se achavam, pois que todos os conjurados vendo a apatia daquele capitão Boaventura, o tinham desamparado: alardeavam os refratários da independência da sua vitória, ao mesmo passo que sentiam a morte do tenente-coronel Nunes, derivada da sua imprudência, porquanto conhecendo, depois de prêso, o engano em que caíra, quando se tratava de enviá-lo para uma prisão diversa do seu quartel de artilharia, aproximou-se a uma peça, e a

disparou rapidamente contra os conspirados, empregando-se a metralha em um seu soldado, que logo expirou, um cavalo, sendo ferido gravemente um sargento de cavalaria, cujo pequeno número de praças aterrou de tal sorte aos da guarda cívica, que bem poucos d'êles foram os que ousaram sair à rua: os soldados vendo o procedimento do tenente-coronel Nunes fizeram-lhe fogo, empregando-se nêles quatro balas, do que expirou após quatro dias, usando então por tempo os militares da capital de luto, que protestavam não tirar enquanto não fôsse expiada a morte do seu companheiro d'armas, com a dos autores da revolução, a quem cobriam de todos os impropérios.

Indistintamente foram capturados quantos supunha o governador Moura envolvidos na revolução, e o número d'esses presos bem depressa aumentou com os vindos de Moaná, povoação em Marajá, que proclamou também no dia 29 de maio do mesmo ano o sistema da independência, sofrendo por isso seus habitantes tôda a sorte de violências da expedição contra êles enviada da capital, constante de três barcas canhoneiras com cento e cinquenta praças comandadas pelo major José Joaquim Ribeiro do 3.^o regimento, e depois de grandes debates em um conselho que o govêrno convocou, para se resolver se deviam ou não ser justificados e cúmplices da revolução, prevaleceu o parecer do presidente do govêrno, sendo remetidos para Lisboa 275, muitos dos quais faleceram na viagem, e outros em Lisboa do péssimo tratamento e miasmas de uma prisão estreita, qual a da embarcação que os transportou, denominada *Andorinha do Tejo*.

Ficou assim frustrada por essa vez a revolução da independência, até que no dia 17 de agosto entrou pela barra do Pará o brigue de guerra *Maranhão*, enviado pelo almirante Lord Cochrane, e comandado por John Pascoe Grenfell, a fim de obrigar o govêrno existente a proclamar o sistema brasileiro, que já se achava adotado em Maranhão; o govêrno, quis ainda tergiversar, sujeitando o negócio a decisão de outro conselho; mas a idéia de que todos estavam apoderados de achar-se aquele almirante fora da terra do Pará, como afirmava Grenfell, quando existia em Maranhão, e que somente esperava ser desobedecido para entrar a obrigá-los então com a força, fez com que o povo de per si entusiasticamente rompesse em aclamações à independência, demitindo logo o govêrno, e substituindo-o por outro de cinco membros, entre os quais se compreendia como presidente Geraldo José de Abreu, que acabava de ser membro do antecedente então demitido.

Não tardou o povo a irritar-se, vendo que eram pela maioria dêsse govêrno tolerados pacificamente nos seus emprêgos, aqueles que até então faziam causa comum com os inimigos do Brasil; exigiu a demissão dêsses sem estrépito, fundado no direito de petição, e, como não fôsse atendida tal exigência, a tropa pegou em armas às nove horas da noite do dia 15 de outubro depois da revista, pedindo a demissão do presidente do govêrno e mais empregados públicos inimigos da causa do Brasil, porém acomodando-se logo com excepção de uns poucos de soldados que debandados e ébrios cometeram alguns excessos, próprios de semelhante classe quando desenfreada da subordinação; e conquanto fôsse sumamente fácil o prendê-los, para depois serem punidos segundo a lei, todavia o govêrno, afeiando o caso consentiu, que quatro dêsses militares e um paisano fôssem instantaneamente fuzilados na manhã do dia 17 na praça fronteira ao palácio, por assim o exigirem os seus comandantes cuja demissão todos tinham demandado, por entrarem no número dos que haviam sido refratários propalados da independência, que se acabava de proclamar.

A esta violência seguiu-se outra barbaridade de que ainda não havia exemplo na história dos tempos, e cuja recordação é sumamente dolorosa aos amigos da humanidade. Em a noite de 16 do mesmo mês de outubro de 1823, as patrulhas compostas de marujos do brigue *Maranhão* por ordem do respectivo comandante, de acôrdo com alguns membros do govêrno prenderam em terra 256 pessoas que encontraram nas ruas, porque a ninguém excetuava a ordem que levavam; êsses infelizes foram recolhidos em diversas prisões, e no dia 21 transportados para bordo da galera *S. José Diligente* ou *Palhaço*, oprimidos no estreito porão, e abraçados da calma, que no mês de outubro é no Pará extraordinária: pedindo com clamor se lhes desse água, por causa da muita sêde que sofriam, foram mortos, uns, dos tiros para baixo disparados pelo destacamento que guarnecia essa prisão dizendo-os amotinados, alguns, sufocados pelo fumo da pólvora, e o resto de veneno que se deitou nas vasilhas d'água que lhes entregaram, sendo no seguinte dia 22 de outubro conduzidos 252 cadáveres em um lanchão para o sítio de *Penacova*, abaixo da cidade, onde foram sepultados, querendo-se assim desviar da vista dos habitantes uma cena de tamanho horror. Escaparam dêsse massacre quatro homens, três dos quais faleceram depois do veneno no hospital, sobrevivendo um único dos 256 recolhidos ao *Palhaço*.

Os autores de semelhante massacre quiseram encobri-lo, dizendo, que os presos desesperados se despedaçaram mutuamente às mãos, porém a extraordinária publicidade desfez essa invenção: começavam logo as procrições; os cidadãos mais conhecidos por sua adesão à causa pública, foram mandados para diversas partes do interior da Província, onde alguns faleceram e outros remetidos para o Rio de Janeiro, entre os quais não escapou o cônego João Batista Gonçalves Campos, que denodadamente se havia votado a prol da Independência, sendo deposto do lugar de membro do govêrno na manhã do dia 17 de outubro e recolhido prêso a bordo do brigue *Maranhão*.

Tôda a Província se pôs em alarma por êsses fatos, e com especialidade as vilas de Cametá e circunvizinhas, que reunindo mais de cinco mil homens interceptaram a navegação do Amazonas, apoderaram-se da ilha de Marajó, e tendo à frente o capitão José Francisco Alvares, marcharam para a capital a fim de obrigarem o govêrno a, demitir-se, mas a chegada da charrua *Gentil Americana* que trazia a seu bordo o novo Presidente José de Araujo Rozo, e por comandante das armas o brigadeiro José Inácio Borges, fez sustar maiores calamidades, pois que tomando logo ambos posse da administração da Província, foi isso bastante para que todos aqueles se retirassem a seus domicílios.

Todavia não permaneceu a tranquilidade por muito tempo durante a administração dêsse Presidente; a paralização do comércio, e as comoções anteriores tinham reduzido à penúria os cofres públicos; parte da tropa revoltou-se por causa do atrasamento de seus sôllos, e não poucos desatinos e prepotências então praticadas pelo Presidente frustraram tôdas as esperanças do melhoramento político, sendo por isso demitidos o mesmo Presidente, e substituído por José Felix Pereira de Burgos, que pouco differiu do seu antecessor.

Na capital e interior da Província subsistiam em fermento os germens da intriga e da desconfiança; excessos dos agentes do poder haviam irritado os ânimos a grande ponto, e foi então que a vila de Cametá se viu occupada de um grupo de homens celerados, os quais, capitaneados por um desertor, Antônio Vieira Barbosa, se apoderaram dela no dia 26 de abril de 1826, praticando, durante essa occupação, tôda a sorte de excessos e violências; uma expedição enviada da capital contra êsses sediciosos foi por êles batida, e obrigada a retroceder à mesma capital, nada mais fazendo que o dar a morte a deses-

seis homens nascidos em Portugal, os quais previamente presos foram com aparato cruel mortos, apenas constou que a tropa expedicionária não admitia medidas pacificativas.

O estado da Província não continuou a ser verdadeiramente bom: elementos de discórdia, e ressentimentos fizeram com que a ordem pública fôsse por vezes alterada, e com especialidade no ano de 1831 até o presente. A notícia da abdicação que teve lugar, no dia 7 de abril, chegada à capital na manhã de 22 de maio pela escuna americana *Ametista*, exaltou o germen das paixões que se achava como sufocado; o Presidente reuniu imediatamente o Conselho, e proclamou ao povo no sentido da ordem; seguiu-se logo a apresentação ao mesmo Conselho de uma proposta, para que fôsse suspenso o comandante das armas por suspeita ao novo governo adotado, e essa indicação produziu um requerimento assinado por vários, exigindo que ela ficasse de nenhum efeito, como aconteceu; mas o gênio do mal caminhava com passos agigantados, e assim teve a capital de experimentar novos receios na manhã de 22 de junho, em consequência da revolta de alguns soldados do batalhão n.º 24, os quais, desertando da forma onde se acharam para a procissão de *Corpus-Christo*, apoderaram-se do Trem, onde foram batidos pelo restante da força militar e paisanos, em atenção ao que nesse mesmo dia se assentou em Conselho criar um corpo provisório de guardas nacionais para velar na tranquilidade pública.

Chegou ao Pará no dia 16 de julho o Visconde de Goiana como presidente e tomou posse, mas a desconfiança propagada fez com que aquele corpo de guardas nacionais, ou por certeza de ser desarmado e dissolvido, ou por desconfiança disso, como se divulgou nos dias 3 e 4 de agosto, se reunisse no dia 7 em número considerável, apoderando-se do Trem e patrulhando pela cidade. Nessa mesma manhã a praça do Palácio se apinhou de tropa, e povo reclamando por intermédio dos Juizes de Paz e comandante dos corpos, a demissão daquele Presidente, e a deportação para o interior de várias pessoas a pretexto de infensos à tranquilidade pública.

Obrigado das circunstâncias consentiu o Presidente na sua demissão, sendo substituído pelo conselheiro do governo Marcelino José Cardoso, que fez partir os deportados para o seu exílio, onde alguns pereceram. Não foi porém o restante da administração daquele conselheiro turbado na capital, antes o comércio teve um contrastante progresso; tudo parecia renovar para melhor a série dos negócios

públicos, não acontecendo o mesmo no interior, onde cruzadas as opiniões sobre a revolução de 7 de agosto, auguraram cenas desagradáveis que infelizmente se verificaram.

Ciente o Governo central daquela revolução, nomeou para Presidente a José Joaquim MACHADO de Oliveira, e para Comandante das Armas a. Antônio Correia Seara, os quais desembarcando em o dia 24 de fevereiro de 1832, tomaram depois posse, fazendo consecutivamente regressar à Capital os desterrados. Já a esse tempo um desses, o Cônego João Batista Gouçalves Campos havia sido reconhecido Vice-Presidente da Província por algumas Vilas do interior: cumpria pois fazer esquecer fatos passados, mas esta medida, aconselhada pelo dever do interesse público, foi esquecida; o espírito de reação desenvolveu-se, as fôlhas públicas, que então apareceram em campo, não seguiram a verdadeira estrada, e alguns assassinios e distúrbios na Capital ameaçavam um rompimento, que o Governo não curou de prevenir.

Começou a desordem na barra do Rio Negro pela sedição da tropa da guarnição, que revoltada no dia 12 de abril pelo soldado Joaquim Pedro, soltou os criminosos que se achavam presos, apoderou-se do Trem militar, e havendo assassinado cruelmente o seu comandante, o velho coronel Joaquim Felipe dos Reis, que ao toque de rebate acudira a acomodar os soldados, tomou uma atitude aterradora, nomeando um novo comandante, e praticando bastantes desatinos por espaço de três dias. Depois disto foi a povoação de Maués agredida pelos índios selvagens, os quais fascinados pelo prestígio de que os moradores brancos, pela maior parte nascidos em Portugal, os queriam cativar, assassinaram a mais de trinta, saqueando e queimando alguns estabelecimentos, procedimento este que foi imitado por outros índios, que em grande número desciam pelo Rio Negro e Madeira.

Semelhantes fatos pareciam o prelúdio de maior desordem; ela com efeito aconteceu nos dias 22 e 23 de junho, em que reunidos em forma de Conselho vários habitantes do Rio Negro, assentaram separar essa Comarca da Província, aclamando logo por Presidente ao Ouvidor que servia, Manuel Bernardino de Souza Figueiredo, que protestou contra a nomeação, e para Comandante das Armas ao tenente Boaventura Ferreira Bentes, apresentando o manifesto das causas produtoras de tal separação, as quais consistiam em que aquela Comarca fôra reconhecida Província pelas Côrtes de Portugal; que para essa categoria tinha as necessárias proporções pela fertilidade do

solo, e comunicação de estrangeiros vizinhos; que mesmo depois da Independência do Império o governo do Pará reconheceu a Junta governativa do Rio Negro; e finalmente que os atos revolucionários de 7 de agosto, e a arbitrariedade de muitos comandantes militares haviam conduzido os povos ao desespero, afetando logo a decisão desse ato ao governo central e Assembléia Geral, por um enviado que para isto partiu para o Rio de Janeiro pelo rio Madeira.

Constou essa revolução na capital do Pará no dia 14 de julho, mas, às alterações então espalhadas, seguiu-se a cabal certeza do acontecimento com a chegada dos despachos oficiais ao Presidente no dia 22, pelo que reunido o Conselho, resolveu este que se proclamasse aqueles povos, enviando-se o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha, com uma expedição ao rio Negro, com ordem de empregar somente a força em última necessidade; todavia conquanto corajoso fosse o chefe da expedição não gozava do conceito geral, e foi repellido pelos insurgidos, que se haviam fortificado no lugar mais estreito do Amazonas, cruzando o fogo do forte de Bonfim e das baterias das Lages, com mais de trinta peças, e mil e tantos homens de guarnição: mas conseguiu sempre o reduzir a ordem naquela província, depois de empregada a força, desembarcando na Barra no dia 12 de agosto.

Enquanto isso se passava pelo interior, as denúncias e processos criminais formados na Capital contra os compreendidos na revolução de 7 de agosto de 1831, faziam engrossar o número dos presos, e emigrar outras muitas pessoas, pois que o número dos pronunciados excedia a duzentos e trinta: fica pois virtualmente sabido que o mal de necessidade subiria a maior ponto, e assim aconteceu, porque logo se reuniram negros fugidos em grupos, que não pequenos danos causaram nas incursões que faziam pelas imediações da vila de Santarém, e na ilha de Marajó no rio Anabijú, ao mesmo passo que outros celerados espalhados pelo rio Mojú e Igarapémirim, infestavam os moradores, matando e praticando outros atos de barbaridade.

Foi porém mais terrível o assalto feito pelos mesmos celerados à vila de Cametá: mais de trinta desertores e criminosos capitaneados por um soldado desertor Jacó Patacho acometeram àquela vila no silêncio da noite, apoderaram-se do Trem, prenderam o Juiz de Paz, assassinaram a dois indivíduos, e esperavam o aparecimento do dia para praticarem maiores desatinos; mas já a esse tempo espalhado o alarma, e despertados os habitantes da vila, atacaram os agressores, que cedendo a força maior, depois de resistencia com mortes de parte

a parte, fugiram debandados, sem que as providências que o Governo deu para a sua prisão pudessem aproveitar, porque impossível era cumprirem os dezesseis homens, enviados para isso em duas canoas, a ordem de voltarem à Capital no fim de quatro dias impreterivelmente, com os assassinos que pudessem prender, ou sem eles. Voltou com efeito essa pequena expedição no tempo prefixado, mas em lugar de assassinos, apenas conduziu à sirga cadáveres dilacerados, que sobre-nadando encontrara.

Havendo pois dois partidos em campo, cada um dos quais mais apologiava a sua opinião, era consequência necessária que a irritação dos ânimos subisse a maior grau: o governo civil e militar da Província bem depressa foi tachado de conivente com os que faziam a desordem, e conquanto não nos inclinemos a decidir sobre quem pende a razão, devemos porém declarar imparcialmente que o Presidente da Província não soube conciliar os ânimos divergentes, e que disto tem nascido cenas ltuosas, as quais se teriam poupado. Não é só próprio dos governos o punir, sua mais nobre ação é prevenir males para evitar essa punição, e se se houvesse aproveitado a docilidade do povo Paraense; se aqueles que pretendem hoje campar de corifeus das públicas liberdades, houvessem seguido uma senda mais razoável, ver-se-ia àquela Província em sossêgo, e não prêsã como tem estado do choque e embate das opiniões.

O governo achou de prudência demitir aquele presidente e comandante das armas, nomeando para primeiro lugar a José Mariani, que servia um dos lugares da magistratura na capital do Maranhão, e para o segundo ao tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos, comandante das armas da mesma Província; chegou essa notícia ao Pará na escuna *Smyrna Packet*, e logo se viu de novo ateado o germen da discórdia.

Diversas pessoas reunidas em o dia 6 de abril nas casas dos Juizes de Paz, exigiram que eles requeressem a conservação das autoridades demitidas por assim convir à tranquilidade pública, lembrando se pedisse ao governo para presidente a Luiz da Cunha Moreira, e ao coronel Manuel Sebastião para comandante das armas, no caso de que os existentes recusassem continuar, exigindo também se não desse posse ao novo ouvidor Amazonas. — A proporção que as representações da capital eram apresentadas ao presidente, outras em igual sentido se recebiam de diversos lugares.

Chegou no dia 7 o paquete *Feliz*, com o presidente e comandante das armas que se esperavam, a tempo em que já no Conselho do Governo reunido os existentes, tinham declarado continuassem nos seus emprêgos. Um contínuo sobressalto se apoderou dos habitantes da capital nesses dias; muitos tomaram armas, a pretexto de repelirem um grupo de indivíduos, pela maior parte portugueses, que diziam reunidos no covento de Santo Antônio, e outros pontos, donde haviam assegurado ao novo Presidente estarem prontos para sustentar a sua nomeação e posse.

Espalhou-se logo o susto, e a consternação; as principais famílias buscavam abrigo nas embarcações surtas no pôrto, em casa dos cônsules estrangeiros, outras emigravam, e alguns se reuniam em casas suas, fortificando-se contra qualquer tentativa da população exaltada. Tal foi um Joaquim Afonso Jales, a quem o Juiz de Paz da Campina mandou prender, arrombando-se-lhe e escalando-se-lhe a casa: êste ato violento obrigou ao mesmo Jales a pedir providências ao presidente, enviando-lhe um requerimento; mas o portador sofreu um tiro da patrulha: Jales disparou outro, matou um dos soldados, e isto foi o *tocsin* do progresso das violências populares, pois que se praticaram até atos de barbaridade que sensibilizam. O presidente e comandante das armas apareceram no meio da carnagem, mas não puderam conter a multidão, sendo depois espalhada uma proclamação daquele em que recomendava a ordem, *porque já estavam vingados*. Todavia um tal e qual restabelecimento teve apenas lugar, depois que o comandante da corveta *Sete de Abril* declarou que repeleria com a sua guarnição os atos atentatórios contra as pessoas, que de bordo se observavam praticados em terra: esta declaração, que aquele comandante nenhuma dúvida teria de realizar, conteve os amotinadores, que daí por diante apenas com armas brancas praticaram assassinatos, e não com tiros dispersos pelas ruas, como até então.

Notou-se que nenhum dêstes amotinadores foi preso, e que durante o calor da carnificina foram soltos os presos, de ordem do comandante das armas, que anteriormente afirmara em Conselho estar a força militar subordinada e obediente às suas ordens. Serenados algum tanto êsses movimentos na Capital, continuou a desordem pelas vilas do interior, e os principais comerciantes e capitalistas, receosos de outras cenas semelhantes, se retiraram da Província com os seus fundos, sofrendo consequentemente a mesma Província considerável prejuízo, que só depois de muitos anos se poderá ressarcir.

NO PARÁ

1835

Rebentando em 1835 a revolução do Pará, em que foram assassinados o Presidente Lobo, o comandante das armas Joaquim José de Santiago e o comandante da Fôrça Naval, James Inglis, o govêrno viu-se em grande dificuldade para socorrer àquela Província, e só o fêz mandando presidí-la e comandar as armas o venerando marechal Manoel Jorge Rodrigues, 3 oficiais às ordens, e 6 inferiores para lhe organizar fôrça militar. De Marinha foi a fragata *D. Francisca*, escuna *Rio da Prata*, e patacho, todos sob o comando do benemérito chefe de esquadra João Taylor.

Esta fôrça seguiu pela Bahia e Pernambuco, contando receber refôrço que aliás não teve por falta dela nesta Província. No Maranhão, recebeu um batalhão de Caçadores contando menos de 300 praças.

Com esta fôrça tomou posse do govêrno o general Manoel Jorge, porém ao completar o mês foi atacada a cidade de Belém por mais de 3 000 homens, que ascenderam depois a 6 000. Durante 9 dias houve constante combate com os defensores do govêrno, inferiores ao têrço da fôrça rebelde, diminuindo em número consideravelmente, a ponto, de forçarem a retirada da fôrça legal, abandonando a capital aos rebeldes.

O Presidente retirou-se com o resto da fôrça que tinha para ocupar a ilha da Tatuóca; e fêz conduzir para a vala de Cametá, e fazenda de Chermont em Marajó os habitantes da Capital que a haviam abandonado.



CARTA DE MANUEL JORGE ROIZ

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa.

Recebi a estimadíssima carta de V. S.^a, de 21 de outubro pp., estimando sobretudo que goze saúde. Não lhe digo nada do sucedido até à saída do Cruz, porque êle informará. Chegou esta madrugada o brigue *Dois Irmãos*, e outro, mercantes; neste vem Honório José dos Santos, empregado do Consulado, que tinha fugido com
.....; e diz que os ministros da guerra e marinha foram chamados à responsabilidade; que estava a ordem pronta para marcharem 600 homens de Pernambuco; que foi esquecimento, quando tal lhe não passava pela imaginação; que não podem tardar os 600 homens da Província, que vêm em direitura aqui nos brigues *Constança* e *Resolução*, e um mercante com mantimentos e que vêm em consequência das ordens da côrte; as notícias combinam nos 600 homens; mas sôbre os transportes têm variado. O *Patagônia* chegou ao Maranhão, está consertando, não passou de Pernambuco. A gente que vem não é em consequência dos sucessos de agosto; mas sim do meu pedido no ofício em que dei parte da posse ou das acusações do vulgo o que todos escreviam; chegando lá as tristes notícias de agosto, hei de esperar que façam todos os esforços para mandar pelo menos agora o que se pede: Muito prazer me têm dado as vitórias dos Cametaenses na ilha da Conceição e outros sítios; para vergonha dos Marajoenses, onde a intriga e covardia de alguns comandantes e principalmente de Chermont, não se lhe faria favor nenhum metê-lo em Conselho de Guerra; mas qual é a minha infelicidade, mando para aí o major Gama, tive que retirá-lo e é outro que tal; lanço as vistas em torno de mim, e não acham de que lançar mão; basta sôbre assuntos que estão à vista de todo o mundo. Vejo os esforços que fêz para pôr o batelão *Defensor da Legalidade* pronto; e o quanto êle tem servido: a infernal traição do *Igarité-Mirim* muito nos tem transtornado. Sôbre os desgostos de que me fala é notória a sua conduta. Os cearenses bateram os rebeldes em Turiaçú, aprisionaram 17 e foram mortos 9. Passaram a Perocava, mataram 80, e aprisionaram poucos, e passaram ao Caeté; a primeira notícia ou sucesso do primeiro ponto é de ofício ao Presidente do Maranhão, e a marcha para o segundo; mas do sucesso do segundo, ainda que confirmado por todos os barcos particulares, não havia ofício; no primeiro ponto, uniram-se 100

homens aos cearenses; no segundo igual número, o major não quis por não ser preciso mais gente para bater inimigo, tão fraco que tratava da agricultura. Muito sinto não se ter verificado a notícia que me dá de *Igarapé-Mirim* ter sido retomada e só o será se daí o fôrem retomar; o que pode ser de combinação com o Abaité, o que supponho fácil combinar. Muita falta nos fazem os navios pequenos; o brigue que vinha com as armas que o Lobo tinha encomendado foi tomado pelos das Salinas porque foram pedir prático; mataram tôda a tripulação; felicidade é não trazer pólvora; a retirada de Marajó deu lugar a que a escuna *Rio da Prata* fôsse para as Salinas com ordem para não se lhe cobrar nada, mesmo porque não há com o que rendê-la; tenho ofícios para Macapá, com data do 1.º de setembro, sem lhos poder mandar; finalmente tudo é misérias; e a escuna *Rio da Prata* está cá; porque não cumprir a ordem de mandar para o Maranhão. Em Abaité há uma intriga forte entre o Oliveira e o tenente coronel da Guarda Nacional; o Juiz de Paz é por êste, o tenente Castro por aquele; o tenente coronel vai aí, será bom que o Juiz de Paz o demova, o que não há de custar; porque como Abaité está ameaçado êle não deixará de gostar do pretexto para ali não aparecer; tenho observado que todos os bons intrigantes são fracos: Valha-me Deus, com tantas coisas impostas à boa ordem, e marcha que devem seguir os negócios desta Província. Deus proteja os Cametaenses, a sua Majestade, a V. S.ª por muitos anos como lhe deseja quem é com a maior estima.

De V. S.ª antigo e verdadeiro amigo obrigado

F. Campista, 6-11-1835.

(a) *Manoel Jorge Roiz*



OFÍCIO DO PRESIDENTE ROIZ

Recebi o seu ofício de 7 do presente mês em que me comunica a deliberação que tomou de mandar aqui o 2.º tenente Filipe José Pereira Leal para me informar do que observou na comarca do Baixo Amazonas; e das notícias que mais de perto obteve do Alto, do que me deu minuciosa informação; o remédio a tudo reduz-se a mui pouca

coisa: tropa e um comandante militar, isto mesmo é que pedem os povos; mas tão pouca coisa aonde é que está? Vou mandar algumas munições, e papéis; e a providência mais profícua é voltar quanto antes o Leal; o que eu muito lhe recomendo; o que também mais exigem são embarcações; estamos no mesmo. Muito agradeço a V. M.^{ce} o vivo interesse que tem tomado por tudo que pode concorrer para a boa ordem e pacificação desta Província; a atividade e prontidão com que se tem prestado para tudo do serviço Nacional e Imperial, manejando todos os negócios com muita inteligência e acêrto; e da minha parte agradecerá ao dito 2.^o tenente Leal; a inteligência e atividade com que se houve na interessante comissão a Tapajós, confiando que o mesmo praticará na que novamente lhe mando empreender.

Foi mui acertada a sua lembrança de mandar para Abaeté os mantimentos que sobraram da expedição, que bem os precisavam.

Deus guarde a V. M.^{ce}. Bordo da fragata *Campista*, surta na baía de S.^{to} An.^{to} no Pará, 28 de fevereiro de 1836.

(a) *Manoel Jorge Roiz*
Presidente

Senhor Primeiro Tenente Joaquim Marques Lisboa
Comandante do brigue *Cacique*



OFÍCIOS DO PRESIDENTE ANDRÉA

Ofício do Presidente da Província, general Francisco José de Souza Soares de Andréa.

Ao capitão de fragata Agnelo Petra de Bitencourt. Em 14 de agosto de 1836.

.....

Se o 1.^o tenente Joaquim Marques Lisboa quiser acompanhar esta expedição (ataque à Vila de Breves) até o complemento de alguma empresa concertada com o chefe civil de Cametá, V. S.^a lhe dará sempre que entrar em ação o lugar correspondente a seu conhecido valor e mais qualidades que o ornem.

Do mesmo Presidente, na mesma data, ao comandante do brigue *Cacique*, 1.º tenente Joaquim Marques Lisboa:

Nesta ocasião mando 3 escunas para entrarem no Amazonas e principiar a dar algumas esperanças àquela gente, enquanto não me preparar para dispor de forças mais decisivas para tão longa distância. Desde esta Vila de Cametá até Gurupá devem haver algumas posições que embarquem grandemente a passagem daquelas escunas; ou que pelo menos seja conveniente bater ou dispersar os rebeldes que as ocupem, e se o Sr. chefe civil julgar a propósito esta ocasião, muito estimaria que V. M.^{ce} quisesse ter parte em qualquer empresa projetada, porque os seus serviços não podem deixar de ser úteis e decisivos, desde que V. M.^{ce} os empregue.

Deus guarde a V. M.^{ce}. Palácio do Governo do Pará, 14 de agosto de 1836. Senhor primeiro tenente Joaquim Marques Lisboa, Comandante do brigue *Cacique*.

Em consequência das últimas notícias dessa vila fiz as diligências para mandar mais uma embarcação para esse lado com o destino de coadjuvar qualquer projeto que se tenha feito de restauração de Oeiras, como muito convém, e aí vai o brigue *Brasileiro*. No mesmo vão os medicamentos pedidos, e vão mantimentos para esse brigue, e para as embarcações do Amazonas, que será bom fazer-lhe chegar por todos os modos, e em que V. M.^{ce} poderá talvez ter boa parte ao menos em arbítrios a propósito.

Não vai o pagamento do seu brigue a igualar com as outras, porque não pode sair dinheiro da caixa sem ficar assinada a entrega, mas fica separado o dinheiro para ser entregue, logo que venha o escrivão.

Deus guarde a V. M.^{ce}. Palácio do Governo do Pará, 6 de setembro de 1836.

(a) *Francisco José de Souza Soares d'Andréa*

Sr. 1.º tenente Joaquim Marques Lisboa
Comandante do brigue *Cacique*.

No dia 20 saiu daqui o paquete *Primeiro de Abril* para o ajudar na salvação do brigue do seu comando, e por êle lhe mandei as coisas que me ocorreram, e ao comandante do paquete como urgentes nas suas circunstâncias, e hoje recebi o seu ofício de 19, dando-me parte da avaria recebida pelo brigue *Cacique* quando se dirigia a esta cidade, e fico ciente de tudo. No mesmo ofício dei uma relação de pedidos, parte dos quais já foram, e tenho dado as ordens para que lhe seja enviado tudo o mais, havendo. Não temos cem fôlhas de cobre, e vão as únicas que existem. Agora mesmo mando indagar pela Alfândega se há algum despacho em terra.

Sobre os objetos perdidos em consequência do acontecimento do brigue, feitos os termos do estilo estão gastos.

Resta-me responder-lhe à pretensão de passar por Conselho de Guerra que V. M.^{ce} me pede para justificar. Os Conselhos de Guerra são precisos nos casos em que a conduta dos oficiais pode ser equívoca ou duvidosa, é então às autoridades a quem toca nomear os Conselhos que devem aclarar a verdade. V. M.^{ce} não está neste caso: a sua conduta desde que de V. M.^{ce} tenho conhecimento pessoal, e em tôdas as ocasiões de serviço em que sei que se tem achado põem-no a coberto de toda a equivocação; e o desastre do brigue do seu comando só serviu para lhe oferecer mais uma ocasião em que mostrasse a sua inteligência, o seu zêlo e a sua atividade: está portanto julgado pelo que me pertence e não quero que responda a Conselho de Guerra.

Deus Guarde a V. M.^{ce}. Palácio do Govêrno do Pará, 23 de outubro de 1836.

(a) *Francisco José de Souza Soares de Andréa*

Sr. Primeiro tenente Joaquim Marques Lisboa.
comandante do brigue *Cacique*.



CARTA DE DIOGO DE MENDONÇA CÔRTE REAL

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa,

Muito meu respeitável amigo do coração.

Recebi a sua honrosa carta, datada de 31 de dezembro, na qual me noticia os falecimentos de seu irmão, tia, sobrinhos e primos;

não pode fazer idéia do meu sentimento, pois, como ferido de mil golpes, sei dar valor à sua dor, porém assim como Deus nos Experimenta com os trabalhos, também nos dá o valor para os sofrer. O mesmo Senhor o console e a toda a sua aflita família, meu caro amigo. Eu não tenho reparado não me ter escrito, pois sei o estado em que foi daqui; sei que V. S.^a me estima, que nunca se há de esquecer muito; em o serviço do país, em todo o tempo que estive em sua honrosa companhia, que sempre me estimou muito, jamais me poderei esquecer da sua honrosa amizade que sempre me teve; o que espero é que V. S.^a continui em me dar notícias suas e da sua honrosa família. Estimo que V. S.^a esteja com perfeita saúde, em companhia de toda a sua família e parentes que lhe estimam e muito. V. S.^a é merecedor de todos lhe quererem bem e eu não menos. O amigo Hermenegildo me tem dado por vezes recomendações de V. S.^a; agradeço muito a V. S.^a a boa notícia que me dá da minha pretensão e sei que há de interceder por mim para o bom despacho. Dei as suas recomendações às pessoas que na sua carta acusava; a sua namorada D. Brites ralhou muito, dizendo se não tinha papel para lhe escrever a ela uma carta e só tinha para escrever a seus amigos; e fico certo em tudo o mais que contém na sua honrosa carta; queira dar-me V. S.^a uma grande recomendação aos Ilustríssimos Srs. seus pais e a toda a sua família e fico pedindo a Deus pela saúde de VV. SS. Meu amigo, eu daqui vou vivendo como Deus é servido. Se V. S.^a conhecer em mim algum préstimo aqui me tem, pode determinar de mim o que quiser, como quem é,

De V. S.^a o mais obrigado e afetuoso
Amigo do coração

(a) *Diogo de Mendonça Corte Real*

Pará, 5 de março de 1838.



TRIPULANTES PORTUGUESES

CÓPIAS

O abaixo assinado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha de Portugal, sem embargo de saber que não correspondia a prática, no recrutamento para a Marinha neste Império, e principalmente na Côrte, aos bons princípios e disposições amigáveis contidas em a nota confidencial muito atenciosa, que lhe foi dirigida em 24 de dezembro do ano passado por S. Exa. o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, e seu Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, não julgou a propósito insistir nas suas queixas contra as autoridades encarregadas de tal recrutamento; e tem-se limitado a invocar a justiça do governo imperial a favor de algumas reclamações individuais destacadas que têm podido chegar às suas mãos. Ele obrou assim por muitas razões, entre as quais não deixará de mencionar: a sua repugnância em ofender a dignidade do Governo Imperial, contradizendo asserções, que eram feitas de um modo tão autorizado, o seu desejo de que as relações entre os dois estados fôsses inteiramente conformes aos sentimentos de cordial afeto e de fraternidade, que unem os soberanos respectivos, — e por último, o cuidado que tem pôsto em evitar e esconder tôdas as questões, que podem indispor os súditos das duas nações, ou descobrir qualquer indício de dissensão entre elles, — tanto porque pertencem à mesma família, como porque se auxiliam mutuamente nos seus interesses, sem que na prosperidade de cada uma delas possam encontrar motivo de ciúme. O abaixo assinado tinha contudo algumas vezes prevenido a S. Exa. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros verbalmente, e por escrito, de que o procedimento das autoridades brasileiras nos

recrutamentos dos súditos portugueses era ofensivo, não só à soberania e independência de Portugal, mas até ao respeito e consideração que se devia ao governo da Augusta irmã de Sua Majestade o Imperador, e que se arriscava a comprometer mais tarde ou mais cedo a harmonia que existe entre os dois Estados. Desgraçadamente o Governo Imperial não deu tódia a importância a estas queixas ou insinuações, e as consequências de seu comportamento foram os fatos desagradáveis e perigosos, que constam das cópias inclusas de um ofício do capitão-tenente Francisco Soares Franco, comandante da corveta portuguesa *D. João I*, e d'outro de Leonardo de Souza Leite e Azevedo, Cônsul Geral de Portugal em Montevideu. O abaixo assinado, cuja moderação nas representações sôbre a penosa contenda a respeito do recrutamento de seus compatriotas tem sido reconhecida por Sua Excelência o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, vê-se constrangido pelo seu rigoroso dever a levar com o mais pungente desgosto ao conhecimento de Sua Majestade o Imperador as cópias dos sobreditos ofícios e dos papéis que os acompanham, nos quais se referem coisas tão horrorosas e tão ofensivas dos sentimentos nacionais, que não se podem ler sem excitar a indignação de todo o Português, ainda que seja dotado da maior prudência. O abaixo assinado espera que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros conhecerá com muito pesar, pelo primeiro dos ditos ofícios, que esteve a ponto de se verificar um conflito entre as forças marítimas de S. M. o Imperador e a corveta *D. João I*, que o governo de S. M. Fidelíssima havia mandado ao pôrto de Montevideu com o objeto de apoiar as reclamações contra o recrutamento de súditos portugueses para a Marinha daquela república. Está igualmente certo de que nem S. Exa., nem homem algum que tenha brio e humanidade poderá estranhar que o comandante de um navio de guerra português se ressentisse, sabendo os maus tratamentos que experimentavam os seus compatriotas individualmente recrutados, e presenciando que eram perseguidos com tiros de bala quando tratavam de escapar-se à sua injusta detenção, naquele mesmo pôrto, onde estava encarregado de coibir, até com o uso da força, o recrutamento de súditos portugueses. Na cópia do ofício do Cônsul Geral, nos papéis a que êste se refere, encontrará S. Exa. não só a confirmação em quanto ao mau tratamento dos portugueses presos a bordo dos navios de guerra brasileiros, mas também a lista de todos aqueles que se acham munidos de títulos de nacionalidade, dos quais não poderão valer-se pelos

motivos que declarou o Vice-Cônsul Encarregado do Consulado Geral de Portugal nesta Côrte e que S. Exa. na sua Nota Confidencial, já citada, atribuiu a informações inexatas. O abaixo assinado deveria aqui reclamar do Governo de S. M. o Imperador que expedisse ordem ao seu Encarregado de Negócios em Montevidéu para que, examinando juntamente com o Comandante da Divisão Naval Brasileira os títulos de nacionalidade dos compreendidos na dita relação e d'outros que possam achar-se nas mesmas circunstâncias restituísse à liberdade os donos daqueles que achassem legais e autênticos; não só porque era uma ação justa, mas porque serviria de exemplo aos Governos das Repúblicas do Rio da Prata, quando o governo imperial exigir d'elles, que respeitem os seus Direitos à Justiça e atenção, com que tivesse tratado os do governo de S. M. a Rainha. Porém não se cansa com a referida reclamação; porque tem razões de sobejo para acreditar que seria tão mal sucedida, como foi outra semelhante feita por seu antecessor em 26 de novembro de 1839. O abaixo assinado deu, há tempo, parte ao seu Governo do pouco fruto, que havia tirado dos seus esforços para desvanecer as indisposições que resultam da prática inveterada de recrutar Portuguezes, seguida sem nenhuma reserva ou discrição em tôdas as Províncias litorais do Brasil, e lhe requereu que acudisse a êste abuso com as providências que julgasse mais acertadas, pois só podia redundar em desdouro seu ou manter nesta Côrte uma Legação para servir de testemunha às violências que sofriam os seus nacionais. Contudo, sem esperar pela resposta da sua Requisição, nas dolorosas circunstâncias em que o colocou o ofício do comandante da corveta *D. João I*, êle ficaria comprometido com o seu Governo, e com a sua Nação se não declarasse ao Governo de S. M. o Imperador que será muito dificultoso prevenir ou evitar as consequências perigosíssimas, que hão de seguir-se necessariamente à continuação dos excessos cometidos no recrutamento de Portuguezes para a Marinha Brasileira, nos quais a justiça, a dignidade e a conveniência do mesmo governo devem empenhá-lo a pôr têrmo. O abaixo assinado, fazendo esta declaração da maneira a mais formal e solene, deixa a imensa responsabilidade dos terríveis efeitos, a que alude, sobre aqueles que têm tratado com menosprêzo as muitas repetidas queixas e representações, que tanto êle, como os seus antecessores à testa da Missão Portuguesa nesta Côrte têm dirigido ao Governo Imperial sobre tão aflitivo assunto. O abaixo assinado repete a S. Exa. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros os protestos da

sua muito distinta estima e consideração. Rio de Janeiro em 14 de abril de 1842. Ilmo. e Exmo. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros. Ildefonso Leopoldo Bayard.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

CÓPIA N.º 1 — Ao Encarregado dos Negócios do Brasil — Fevereiro, 8 — Ilmo. Sr. Há dias pedi a V. S.^a que tivesse a bondade de falar ao comandante da Estação Naval do Império do Brasil, para que desembarcasse ou mandasse para o Hospital, a fim de se tratar, o marinheiro José Maurício, natural de Lisboa, súdito português, o qual se acha doente a bordo da corveta *Dois de Julho*, para onde foi violentamente prêso no Rio de Janeiro, e como V. S.^a até hoje nenhuma decisão me deu, volto a incomodar a V. S.^a sobre o mesmo assunto, porque me informaram que o citado marinheiro está muito doente e incapaz de prestar o menor serviço. De bordo da citada corveta me têm sido dirigidas diferentes reclamações dos súditos portugueses presos, com aquele a seu bordo, os quais me enviaram os títulos, que os acreditam, pedindo a proteção deste Consulado Geral para serem soltos e desembarçados. Estes indivíduos, que montam a um crescido número, além de outros que me constam aí existem, e a bordo da corveta *União* nas mesmas circunstâncias, e asseveram que nenhum foi engajado, nem voluntário: entre aqueles se acha o denominado José Antônio dos Santos, natural do Pôrto, o qual representou, que sendo piloto da barca portuguesa *Tentadora*, vinda daquela cidade, foi prêso a seu bordo e levado para a mencionada corveta, por consequência vou rogar a V. S.^a se sirva officiar ao comandante da Estação Naval Brasileira, para que não só este indivíduo, mas também todos os mais, que provem evidentemente sua nacionalidade de Português, que nunca serviram o Império, nem mesmo nas embarcações mercantes matriculadas como brasileiras, e que foram presos no Rio de Janeiro, sejam postos em liberdade, e mandados desembarçar, pagando-se-lhes o tempo que têm servido. Deus Guarde a V. S.^a. Consulado Geral de Portugal. Montevideu, 8 de fevereiro de 1842. Ilmo. Sr. José Dias da Cruz Lima, Encarregado dos Negó-

cios do Império do Brasil. Leonardo de Souza Leite Azevedo. *Está conforme*. Leonardo de Souza Leite Azevedo — Cônsul Geral. *Está conforme*. José de Vasconcelos e Souza.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

CÓPIA N.º 2 — Ilmo. Sr. — Em resposta ao ofício de V. S.^a que acabo de receber, e datado de ontem, tenho a satisfação de responder, que tendo-me V. S.^a falado oficiosamente a favor do marinheiro José Maurício, que se acha doente a bordo da corveta *Dois de Julho*, ainda não tive ocasião de ver o comandante da Estação Naval do Império, para lhe fazer o seu pedido, visto não ter havido comunicação com a terra durante os dias do carnaval, o que não comuniquei já a V. S.^a por não me supor engajado a uma resposta por escrito (cuja falta parece estranhar V. S.^a) visto não ter sido oficial o pedido de V. S.^a, e sim *unicamente oficioso e de amizade*, como se serviu declarar-me V. S.^a. — Quanto porém à segunda parte do ofício de V. S.^a, que reclama, como Português, a entrega de vários marinheiros, que estão a bordo das corvetas brasileiras *Dois de Julho* e *União*, responderei a V. S.^a que tendo chegado do Rio de Janeiro próximamente aquelas corvetas, e não tendo eu recebido do governo imperial ordem alguma a êsse respeito, não me acho autorizado para anuir ao pedido de V. S.^a, passando a comunicar ao Governo Imperial o ofício de V. S.^a pedindo-lhe as suas ordens, para poder contestar ao seu ofício. — Deus Guarde a V. S.^a, Legação Imperial em Montevidéu, 9 de fevereiro de 1842. — Ilmo. Sr. Leonardo de Souza Leite Azevedo, Cônsul Geral de S.M.F. em Montevidéu. — José Dias da Cruz Lima. *Está conforme*. Leonardo de Souza Leite Azevedo. *Está conforme*. José de Vasconcelos e Souza.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

CÓPIA — Consulado Geral de Portugal na República Oriental do Uruguai. — N.º 4 — Ilmo. e Exmo. Sr. — Tenho a honra de

levar ao conhecimento de V. Exa., que recebi diferentes reclamações de Portuguezes, que estão a bordo das embarcações de guerra brasileiras vindas ultimamente dessa Côrte, aonde foram presos; que ao mesmo tempo fui informado que a seu bordo existe um crescido número daqueles, os quais pelo estado de incomunicação em que se acham, não podem enviar a êste Consulado seus títulos, nem requerimentos; e que sabidos por um primo do marinheiro José Maurício, que êste está doente e incapaz de servir, dirigi ao Encarregado de Negócios do Império do Brasil nesta República o ofício da cópia n.º 1, (porém antes fui pessoalmente falar-lhe sobre o mesmo assunto) ao qual respondeu com o da cópia n.º 2, ambos inclusos. Os indivíduos constantes da relação sob n.º 3, são os únicos, que têm requerido a proteção dêste Consulado, e não sem grande dificuldade, não só porque nunca baixam a terra, e são mui vigiados a bordo, mas também, porque lhes é proibida tôda a comunicação mesmo com seus compatriotas aqui residentes, os quais temem ir a bordo daquelas embarcações. Creio que V. Exa. não ignora que, nos navios mercantes do Brasil, servem muitos Portuguezes, os quais apesar de se matricularem como estrangeiros e andarem munidos de seus títulos, isto não tem obstado a que sejam também presos para o serviço; que nas ocasiões em que há levadas são também presos em terra muitos Portuguezes, apesar de exhibirem aqueles títulos e que para se evitarem fundadas reclamações saem do porto nos dias seguintes aos das prisões. Muitos dêstes Portuguezes vêm aqui, e queixam-se não só daqueles procedimentos, mas também do mau tratamento que sofrem a bordo; ignoro se essas queixas são verdadeiras e fundadas, porém é certo que aquela habitude é antiga no Brasil. Estou convencido que não seria fora de propósito, que V. Exa. ordenasse que os cônsules de Portugal no Brasil fizessem saber aos marinheiros portuguezes, que aqueles que servissem a bordo das embarcações mercantes do Brasil, ainda mesmo que no rol de suas equipagens fôsem matriculados como tais, não teriam direito à proteção que lhes é devida como estrangeiros, no caso de serem presos a seu bordo; e, apesar de que considero injusta esta declaração, porque por lei e prática seguida é permitido matricular-se certo número de estrangeiros, que não perdem por isso os direitos de cidadãos do seu país natal, contudo na minha humilde opinião seria um dos meios de evitar as repetidas queixas dos portuguezes marinheiros que são presos ali para o serviço da Armada Imperial. Confio em que V. Exa. com sua bem conhecida bondade, tino e prudência, se dignará relevar estas

minhas observações nascidas unicamente das mais puras e leais intenções e sentimentos. Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Consulado Geral de Portugal. Montevidéu, 4 de março de 1842. Ilmo. e Exmo. Sr. Ildefonso Leopoldo Bayard, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Fidelíssima a Rainha junto a Sua Majestade o Imperador do Brasil. — Leonardo de Souza Leite Azevedo, Cônsul Geral. — *Está conforme*. — José de Vasconcelos e Souza.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

CÓPIA — Ilmo. e Exmo. Sr. — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que na tarde do dia 15 larguei de Montevidéu e não me permitindo o vento seguir a minha derrota, dei fundo: a 17 fiz-me de vela; à minha saída não havia novidade, a esquadra Argentina tinha fundeado a 14, mas havia tôda a probabilidade de não sair a Oriental por falta de gente, e mesmo porque nenhum resultado colheriam. V. Exa. verá pelo ofício junto a minha opinião sobre o estado do país, e a necessidade que hayerá de ter ali uma embarcação de guerra portuguesa, principalmente se houver invasão; infelizmente, a experiência me tem mostrado que na América só a força é respeitada, e a prova é o que nos está acontecendo no Brasil, onde os Portugueses têm menos garantias do que na República Oriental; ali só em caso de crise algumas violências foram perpetradas, mas aqui assentaram que os Portugueses tinham obrigação de os servir como escravos, e os fatos escandalosos que vi praticar em Montevidéu clara e distintamente o comprovam. Compõe-se a Estação Naval do Brasil de três corvetas e dois patachos; seguramente metade da tripulação são Portugueses presos violentamente em terra ou nos navios, sem lhe importarem com as suas matrículas, que declarando-os estrangeiros de todo o serviço os isentava; êstes infelizes são conservados a bordo incommunicáveis, sem que lhes seja permitido vir à terra, ou mesmo enviarem os seus títulos, a fim de serem requisitados, e por isso lh'os rasgam quando podem; o serviço exterior é feito por pretos e homens de côr, e maior despotismo é exercitado contra êstes desgraçados, ainda mais dignos de compaixão que os antigos cativos da Berbéria, eu mesmo ignoraria o estado de aviltamento a que os tem levado, se alguns

dêstes não tivessem com o maior risco de vidas podido escapar; a 23 de fevereiro veio a meu bordo um oficial da corveta *Dois de Julho* perguntar se sabíamos de sete marinheiros que lhe tinham desaparecido a nado, e nessa ocasião declarei que se eram Brasileiros nenhuma dúvida teria em os entregar, mas se fôsem Portugueses excusado seria reclamá-los, porque eram estrangeiros com quem nenhum contrato tinham feito, e por isso não os podia considerar desertores, porque nada mais faziam do que usar da mais nobre prerrogativa qual era a da liberdade; de que violentamente tinham sido esbulhados; decorreram ainda alguns dias e fugiram mais cinco perseguidos por escaleres armados, que lhes atiravam a bala, dois dêstes foram entregues pelas autoridades da República horas depois da sua evasão; a sensação que êste acontecimento causou foi tal que só o acaso, favorecendo o oficial brasileiro, o fêz cumprir tão arriscada diligência; fui avisado por um troço de gente que eram Portugueses; imediatamente officiei ao Comandante da Estação prevenindo-o que aqueles indivíduos eram estrangeiros, que não tinham sido angariados, e por isso desde já protestava contra o abuso do poder, caso algum castigo lhes fôsse aplicado; a sua resposta decidia da minha conduta, ela era sem dúvida melindrosa, mas tinha deveres a cumprir; eu marchava apoiado pela minha convicção, e pela dos homens honrados de todos os países; em igual caso não se encontravam as três corvetas brasileiras, sua posição era falsa completamente; do ofício que me enviou o comandante da estação se deduz que o meu fim estava preenchido e por isso lhe declarei na presença dos comandantes das duas corvetas que êle tinha feito um serviço valioso ao seu e meu país, afastando esta crise, porque jamais consentiria que na presença de uma força que me tinha sido confiada para dar proteção aos súditos de S.M.F. fôsem assassinados Portugueses que nenhum crime cometeram, evitando-lhes sorte igual a de um nosso compatriota que pelo mesmo motivo tinha perecido com 500 chibatadas a bordo da corveta *Bertioga*, e que a não ser a presença da corveta do meu comando talvez aqueles infelizes já não existissem; por estas e ainda mais desagradáveis ocorrências, que necessariamente devem ter lugar, êste sistema de aviltamento deve acabar, e eu confio que V. Exa., como representante de uma nação livre e independente empregará a maior energia a fim de serem imediatamente restituídos à liberdade, não só aos dois Portugueses, cujos nomes e sinais remeto, mas todos os outros, que em idênticas circunstâncias se acham naquela estação. Pelas relações

juntas V. Exa. verá a justiça das nossas reclamações, assim como o direito com que tais indivíduos são chamados Brasileiros; ainda mais esclarecimentos V. Exa. achará nos officios do nosso Cônsul em Montevideu. Deus Guarde a V. Exa. Bordo da corveta *D. João I*, — em 4 de abril de 1842. — Ilmo. e Exmo. Sr. Ildefonso Leopoldo Bayard, Ministro de S. M. F. junto à Côrte do Rio de Janeiro. — Francisco Soares Franco Júnior. — Capitão-tenente da Armada. — *Está conforme*. José de Vasconcelos e Souza.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

CÓPIA N.º 3 — Consulado Geral de Portugal na República Oriental do Uruguai. — Relação dos Portuguezes que ultimamente vieram do Rio de Janeiro nas embarcações de guerra do Império do Brasil, de onde requereram a proteção dêste Consulado para serem soltos, alegando que tinham sido violentamente prêsoes na dita Côrte do Rio de Janeiro:

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Observações</i>
Francisco Vitorino	Ilha do Pico	Habilitação n.º 1 079 de 21 de maio de 1841 do Consulado Geral de Portugal em Montevideu e apresentada no Rio de Janeiro em 21 de junho dito.
José. Maurício	Lisboa	Habilitação n.º 16 236 de 12 de outubro de 1841 do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro. Está doente.
Manoel Soares	Avintes	Habilitação n.º 1 031 do Consulado Geral de Montevideu em 8 de fevereiro de 1841.

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Observações</i>
Manoel Marques	Barreiro	Habilitação n.º 1 608 de 14 de junho de 1839 do Consulado de Portugal em Pernambuco.
Luiz Afonso	Viana do Minho	Habilitação n.º 9 261 de 30 de dezembro de 1835 do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro.
José Antônio dos Santos	Pôrto	Era Pirata (diz êle) da barca portuguesa <i>Tentadora</i> .
Sebastião Martins	—	Requereu ao comte. da corveta <i>D. João I.</i> a sua soltura por ser Português, cujos títulos tem, e ser filho de um oficial marinheiro da charrua portuguesa <i>Trovoadá</i> .
Antônio Francisco Raimundo	—	Não mandou Habilitação e diz que a tem.
Francisco Roiz da Silva	—	Idem.
Francisco André	—	Idem.
Manoel Teixeira	Barreiro	Veio de Lisboa na barca <i>Felicidade</i> e foi prêso em terra.
Manoel Duarte	—	Estava no Rio de Janeiro tratando de seus negócios e pronto para sair para Macaé.
Antônio Gomes	—	Veio do Pôrto na barca <i>Oliveira</i> e foi prêso em terra.

<i>Nome</i>	<i>Nacionalidade</i>	<i>Observações</i>
Manoel Joaquim da Silva	—	Vinha da Bahia e foi prêso à entrada da barra do Rio de Janeiro.
Antônio Fernandes	—	Foi prêso em terra.
Antônio Francisco	Pôrto	Tinha vindo da Costa no brigue português <i>Carolina</i> .
Antônio Ferreira	—	Idem no brigue português <i>Júpiter</i> .
Francisco Tomaz	Lisboa	Idem, no brigue dito <i>Saldanha</i> .
Inácio Mignez da Rosa	Viana do Minho	Habilitação n.º 10 551 de 16. de janeiro de 1837 do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro.

N. B. Este último está na corveta *União*; os outros acham-se a bordo da corveta *Dois de Julho*. Além destes, sou informado que há muitos outros Portugueses com os seus competentes títulos, tanto nas ditas corvetas, como na *Sete de Abril*. — Montevideu, 4 de março de 1842. — Leonardo de Souza Leite Azevedo. — Cônsul Geral. — *Está conforme*. José de Vasconcelos e Souza.

Conforme

(a) *Manoel Carneiro de Campos*



XXVII

VÁRIOS DOCUMENTOS

LICENÇA PARA CASAMENTO

Como pede. Palácio do Rio de Janeiro,
em 6 de fevereiro de 1838.

(a) *Rois, Tôrres*

Senhor,

O capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa pretende casar-se com D. Maria Eufrásia Marques Lisboa, sobrinha do filha do Conselheiro José Antônio e de D. Maria Eufrásia Lisboa do suplicante; e como não possa efetuar seu casamento sem licença de V. M. I.

P. a V. M. I. haja por bem conceder-lha.

E. R. M.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1838.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*
Capitão-tenente



OPERAÇÕES NA BAHIA

Bahia, 1838.

Participação do Presidente da Província, Barreto Pedroso, e Ordem do dia do tenente-general Calado, comandante das Armas; e do brigadeiro José Joaquim Coelho e coronel Argolo sobre o ataque e tomada do forte de S. Pedro aos rebeldes; e perseguição dêles no interior da Província até o momento em que a bordo da me declarou o comandante que ia sair do pôrto e largava para o arsenal a lancha que para ali lhe devia transportar.

Ilmo. Sr.

Podê V. S.^a reunir tôdas as praças de seu comando, e mesmo tôdas as mais pertencentes à Marinha, que porventura existam fora dêle, e marcharem para a Capital a tomarem suas posições a bordo, e assim

tôda a artilharia do mar. Aproveitando a ocasião eu me congratulo com V. S.^a e agradeço-lhe o quanto se tem prestado a bem da nossa causa da legalidade, tornando-se por tão zelosos serviços recomendado à Nação e ao Governo, assim como tôda a sua officialidade a quem também V. S.^a patenteará meu cordial agradecimento.

Deus Guarde a Vossa Senhoria. Quartel do Comandante da Brigada Expedicionária no Areal, 1.^o de abril de 1838.

Ilmo. Sr. Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa, Comandante da Fôrça de Marinha.

(a) *José Joaquim Coelho*
Comandante da Brigada



INSTRUÇÕES DA REGÊNCIA

CÓPIA N.^o 24 — Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. — Sendo conveniente para a boa ordem e disciplina a bordo dos navios da Armada que se acham em operações, que o respectivo Comandante das Fôrças Navais tenha, como verdadeiro responsável, além das atribuições que como tal lhe competem, tôda a interferência em tudo quanto diz respeito à Organização do Material e Pessoal dos Navios da Divisão, para que as operações sejam coroadas com o feliz resultado, que tanto deseja o Governo; Determina o Regente, em nome do Imperador, que os officiâs que houverem de comandar os navios ou substituir os Comandantes sejam nomeados por V. Exa., em consequência de propostas do dito comandante das Fôrças Navais; e que o mesmo se observe acêrca das demissões, que êle julgar necessárias, tendo porém estas só lugar quando para isso houverem motivos mui ponderosos, como recomenda o Regimento Provisional; e havendo precisão de proceder-se aí a algum Conselho de Guerra, será êle feito com prévia aprovação de V. Exa. na conformidade do citado Regimento, e artigos de Guerra. O mesmo Regente determina igualmente que, sendo conveniente armar canhoneiras, que prestem vantajosos serviços em paragens estreitas e cobertas de matas ou serras, V. Exa. as mande arranjar, debaixo do plano dado pelo mencionado Comandante das Fôrças Navais, de intelligência com o Inspetor do Arsenal

de Marinha desta Província. E que, reconhecendo-se terem os rebeldes embarcações armadas, possam as tripulações dos navios da divisão, que aí se acha, ser elevadas ao Estado de Guerra e mesmo sendo necessário ser aumentadas as daquelas embarcações, que forem próprias e destinadas para atacar, perseguir e inteiramente aniquilar as dos rebeldes entrando neste número as embarcações miúdas, para todo o serviço de guerra, lançando V. Exa. para isso mão do engajamento da maruja, que fôr necessária, se por outro meio a não puder obter. Se por ventura acontecer que haja falta, por qualquer motivo imprevisito, de oficiais da Armada, para guarnecer as embarcações em serviço, o mesmo Regente manda autorizar a V. Exa. para admitir os indivíduos que para isso fôrem mais idôneos, da Marinha Mercante, sem considerável gravame da Fazenda Pública, e ofensa das Leis em vigor. O que tudo comunico a V. Exa. para sua inteligência e execução; prevenindo-o de que nesta ocasião foi nomeado o 1.º tenente José Segundino Gomensoro, para ir tomar o comando da escuna *28 de Julho*, aí estacionada, em substituição do capitão-tenente Martinus Anibal Boldtz, que deve regressar para esta Côrte, na conformidade das ordens do Govêrno. Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro em 19 de agôsto de 1839. — *Jacinto Roque de Sena Pereira*. — Senhor *Manoel Felizardo de Souza e Mello*. — Cumpra-se e registre-se. — Palácio do Govêrno do Maranhão, 17 de setembro de 1839. — *Mello*.

Conforme

(a) *Anselmo Francisco Peretti*



GOMENSORO EM ICATÚ

Ilmo. Sr.

Tenho a honra de participar a V. S.^a que cheguei a esta vila ontem às 5 horas da tarde, tendo saído da Miritiba na tarde de 17: a meu bordo vieram alguns oficiais e tropa, tendo vindo o resto em uma canoa pertencente ao tenente-coronel Cotrim, da Miritiba; para se aparelhar e aprontar esta canoa dei algum cabo e polcane, uma amarra e ancorote, porque nada disto tinha, e se não fôra esta canoa teriam de vir os doentes e feridos por terra, marcha sumamente penosa. Já comuniquéi a V. S.^a no meu último ofício a precisão que

há de ter na Miritiba uma canhoneira de maior capacidade que a lancha *Atrevida*, porque aquele ponto não está muito seguro, não obstante ter ali ficado um destacamento de 100 homens assim como a dita lancha; em aquele ponto, nem pequenas embarcações a pairar favorecem alguma retirada forçada, por isso mais necessária se torna essa embarcação. A canoa que troca a tropa da Miritiba é muito boa para canhoneira, não só por ser nova como por ser veleira e de capacidade; tenho determinado pôr-lhe uma peça de calibre 6 de ferro, que me veio do Arsenal; deve esta canoa ficar pronta para partir para Miritiba até o dia 24 do andante; falta-me a guarnição para ela, e rogo a V. S.^a me mande ao menos quatro ou cinco homens que sejam capazes de trabalhar com a peça, porque para comandar a canoa pedi ao tenente-coronel Favilla um alferes velho que há muitos anos navega no interior desta província, e sabe dirigir a manobra dessa embarcação. A canoa tem 4 pretos do dono e com mais quatro ou cinco homens do mar se poderá pôr em estado de ofender o inimigo, e manobrá-la; eu espero que V. S.^a me mande com a prontidão possível socorro; não posso dispensar um só indivíduo da minha guarnição, porque V. S.^a verá pela parte junta quanto ela é reduzida.

Pode V. S.^a afirmar ao Exmo. Sr. Presidente que as ilhas se acham desabitadas, que a ilha de Santa Ana tendo uma fôrça de 20 praças armadas, podem sem risco estar nos trabalhos do farol e êste acender-se.

Os lugares Serraria e Anajatuba ficam explorados e desinfestados dos rebeldes, e não tendo mais tempo de reconhecer outros lugares, porque o comboio da canoa da tropa m'o impedia.

Cumpre-me dizer a V. S.^a que na ocasião do fogo que fiz sôbre o Igarité dos rebeldes que pretendiam entrar na Miritiba, na noite de 10 do corrente, morreu 1, tendo-se lançado ao rio ferido: isto sei por ver o seu cadáver boiando dois dias depois, e também porque assim o afirmou um rebelde que se apresentou na Miritiba.

A canhoneira N.^o 4 sente muita falta de gêneros que para ela se pediram por guia de 18 de dezembro, que nenhuma solução teve.

Queira V. S.^a informar-me se na sua ausência da capital continua a mandar as guias de pedido ao oficial de Marinha mais antigo, ou diretamente ao Arsenal.

O *Cúter* continua a fazer muita água, e precisa de virar para estancá-lo, e arranjar trincheiras postiças, porque com as que tem

não só perde muito a sua carreira, comumente a virar muitas vezes: êle tem enalhado por várias ocasiões, e por isso tem ido a mais a água que faz; esta obra não é possível fazer-se no Icatú, e só na cidade, e julgo que não demandará mais tempo que 12 dias úteis. Desertou o ex-soldado Antônio Teixeira de Carvalho, que tinha praça de marinheiro, e que eu tinha destacado na lancha *Atrevida*. A canhoneira N.º 4 só tem um comandante, um praticante, cinco marinheiros e um criado, e com esta guarnição pouco serviço poderá prestar. Vai nesta ocasião o corneta Nicolau Tolentino, e os sete imperiais-marinheiros conforme V. S.ª o tem ordenado.

Deus Guarde a V. S.ª muitos anos. Bordô do cúter *Esperança de Beberibe* surto no Icatú 21 de dezembro de 1839.

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa
Capitão-tenente Comandante da Fôrça Naval.

(a) *José Segundino Gomensoro*
1.º tenente comandante



ELOGIO DA REGÊNCIA

O Regente, em nome do Imperador, certo do seu merecimento e bons serviços por V. M.ª prestados e esperando que V. M.ª continuará a desempenhar a honrosa comissão de que se acha encarregado, como costuma, me ordenou que assim o comunicasse a V. M.ª para a sua inteligência, prevenindo-o de que em tempo oportuno será V. M.ª devidamente recompensado; bem como os demais oficiais da Armada debaixo do seu comando, pelos serviços prestados a prol da legalidade e integridade do Império.

Deus Guarde a V. M.ª Palácio do Rio de Janeiro em 11 de abril de 1840.

(a) *Jacinto Roque de Sena Pereira*

N.º 14

14.º

Pg. Cento e sessenta réis.

P.º 17 de setembro de 1846.

(a) *Batista Oliveira*

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa



OFÍCIOS DO FUTURO DUQUE DE CAXIAS

Ofícios de janeiro de 1841

Presidente da Província

L. A. Lima.

Ilmo. Sr.

Recebi o seu Ofício de 8 do corrente às 8 horas da noite, e em resposta a êle tenho a dizer-lhe que tome tôdas as medidas de cautela para evitar qualquer traição da parte dos rebeldes, devendo ser a primeira não consentir que êles entrem na Vila armados, ou mesino desarmados com o fim de tomarem parte nas próximas eleições, por isso que ninguém sabe aonde elas passaram a setuagésima.

Mova o Carvalho como entender, porém não julgo conveniente abandonar inteiramente a Miritiba para não perdermos os apresentados que já lá estão. Contemporize com dignidade até eu chegar e mande ao Pedrosa êsse ofício em que lhe determino que não dê um só passo sem minha ordem.

Deus Guarde a V. S.^a. Palácio do Govêrno do Maranhão, 8 de janeiro de 1841.

(a) *Luiz Alves de Lima*

Senhor Capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa
Comandante da Vila do Icatú

N.º 28

N.º 13

Pago cento e sessenta réis.

T.^a 17 de setembro de 1846

(a) *Batista Oliveira*

Documento n.º 4

Ilmo. Sr.

Aprovo quanto V. S.^a expõe em seu ofício de 22 do corrente, sob o n.º 10, acêrca da redução na fôrça naval desta Província por já estar ela pacificada, e passo a dar neste sentido as necessárias ordens ao Inspetor do Arsenal da Marinha; e como por esta redução na Fôrça

Naval de que V. S.^a é digno comandante desnecessário se torna nesta Província um oficial de sua patente, vou rogar ao Exmo. Ministro da Marinha que o remova desta Província, levando igualmente ao conhecimento de S. M. o Imperador o seu zêlo, atividade, honra, e todos os importantes serviços prestados nesta parte do Império por V. S.^a durante a crise revolucionária, a fim de que S. M. o Imperador lhe dê o merecido prêmio; cumpre-me desde já agradecer a V. S.^a a sua valiosa coadjuvação na pacificação desta Província, em louvar-lhe sua inteireza de caráter, prontidão em cumprir tôdas as ordens, e disciplina que sempre manteve nas fôrças do seu comando.

Deus Guarde V. S.^a. Palácio do Govêrno do Maranhão, 23 de janeiro de 1841.

(a) *Luiz Alves de Lima*

Sr. Capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa
Comandante das Fôrças Navais.



XXVIII

DIFERENTES PAPÉIS

SÔBRE MATERIAL DE ARTILHARIA

CÓPIA — Foi presente a S. M. o Imperador o officio da Comissão nomeada para proceder a vários exames sôbre as espoletas fulminantes e balas ôcas a Paixhans, dando parte do resultado de tais exames; e o mesmo Augusto Senhor ficou inteirado de haver a referida comissão bem desempenhado esta incumbência: o que participo a V. S.^a para sua intelligência e para o fazer constar aos outros membros; prevenindo-o de que ao Inspetor do Arsenal de Marinha se expediu a conveniente ordem para fornecer à comissão tudo quanto fôr necessário, a fim de fazer os exames e experiências de que trata no citado officio; e de cujo resultado deverá comunicar a esta Secretaria de Estado. Deus Guarde a V. S.^a. Paço, em 26 de agôsto de 1841. Assinado, Marquês de Paranaguá. — Ilmo. Sr. Jacinto Roque Pereira.

Está conforme. Bordo da nau *Pedro II*, 28 de agôsto de 1841.

(a) *Jacinto R. de S. Pereira*

OFÍCIO

28

18 — 41

8º

Do chefe de Divisão J. R. S. Pereira Transmite Cópia do Aviso da Secretaria, de Marinha, de 26 do corrente, comunicando estar S. M. o Imperador interessado nos trabalhos da Comissão.

Transmitindo cópia do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, de 26 do corrente, recebido hoje, comunico ao

mesmo tempo que seria conveniente reunir-se a Comissão no dia 30 do corrente às horas do costume.

Bordo da nau *Pedro II*, em 28 de agosto de 1841.

(a) *Jacinto Roque de Sena Pereira*



COMUNICADO DE HOFFSMITH

Ilmo. Sr.

Aproveito a saída da escuna de guerra francesa *l'Eclair* para comunicar a V. S.^a o seguinte:

A Divisão Brown deixou o seu ancoradouro dos Quilmes para vir dar fundo na barra das balizas exteriores, onde tem permanecido até agora.

Além da dita divisão existem mais um brigue pequeno e 'um patacho, balizas a dentro; e uns dez iates e lanchões em Baracas.

Apresentou-se a bordo dêste patacho um segundo marinheiro que era desertor desde o dia 16 de janeiro: prometeu-se-lhe e tendo-lhe garantido o não ser castigado, em comemoração da Coroação de Sua Majestade o Imperador. Êste marinheiro fugiu da Esquadrilha dos lanchões, e foi quem me informou existirem aí uns vinte a trinta brasileiros que pela maior parte engajaram-se e receberam seiscentos pesos de gratificação, para servirem durante um ano; os seus sôldos lhes são pagos mensalmente.

Por outra parte, consta-me haver súditos brasileiros embarcados contra a vontade a bordo dos vasos da Divisão Brown, e que até agora o Govêrno argentino não atendera, ou enganara, às reclamações feitas pela nossa Legação.

Faço presente a V. S.^a que em conformidade ao que manda a Tabela das Salvas, embanderei nos tope's, içando a bandeira Argentina no de proa, no dia 25, salvando ao meio-dia com 21 tiros; e que, na mesma conformidade, embanderei nos tope's e salvei à 1 hora, com 21 tiros, no dia 26 do corrente mês.

O *Tactique* e *l'Eclair* embandeiraram e salvaram depois de nós, no dia 25, e o *Enterprise* conjuntamente com a Divisão Brown.

Em terra, foram festejados os dias 24, 25 e 26, no estilo do costume; houveram fogos de artifícios, jogos e grande parada no dia 26; tem concorrido bastante gente; não houve a menor desordem nem alarme.

No *British Packet* do dia 21, lê-se o seguinte:

“Estávamos mal informados quando no nosso último número anunciávamos que o Sr. Gordon partia em missão para o Paraguai. Estamos autorizados a dizer que sua projetada viagem aí não tem motivo político algum; porém simplesmente a fim de visitar um país fechado, há demasiado tempo, aos estrangeiros”.

Por isto, pode V. S.^a coligir induções que corroborem as dúvidas que já emitiu a respeito da comissão o Sr. Gordon, e do seu comportamento.

Contudo, ainda é duvidoso se o Sr. Gordon não irá pelo Paraná acima, negando-se aqui a levar o caráter diplomático.

A exposição aqui feita, não é tanto opor-se à navegação do Paraná, como autoriza o reconhecer. Agentes diplomáticos, seria de uma Província que consideram ser dependente de Buenos Aires.

Os Agentes ingleses lançam por fora, que o Sr. Gordon remandado inspecionar ou estudar o Paraguai, a fim de poder dar a conhecer ao governo inglês, quais as relações que oferece este país.

Remeto inclusos os officios da legação de Buenos Aires, para o Sr. Encarregado em Montevidéu.

Deus Guarde a V. S.^a.

(a) *Henrique Hoffsmith*
1.º tenente e Comandante

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa,
Capitão de fragata Comandante
da Divisão Naval Estacionada
no Rio da Prata.

Bordo do *Argos*, surto em Buenos Aires,
2 de maio de 1842.



PATACHOS CAMARÃO E ARGUS

N.º 2 — CÓPIA

Passo a comunicar por cópia a V. M.^{ca} o officio do Sr. Ministro de S. M. Imperial junto ao govêrno da Confederação Argentina, pelo qual me participa não querer utilizar o patacho do seu comando para efetuar o seu regresso para a Côrte: outrossim, previno a V. M.^{ca} que em virtude das ordens do comandante da nossa Divisão Naval, deverá partir no dia 9 do corrente para Montevidéu, caso esteja reparada a avaria que sofreu na noite de 12 de junho.

Deus Guarde a V. M.^{ca} Senhor José Maria Rodrigues, 1.º tenente comandante do *Camarão*. Henrique Hoffsmith, 1.º tenente e comandante.

Bôrdo do *Argus*, surto em Buenos Aires em 7 de julho de 1842.

N.º 2 — CÓPIA

Ilmo. Sr.

Respondendo ao officio de V. S.^a em data de ontem, e hoje recebido, participo a V. S.^a que suposto tinha resolvido não partir em algum dos patachos, mas sim no paquete, todavia pareceria conveniente a presença dêles neste pôrto até a saída do mesmo paquete que creio será no dia 11, isto é, dois dias depois daquelle que V. S.^a tem determinado para dar-se a vela para Montevidéu.

Se esta demora porém causar algum transtôrno ao serviço Imperial, ou fôr de encontro às ordens que V. S.^a tiver recebido do digna chefe da Divisão Naval, pode V. S.^a partir com os patachos no dia que já tem aprasado. Deus Guarde a V. S.^a. Buenos Aires em 7 de julho de 1842. Senhor Henrique Hoffsmith. 1.º tenente e comandante do *Argus*.

(a) *Luiz Moutinho de Lima Alvares e Silva*

N.º 3 — CÓPIA

Ilmo. e Exmo. Sr.

À vista da resposta de V. Exa. datada de ontem em que diz "pareceria conveniente" e em seguida "se não fôr de encontro às ordens", tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o patacho

Camarão partirá para Montevideu no dia já designado no meu anterior ofício, ficando o *Argus* neste pôrto, a fim de prestar-se ao embarque de V. Exa., e fazer-lhe as honras do estilo. Deus Guarde a V. Exa. Bordo do *Argus*, surto em Buenos Aires, em 7 de julho de 1842. *Henrique Hoffsmith*, 1.º tenente e comandante.



PRAÇA DA COLONIA

Ilmo. Sr.

Comunico a V. S.^a que ancorei no pôrto de Buenos Aires, balisas internas, na manhã do dia 3 do corrente. Nos dias 5 e 6 reinaram grandes ventos de SE, não se podendo receber mil achas de lenha, compradas a bordo de um patacho brasileiro, o que se pôde só efetuar no dia 7. Festejei êste dia, embandeirando em arco, e dando 3 salvas do costume, sendo acompanhado, à salva de 1 hora, pelo *Forte*, Navio Chefe da Divisão Argentina, e corveta americana.

No dia 8, com vento a NE, velejei e fui ancorar nos poços, acalmando o mesmo; e na madrugada do dia 9, com vento SE claro, suspendi, e de bordada fui ancorar nas ilhas de Hornos, aonde se achava a escuna de guerra francesa *l'Eclair*. Enquanto permaneceram os ventos no quadrante do SE, aí me demorei, até que, mudando para o N, na madrugada do dia 12, fiz-me de vela para êste pôrto, tendo sido obrigado a fundear pelas 7 horas da noite, por falta de ventos. Pelas 2 horas, suspendi novamente, e larguei âncora neste pôrto às duas horas de hoje.

Participo a V. S.^a que trago de passagem o 1.º tenente da Armada Nacional e Imperial Manoel Luiz Pereira da Cunha, assim como o Brasileiro Antônio da Silva, que se achava prisioneiro na Baía Branca, desde o tempo da guerra passada; tendo-se êste fugido por terra, e se me apresentado no mesmo dia da sua feliz chegada a Buenos Aires.

Passo a comunicar a V. S.^a que a Praça da Colônia últimamente atacada, por parte da Divisão Naval argentina, não se acha em estado de resistir a um ataque sério, tendo somente por defesa duas peças, mal montadas, de calibre 18, no forte de S. João, e uma peça de calibre 4, ora em um, ora em outro Forte.

Tôda a gente que se pôde reunir, até à tarde, montava a 100 homens, infantaria, cavalaria e guardas-nacionais. Não resta dúvida nenhuma, que a terem dado o desembarque na manhã da sua chegada, teriam tomado sem custo a cidade, abandonada por tôdas as famílias, que em grande número se refugiarão a bordo de três navios mercantes, sendo um brasileiro e dois ingleses, parecendo-me esta salvaguarda pouco segura, no caso do comãdante da expedição ter conseguido os seus fins. Todos concordam no parecer que a tomada daquela Praça não seria senão para a sua destruição, pois que, como ponto militar e estratégico, não pode valer nada.

Deus Guarde a V. S.^a. Bordo do patacho *Argus*, surto no pôrto de Montevideu, em 13 de setembro de 1842.

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa,
Capitão de fragata Comandante da
Divisão Naval Brasileira no Rio da Prata.

(a) *Henrique Hoffsmith*
1.º tenente e Comandante



XXIX

INVENTÁRIO

Inventário dos bens do casal do Conselheiro José Antônio Lisboa, de que é inventariante o mesmo Conselheiro; por falecimento de sua mulher D. Maria Eufrásia Lisboa, falecida nesta Côrte em 13 de outubro de 1837, sem testamento, a saber:

Importância e avaliação dos bens de raiz, prédios urbanos e rústicos dos quais só pertence metade ao casal, sendo a outra metade propriedade da Mãe do Inventariante que lhes tocou em partilha pelo falecimento de seu marido, o capitão José Antônio Lisboa pai do inventariante julgada como documento n.º	26:850\$000
Idem das jóias, ouro, prata e pérolas, segundo avaliação, doc.º n.º	3:066\$160
Idem, dos escravos do casal. d. n.º	1:810\$000
Idem dos móveis, semoventes e demais objetos, doc.º n.º	811\$100
Idem dos livros e estampas	89\$500
Idem de dinheiro em caixa do falecimento de D. Maria Eufrásia Lisboa	534\$200
	<u>33:160\$760</u>

DESPESAS COM O FUNERAL

Importância da conta junto, doc. n.º	564\$440	
Idem da paga aos avaliadores	147\$320	
Dívidas passivas do casal, segundo a demonstração e recibos	8:040\$868	
Despesa passiva ao herdeiro Miguel Maria Lisboa	275\$868	9:028\$496
	<u>24:132\$264</u>	

12:066\$132 — Pertencem ao Inventariante da meação
de sua casa.

12:066\$132 — Pertencem aos herdeiros da falecida
D. Maria Eufrásia Lisboa.

24:132\$264

DIVISÃO E PARTILHA PELOS HERDEIROS

Pertence ao herdeiro Miguel Maria Lisboa que está em Chile	2:413\$226,4	
Idem a D. Maria Bárbara Lisboa	2:413\$226,4	
Idem a João Maria Lisboa	2:413\$226,4	
Idem a D. Maria Eufrásia Lisboa	2:413\$226,4	
Idem a Pedro de Alcântara Lisboa de quem é tutor seu Pai	2:413\$226,4	
	12:066\$132	12:066\$132
 Pertence ao inventariante Conselheiro José Antônio Lisboa, como liquidante da casa, com obrigação* de pagar tôdas as dívidas passivas, despesas feitas com o inventário, constantes da de- monstração supra, como de fato já pagou, não sendo seus herdeiros res- ponsáveis por mais coisa alguma a tal respeito	9:028\$496	
Idem como meeiro do casal	12:066\$132	21:094\$628
		33:160\$760

(a) José Antônio Lisboa

DIVISÃO E PARTILHA AMIGÁVEL CONVENCIONADA E AJUSTADA DE COMUM ACÓRDO ENTRE O CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO LISBOA COMO MEEIRO E INVENTARIANTE DE SEU CASAL E SEUS FILHOS HERDEIROS DA OUTRA METADE DO MESMO CASAL.

A herdeira D. Maria Eufrásia Lisboa pertence-lhe de sua legítima, segundo a demonstração do inventário	2:413\$226,4
Idem por duas apólices de fundos públicos que sua avó D. Bárbara da Conceição, mãe do inventariante recomendou que se lhe desse por sua morte, e por não haver no casal êle lhe dá o valor médio de 750\$000	1:500\$000
	<u>3:913\$226,4</u>

(a) *José Antônio Lisboa*

Como procurador de Joaquim Marques Lisboa e Vicente Marques Lisboa.

Para pagamento destas quantias, recebera a quarta parte do prédio 61-A avaliado em 12:000\$000, e que se acha alugado a Manuel Alves dos Reis Louzada por 850\$000 por ano	3:000\$000
Idem em brilhantes e pérolas	900\$000
Idem em dinheiro	13\$226,4
	<u>3:913\$226,4</u>

Declaro que quando os herdeiros preferirem receber em dinheiro a importância de suas legítimas, cedendo-me os prédios, anuirei a isso, e estarei sempre pronto a fazer a troca e outrossim que pagarei a cada um dêles a quantia de 360\$000 por ano, como rendimento da mesma legítima, enquanto dispuser do rendimento dos mesmos prédios.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1840.

(a) *José Antônio Lisboa*

N. B. Esta partilha é feita só da meação daquela de meu falecido primo e a de minha tia fica em poder do primo, etc.

(a) *J. A. L.*

XXX

DE 1843 A 1848

CHEFIA DA ESTAÇÃO NAVAL DO CENTRO E COMANDO
DE FORÇAS EM OPERAÇÕES

Quartel do Comando das Forças em Operações, em a Vila da Imperatriz, 5 de março de 1845.

ORDEM DO DIA N.º 30

Foi nesta data exonerado do comando e direção das Forças em Operações dêste Distrito o Sr. capitão de fragata chefe da Estação Naval do Centro Joaquim Marques Lisboa, sendo substituído pelo Sr. major de 1.^a linha Sérgio Tertuliano Castelbranco, que assumiu o comando militar do mesmo Distrito.

O Sr. Lisboa, que, quando se trata do Serviço Público, desconhece os cômodos pessoais, reconhecendo a falta de Oficiais Superiores, que de momento seguissem o Caudilho Vicente Tavares da Silva Coutinho, promovessem a sua captura, ou os meios de ser com vantagem perseguido nas matas em que se êle houvesse de embrenhar, ofereceu-se ao Exmo. Sr. Conselheiro de Estado Presidente desta Província, e a mim, para se ocupar de tão importante tarefa, e hoje tenho a satisfação de anunciar às tropas sob o meu comando que ôtimamente a desempenhou no duplo caráter, militar e político. No militar, se não pôde realizar a apreensão do Caudilho, soube em breve espaço de tempo reunir forças e fazer por elas ocupar os mais interessantes pontos, não só para ter franca e segura a linha das comunicações, mas ainda distribuindo-as no sentido de se coadjuvarem para êsse proveito. No político, dirigiu-se às autoridades e proprietários, bem como a alguns dos antigos capitães e constantes aliados do Caudilho, deixando aqueles compenetrados da superioridade

de exterminar por uma vez a êsse Caudilho, induzindo-os a tomar parte nesta grande empresa e inspirando a êstes o merecido desprêso para com um homem que tão indignamente havia atraído o Governo, decidindo-os em nosso favor. Receba pois o Sr. capitão de fragata os meus cordiais agradecimentos por êste relevante serviço que acaba de prestar, esperando que nêles tomem a parte que lhes é devida os Srs. ex-coronel José Antônio de Mendonça e Guilherme José Graça, que abandonando os seus interêsses domésticos na Capital, para aqui vieram com o único fim de facilitar a reunião das Fôrças, que já começaram suas operações nas matas de Jacuipe. Finalmente não devo concluir a presente Ordem, sem dar os meus elogios aos Srs. capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, 1.º tenente Pedro Afonso Ferreira, meu ajudante de ordens, tenente Luiz Beaurepaire Rohan, e segundo tenente Carlos Bernardino de Moura, pela atividade, boa ordem com que marcharam, e bem que tem servido nesta Comissão, deixando-me por êste comportamento satisfeito.

(a) *Henrique Marques de Oliveira Lisboa.*

Conforme. (a) *Francisco Camillo Pessoa de Lacerda*
Capitão, Ajudante de Ordens



REQUERIMENTOS AO IMPERADOR

N.º 1

N.º 16

32

Pg. trezentos e vinte mil réis.
T.º 17 de setembro de 1846.

(a) *Batista Oliveira*

Senhor,

O capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa precisa para bem de seu direito que, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, se lhe passe por certidão as datas dos decretos por que foram promovidos por serviços prestados na província do Maranhão os oficiais abaixo mencionados que comandaram brigadas na dita província durante a última rebelião que ali teve lugar.

A saber:

Dos decretos por que foi promovido a coronel efetivo e brigadeiro graduado, o coronel graduado Francisco Sérgio de Oliveira.

Dos decretos por que foi promovido a tenente-coronel efetivo e coronel graduado, o major José Tomaz Henriques.

Dos decretos por que foi promovido a major efetivo e tenente-coronel graduado o capitão Luiz Antônio Favila.

Dos decretos por que foi promovido a iguais postos o capitão Feliciano Antônio Falcão.

E que antiguidade ficaram contando os ditos oficiais nos últimos postos que obtiveram assim como se consta à dita Secretaria ter sido o primeiro dos referidos oficiais condecorado oficial da Ordem do Cruzeiro, e os outros, oficiais da Ordem da Rosa, tudo pelos serviços prestados no Maranhão. E como para tal certidão se passar seja preciso licença de V. M. Imperial o suplicante submissamente,

P. a V.M.I.

se digne defirir como requer.

E. R. M.^{cê}

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1843.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*

Nesta

Nesta Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra se acham registrados os decretos que promoveram os oficiais abaixo mencionados, cujas datas são as seguintes: — Francisco Sérgio de Oliveira, sendo tenente-coronel da 1.^a linha foi promovido a coronel efetivo por decreto de dois de dezembro de mil oitocentos e trinta e nove, a brigadeiro graduado por decreto de quinze de novembro de mil oitocentos e quarenta e um. — José Tomaz Henriques, sendo major da 1.^a linha foi promovido a tenente-coronel por decreto de dois de dezembro de mil oitocentos e trinta e nove, a coronel graduado por decreto de dezoito de julho de mil oitocentos e quarenta e um, a efetivo por decreto de vinte e sete de julho de mil oitocentos e quarenta e dois. — Luiz Antônio Favila, sendo capitão, foi promovido a major efetivo por decreto de dois de dezembro de mil oitocentos e trinta e nove, a tenente-coronel graduado por decreto de seis de outubro de mil oitocentos e quarenta e um. — Feliciano Antônio Falcão sendo capitão da primeira linha foi promovido a major por decreto de onze

de outubro de mil oitocentos e trinta e nove, a tenente-coronel graduado por decreto de dezoito de julho de mil oitocentos e quarenta e um, e a efetivo por decreto de sete de setembro de mil oitocentos e quarenta e dois. Todos os oficiais acima mencionados contam a sua antiguidade da data de suas graduações nos últimos postos. Nesta Secretaria não consta se os oficiais aqui mencionados foram agraciados com mercês honoríficas, o que deverá constar na Secretaria do Império.

Secretaria de Estado, em 23 de agosto de 1843.

(a) *João Bandeira de Gouvêa*

Passe do que constar, não havendo inconveniente. Palácio do Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1843.

(a) *Rois Tôrres*

Senhor,

O capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa, precisa que pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha se lhe passe, por certidão, a parte que deu o almirante Barão do Rio da Prata do combate e capturação do patacho de guerra argentino *Oito de Fevereiro* que anteriormente se denominava em nosso serviço *D. Januária*, e assim continua a denominar-se depois da dita capturação; assim como se consta na dita Secretaria ser então o suplicante o comandante da escuna *Bela Maria*, pelo mesmo almirante distinguida no referido combate; e

P. a V. M. Imperial
haja por bem deferir como requer.

E. R. M.^{cê}

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1843.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*
Capitão de Fragata

..... dos Negócios da Marinha, em oi-
..... se acha número quatrocentos e trinta
..... almirante Barão do Rio da Prata, comandante
..... navais estacionadas no Rio da Prata com data de

dez de junho de mil oitocentos e vinte e oito; e dêle consta a respeito do combate com o brigue escuna *Oito de Fevereiro* a que se refere o suplicante, o seguinte: "o brigue escuna *Oito de Fevereiro*, que tinha sido nosso com o nome de *Jaguária*, está outra vez em nosso poder: foi tomado perto do Salado, encalhou, de tal forma por cima do banco, que a escuna *Bela Maria*, para lhe poderem chegar as balas, encalhou também; e nem a *Grenfell* e duas canhoneiras que por ali mandei indo para o Rio Grande, tinham água perto dêle; e por isso conservou a bandeira e o fogo até se meter a noite, que foi muito escura. Na manhã seguinte arriou bandeira, tendo mandado para terra (pela proximidade em que dela encalhou) em uma jangada, tôda a guarnição, excetuando os feridos, que o comandante (o tenente-coronel Espora) e o major seu imediato não abandonaram, e fizeram-se prisioneiros com êles". Nada constando na mesma Secretaria acêrca do comandante que era naquela ocasião da escuna *Bela Maria*, de que também trata o suplicante. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, em 30 de agosto de 1843.

(a) *Manoel Carneiro de Campos*

N.º 2

N.º 15

320

Pg. trezentos e vinte réis.

T.ª 17 de setembro de 1846.

(a) *Batista Oliveira*

Senhor,

O capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa precisa que pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império se lhe passe por certidão que condecorações obtiveram, por serviços prestados na província do Maranhão, o brigadeiro Francisco Sérgio de Oliveira, coronel José Tomaz Henriques e tenentes-coronéis Luiz Antônio Favila e Feliciano Antônio Falcão; e como para isso seja mister licença de V. M. I., o suplicante

P. a V. M. I.

haja por bem concedê-la

E. R. M.ª

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1843.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*

Certifico que nesta Secretaria de Estado dos Negócios do Império se acha registrado às fôlhas cento e dezeseis verso do Livro quinze de Decretos ou de dezoito de julho de mil oitocentos e quarenta e um, pelo qual o brigadeiro Francisco Sérgio de Oliveira foi nomeado Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração dos serviços por êle prestado na província do Maranhão; e às fôlhas vinte e um verso do Livro Primeiro da Ordem da Rosa o de onze de outubro de mil oitocentos e quarenta e um, pelo qual o major Luiz Antônio Favila foi nomeado Oficial da Ordem da Rosa em consideração aos relevantes serviços por êle prestados à Monarquia Constitucional, e à Integridade do Império na pacificação da província do Maranhão. Outrossim certifico que às fôlhas vinte e sete do dito Livro Primeiro da Ordem da Rosa se acha registrado o Decreto de dezoito de julho de mil oitocentos e quarenta e um e relação da mesma data, pelo qual Sua Majestade o Imperador, querendo dar um testemunho da sua Imperial Consideração ao tenente-coronel José Tomaz Henriques, e ao tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, houve por bem nomeá-los Officiais da Ordem da Rosa. E, para constar onde convier se passou a presente. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em vinte e um de agosto de mil oitocentos e quarenta e três.

No impedimento do official maior

(a) *Bento Francisco da Costa Aragão de Andrada*



PEDIDO DE PROMOÇÃO

Senhor,

O capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa pede a V. M. I. a graça de o promover a capitão de mar e guerra, com a antiguidade do dia 18 de julho de 1841, e funda sua súplica nos seguintes motivos:

1.º — Que sendo o suplicante comandante da Divisão Naval do Maranhão, durante o tempo da revolução que ali teve lugar em 1839 e que durou até 1841, viu que os officiais do Exército que ali comandaram brigadas tiveram dois postos de acesso, como mostra a certidão do documento n.º 1, e foram condecorados Officiais do Cruzeiro, ou Rosa, como prova a certidão do documento n.º ao passo que o suplicante empregado como Comandante da Divisão Naval, que grandes serviços prestou naquela Província, e na do Piauí, só teve o despacho de Oficial do Cruzeiro; não podendo ser tido por menos valiosos os serviços

prestados do suplicante, porquanto além de sua profissão, prestou como Comandante das Forças de terra, como deve constar ao Governo pelas informações do Presidente que então dirigia aquela Província.

2.º — Que promovendo o suplicante a capitão de mar e guerra, satisfará V. M. I. a solene promessa que o Regente que então dirigia o Império em nome de V. M. I. fez ao suplicante no documento n.º 3, mostrando este pelo documento n.º 4, ter feito tudo o que o governo podia dele esperar.

A vista do exposto julga o suplicante, que se os Comandantes de Brigadas tiveram dois postos de acesso e uma Comenda pelos serviços que prestaram, não é ele, suplicante, exagerado, pedindo um só posto com a antiguidade do último que eles tiveram, tendo em seu favor ter servido em superior hierarquia, e ter uma promessa de recompensa que eles não tiveram, sendo certo que estes dados em favor do suplicante, e o pertencer ele ao Corpo da Armada Nacional e Imperial, não fará que seus serviços sejam tidos em menos apreço que os dos seus camaradas do Exército, no Paternal conceito de V. M. I. isso

P. a V. M. I.

haja por bem promovê-lo ao posto de capitão de mar e guerra com antiguidade do dia 18 de julho de 1841.

E. R. M.^{ce}

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1846.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*



ESTAÇÃO NAVAL DO CENTRO

ORDEM DO DIA N.º 22

Tendo o Decreto n.º 475 de 26 de setembro do ano corrente que modifica o Decreto n.º 372 de 2 de outubro de 1843, e que faço público, extinto a Estação Naval do Centro, fico exonerado do comando da mesma Estação, pelo que os Srs. comandantes dos navios

que a compunham de hoje em diante se deverão dirigir diretamente ao Quartel General de Marinhã.

Bordo da corveta *D. Francisca*, surta no Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1846.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*
Capitão de fragata, Comandante

Registrada a bordo da corveta *D. Francisca*, surta no Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1846.

(a) *Severiano Nunes*
1.º tenente

Registrada a bordo da corveta *D. Januária*, surta no Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1846.

(a) *João Batista de Oliveira Guimarães*
1.º tenente

Registrada a bordo do brigue *Capiberibe*, surto na Bahia, em 12 de outubro de 1846.

(a) *Marcos José Evangelista*
1.º tenente

Registrada a bordo do brigue-escuna *Leopoldina*, surto no pôrto de Jaraguá, em 15 de outubro de 1846.

(a) *Ricardo da Silva Nunes*
2.º tenente

Registrada a bordo do iate *Caçador*, surto no pôrto do Rio Grande do Norte, 20 de outubro de 1846.

(a) *Francisco Manoel da Silva Guimarães*
2.º tenente



MATERIAL PARA O ARSENAL DE MARINHA

Fazendo ver o Inspetor do Arsenal da Marinha da Côrte, em ofício n.º 585, de 25 do mês próximo passado, a conveniência de se encomendarem para Inglaterra as máquinas e mais objetos constantes das relações juntas, que são necessárias para os trabalhos do mesmo Arsenal, e achando-se V. M.^{cc} a partir para aquele país, a fim de trazer a êste pôrto a barca de vapor *Alfonso*, que ali se está cons-

truindo para o serviço do Estado; Manda Sua Majestade o Imperador encarregar a V. M.^{ce} de semelhante encomenda, para cuja realização deverá entender-se com o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Império em Londres, a quem nesta data se ordena que forneça a V. M.^{ce} os fundos para isso precisos; cumprindo que os mencionados artigos sejam para aqui transportados na referida barca.

Deus Guarde a V. M.^{ce}. Paço, em 9 de dezembro, de 1847.

(a) *Cândido Barreto de Oliveira*

Sr. Joaquim Marquês Lisboa.



OFERECIMENTO À PRINCESA D. FRANCISCA

Acusando a recepção dos ofícios, que V. M.^{ce} dirigiu a esta Secretaria de Estado, sob os números 2, 3 e 4, datados de 3 de março último, tenho de significar-lhe que aprovo a deliberação, que V. M.^{ce} tomara de oferecer a barca de vapor *Afonso*, do seu comando, à Sereníssima Princesa a Senhora D. Francisca, para utilizar-se da dita barca, no caso de quererem ela e o seu Augusto espôso deixar a Europa, e vir para o Brasil.

Deus Guarde a V. M.^{ce}. Palácio do Rio de Janeiro, em 1.º de maio de 1848.

(a) *Manoel Felizardo de Souza e Melo*

Sr. Joaquim Marquês Lisboa



SOLDOS E VANTAGENS

RELAÇÃO do dinheiro despendido no mês de maio próximo findo com o pagamento de soldos e vantagens de embarcados que venceram o Comandante e Officiais do vapor *Afonso*, conforme consta de seus

recibos; e com a despesa feita com transporte do Comandante a Liverpool e Manchester, e com quartel para os quatro Officiais. A saber:

1. Capitão de mar e guerra, Comandante	258\$900
1 Capitão-tenente	172\$640
3 Segundos tenente a 103\$750	311\$250
Transporte dos soldos e vantagens	742\$790
Viagem do Comandante a Liverpool e a Manchester	45\$000
Quartel aos quatro Officiais, a 800 rs. por dia	99\$200
Soma total	886\$990

Importa em oitocentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa réis.

Londres, 2 de junho de 1848.

(a) *Joaquim Marques Lisboa*



XXXI

ITUZAINGÓ E OUTROS ENCONTROS

1.º

Segundo os boletins argentinos, antes da batalha de Ituzaingó (20. de fevereiro de 1827), tiveram lugar os dois combates que êles chamam de *Vacacaí* e de *Ombú* (o primeiro a 13, o segundo a 15 de fevereiro). Tendo-se extraviado tôda a correspondência e documentos oficiais dêsse tempo, só os militares que então serviam na província podem restabelecer a verdade dos fatos. Consta-me apenas que êsses dois encontros foram puramente guerrilhas ou tiroteios sem importância; que o primeiro teve lugar com a vanguarda do Barão do Serro Largo (13 de fevereiro), sendo repellido o inimigo, e que o do segundo (15 de fevereiro) deu-se nas proximidades do Paço de Ombú, no Santa Maria, entre a Brigada de Bento Manoel e uma coluna de cavalaria argentina. Ignoro o resultado dêsse choque.

Segundo os documentos argentinos, êsses tiroteios foram combates importantíssimos, e ambos tiveram lugar com a brigada de Bento Manoel. Êles descrevem os dois feitos de armas do modo seguinte:

No dia 13 de fevereiro, o coronel Lavalle, com pouco mais de 500 praças, bateu-se com a brigada de Bento Manoel, repeliu-a, matando-lhe 30 homens, e tendo apenas 5 mortos do seu lado (1).

(1) No 3.º Boletim do Exército do Sul lê-se o seguinte trecho que talvez se refira ao encontro a que os nossos vizinhos deram o nome de *Vitória del Bacacaí*: — “No dia 13 muito se distinguiram o major Gabriel Gomes, o tenente Marcelino Ferreira do Amaral e o alferes Antônio Correia de Melo, porque com a perda de 2 homens resistiram a mui superior força inimiga, matando-lhe 20 soldados e 2 oficiais. O tenente José Teodoro também tomou 3 carretas do inimigo, todo o gado que êle havia roubado da Estância de Rolhano, 150 cavalos, 7 clavinotes, 6 pistolas e 7 espadas, fazendo 8 prisioneiros. Entre êstes veio o infame e conhecido traidor comissão militar”. — Não sei se Brigada de Bento Manoel ou se da Fôrça do marechal Abreu, mas tudo indica que foi êsse encontro o que os argentinos transformaram em vitória de *Vacacaí*.

O general Alvear, para iludir Bento Manoel e separá-lo do grosso do Exército Imperial, destacou uma Divisão ao mando do general Mancilla. Mancilla diz que avistou esse chefe no dia 15 de fevereiro junto a Ombú, e que os brasileiros, vendo-se atacados, fugiram vergonhosamente e foram perseguidos e acutilados pelos argentinos. Segundo Mancilla nós tivemos 10 homens mortos e os argentinos 10 mortos e 12 feridos.

O que eu desejo, pois, era uma descrição dêsses dois encontros.

2.º

Que perdas tivemos na batalha de 20 de fevereiro?

Tivemos somente 333 homens fora de combate, como consta das partes oficiais publicadas na obra de Titara, ou mais? Os argentinos dizem que perdemos mais de 1.200 homens. Em um dos diários de Buenos Aires apareceu nesta época a relação das perdas sofridas pela Brigada de Infantaria do coronel Leitão Bandeira. Essa fôlha declarou que a referida relação havia sido apreendida a bordo de um navio nosso, aprisionado por corsários argentinos. Pode ser uma invenção dêsse diário, mas se é verdadeiro esse documento, as partes oficiais do Marquês de Barbacena publicadas na mencionada obra de Titara ocultam a verdade. A relação que publicou o *Mensagero Argentino* é a seguinte:

BRIGADA DE INFANTARIA DO CORONEL LEITÃO BANDEIRA

Batalhão N.º 3	2 músicos, 1 corneta e 11 soldados — mortos 1 sargento e 13 soldados — feridos 2 sargentos, 3 cornetas e 21 soldados — extraviados 3 soldados — contusos
Batalhão N.º 4	6 oficiais, 2 sargentos e 21 soldados — mortos 2 oficiais e 17 soldados — feridos 2 oficiais e 7 soldados — contusos 1 sargento e 6 soldados — extraviados 1 sargento, 1 corneta e 11 soldados — prisioneiros
Batalhão N.º 27	1 oficial, 1 sargento, 2 músicos, 1 corneta e 35 soldados — mortos 1 músico e 6 soldados — feridos 2 oficiais, 1 sargento e 10 soldados — contusos 9 músicos, 1 sargento e 54 soldados — extraviados 1 corneta e 41 soldados — prisioneiros.

Total — 13 oficiais, 10 sargentos, 14 músicos, 10 cornetas e 256 soldados.

Se essa relação é exata, o nosso Exército deveria ter perdido muita gente, e o fato de haverem tantos extraviados e prisioneiros nessa Brigada de Infantaria, provaria que os nossos quadros foram rotos pelo inimigo, com o que desmentem tôdas as nossas partes oficiais.

A êsse respeito eu desejaria saber o seguinte:

— Se tivemos apenas 333 homens fora de combate.

— Se a relação acima, das perdas sofridas pela brigada Leitão pode ser verdadeira.

— Se algum dos nossos quadros foi roto pelo inimigo, como dizem as suas partes oficiais.

B — O Marquês de Barbacena na sua ordem do dia de 20 de março (campo de São Lourenço) diz que na batalha de Ituzaingó fugiram desde o começo da ação 1.500 dos nossos soldados. Será exato isso? A que corpos pertenciam êles?

Diz mais que o comandante da nossa artilharia portou-se mal. Os argentinos asseguram que tomaram tôda a nossa artilharia. Êste último fato vem explicado na obra de Titara, mas eu desejaria que S. Exa. o Sr. Conde de Pôrto Alegre, com autoridade de sua palavra fizesse alguma coisa a respeito.

C — A planta da batalha de 20 de fevereiro levantada pelo major Suvelon (e que acompanha a obra de Titara) está exata? Segundo o Sr. marechal Luiz Manoel de Lima e Silva há nela algumas inexatidões. Quais serão?

3.º

Quando, em abril de 1827, o general Alvear concluiu a sua 2.ª campanha, anexando a fronteira do Rio Grande, que disposição tomou o Marquês de Barbacena para repeli-lo?

Segundo Alvear e os argentinos, houve no dia 23 de abril um combate que eles chamam de *Camaquã*, sendo derrotado o general Barreto. Creio que isso não passou de uma insignificante guerrilha. V. Exa. talvez tivesse assistido ao encontro e possa dar algumas informações sobre ele. Os documentos oficiais estão todos perdidos. O general Alvear referiu a causa do seguinte modo: — Escolheu 1.800 homens de cavalaria e marchou ao encontro do general Barreto que estava em um dos braços do Camaquã. A vanguarda argentina transpôs um desfiladeiro, matando logo 25 brasileiros e tomando logo 400 cavalos. Barreto achava-se ao lado de um grande sêro pedregoso. Alvear atacou. "O combate, (diz o Boletim argentino) começou por um forte tiroteio, enquanto o resto da coluna se ocupava em passar o primeiro desfiladeiro. Os brasileiros fizeram uma débil resistência e puseram-se em retirada a trote". Os argentinos os perseguiram por légua e meia. Dizem eles que tiveram 53 mortos e eles apenas 12 feridos.

V. Excia. far-me-ia especial obséquio dando-me todos os esclarecimentos que puder, sobre êsse encontro.

4.º

No mês seguinte (maio de 1827), deram-se dois novos feitos de armas. No dia 10 de maio, Calderón surpreendeu e destruiu no Serro Largo uma força inimiga, aprisionando o chefe Inácio Oribe. No dia 24 de maio, teve lugar um encontro em que foi ferido o general inimigo Lavalle. Os argentinos chamam a êsse combate — *combate de Yerbal* —, porque teve lugar perto do Herval e dizem que derrotaram nêle Calderón e José Teodoro. Segundo os nossos, os argentinos foram ... todos e repelidos. Não sei, porém, se era Bento Gonçalves ou Calderón quem comandava a nossa força, ignoro os pormenores do combate, porque os argentinos não publicaram a parte oficial de Lavalle, e os nossos documentos oficiais desapareceram dos arquivos. Talvez V. Exa. possa ministrar-me informações sobre essa tão falada *vitória del Yerbal*, e sobre os movimentos do general Barreto e de Bento Gonçalves quando o inimigo aproximou-se da fronteira do Jaguarão e Rio Grande, em abril e maio de 1827.

Perdidos os documentos oficiais, o único meio que hoje existe para restabelecer a verdade dos fatos é correr às pessoas que então serviam na província.

Para S. Exa. o Sr. Conde de Pôrto Alegre.

Pedido de informações sôbre o encontro de Vacacaí (13 de fevereiro
de 1827).
" " " " o encontro de Ombú (15 de fevereiro
de 1827).
" " " " a batalha de Ituzaingó (20 de fevereiro
de 1827).
" " " " o encontro de Camaquã (23 de abril
de 1827).
" " " " a surpresa de Serro Largo (10 de maio
de 1827).
" " " " o encontro de Herval (24 de maio
de 1827).



XXXII

HOMENAGEM A D. PEDRO II

Tendo resolvido mandar celebrar *Te Deum* para solenizar o dia 2 do futuro mês de dezembro, aniversário do feliz natalício de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II, convido a V. S.^a e o encarrego de convidar a todos os oficiais da Divisão Naval do Comando de V. S.^a, existente nesta cidade, a fim de assistirem aquele ato religioso, que na Catedral principiará às 12 horas do mencionado dia, tendo de se dirigirem depois ao Palácio do Govêrno, para fazerem o devido cortêjo ao retrato do mesmo Augusto Senhor, em testemunho de amor, adesão e respeito, que todos votamos à sua sagrada pessoa; cumprindo que as embarcações se embandeirem e salvem nos devidos tempos.

Deus Guarde a V. S.^a Maranhão, em 27 de novembro de 1839.

(a) *Manoel Felizardo de Souza e Melo*

Sr. capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa.



XXXIII

BROWN - NOTAS

D. Pascoal.

4 de fevereiro. — Brown saiu de Buenos Aires com a *25 de Mayo, Congresso, República, Belgrano, Balcarcer*, escuna *Sarandí* e 4 canhoneiras armadas com um rodízio de c. 24 à proa.

Rodrigo Lobo bloqueara o Pôrto, os Quilmes, e ao ver que a esquadra argentina procurava travar ação no baixo-fundo que há entre este ponto e Buenos Aires e que com facilidade se podia recolher, velejou e fez sinal à esquadra para ganhar barlavento no intuito de atrair o inimigo a maior fundo e mais larga área em que pudessem nossos navios manobrar sem risco de encalhar, e onde houvesse possibilidade de os destroçar antes que alcançassem pouco fundo.

Brown fundeou em baías exteriores, e nossa esquadra fez o mesmo conservando-se a maior vigilância por supor-se que Brown procuraria entreter nossa atenção, simulando querer atacar-nos, porém só com vista de fazer sair alguns corsários.

No dia 9 de fevereiro Brown velejou e tentou procurando combate; o vice-almirante Lobo fez ainda alguns bordos para ganhar barlavento; assim que teve quatro e meia braças de fundo fez sinal de atacar o inimigo "o mais breve que cada um puder" — e arribando sobre o navio de Brown, que virava de bordo com proa a Buenos Aires, colocando-se a tiro de pistola, fazendo-lhe incessante fogo, permanecendo nosso almirante em cima do tombadilho na *Liberal* com sua farda e três comendas ao peito; e mostrando na calma com que dava ordens, sangue frio e denôdo, que era proverbial em sua pessoa, como um verdadeiro bravo.

Com êle atacou o chefe inimigo o nosso denodado Diogo Jorge de Brito na força de ataque a proximidade em que o

faria com o nosso almirante, forçou o que por vêzes cessou o fogo do Chefe para não ofender navio do seu segundo.

Brown e sua esquadra sustentaram êste combate com tôda a fôrça de vela, perseguidos para Buenos Aires.

Retirada de Brown em 7 de março? *Será 1827?*

11 de abril, ataque à fragata *Niterói* surta no pôrto de Montevideu.

27 de abril abordagem intentada contra a fragata *Imperatriz*.

PÔRTO DAS TÔRRES

- 1 — Pôrto de refúgio.
 - 2 — Docas de Comércio.
 - 3 — Pôrto de reparo de avarias.
 - 4 — Estaleiros de construção.
 - 5 — Canalização das lagoas, comunicando-as entre si e com o pôrto das Tôrres e Lagoa dos Patos.
 - 6 — Pôrto de abrigo para socorros de vapores de reboque e salva-vidas na ilha fronteira a Tôrres.
 - 7 — Farol da dita ilha.
 - 8 -- Dito no Cabo de Santa Marta.
 - 9 — Faroletes nos cabeços da entrada dos quebras-mar do pôrto de refúgio.
 - 10 — Vapores de reboque.
 - 11 — Salva-vidas.
 - 12 — Dragas.
 - 13 — Vapores pequenos, lanchas a vapor e escaleres próprios para o serviço do pôrto e das docas.
 - 14 — Vapores para os serviços das lagoas.
 - 15 — Embarcações e quartéis para alojamento dos trabalhadores.
 - 16 — Ditas para alojamento e trabalho científico dos engenheiros e oficiais em serviço.
 - 17 — Escaleres auxiliares.
 - 18 — Enfermaria e botica ambulante, marítima.
 - 19 — Instrumentos geodésicos e marítimos para marcações e sondagens.
 - 20 — Máquinas a vapor locomóveis para os diferentes misteres de obras a fazer em diversos pontos.
 - 21 — Casas de ferro e de madeira.
-

O almirante Brown nunca saiu das águas do Rio da Prata durante o tempo em que estivemos em guerra com a República Argentina (*). Tentou sair em fevereiro de 1827 com o brigue-barca *Congresso*, brigue *Belgrano* e *República*, e escuna *Sarandí*, mas forçado pela nossa Esquadra, foi forçado a fundear na enseada de Barragon, onde após heróica resistência perdeu os dois primeiros navios, podendo salvar-se na *Sarandí* que pela água do seu calado pôde passar por cima dos bancos, favorecida da noite e chegar a Buenos Aires.

Constou ao almirante Pinto Guedes que do Chile havia partido uma Esquadra composta das fragatas *Esmeralda* e *Independência* e da corveta *Chacabuco* e outra, com destino a hostilizar nossos portos e comércio, para assim forçar-nos a distrair parte de nossas forças do lugar da guerra, e com isso poderem, de acôrdo com Brown, atacar nossa Esquadra bloqueadora dos portos do Rio da Prata. O nosso almirante, no intuito de frustrar o plano da Esquadra Chilena, saiu de Montevideu com uma Esquadra, composta das fragatas *Piranga* (em que tinha sua insígnia) e comandada pelo capitão de fragata James Sheperd; *Paula*, comandada pelo capitão de mar e guerra J. C. Pedro Pritz; *Imperatrix*, capitão de fragata Gama; *Paraguacú*, comandada pelo capitão de mar e guerra Matheus Wilch, e tendo ao seu bordo o capitão de mar e guerra J. Batista Lourenço; a corveta *Maria da Glória*, comandada pelo capitão de fragata T. Beaurepaire; brigue *Rio da Prata*, comandado pelo 1.º tenente José Lamego Costa; lugar *Príncipe Imperial*, comandado pelo 1.º tenente França; e escuna *Constança*, comandada pelo 2.º tenente Joaquim Marques Lisboa.

Esta Esquadra fez um cruzeiro de 40 dias com tempo quase sempre borrascoso. Ao princípio, dirigiu-se ao Rio da Prata, ao sul, até o Cabo Corrientes. Seguiu depois para o norte e costeando nossa costa desde o Rio Grande até Santa Marta, dirigiu-se até Cabo Frio, donde despediu a corveta *Maria da Glória* para esta côrte, noticiando o cruzeiro que fazia. Expediu a escuna *Constança* com igual aviso à Província de Santa Catarina e com os mais navios dirigiu-se para Montevideu.

Da expedição chilena só a corveta *Chacabuco* chegou à nossa costa e bastante dano causou ao nosso comércio. Era secundada neste

(*) A escuna *Sarandí* saiu a côrso contra nosso comércio no que fez não pequeno dano, apresando nossas embarcações que mandava para o rio Salado e Rio Negro na Patagônia.

serviço pelos corsários *General Bransich*, brigue *Congresso*, *Sarandi* e *Oriental Argentino*.

A saída de Montevideu do almirante Pinto Guedes creio ter-se efetuado em 26 de outubro de 1826. Não posso precisar a data em que chegámos à vista de Cabo Frio, nem o dia do regresso do almirante para o Rio da Prata, bem como o de sua chegada a Montevideu, por não estar lembrado dessas datas passadas há mais de 44 anos! Tendo demais perdido o meu Diário no ano de 1827 quando fui prisioneiro na Patagônia.

O almirante fêz acompanhar o capitão de mar e guerra J. B. Lourenço pelo de igual patente M. Welch, porque sendo Lourenço muito medroso de se aproximar da terra queria que Welch que reconhecia como atrevido oficial exercesse sobre êle influência para se não temer da terra, nem de puxar com força de vela quanto o vento permitisse.



XXXIV

INCÊNDIO DO "OCEAN MONARCH"

NARRAÇÃO DE JOSÉ MARQUES LISBOA

Sendo pungente dever meu narrar a V. Exa. uma horrorosa catástrofe, de que fui testemunha presencial e na qual pereceram 170 criaturas humanas, é para mim gratíssima consolação referir também a V. Exa. a parte gloriosa de socorro que, em tamanha calamidade aprouve à Providência Divina reservar ao vapor *Afonso* da Marinha Imperial e Nacional, permitindo em sua Infinita Misericórdia que por êle resgatadas fôssem das chamas e das ondas, 160 dos nossos semelhantes!!

Mas a V. Exa. cumpre-me explicar primeiramente a causa de se ter achado a nossa fragata em tão feliz e abençoado predicado.

Há tempos que Sua Alteza Real o Príncipe de Joinville me havia prometido honrar com a sua presença aquele vaso da Marinha Imperial, logo que dêle tomasse conta o respectivo comandante, meu honrado irmão Joaquim Marques Lisboa: o que, tendo ocorrido a 9 do mês findo, e sendo por mim noticiado ao Príncipe, dignou-se Sua Alteza Real de procurar-me, e de ampliar graciosamente a sua benígna promessa, fixando para o dia 24 a visita com que tencionaram honrar o *Afonso*, Suas Altezas Reais o Príncipe e a Princesa de Joinville, o Duque e a Duquesa d'Aumale.

Tendo levado sem perda de tempo tão grato anúncio ao conhecimento do capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa, a seu bordo lhe coube efetivamente, em o dia aprazado, a subida honra e a vivíssima satisfação de receber o Augusto Irmão do Imperador, acompanhado dos reais personagens acima designados.

Por expresso pedido, que por mais de uma vez me fizeram o Príncipe e a Princesa de Joinville e de que ciente estava o comandante

da fragata, às Suas Altezas Reais, que desejavam guardar o mais rigoroso incógnito, se não tributaram ostensivamente as honras militares devidas à sua elevada jerarquia; consentindo porém a Sereníssima Senhora D. Francisca que, ao entrar pelo portaló do *Afonso*, tivessem a honra de vir beijar-lhe a mão o comandante e os seus oficiais.

Evidente foi a emoção com que S. A. R. contemplou o alvoroço e o acatamento que sua presença despertava; sentimentos que de ponto subiram e em todos os corações transbordaram quando possuída da maior alegria e com os olhos banhados em doces lágrimas que verter lhe fazia a lembrança querida do Augusto Irmão, da distante pátria, S. A. R. reconheceu de pronto os sons do hino com que a lealdade e o amor dos Brasileiros saúdam o Imperador e os membros da Augustíssima casa da S. M. I. neste momento de nobre enlêvo, em que o amor do Brasil e da família excelsa lhe domina o ânimo, com tocante sensibilidade, exprimiu S. A. R. quão avivadas com esta visita lhe ficavam as saudades que de tão caros objetos sempre nutre.

Inspecionada a fragata, de que satisfeitos se mostram os reais-hóspedes do comandante, e depois de um esplêndido almôço, que êste teve a honra de ofertar-lhes, suspendeu o *Afonso*: e com propícia aragem, tremulando nosso glorioso pavilhão ao som de alegres toques, deslizando fomos com rapidez as águas do opulento Mersey para longe do incessante reboço de um dos primeiros empórios do mundo mercantil — no meio de uma cena arrebatadora e do mais ingênuo contentamento que todos os semblantes refletiam, e de que mal posso todavia dar a V. Exa. aproximada idéia.

Mas tão súbito e cruel foi o medonho reverso do quadro afortunado que a V. Exa. de relance acabo de esboçar!!...

Apenas a dez milhas de Liverpool, a igual distância nossa lobrigamos um navio de alto bordo envolto em espesso fumo — logo coberto de abrazadoras chamas que a mastreação e o velame em breve espaço lhe consumiram!... Sobre o navio incendiado instantaneamente nos dirigimos; e os preparativos austeros, que a ciência do nauta prescreve para emergentes casos de tamanho apuro, sendo à voz grave do comandante efetuados com a maior ordem, acêrto e precisão. De perto procederam os rasgos sublimes de humanidade com que briosamente, e à porfia, a gente do *Afonso* sua vida tantas vezes arriscara para salvar as dos desgraçados que próximas vítimas iam ser das chamas no meio do oceano!!...

Com máguia e dor me estala ainda o coração, à lembrança de tão amarguradas e funestas cenas: a conflagração estreitando e reduzindo a cada minuto os limites já tão minguados e circunscritos em que se apinhavam centenas de humanas criaturas: uns com frenético desespero contra desesperada morte lutando — outros, semi-vivos, inertes, surdos às instantes preces dos seus generosos salvadores, impassíveis conservando-se nos pontos culminantes a que haviam atingido, ou a que os levara quiçá a pressão violenta de alguns delirantes companheiros de infortúnio; e, em redor dêste hediondo quadro de indizível desolação suspensos, entrelaçados com os fragmentos flutuantes do malfadado lenho que a todos há pouco abrigava, uma multidão de cadáveres, prognóstico fatal para aqueles a quem valer não deviam heróicos esforços humanos que a bem de muitos aliás dirigira e abençoara em seus inexcrutáveis desígnios, a sacrossanta mão do Onipotente!!...

Enquanto não exalar meu derradeiro suspiro se me não apagará da memória êste cruel e horroroso quadro!

Mas olvidar também jamais poderei os destemidos, incansáveis esforços, a desvelada caridade cristã dos nossos oficiais e dos nossos marinheiros — esforços dirigidos por um nobre irmão meu (afeito a relevantes serviços que realçam ainda o patriotismo o mais acrisolado, o caráter o mais puro) — esforços aquinhoados conspicuamente pelo chefe de esquadra Grenfell (por êsse benemérito mutilado do Rio da Prata que ao Imperador e ao Brasil seu valor e perícia consagrou) — esforços de humanidade, finalmente, a que se associaram a mais exaltada abnegação, com a mais generosa eficácia — revelando em brilhante luz as sublimes virtudes que lhes adornam as nobres almas — duas angélicas princesas que ao Imperador unem estreitos vínculos de parentesco (uma, sua irmã que entre nós nasceu) e bem assim seus augustos consortes — êsses dois ilustres proscritos que por seus gloriosos feitos, ainda mais que por sua régia estirpe, tanto abrilhantavam os degraus do radiante trono em que, há pouco ainda, se afastava o rei seu venerando pai!...

No meio de tantas misérias, e de tamanho heroísmo, do íntimo da minha alma partiram as ferventes humildes ações de graças que ao Criador rendi por ter permitido que a sua clemência e seu misericórdioso amparo se revelasse sob os auspícios de uma nossa princesa, à sombra do Pavilhão Brasileiro, e pelos valentes braços dos patrícios meus a quem a defesa e a honra dêste confiada está!

O navio *Ocean Monarch*, que foi teatro desta lastimosíssima tragédia, horas antes partira de Liverpool para os Estados Unidos com 388 almas a bordo: destas salvaram-se 218, das quais 160 pela intrepidez e caridade da nossa gente do *Afonso*!

Na população inteira dêste país acharam eco profundo e generoso a viva admiração do ministro do Imperador e os louvores e agradecimentos por parte de S. M. I. se lhe apressou a dar ao comandante, aos oficiais e à tripulação do *Afonso*, bem como ao distinto chefe de esquadra Grenfell e ao seu digno vice-cônsul: na Câmara dos Comuns, e pelos órgãos mais acreditados da pública opinião, constatados foram os serviços da nossa fragata com a maior cordialidade e gratidão; sendo igualmente em seu justo valor apreciado o rasgo de generosidade com que as praças da respectiva guarnição renunciaram em benefício daqueles que de uma cruel morte salvado haviam já, ao donativo liberal que lhes eu ofertara em nome do Imperador, e a título de antecipado testemunho de plena aprovação e da viva satisfação de S. M. I.

Em confiança me fêz já constar o almirantado que se propõem oferecer ao comandante do *Afonso* uma medalha de ouro comemorativa dos relevantíssimos serviços que a fragata do seu mando tão humana e distintamente acaba de prestar.

Iguais testemunhos de respeito e gratidão devem outras corporações ofertar ao nosso comandante, e aos indivíduos a quem, com êle, coube a ventura de mais se distinguirem por motivo da desastrosa calamidade de que dou hoje conta a V. Exa.

Entre tão unânimes demonstrações de simpatia e de aprêço, em particular penhoraram ao comandante, oficiais e tripulação do *Afonso* aquelas que tão espontâneas como graciosamente se dignaram de honrá-los VV. AA. RR. o príncipe e a princesa de Joinville, e tanto por êste motivo como por não poder em abono da nossa gente dizer nada de mais lisonjeiro, e que com maior benevolência possa ser pelo Imperador anotado, tomo a liberdade de encerrar êste ofício anexando-lhe extratos das cartas com que SS. AA. RR. houveram por bem honrar-nos, a minha mulher e a mim, logo que a Clarement chegaram de volta da sua breve e tão sobressaltada digressão.

Deus Guarde a V. Exa. — Londres em 4 de setembro de 1848.

(a) *José Marques Lisboa*



Ao vapor *Afonso* que sob o comando do capitão de mar e guerra o Exmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa, em 24 de agosto a 10 milhas de Liverpool salvou 160 pessoas do incêndio do navio *Ocean Monarch*:

O D E

Aos céus alçando o pavilhão brasileiro
Se amara o *Afonso* pela vez primeira
Soltas as rodas pelos anjos mares
Ensaia a força em rápida carreira.

Vai tão soberbo que saber parece
Que alma o governa, que hóspedes abriga.
Qual jovem lutador de glória ansioso
Só para exercitar-se, se afadiga.

Como que pede aos céus, e às ondas pede
Que inopinados riscos lhe apresente
Que ele garboso quer de si dar provas
E a impavidez mostrar da ilustre gente.

Triste augúrio lhe nega o mar e os ventos
E por benquisto o favoneam brandos
Mas o céu lhe prepara um feito egrégio,
Glória sublime, em transejos miserandos.

Eis ao longe uma nau, vulcão nutante
Num turbilhão de fumo se apresenta!
O incêndio a lavra! Horror!... O *Afonso* aproa
Voa a salvá-la e a sua força aumenta.

O instruto capitão e ativo marquês
Dispõe, prepara, ordena e a tudo atende
Todos são marquês. Brasilenses todos.
Nesse espontâneo ardor que ao bem só atende!

Em colunas voraces labaredas
Já dos mastros às grimpas se arremessam
Cabos estalam projéteis ardentes
Saltando aos ares de zunir não cessam.

Mas quantas malfadadas criaturas
Entre as chamas e o mar a morte escolhem!
Mortos, feridos, semivivos quantos
Rolando em montes a salvar se tolfhem.

Seus ligeiros batéis expede o *Afonso*,
E quantos braços tem todos apresta
Cem vítimas e cem salvas; e procura
Se alguma ainda a socorrer lhe resta.

No alarido da dor no acerbo pranto
Dos amigos, dos pais e irmãos queridos
De tantos desgraçados, ah! quão doce
A voz da gratidão soa aos ouvidos!

Ao pôrto amigo que deixara há pouco
Volta co'os salvos seus nossa bandeira
Solenes saudações a glorificam
Que a ninguém a virtude é estrangeira.

P'ra nobres corações, que melhor prêmio
Que o espontâneo louvor bem merecido?
Mas vós modestos respondeis a todos:
Apenas um dever temos cumprido!

D. J. G. de Magalhães

NOTA — SS. AA. RR. o Príncipe e a Princesa de Joinville e o Duque e a Duquesa d'Aumale acham-se a bordo do *Afonso*.



Ao vapor *Afonso* da Marinha Brasileira, que às ordens do capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa, em 24 de agosto de 1848 a 10 milhas de Liverpool salvou 160 homens do incêndio.

SONETO

Feliz baixel! que sob um tal comando
Com brilhantismo encetas a carreira,
Ao largares do pôrto a vez primeira
Vais logo à humanidade aproveitando.

Estás certíssima esperança dando
De que, sendo a perfídia árdua barreira,
Serás nunca instrumento em carniceria
Injusta guerra ao povo invencível.

Nas baterias os canhões que ostentas,
Para punir orgulhos já se ensaiam;
Fiel e audaz a estranhos te apresentas:

Quando êles, contra nós, armados saíam,
Do chefe, cujo brio hoje experimentas,
A voz animadora humildes caíam.

Por M. O. D.



Ilmo. Sr.

Em aditamento ao meu ofício de 26 do corrente é-me sobremodo grato transmitir a V. S. a inclusa cópia de uma comunicação oficial, que naquele mesmo dia me escreveu a primeira autoridade municipal dessa cidade, exprimindo-me, nos termos os mais delicados e lisonjeiros, em seu nome, e por parte dos habitantes de Liverpool, a vivíssima gratidão de que se acham penetrados pelo ardente zêlo e humanidade que V. S., sua officialidade e equipagem desenvolveram nos

socorros que tão conspicuamente prestara a nossa fragata *Afonso* aos desgraçados naufragados do *Ocean Monarch*.

Deus Guarde a V. S. Londres, 29 de agosto de 1848.

(a) *José Marques Lisboa*

Ilmo. Sr. Joaquim Marques Lisboa
Capitão de mar e guerra comandante da fragata *Afonso*.



Ilmo. Sr.

Junto remeto a V. S.^a nove caixas com medalhas que a Junta da Sociedade Humana e de Naufrágios de Liverpool apresenta aos oficiais e marinheiros do navio do seu comando, cujos nomes vão inscritos nas mesmas, em testemunho do alto conceito que faz a Sociedade da sua briosa e digna conduta na ocasião da perda do navio *Ocean Monarch*.

Deus Guarde a V. S.^a. Liverpool, 8 de setembro de 1848.

(a) *John Pascoe Grenfell*
Chefe de Esquadra

Ilmo. Sr. capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa.



O INCÊNDIO DO *OCEAN MONARCH*

CRÔNICA DA ÉPOCA

Capitão de mar e guerra graduado em 14 de março de 1847 e efetivo dois anos depois, o almirante Tamandaré teve ocasião de salvar, defronte de Liverpool, em 24 de agosto de 1848, cento e sessenta tripulantes da galera *Ocean Monarch*, no vapor *D. Afonso*.

Saíra esse navio em viagem de experiência, levando a seu bordo a princesa e seu esposo, o duque e a duquesa de Aumale, o ministro plenipotenciário do Brasil em Londres e o chefe de esquadra Greenfell com sua família.

Capitaine de Frigate de la Marine Brésilienne.

Ainsi souvent on dresse des statues, on donne de pompeuses éloges, on consacre de brillantes biographies à des hommes, dont le seul mérite consiste dans une position éminente. Tout homme qui s'élève au-dessus des autres voit se grouper autour de lui la foule servile des flatteurs; on ne songe pas si cet éclat qui l'environne, si ce rang sublime n'est pas conquis au prix de l'humanité. On défie le conquérant, on admire le général vainqueur sans réfléchir que leur piédestal est fait de cadavres et de débris et que leur glaive n'est pas toujours celui de l'auguste justice.

Dans l'ombre, que font ces radieux soleils de la renommée, s'accomplissent, obscurs et modestes, des actes d'héroïsme et de vertu. Mais, comme ils impressionnent moins les masses, ils ne deviennent pas l'objet d'aussi brillantes ovations, et l'abnégation, qui est la compagne du dévouement, les entoure d'un voile, au lieu d'appeler sur eux l'attention publique.

Mais il est du devoir de la presse de rechercher les noms, de proclamer la vie de ces bienfaiteurs de l'humanité, de signaler les actes à l'admiration de tous. A ce titre le capitaine Lisboa, officier de la marine Brésilienne, mérite d'être cité avec honneur.

Son entrée dans la marine date de la guerre de l'indépendance du Brésil. Son courage et son intelligence le firent bientôt remarquer parmi les officiers les plus distingués.

Le 24 août de l'année dernière, le capitaine Lisboa se trouvait à Spiveyport avec sa frégate Don Alfonso, quand le navire anglais l'Océan monarch fut incendié. Le capitaine Lisboa au milieu des plus grands dangers manœuvra avec tant d'habileté et de courage qu'il put sauver 160 personnes tant des passagers que de l'équipage.

Après ce trait d'humanité, Lisboa retourna à Fernambouc où il trouva sa patrie en proie à de tristes discords intestines; la ville était en pleine insurrection. On nous dit que le capitaine du Don Alfonso se mit à la disposition du gouvernement, débarqua à la tête de son équipage et réussit à se rendre maître de l'insurrection.

(1) Nos officiers sous ordres. L'a. Officier de présente mis. Sivada. Assumio a chef. de Comandante e. Senor Pedro Ivo, ~~mais~~ ~~mais~~

Enik'autres témoignages de reconnaissance et d'estime pour cette belle action, le gouvernement anglais lui offrit un chronomètre en or avec l'inscription suivante:

Presented
by the
British Government
to
Captain Joaquim Marques Lisboa
of the Steam frigate
Affonso
of the Brazilian imperial navy
in testimony of their admiration
of the gallantry and humanity
displayed by him
in rescuing many British subjects
from the burning wreck
of the ship
Ocean Monarch.
August
1848. (1)

(1) Offert par le gouvernement britannique, au capitaine Joaquim Marques Lisboa, commandant la frigate Affonso de la marine impériale du Brésil, en témoignage d'admiration pour le courage et l'humanité qu'il a déployés dans une récente occasion en faveur de sujets anglais lors de l'incendie du vaisseau l'Océan Monarch. (Arist 1848)

Mais nous n'insistons pas sur cet épisode de la vie de l'officier brésilien. Les guerres civiles sont un malheur public et nous n'aurons jamais le courage de dicter des couronnes civiques à ceux dont la victoire a germé dans le sang de leurs concitoyens. Spectateur douloureux de ces convulsions, des fureurs, l'historien n'a pour les vainqueurs aucune admiration; pour les vaincus, aucune haine. Il les pleure, il gémit, et détourne la tête de ces tableaux sanglants.

Une nouvelle calamité vint bientôt offrir au capitaine Lisboa l'occasion de déployer un plus généreux dévouement.

Dernièrement, le vaisseau de guerre portugais *Tasco de Gama*, surpris par une tempête à l'entrée de Rio Janeiro, ayant déjà perdu toute sa mâture, a été sauvé par le commandant du *Deffener*.

Tous les bateaux à vapeur qui se trouvaient à la rade de Rio, avaient couru au secours du vaisseau portugais, mais après les plus infructueuses tentatives, ils étaient rentrés ayant perdu tout espoir. Le capitaine Lisboa seul, intrévide devant les périls, n'abandonne pas la partie; il passe la nuit à côté du vaisseau, et quand la population de Rio, croyant déjà avoir deux malheurs à déplorer, elle l'aperçoit le lendemain au point du jour, traînant le vaisseau à la remorque de sa frégate et entrant triomphalement dans le port.

Essayer le sauvetage du *Tasco de Gama* paraissait chose impossible; aussi, le dévouement du capitaine Lisboa restera comme un de ces actes sublimes qui honorent l'humanité.

Les négociants portugais de Rio Janeiro lui ont offert une épée d'honneur en or ciselé, d'une grande valeur intrinsèque et artistique, et le gouvernement de Portugal vient de le nommer commandeur de l'ordre de la Tour et d'Épée en lui envoyant la riche plaque incrustée de diamants qui en forme la décoration.

Nous aimons à enregistrer ces nobles actions; elles reçoivent des gouvernements des récompenses plus ou moins considérables; mais leur première, leur plus belle rémunération est l'admiration publique et la reconnaissance des malheureux anachés à la mort et, par dessus tout, la conscience du devoir accompli.

Do Illustration, de Paris.

Cêrca das 11 horas largou o *Afonso* a amarração, e uma hora depois — diz uma testemunha ocular (!) — todos estavam na tolda. Eis que de súbito bradam — *Navio à vista, ardendo em chamas!*

Salvem-os! Salvem-os! exclamou sem pausa, uma voz em pranto. Era a sereníssima princesa que, não estimando o risco que ia correr em um navio com tôda a pólvora a bordo, ou desprezando-o talvez, dava ao comandante a faculdade de expor a sua vida, contanto que se salvassem as que tanto perigavam... sem a menor delonga seguiu-se rumo do incêndio e se aprestaram os escâleres dos turcos em estado de serem lançados ao mar, abastecidos de todo o necessário em casos tais.

O navio demorava-nos ao O, a barlavento, na distância estimada de sete milhas e levava o seu pano mareado; o vento era N.O. fresco e mar agitado... Distinguia-se um grandíssimo número de figuras humanas, que cobriam o castelo, mastro do gurupés e até pelo pica-peixe. Pouco a pouco o navio foi pondo a proa ao vento até que ficou aí: tinha fundeado.

Alguns minutos antes começaram a arder as velas do mastro grande e gata e as chamas, que pareciam subir às núvens, destruíram os seus aparêlhos: e aquelas enormes antenas, participando do arfar do navio e sem âmparo, caíram ao mar, levantando uma nuvem de fumo espêsso, que em rôlo foi aos ares, misturada de línguas de fogo que rápidas apareciam e rápidas se iam, embora já em grande parte.

Não tardou muito que o mastro do traquete sofresse a mesma sorte, mas desta vez com mais horror.

Aqueles que estavam agarrados fóra do navio, mas seguros se julgavam de não serem devorados pelas chamas; porém, mal sabiam eles que a grande dependência entre o gurupés e aquele mastro lhes causaria uma morte porventura mais horrível. Assim foi: caiu êstê e no mesmo tempo se fizeram pedaços os paus da bujarrona e giba, e os infelizes que supunham encontrar, sôbre êle, ao menos como demorar os últimos instantes de uma vida tão dúbia, foram ao mar e pereceram.

Ardia o fogo no navio com posse impetuosa; restava apenas a parte extrema do castelo e mastro do gurupés. Aí se achavam apinhados, com espantosa confusão, uma porção imensa de desgraçados: homens e mulheres, moços e velhos; míseras mães abraçadas com os filhinhos e outras, para mais segurança, com êles atados às costas, dando gemidos e gritos horríveis. O espôso estremecido, car-

regado de pavor, mas sem descuidar-se um só instante da consorte querida, disposta a exalar a alma com êle, que vão fazia esforços para diminuir-lhe, com o próprio corpo, o ardor do fogo.

Fundeámos e tão rápido como desejávamos, caíram ao mar quatro escaleres, ao cuidado de outros tantos oficiais.

Ordenou o comandante que um dos escaleres tomasse uma forte espia que, partindo da pôpa, fôsse dar volta nas amarras do vapor incendiado; mas para isso era necessário que houvesse um homem que, vencendo dificuldades insuperáveis ao escaler, se arrojasse ao mar, levando consigo o cabo, desde a altura onde aquele não pudesse mais chegar; que, nadando, suportando não pequeno pêso, se desenredasse das antenas e cabos do aparêlho que até grande distância do navio flutuavam; com a coragem e a força necessária para vencer os esforços desesperados das vítimas que se afogavam.

Esse serviço prestou um marinheiro do *D. Afonso*.

Lutando com inúmeras dificuldades, puderam os escaleres transportar para o *D. Afonso* cento e sessenta pessoas.

Era encantador o quadro de ternura que se desenvolvia aos olhos de quem ali entrasse. Quem, a não saber, distinguiria em tais circunstâncias, as altas elevações que havia nesse pequeno número de pessoas, tôdas distintas cá no mundo, tôdas — o que mais é — tão nobres de coração e tão digne das bênçãos de Deus lá no outro ...? Vêde a princesa que suplica a um criado que lhe dê o que carece para tornar à vida o menino que tem nos braços! Vêde-a que logo depois se apressa a buscar o que pede, para o mesmo fim, aquela mesmo que a pouco reverente lhe beijára a mão!

Cortava o coração ver como, banhadas em pranto, se agarravam aos inocentinhos, despindo-os imediatamente, privando-se até de suas próprias roupas de abrigo, para confortá-los, e tudo isto ao som de mil carícias!

Dois dias depois o Ministro do Brasil, em ofício dirigido ao comandante Marques Lisboa, expressando-lhe os agradecimento pelo relevantíssimo serviço que prestára, enviava em nome do Imperador, a quantia de cem libras esterlinas, para ser distribuída pela guarnição:

Formou-se tôda a tripulação, leu-se aquele ofício e quando começava o comandante a lembrar a situação desgraçadíssima em que se achavam aqueles a quem ela, com tanta adesão, se afanara

Cópia — Town Hall Liverpool, 26th August 1848.

Se commandem Jose Marques Lisboa
Brazilian Minister, Your Excellency, a lamentable
occurrence has happened off this Port respecting
which Your Ex^{cy} has no doubt already been
informed of merchant vessel called the "Ocean
Monarch" bound for the United States, was
destroyed by fire on Thursday morning last within
a few hours sail of Liverpool having on board
about 360 passengers. The Brazilian Frigate
"Aflorao" of which Captain Joachim Marques
Lisboa is the Commander, was fortunately at the
time of this dreadful accident within a few miles
of the burning vessel. The Frigate immediately
proceeded to render every possible aid and by the
prompt and generous exertions of the commander,
aided by Admiral Grenfell, who was on board
and who commanded one of the boats, and
by the Prince of Joinville and the Duc d'Angoulême
who were also present, one hundred and
sixty of the passengers and crew were saved
from destruction.

As the Chief Magistrate of Liverpool
I feel it to be my duty to make Your Ex^{cy}
aware of the services of these distinguished officers
and to beg that Your Ex^{cy} will have the kind

ness to express to them the high sense entertained by the People of Liverpool and myself of the great real and humanity which was evinced by them on this lamentable occasion as well as by the officers and crew of their vessel.

I trust Your Ex^{cy} will oblige me by conveying to Admiral Grenfell and Marques Lisboa L^{ts} the assurance that the community will not soon forget their laudable and invaluable services.

I have the honor to be Your
Excellency's, most obedient humble servant.

(a) Thomas Horsfull.

Mayor.

Serviço de Documentação da Marinha
Copiado por St. Lacurte Júnior
Em. 1 de Setembro de 1950.

para dar a vida, foi interrompida sua lacônica e expressiva alocução por muitas vozes — *Cedemos! Cedemos!*

E este *Cedemos* queria dizer que o marinheiro, que o homem dos perigos, como o pão azêdo do trabalho, vive de privações, mas não quer ouro quando alguém precisa mais do que ele, probíssimo, e só apreciado quando o convidam para receber balas ou para, com sua destreza e coragem, livrar da morte centenaes de pessoas... este *Cedemos* queria dizer que o marinheiro teme a miséria, embora muitas vêzes a afronte com estoicidade; que enquanto esta não lhe bate no ombro cansado, também não consente que vá esmagar o fraco necessitado.

Ao heróico comandante do *D. Afonso* foi oferecido pelo governo inglês um cronômetro de ouro — *in commemoration of his galant exertion on this melancholy occasion.*

EXT.



PEDIDO DE AJUDA DE CUSTO

Pela cópia do offício que incluso tenho a honra de remeter a V. Exa., verá V. Exa. que me vi forçado a aceitar o recurso que me havia sido oferecido pelo nosso Enviado Extraordinário neste país, pedindo como ajuda de custo a quantia de um conto e duzentos mil réis que ao câmbio de quarenta e três dinheiros e um quinto fazem duzentas e dezeseis libras.

Os gastos que tenho sido forçado a fazer ultimamente por honra da posição em que o governo imperial se dignou colocar-me, obrigaram-me a dispor, sobre minha pouca fortuna, a quantia de quatro contos e quinhentos mil réis, que daqui saquei pela casa de Samuel Phillips & Cia. para ser paga nessa Côrte. Com o transtôrno que ultimamente experimentei e me forçou a arribar a este pôrto, me achei, reduzido ao extremo de não ter mais dinheiro algum para despendar, e neste país, sem algum decente tratamento, consideração alguma se goza.

Acresce que, depois do serviço prestado por esse vapor por ocasião do desastroso fim do navio *Ocean Monarch*, tem êle sido visitado constantemente por pessoas que é preciso receber com

· Outros “Extratos do Arquivo do Almirante
Tamandaré” constituirão matéria do
Volume X destes *Subsídios*

ÍNDICE

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	VII
I — O BERÇO DE TAMANDARÉ	1
II — FAMÍLIA MARQUES LISBOA	19
Condecorações, etc.	25
Documento sobre o pai do almirante	26
Certidão de casamento	29
<i>Fac-simile</i> de assinatura	30
Notas oferecidas por Léon Robichez	30
Origem do título TAMANDARÉ	34
Dados e notícia de falecimento	36
Ordem do dia do almirante Júlio César de Noronha, Chefe do Estado-Maior General	40
III — VOLUNTÁRIO JOAQUIM MARQUES LISBOA	41
Nomeação de Voluntário (cópia dactilográfica e cliché)	41-42-A
Sobre Voluntário	42
Do livro de matrículas da Academia de Marinha	43
Atestado de John Taylor, com a rubrica de Cochrane e Maranhão	44
Requerimento pelo procurador José Marques Lisboa, irmão de Joaquim Marques Lisboa	44
Embarque na nau <i>Pedro I</i>	45
Atestado de Cochrane e Maranhão	46
Ofício de John Taylor	47
Requerimento de Joaquim Marques Lisboa	48
Dois episódios inéditos	49
IV — GUERRA DA INDEPENDÊNCIA	53
Ocorrências no Maranhão e no Pará	58
V — VIAGEM DA FRAGATA <i>NITERÓI</i>	
Relação náutico-militar da viagem da fragata <i>Niterói</i> até à foz do Tejo	63
Relação dos oficiais dessa fragata	77
VI — EXPEDIÇÃO A PATAGONIA	79

	PÁGINA
VII — MORTE DO COMANDANTE DA FRAGATA IMPERATRIZ, Luiz Barroso Pereira	95
VIII — PONTOS DE REUNIÃO, SINAIS, NAVIOS E PROMOÇÃO DE OFICIAIS	99
IX — COMBATE DE 30 DE JULHO DE 1826	113
X — COMBATE DE 18 DE JANEIRO DE 1827	115
XI — TENTATIVA DE BROWN (1826)	117
XII — COMBATE DE 30 DE AGOSTO DE 1828, NO SALADO	119
XIII — DIVISÕES DA ESQUADRA	121
XIV — OFICIAIS ESTRANGEIROS NA ARMADA	
Lord Cochrane	123
Thomaz Sakville Crosbie	124
James Sheperd	124
Estêvão Carlos Cleuley	125
Foor Morgelle	126
José Manuel Monroy	126
XV — COMBATE DE 27 PARA 28 DE ABRIL DE 1826	129
XVI — TOMADA DA CORVETA <i>GENERAL DORREGO</i>	131
XVII — SALVAMENTO DE CARGA	135
XVIII — PARTE EM EMBARCAÇÕES APRESADAS	
Petição	145
XIX — VIAGENS DA ESCUNA <i>RIO DA PRATA</i>	147
XX — LOUVOR	149
XXI — COMANDANTES E OFICIAIS DE NAVIOS — 1825 - 1826	151
XXII — ATESTADO DE SENA PÉREIRA	155
XXIII — PAPÉIS DIVERSOS	
Promoções de militares	157
Dispensa do comando da escuna <i>Rio da Prata</i>	157
Procedimento Patriótico	158
Ofício do governo de Pernambuco	158
Atestado do Intendente de Marinha (Pernambuco)	159
XXIV — PÁGINAS DE F. J. PEREIRA LEAL	161
XXV — NO PARÁ	215
Carta de Manuel Jorge Roiz	216
Ofício do Presidente Roiz	217
Ofícios do Presidente Andréa	218
Carta de Diogo de Mendonça Corte Real	220
XXVI — TRIPULANTES PORTUGUESES	223

	PÁGINA
XXVII — VARIOS DOCUMENTOS	
Licença para casamento	235
Operações na Bahia	235
Instruções da Regência	236
Gomensoro em Icatú	237
Elogio da Regência	239
Ofícios do futuro Duque de Caxias	240
XXVIII — DIFERENTES PAPÉIS	
Sobre material de artilharia	243
Comunicado de Hoffsmith	244
Patachos <i>Camarão</i> e <i>Argus</i>	246
Praça da Colônia	247
XXIX — INVENTÁRIO	249
XXX — DE 1843 A 1848	
Chefia da Estação Naval do Centro	253
Requerimento ao Imperador	254
Pedido de promoção	258
Estação Naval do Centro	259
Material para o Arsenal de Marinha	260
Oferecimento à Princesa D. Francisca	261
Soldos e Vantagens	261
XXXI — ITUZAINGÓ E OUTROS ENCONTROS	263
XXXII — HOMENAGEM A D. PEDRO II	269
XXXIII — BROWN — NOTAS	271
XXXIV — INCENDIO DO <i>OCEAN MONARCH</i>	
Narração de José Marques Lisboa	275
Ao vapor <i>Afonso</i> — Ode	279
Soneto	281
Medalhas remetidas por J. P. Grenfell	282
Crônica da época	282
Pedido de ajuda de custo	285

FOTOS E ESTAMPAS

Retrato do almirante Tamandaré	VI-A
Árvore Genealógica	18-A
Viscondessa de Tamandaré	28-A
Autógrafo de Joaquim Marques Lisboa	30
Convite para missas	40-A
Nomeação de Voluntário	42-A
Combate de 18 de janeiro de 1827	116-A
Reprodução de uma cópia de <i>L'Illustration</i>	282-A
Reprodução de um documento do Mayor de Liverpool	284-A

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

- 1.^a secção — HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL
- 2.^a " — BIBLIOTECA DA MARINHA
- 3.^a " — ARQUIVO HISTÓRICO
- 4.^a " — REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Diretor

Contra-Almirante Dídio Iratim Afonso da Costa

Oficiais

Capitão de mar e guerra gr.^o Renato Bayardino
Capitão de fragata Alexandre de Azevedo Lima
Capitão de fragata gr.^o Mário de Segadas Vianna
Capitão de fragata gr.^o José Custódio Campos da Paz
Capitão de corveta César Feliciano Xavier
Capitão de corveta (QM) .. Cícero Bernardino dos Santos
Capitão-tenente (P.EE.) .. Carlos Miguez Garrido
Capitão-tenente Gilberto Huet de Bacellar

Suboficiais

ES — Agnello da Silva Ramos
ES — Ismael Soares do Nascimento

Sargento

MR — Antônio Marreta de Oliveira

Funcionários civis

Manoel de Oliveira Pastana
Henrique Martins
Alberto Lacurte Júnior
Aloysio da Silva Castro
Luiz Augusto Ferreira de Moura
Hugo Morado de Faria
Francisco Ribeiro Caputo



